

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA



RECEBENDO
E VISITANDO
ESTADISTAS
VOLUME III - 1981

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA



RECEBENDO
E VISITANDO
ESTADISTAS
VOLUME III - 1981

APRESENTAÇÃO

Esta publicação constitui o 3º volume da série «Recebendo e Visitando Estadistas», na qual são editados, pela Secretaria de Imprensa e Divulgação da Presidência da República, os pronunciamentos dos Chefes-de-Estado estrangeiros em visita ao Brasil e do Presidente João Figueiredo nas mesmas ocasiões e por ocasião de suas visitas oficiais ao Exterior.

Complementarmente, anexam-se as Declarações Conjuntas ou Comunicados assinados nos mesmos eventos.

Especificamente, o presente volume, referente a 1981, contém:

1. *Os pronunciamentos do Presidente João Figueiredo quando da visita oficial que realizou à França, Portugal, Colômbia, Alemanha, Argentina e Peru e das visitas que recebeu em Brasília do Primeiro-Ministro do Canadá, Pierre Trudeau, do Presidente da República da Venezuela, Luis Herrera Campíns, do Presidente da República da Colômbia, Turbay Ayala e do Presidente da República do Mali, Moussa Traoré.*

2. *Os pronunciamentos, nas mesmas ocasiões, do Presidente da França, Giscard D'Estaing, do Presidente de Portugal, Ramalho Eanes, do Presidente da Colômbia*

bia, Turbay Ayala, do Presidente da República Federal da Alemanha, Karl Carstens, do Presidente da Argentina, Eduardo Viola, do Presidente do Peru, Belaúnde Terry, e das personalidades visitantes referidas no item anterior.

3. Os Comunicados ou Declarações Conjuntas assinadas nestes eventos.

Brasília, junho 1983.

ÍNDICE CRONOLÓGICO

Págs.

1. Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro do Canadá, Senhor Pierre Trudeau.

14 DE JANEIRO	DISCURSO POR OCASIÃO DO ALMOÇO OFERECIDO AO PRIMEIRO-MINISTRO DO CANADÁ, SENHOR PIERRE TRUDEAU/BRASÍLIA-DF	3
---------------	--	---

14 DE JANEIRO	DISCURSO DO PRIMEIRO-MINISTRO DO CANADÁ, SENHOR PIERRE TRUDEAU, POR OCASIÃO DO ALMOÇO QUE LHE FOI OFERECIDO PELO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO/BRASÍLIA-DF.....	7
---------------	--	---

2. Visita do Presidente do Brasil João Figueiredo à França.

28 DE JANEIRO	DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DA FRANÇA, SENHOR VALÉRY GISCARD D'ESTAING, APÓS A CHEGADA DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO À FRANÇA/PARIS-FRANÇA	13
---------------	--	----

28 DE JANEIRO	DISCURSO AO DESEMBARCAR NA FRANÇA/PARIS-FRANÇA	17
---------------	--	----

29 DE JANEIRO	DISCURSO DO DIRETOR-GERAL DA UNESCO, SENHOR M. AMADOU MATTAR M'BOW, POR OCASIÃO DA VISITA DO PRESIDENTE FIGUEIREDO À SEDE DA UNESCO/PARIS-FRANÇA.....	19
---------------	---	----

		Págs.
29 DE JANEIRO	DISCURSO DURANTE SESSÃO SOLENE NA UNESCO/PARIS-FRANÇA.....	27
29 DE JANEIRO	DÍCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DA FRANÇA, SENHOR VALÉRY GISCARD D'ESTAING, POR OCASIÃO DO JANTAR QUE OFERECEU AO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO/PARIS-FRANÇA.....	35
29 DE JANEIRO	DISCURSO POR OCASIÃO DO JANTAR OFERECIDO PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DA FRANÇA, SENHOR VALÉRY GISCARD D'ESTAING/VERSALHES-FRANÇA.....	43
29 DE JANEIRO	DISCURSO NA ABERTURA SOLENE DA REUNIÃO EMPRESARIAL BRASIL-FRANÇA/PARIS-FRANÇA.....	51
30 DE JANEIRO	DISCURSO AO RECEBER AS CHAVES SIMBÓLICAS DA CIDADE/PARIS-FRANÇA.....	57
30 DE JANEIRO	DISCURSO DO PREFEITO, SENHOR JACQUES CHIRAC, POR OCASIÃO DA SOLENIDADE DE ENTREGA DAS CHAVES SIMBÓLICAS DA CIDADE AO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO/PARIS-FRANÇA.....	61
30 DE JANEIRO	DISCURSO DO PRIMEIRO-MINISTRO DA FRANÇA, SENHOR RAYMOND BARRE, POR OCASIÃO DO ALMOÇO OFERECIDO AO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO/PARIS-FRANÇA.....	67
30 DE JANEIRO	DISCURSO DURANTE O ALMOÇO OFERECIDO PELO PRIMEIRO-MINISTRO DA REPÚBLICA FRANCESA, SENHOR RAYMOND BARRE/PARIS-FRANÇA.....	73

30 DE JANEIRO	DISCURSO POR OCASIÃO DO JANTAR OFERECIDO AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA FRANCESA, SENHOR VALÉRY GISCARD D'ESTAING/PARIS-FRANÇA .	79
— Comunicado Conjunto Brasil-França.		
3.	Visita do Presidente do Brasil, João Figueiredo, a Portugal.	
01 DE FEVEREIRO	DISCURSO AO DESEMBARCAR EM PORTUGAL/LISBOA-PORTUGAL	95
02 DE FEVEREIRO	DISCURSO POR OCASIÃO DA VISITA À CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA/ LISBOA-PORTUGAL.....	97
02 DE FEVEREIRO	DISCURSO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA, SENHOR NUNO KRUS ABECASIS, POR OCASIÃO DA VISITA DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO ÀQUELA CASA/ LISBOA-PORTUGAL.....	99
02 DE FEVEREIRO	DISCURSO DO PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA PORTUGUESA, SENHOR LEONARDO RIBEIRO DE ALMEIDA, POR OCASIÃO DA VISITA DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO ÀQUELA ASSEMBLÉIA/LISBOA-PORTUGAL	103
02 DE FEVEREIRO	DISCURSO AO SER RECEBIDO EM SESSÃO SOLENE NA ASSEMBLÉIA DA REPÚBLICA/LISBOA-PORTUGAL	109
02 DE FEVEREIRO	DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DE PORTUGAL, SENHOR ANTÔNIO RAMALHO EANES, POR OCASIÃO DO JANTAR OFERECIDO AO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO/LISBOA-PORTUGAL	113

02 DE FEVEREIRO	DISCURSO POR OCASIÃO DO JANTAR OFERECIDO PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA PORTUGUESA, SENHOR ANTÔNIO RAMALHO EANES/LISBOA-PORTUGAL	119
03 DE FEVEREIRO	DISCURSO DE ENCERRAMENTO DO ENCONTRO EMPRESARIAL LUSO-BRASILEIRO/LISBOA-PORTUGAL	127
03 DE FEVEREIRO	DISCURSO DO PRIMEIRO-MINISTRO DE PORTUGAL, SENHOR FRANCISCO PINTO BALSEMÃO, POR OCASIÃO DO ALMOÇO QUE FOI OFERECIDO AO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO/SINTRA-PORTUGAL	131
03 DE FEVEREIRO	DISCURSO POR OCASIÃO DO ALMOÇO OFERECIDO PELO PRIMEIRO-MINISTRO DA REPÚBLICA PORTUGUESA, SENHOR FRANCISCO PINTO BALSEMÃO/SINTRA-PORTUGAL	139
03 DE FEVEREIRO	DISCURSO POR OCASIÃO DO JANTAR OFERECIDO AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA PORTUGUESA, SENHOR ANTONIO RAMALHO EANES/LISBOA-PORTUGAL	147
03 DE FEVEREIRO	DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA PORTUGUESA, SENHOR ANTONIO RAMALHO EANES, POR OCASIÃO DO JANTAR QUE LHE FOI OFERECIDO PELO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO/LISBOA-PORTUGAL	151
04 DE FEVEREIRO	DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DE PORTUGAL, SENHOR ANTONIO RAMALHO EANES, POR OCASIÃO DO ALMOÇO QUE FOI OFERECIDO AO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO/PORTO-PORTUGAL	153

	Pág.	
04 DE FEVEREIRO	DISCURSO POR OCASIÃO DO ALMOÇO OFERECIDO PELO PRESIDENTE DA RE- PÚBLICA DE PORTUGAL, SENHOR AN- TONIO RAMALHO EANES/PORTO-POR- TUGAL	157
04 DE FEVEREIRO	DISCURSO DO PRESIDENTE DA CÂ- MARA MUNICIPAL DA CIDADE DO PORTO, POR OCASIÃO DA VISITA DO PRESIDENTE FIGUEIREDO ÁQUELA CÂMARA MUNICIPAL/PORTO-POR- TUGAL	159
04 DE FEVEREIRO	DISCURSO POR OCASIÃO DA VISITA À CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO/POR- TO-POR-TUGAL	163
— Comunicado Conjunto Brasil-Portugal.		
4. Visita do Presidente do Brasil à Colômbia.		
10 DE MARÇO	DISCURSO AO DESEMBARCAR NA CO- LÔMBIA/BOGOTÁ-COLÔMBIA	177
11 DE MARÇO	DISCURSO AO RECEBER AS CHAVES SIMBÓLICAS DA CIDADE/BOGOTÁ- COLÔMBIA	179
11 DE MARÇO	DISCURSO POR OCASIÃO DO ALMOÇO OFERECIDO PELA CLASSE EMPRESA- RIAL DA COLÔMBIA/BOGOTÁ-CO- LÔMBIA	181
11 DE MARÇO	DISCURSO POR OCASIÃO DA VISITA AO CONGRESSO COLOMBIANO/BO- GOTÁ-COLÔMBIA	189
11 DE MARÇO	DISCURSO AO SER CONDECORADO COM O COLAR DA ORDEM DE BOY- ACÁ/BOGOTÁ-COLÔMBIA	193

12 DE MARÇO	DISCURSO POR OCASIÃO DA ASSINATURA DE ATOS INTERNACIONAIS/BOGOTÁ-COLÔMBIA	201
12 DE MARÇO	DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DA COLÔMBIA, SENHOR JÚLIO CÉSAR TURBAY AYALA, POR OCASIÃO DA SOLENIDADE DE ASSINATURA DE ATOS ENTRE O BRASIL E A COLÔMBIA/BOGOTÁ-COLÔMBIA	205
12 DE MARÇO	DISCURSO POR OCASIÃO DO JANTAR OFERECIDO AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DA COLÔMBIA, SENHOR JÚLIO CÉSAR TURBAY AYALA/BOGOTÁ-COLÔMBIA	209
12 DE MARÇO	DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DA COLÔMBIA, SENHOR JÚLIO CÉSAR TURBAY AYALA, POR OCASIÃO DO JANTAR QUE LHE FOI OFERECIDO PELO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO/BOGOTÁ-COLÔMBIA.....	217
— Declaração Conjunta Brasil-Colômbia.		
5.	Visita do Presidente do Brasil, João Figueiredo à República Federal da Alemanha.	
18 DE MAIO	DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA, SENHOR KARL CARSTENS, POR OCASIÃO DO ALMOÇO QUE OFERECEU AO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO/BONN-ALEMANHA	239
18 DE MAIO	DISCURSO POR OCASIÃO DO ALMOÇO OFERECIDO PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA, SENHOR KARL CARSTENS/BONN-ALEMANHA	243

18 DE MAIO	DISCURSO DO PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO DAS CÂMARAS DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO, SENHOR WILFRIED GUTH, POR OCASIÃO DA SEGUNDA REUNIÃO EMPRESARIAL BRASIL-RFA, COM A PRESENÇA DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO/BONN-ALEMANHA	247
18 DE MAIO	DISCURSO POR OCASIÃO DA REUNIÃO EMPRESARIAL BRASIL-REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA/BONN-ALEMANHA	253
19 DE MAIO	DISCURSO DO CHANCELER FEDERAL DA ALEMANHA, SENHOR HELMUT SCHMIDT, POR OCASIÃO DO JANTAR OFERECIDO AO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO/BONN-ALEMANHA	255
19 DE MAIO	DISCURSO POR OCASIÃO DO JANTAR OFERECIDO AO CHANCELER DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA, SENHOR HELMUT SCHMIDT/BONN-ALEMANHA	261
— Comunicado Conjunto Brasil — República Federal da Alemanha.		
6.	Visita do Presidente do Brasil João Figueiredo à Argentina.	
26 DE MAIO	DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DA ARGENTINA, SENHOR EDUARDO VIOLA, POR OCASIÃO DO ALMOÇO QUE OFERECEU AO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO/PASO DE LOS LIBRES-ARGENTINA	275
26 DE MAIO	DISCURSO POR OCASIÃO DO ALMOÇO OFERECIDO PELO PRESIDENTE DA NAÇÃO ARGENTINA, SENHOR ROBERTO EDUARDO VIOLA/PASO DE LOS LIBRES-ARGENTINA	281
— Comunicado Conjunto Brasil-Argentina.		

7. Visita do Presidente do Brasil João Figueiredo ao Peru.

24 DE JUNHO	DISCURSO AO DESEMBARCAR NO PERU/LIMA-PERU.....	295
24 DE JUNHO	DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DO PERU, SENHOR FERNANDO BELAÚNDE TERRY, POR OCASIÃO DO JANTAR OFERECIDO AO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO/LIMA-PERU	299
24 DE JUNHO	DISCURSO POR OCASIÃO DO JANTAR OFERECIDO PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DO PERU, SENHOR BELAÚNDE TERRY/LIMA-PERU	303
25 DE JUNHO	IMPROVISO POR OCASIÃO DO ALMOÇO OFERECIDO PELO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA REPÚBLICA DO PERU, SENHOR ARIAS STELLA/LIMA-PERU.....	309
25 DE JUNHO	DISCURSO POR RECEBER A DISTINÇÃO DE HÓSPED DE HONRA DA CIDADE/ LIMA-PERU.....	313
26 DE JUNHO	DISCURSO DURANTE ASSINATURA DE ATOS INTERNACIONAIS E DECLARAÇÃO CONJUNTA/LIMA-PERU.....	317
26 DE JUNHO	DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DO PERU, SENHOR FERNANDO BELAÚNDE TERRY, POR OCASIÃO DA SOLENIDADE DE ASSINATURA DE ATOS INTERNACIONAIS ENTRE O BRASIL E O PERU/LIMA-PERU.....	325
26 DE JUNHO	DISCURSO POR OCASIÃO DO ALMOÇO OFERECIDO PELA CLASSE EMPRESARIAL PERUANA/LIMA-PERU.....	331

26 DE JUNHO	DISCURSO POR OCASIÃO DO JANTAR OFERECIDO AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DO PERU, SENHOR BELAÚNDE TERRY/LIMA-PERU.....	335
-------------	---	-----

— Declaração Conjunta Brasil-Peru.

8. Visita ao Brasil do Presidente do Governo Venezuelano, Senhor Luis Herrera Campíns.

10 DE AGOSTO	DISCURSO POR OCASIÃO DO JANTAR OFERECIDO AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DA VENEZUELA, SENHOR LUIS HERRERA CAMPÍNS/BRASÍLIA-DF.....	363
10 DE AGOSTO	DISCURSO DO PRESIDENTE DA VENEZUELA, SENHOR LUIS HERRERA CAMPÍNS, POR OCASIÃO DO JANTAR QUE LHE FOI OFERECIDO PELO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO/BRASÍLIA-DF ..	371
10 DE AGOSTO	DISCURSO DO PRESIDENTE DA VENEZUELA, SENHOR LUIS HERRERA CAMPÍNS, POR OCASIÃO DE SUA VISITA AO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL/BRASÍLIA-DF.....	377
11 DE AGOSTO	DISCURSO POR OCASIÃO DA ASSINATURA DE ATOS INTERNACIONAIS ENTRE O GOVERNO DO BRASIL E DA VENEZUELA/BRASÍLIA-DF	385
11 DE AGOSTO	DISCURSO DO PRESIDENTE DA VENEZUELA, SENHOR LUIS HERRERA CAMPÍNS, POR OCASIÃO DA ASSINATURA DE ATOS INTERNACIONAIS ENTRE O GOVERNO DO BRASIL E DA VENEZUELA-BRASÍLIA-DF.....	391

11 DE AGOSTO	DISCURSO DO PRESIDENTE DA VENEZUELA, SENHOR LUIS HERRERA CAMPÍNS, POR OCASIÃO DO JANTAR QUE OFERECEU AO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO/BRASÍLIA-DF	395
11 DE AGOSTO	DISCURSO POR OCASIÃO DO JANTAR OFERECIDO PELO PRESIDENTE DA VENEZUELA, SENHOR LUIS HERRERA CAMPÍNS/BRASÍLIA-DF.....	401
— Declaração Conjunta Brasil-Venezuela.		
9. Visita ao Brasil do Presidente do Governo Colombiano, Senhor Julio César Turbay Ayala.		
01 DE SETEMBRO	DISCURSO POR OCASIÃO DO JANTAR OFERECIDO AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DA COLÔMBIA, SENHOR JULIO CÉSAR TURBAY AYALA/BRASÍLIA-DF.....	423
01 DE SETEMBRO	DISCURSO DO PRESIDENTE DA COLÔMBIA, SENHOR JULIO CÉSAR TURBAY AYALA, POR OCASIÃO DO JANTAR QUE LHE FOI OFERECIDO PELO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO/BRASÍLIA-DF	431
02 DE SETEMBRO	DISCURSO DO PRESIDENTE DA COLÔMBIA, SENHOR JULIO CÉSAR TURBAY AYALA, POR OCASIÃO DE SUA VISITA AO CONGRESSO NACIONAL/BRASÍLIA-DF.....	439
02 DE SETEMBRO	DISCURSO DO PRESIDENTE DA COLÔMBIA, SENHOR JULIO CÉSAR TURBAY AYALA, POR OCASIÃO DE SUA VISITA AO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL/BRASÍLIA-DF	445

02 DE SETEMBRO	DISCURSO DO PRESIDENTE DA CO-LÔMBIA, SENHOR JULIO CÉSAR TUR-BAY AYALA, POR OCASIÃO DO JANTAR QUE LHE FOI OFERECIDO PELO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO/BRASÍLIA-DF	451
02 DE SETEMBRO	DISCURSO POR OCASIÃO DO JANTAR OFERECIDO PELO PRESIDENTE DA CO-LÔMBIA, SENHOR JULIO CÉSAR TUR-BAY AYALA/BRASÍLIA-DF.....	455
— Declaração Conjunta Brasil-Colômbia.		
10.	Visita do Presidente da República de Mali, Senhor Moussa Traoré.	
06 DE OUTUBRO	DISCURSO DO VICE-PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA, SENHOR ANTONIO AUREALIANO CHAVES DE MENDONÇA, POR OCASIÃO DO ALMOÇO OFERECIDO AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DO MALI, SENHOR MOUSSA TRAORÉ/BRASÍLIA-DF	477
06 DE OUTUBRO	DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DO MALI, SENHOR MOUSSA TRAORÉ, POR OCASIÃO DO ALMOÇO QUE LHE FOI OFERECIDO PELO PRESIDENTE EM EXERCÍCIO SENHOR AURELIANO CHAVES/BRASÍLIA-DF	481
— Comunicado Conjunto Brasil-Mali.		

**1. Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro do Canadá,
Senhor Pierre Trudeau.**

14 de janeiro de 1981.
Brasília

- Discursos do Presidente Figueiredo
- Discurso do Primeiro-Ministro Pierre Trudeau

14 DE JANEIRO
PALÁCIO DO ITAMARATY
BRASÍLIA — DF

DISCURSO POR OCASIÃO DO ALMOÇO
OFERECIDO AO PRIMEIRO-MINISTRO
DO CANADÁ, SENHOR PIERRE TRU-
DEAU

Excelentíssimo Senhor Primeiro-Ministro da República
do Canadá, Pierre Trudeau:

A visita que Vossa Excelência ora faz ao Brasil ex-
prime, de maneira particularmente significativa, o eleva-
do grau de entendimento alcançado entre nossos países e
a simpatia recíproca que aproxima os nossos povos.

Os afetuosos votos de boas-vindas que formulo a
Vossa Excelência e à sua ilustre comitiva também tradu-
zem o apreço de todos os brasileiros pelos canadenses.

O Brasil e o Canadá têm importantes características
comuns: países continentais, privilegiados com a possibi-
lidade de, dentro de seu próprio espaço territorial, de-
senvolverem suas economias; nações jovens, com impor-
tante potencial de desenvolvimento nacional e com plena
consciência de seu papel no concerto internacional. Sem
repetir modelos e sem qualquer pretensão de impô-los a
outras sociedades, Brasil e Canadá buscam implementar
seus projetos de desenvolvimento e de participação inter-
nacional.

Nosso relacionamento bilateral já apresenta números importantes, mas, em vista de nossas potencialidades, temos ainda bom caminho a percorrer. As oportunidades são excelentes, em benefício recíproco. Confio em que saberemos colocar esse relacionamento nos seus variados campos, em patamares mais compatíveis com aquelas potencialidades.

Senhor Primeiro-Ministro,

Para nós, assume particular relevância a intenção de seu Governo de estreitar os variados vínculos do Canadá com a América Latina e, portanto, com o Brasil. É uma atitude extremamente positiva que, de nossa parte, é correspondida de forma favorável, na certeza de que a ampliação e aprofundamento dessa convivência muito contribuirão para o desenvolvimento de nossos países.

A determinação canadense de promover maior e mais intensa aproximação com a América Latina, e também com outras regiões do Terceiro Mundo, tem sentido muito especial na atual conjuntura internacional. É, na verdade, um gesto que extravaça do plano meramente econômico e comercial.

O Canadá e o Brasil coincidem, em grande parte, no diagnóstico da conjuntura internacional que vivemos. Alheios à preocupação de dizer o que é certo ou errado, mas como fruto da conclusão de que o sistema internacional não está funcionando adequadamente, quer para o norte, quer para o sul, nossos países têm reiteradamente realçado a necessidade urgente de se buscarem soluções consensuais para a atual situação econômica internacional.

Vivemos uma conjuntura particularmente delicada e complexa, em que os problemas assumem proporções

universais, com graves implicações para as economias mais vulneráveis dos países em desenvolvimento.

Nesse quadro, o diálogo e a boa convivência assumem importância crucial. Mais do que nunca, é preciso esforço conjunto para procurar resolver esses problemas. Para tanto, duas são as condições fundamentais: em primeiro lugar, ter a vontade política de dialogar e de buscar a superação da conjuntura adversa; em segundo lugar, pôr-se de acordo sobre as questões de natureza prioritária a serem objeto desse esforço negociador.

Estamos conscientes de que, dada a imprevisibilidade dos seus efeitos negativos, os atuais problemas econômicos certamente se refletirão de forma dramática também no cenário político, caso não haja empenho determinado de caráter global no sentido de combatê-los e superá-los.

Senhor Primeiro-Ministro,

O ano de 1981 será fértil em oportunidades para o exercício ativo do diálogo. É minha firme esperança que, na medida de suas responsabilidades pela economia mundial, as nações desenvolvidas efetivamente se engajem neste exercício e que seus líderes estejam dispostos a reagir adequadamente às exigências de nosso tempo.

A introspecção, o recolhimento em torno de problemas internos, só contribuirão para agravar ainda mais a difícil situação econômica atual. Constitui tarefa urgente dar contornos práticos ao conceito de interdependência global que, via de regra, só é invocado quando interesses de curto prazo e localizados estão em jogo. Se a interdependência tem algum significado prático, haverá de incorporar também as preocupações e aspirações dos países que, no sul, mais sofrem as consequências da crise econômica mundial.

Nesse cenário, Vossa Excelência tem desempenhado papel de relevo. A constatação canadense de que o sistema internacional é inadequado e prejudicial aos interesses universais, da qual decorre a ação prática de buscar saídas para essa situação indesejável, representa expressiva contribuição à causa da paz e do desenvolvimento.

Nutro a esperança de que a iniciativa de Vossa Excelência de retomar o diálogo e dar impulso às negociações Norte-Sul produzam os frutos que tanto desejamos. O pessimismo e a inércia hão de ser vencidos pela vontade comum de promover melhores condições de vida para nossos semelhantes.

O Brasil colocará todo o empenho nessa empreitada. Sem assumirmos qualquer papel especial, mas apenas o nosso papel de país em desenvolvimento que objetiva concretizar os seus anseios nacionais, procuraremos atuar, nos foros adequados, com vistas ao estabelecimento de uma ordem internacional mais justa e eqüitativa.

Senhor Primeiro-Ministro,

O Brasil e o Canadá sempre demonstraram disposição ao diálogo e à negociação, dentro de sua vocação universalista e no exercício de inabalável crença no princípio da boa convivência internacional. O excelente nível de nosso relacionamento e as oportunidades de cooperação que estamos criando são resultados marcantes de nossa atitude comum.

Convido todos os presentes a erguerem suas taças à saúde de Sua Majestade a Rainha Elizabeth II e do Primeiro-Ministro Pierre Trudeau, à prosperidade do povo do Canadá e à amizade e cooperação entre os nossos países.

14 DE JANEIRO
PALÁCIO DO ITAMARATY
BRASÍLIA - DF

DISCURSO DO PRIMEIRO MINISTRO
DO CANADÁ, SENHOR PIERRE EL-
LIOT TRUDEAU, POR OCASIÃO DO
ALMOÇO QUE LHE FOI OFERECIDO
PELO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIRE-
DO

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores, Amigos:

Vossa Excelência escolheu, Senhor Presidente, enfatizar em seu brinde a interdependência de todos os países do Mundo. De fato, é este o tema principal de minha visita e a razão pela qual tanto o Governo de Vossa Excelência quanto o meu estão interessados em dar prosseguimento às conversações e aos intercâmbios a que demos início esta manhã e a que darei prosseguimento esta tarde com os Ministros de Vossa Excelência e espero, a conversações e intercâmbios que terão lugar no Canadá, se Vossa Excelência vir a possibilidade de aceitar o caloroso convite que agora lhe faço para que visite o nosso País.

Vossa Excelência tem razão: há muitas semelhanças entre os nossos países. Ambos têm extensão quase continental, ambos são ricos em termos de seus recursos mas, também, ambos dependem com muita intensidade das

importações de capital e de tecnologia para poder dar seguimento ao seu progresso econômico e social.

Embora esteja em Brasília há apenas algumas horas, já adquiri uma impressão que me deixa cheio de admiração por seu País. O calor da hospitalidade de Vossa Excelência, a franqueza de nossos intercâmbios, a tentativa que ambos fizemos de aprofundar nossa compreensão quanto aos problemas mais difíceis em vez de desviar-nos deles, deram-me a grande confiança que temos muito a aprender e a esperar um do outro.

Não posso deixar de expressar uma admiração muito especial por esta capital em que fui recebido. Como Vossa Excelência sabe, estive aqui há vinte anos atrás e, sem querer ferir ninguém, devo dizer que não havia muito aqui então, a não ser uma idéia. Mas o que é verdadeiramente marcante e edificante, para um canadense, pelo menos, é que a sua geração tenha concebido esta idéia e feito dela a esplêndida realidade que hoje vemos. Como se o Brasil não tivesse outros desafios a enfrentar, inventou um novo — construir uma grande e nova capital e construí-la a partir do nada. Eu, como um político de um outro grande país, não posso senão expressar a minha admiração pela vontade nacional, pela força de vontade política que foi levada a enfrentar empreendimento tão grande e tão honroso.

Espero que os canadenses possam aprender com os brasileiros no que toca a criar um desafio e a enfrentá-lo. E, de forma a expressá-lo de maneira simbólica e real, nossa capacidade de fazer algo em conjunto, como nação, quero dizer que, como canadenses, temos uma lição a aprender com os brasileiros, sob esse aspecto e, neste sentido, mas neste sentido apenas, ficaria realizado com esta viagem. Tenho a certeza de que os representantes da imprensa canadense escrita, falada e televisada

que estão viajando conosco participaram de meu espan-
to e admiração com esta criação e poderão também
expressá-la e explicá-la ao povo canadense. Porque é es-
ta vontade de agir em conjunto que faz a força de um
país e que lhe permite, em seguida, voltar-se quer para
os problemas bilaterais, como fizemos esta manhã, ou
ainda, como fizemos também, para os problemas inter-
nacionais e como, no fundo, temos os mesmos valores,
podemos trocar idéias sobre a importância de partilhar
entre países ricos e pobres, os meios sem os quais as po-
pulações não podem viver felizes.

E, porque cremos também em certas coisas em com-
um, podemos, quando se trate de analisar problemas
internacionais, por-nos de acordo em nossas análises co-
mo fizemos esta manhã. Quer tivéssemos falado sobre o
Caribe quer sobre o Oriente Médio, acontecimentos na
Europa ou na Ásia, penso que ambos expressamos o
mesmo tipo de valores no tocante à proteção ao direito
que cada país tem de desenvolver-se de acordo com seus
próprios princípios.

Senhor Presidente, sei que estas discussões terão
prosseguimento logo mais, hoje ainda, mas, mais impor-
tante, nas reuniões que terão lugar no futuro, quer bila-
teralmente, através de visitas de ministros e altos funcio-
nários de ambos os países, quer em outros foros, como
os de que falamos esta manhã — o das negociações glo-
bais das Nações Unidas ou, talvez, o das negociações
Norte/Sul de âmbito mais restrito.

Assim, gostaria de findar agradecendo pessoalmente
a Vossa Excelência, Senhor Presidente, por sua calorosa
hospitalidade e por ter sido tão franco e direto ao tro-
car pontos-de-vista comigo e gostaria de oferecer a to-
dos os presentes a oportunidade de brindar à saúde de
Vossa Excelência, à saúde do povo do Brasil e à coope-

— 10 —

ração cada vez maior e mais importante dos povos de nossos dois países.

2. Visita do Presidente do Brasil, João Figueiredo à França.

28 a 30 de janeiro de 1981.

Paris

- Discursos do Presidente Giscard D'Estaing
- Discursos do Presidente Figueiredo
- Discursos de Personalidades Francesas
- Comunicado Conjunto Brasil-França.

28 DE JANEIRO
AEROPORTO DE ORLY
PARIS — FRANÇA

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DA FRANÇA, SENHOR VALÉRY GISCARD D'ESTAING, APÓS A CHEGADA DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO À FRANÇA

Senhor Presidente,
Senhora:

O Brasil é uma das esperanças do Mundo.

Assim, sinto-me feliz em acolher, na pessoa de Vossa Excelência, o Presidente de um grande país, portador de um grande futuro.

O Brasil, imenso e diversificado, dono de vastos recursos, reunindo em síntese magnífica povos e culturas provindas de todos os horizontes, integra hoje o grupo de nações que delineiam o porvir do nosso planeta.

Rejubilo-me de que a França e o Brasil, próximos por sua cultura, pelos laços que forjaram ao longo de sua história, por sua adesão aos mesmos valores de independência e de dignidade, sejam amigos.

Essa amizade sustenta a ação que empreendemos para reforçar nosso diálogo e nossa cooperação.

A visita de Vossa Excelênciá é manifestação dessa verdade, como o havia sido a que há dois anos realizei a seu País.

Tais encontros revelam que desejamos estabelecer entre nós relações de alto nível em consonância com as realidades atuais de nossos países.

O Brasil é, para nós, sinônimo de entusiasmo, de vontade e de confiança.

A França, país de cultura e de tradições, é também uma nação voltada para o futuro, empenhada em todas as aventuras da ciência e da técnica, e que nutre grandes ambições para si mesma e para a Europa.

Entre esse Brasil e esta França estou certo de que serão confirmadas durante a visita de Vossa Excelênciá todas as razões para desenvolver o entendimento e para estreitar os laços que nos unem.

Senhor Presidente,

É com grande prazer que me apresso em entabular com Vossa Excelênciá conversações amistosas e úteis e que lhe formulo os mais cordiais votos de boas-vindas, bem como à Senhora de Figueiredo, ao solo francês.

28 DE JANEIRO
AEROPORTO DE ORLY
PARIS — FRANÇA
DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚ-
BLICA DA FRANÇA, VALÉRY GIS-
CARD D'ESTAING, APÓS A CHEGADA
DO PRESIDENTE FIGUEIREDO À
FRANÇA

Monsieur le Président,
Madame:

Le Brésil est l'une des espérances du monde.

Aussi, je suis heureux d'accueillir, en votre personne, le Président d'un grand pays, porteur d'un grand avenir.

Le Brésil, immense et divers, fort de ses vastes ressources, rassemblant, en une synthèse exceptionnelle, des peuples et des cultures venus de tous les horizons, a rejoint aujourd'hui le groupe des nations qui dessinent l'avenir de notre planète.

Je me réjouis que la France et le Brésil, proches par leurs cultures, par les liens qu'ils ont forgés au cours de leur histoire, par leur attachement aux mêmes valeurs d'indépendance et de dignité, soient amis.

Cette amitié soutient l'action que nous avons engagée pour renforcer notre dialogue et notre coopération.

Votre visite en est la manifestation, comme l'avait été celle que j'ai effectuée, il y a deux ans, dans votre pays.

Ces rencontres soulignent que nous voulons établir entre nous des relations de haut niveau correspondant aux réalités actuelles de nos pays.

Le Brésil est synonyme, pour nous, d'ardeur, de volonté et de confiance.

C'est ainsi que je l'ai vu.

La France, pays de culture et de traditions, est aussi une nation tournée vers l'avenir, engagée dans toutes les aventures de la science et de la technique, entretenant une grande ambition pour elle-même et pour l'Europe.

Entre ce Brésil et cette France, je suis sûr que seront confirmées au cours de votre visite toutes les raisons de développer la concertation et de resserrer nos liens.

Monsieur le Président, c'est avec un grand plaisir que je m'apprête à entamer avec vous des entretiens amicaux et utiles, et que je vous exprime la plus cordiale bienvenue ainsi qu'à Madame Figueiredo, sur le sol français.

28 DE JANEIRO
AEROPORTO INTERNACIONAL
DE ORLY
PARIS — FRANÇA
DISCURSO AO DESEMBARCAR NA
FRANÇA

Excelentíssimo Senhor Presidente da República
Francesa, Valéry Giscard d'Estaing:

É para mim motivo de satisfação chegar à França a fim de dar continuidade à troca de visitas de Estado que nos proporcionou, há dois anos, a honra de receber a Vossa Excelência no Brasil.

O convite de Vossa Excelência ao Chefe-de-Estado brasileiro, que tive o prazer de aceitar, assinala o apreciável desenvolvimento das relações franco-brasileiras e os resultados profícuos alcançados por ocasião das anteriores visitas presidenciais.

Como a França, o Brasil adere, com firmeza, aos valores básicos da paz, na dignidade e do bem-estar humano. Ao relacionar-se com as mais diversas nações, o Brasil respeita-lhes a individualidade e pauta sua ação por um profundo sentido ético.

O Governo de Vossa Excelência tem acompanhado os esforços, que empreendemos no Brasil, no sentido de sustentar o desenvolvimento, caminho indispensável para a elevação da qualidade de vida de nosso povo.

Extremamente desfavorável, a conjuntura internacional coloca-se, para a nação brasileira, como um desafio a ser vencido à custa de trabalho, criatividade e determinação.

Os esforços internos do Brasil refletem-se em sua atuação externa. O Brasil deseja dar contribuição compatível com seus meios à necessária reestruturação da ordem econômica internacional. Assim, lutamos para que o cenário mundial seja um espaço de diálogo entre nações, e não de desequilíbrios e prepotências.

No plano bilateral, desejo realçar a estima que tradicionalmente nos une e que nos tem permitido dar constante impulso à cooperação. A visita que ora realizo à França proporcionará por certo novo alento ao nosso já dinâmico e proveitoso relacionamento.

É para mim, ademais, motivo de grande satisfação pessoal visitar este país que, por sua inigualável tradição cultural e por suas inumeráveis contribuições à civilização, constitui motivo de orgulho e admiração para toda a humanidade.

Apraz-me, assim, expressar ao nobre povo francês, na pessoa de seu mandatário supremo, a mensagem de amizade de todos os brasileiros.

29 DE JANEIRO
SEDE DA UNESCO
PARIS — FRANÇA

DISCURSO DO DIRETOR-GERAL DA
UNESCO, SENHOR M. AMADOU MAH-
TAR M'BOW, POR OCASIÃO DA VISITA
DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO À
SEDE DA UNESCO

Senhor Presidente da República,
Senhor Presidente do Conselho Executivo,
Excelências,
Senhoras e Senhores:

É para mim uma honra e uma grande alegria receber hoje na Casa da UNESCO, que é a de todas as nações e de todas as culturas, Sua Excelência o Senhor João Baptista Figueiredo, Presidente da República Federativa do Brasil. Vossa Excelência, Senhor Presidente, é o primeiro Chefe-de-Estado do Brasil a visitar nossa Organização. Desse Brasil que nunca deixou de desempenhar papel decisivo na vida da UNESCO. Já em 1945, ele era um dos raros países em desenvolvimento a participar dos trabalhos da Comissão preparatória incumbida de redigir a Constituição da entidade e a fazer com que prevalecessem algumas das idéias que lastreiam a sua existência. E continuou, desde então, presente a todas as atividades da Organização e a dar-lhe o mais constante apoio na realização de seus objetivos.

Quero aproveitar a presença de Vossa Excelência entre nós, Senhor Presidente, para prestar solene homenagem às mulheres e aos homens de seu país cujos nomes estiveram ligados, desde o início, à vida da UNESCO, e que serviram de maneira exemplar à causa da cooperação intelectual e cultural internacional. Citarei em primeiro lugar o Senhor Paulo de Berredo Carneiro, homem de ciência e grande humanista, que presidiu à Conferência Geral e o Conselho Executivo, ocupando ainda hoje a presidência do Comitê Executivo da Campanha Internacional da Núbia, posto que assumiu quando da fundação do órgão, há mais de vinte anos, e também a presidência do Comitê Internacional encarregado da revisão da História Científica e Cultural da Humanidade, de que foi a coluna mestra desde a primeira edição.

Permita-me que externe, igualmente, o nosso reconhecimento em relação a outro distinguido sábio de seu País, o Professor Carlos Chagas, grande amigo da UNESCO, que preside à Academia Pontifícia das Ciências, bem como ao Embaixador Geraldo Holanda Cavalcanti, Delegado permanente junto à UNESCO, onde revela um espírito de abnegação e uma sabedoria dignos das mais altas tradições brasileiras.

Senhor Presidente,

O seu país é freqüentemente definido como um continente em si mesmo. E em certo sentido realmente o é, pela extensão do seu território, que o situa em quinto lugar no Mundo; pela multiplicidade de suas regiões e de suas paisagens que eu próprio tive ocasião de verificar ao visitar o Rio, onde bate o coração do Brasil, São Paulo, sua grande metrópole, Salvador da Bahia, onde convergem tantas conotações que me são caras, já que exprimem as vivas afinidades brasileiras com o continen-

te africano. Mas eu acrescentaria que o Brasil é também, sobretudo, um continente pela diversidade das populações que o compõem e representam, ao mesmo tempo, sua maior riqueza e sua razão de ser.

O «milagre brasileiro» é, antes de tudo, a aptidão do seu país para acolher e unir tantos povos, para acumular tantas heranças históricas, para cultivar tantas tradições culturais, num extenso mosaico de diferenças reconciliadas que define o gênio do Brasil.

De sua vocação para assimilar contribuições as mais variadas, sempre respeitando as suas especificidades, o Brasil hauriu esse dinamismo imaginativo e essa eficiência que fizeram surgir do nada a prestigiosa capital que é Brasília e permitiram, ao mesmo tempo, que os brasileiros começassem a tirar partido das fabulosas riquezas do solo e do subsolo e a revelar ao Mundo uma presença ativa, orientada no sentido da paz e do progresso.

Os dois aspectos desse dinamismo mostram-se, aliás, estreitamente ligados um ao outro: com efeito, é graças ao empenho em desenvolver harmoniosamente as suas potencialidades humanas, os seus recursos naturais e as suas disponibilidades técnicas que o Brasil oferece à cooperação internacional uma contribuição extremamente fecunda.

Essa experiência histórica ilustra a necessidade de cada país participar de todas as iniciativas em que se delineia o futuro do Mundo, a fim de que se estabeleça entre as nações um relacionamento no qual a reciprocidade substitua o intercâmbio desigual e as injustiças se esfumem progressivamente, fazendo desaparecer os flagelos da miséria e da ignorância.

Assim, Senhor Presidente, Vossa Excelência atribui um valor particular à participação do seu país nas nego-

ciações Norte-Sul, mas ao mesmo tempo dá importância crescente ao corolário essencial disso: o estreitamento dos laços de cooperação no âmbito do Sul, isto é, entre os países em desenvolvimento.

Iniciativa altamente significativa nesse sentido foi a da Delegação brasileira na vigésima primeira sessão da Conferência Geral da UNESCO, ao apresentar uma resolução, unanimemente adotada, segundo a qual «a cooperação entre os países em desenvolvimento constitui um elo complementar essencial à solução de seus problemas», e «uma autêntica cooperação técnica entre países em desenvolvimento reclama a participação de todos os protagonistas da solidariedade internacional, prática que exige substancial esforço financeiro, cujo peso não deveria recair apenas nos países em desenvolvimento».

Vossa Excelência mesmo, Senhor Presidente, diversas vezes reafirmou a necessidade de o Brasil tudo fazer para estreitar os laços de amizade e de ajuda mútua entre os países da América Latina, da África e da Ásia. Oferecendo a esses países a possibilidade de partilhar a experiência de alto nível que o Brasil já adquiriu em numerosos domínios, Vossa Excelência abre vias de solidariedade num mundo em que tantos egoismos nacionais truncam os anseios de uma verdadeira cooperação.

O recente acordo concluído entre os países da bacia amazônica, e de que o Brasil foi um dos promotores, constitui exemplo de compreensão mútua e de cooperação que descontina grandiosas perspectivas para a exploração de seus recursos naturais comuns.

Nas múltiplas áreas ligadas à cultura, à educação, às ciências e às técnicas, bem como à comunicação, é claro que a UNESCO continuará no propósito de colocar a serviço da cooperação assim entendida todo o peso de suas competências e de seus recursos.

Senhor Presidente,

O seu país e a nossa Organização partilham a mesma fé nos destinos do homem e nos ideais que fundamentam uma colaboração internacional fecunda e durável na convicção de que o homem é ao mesmo tempo o agente e o objeto do desenvolvimento, seu criador e seu fim último — o homem em sua essência espiritual, moral e cultural, assim como em suas aspirações sociais e económicas, o homem na inteireza de suas virtudes e de suas esperanças.

Dai que, tanto a nosso ver como a juízo de Vossa Excelência, todo esforço de desenvolvimento repousa necessariamente no direito de cada indivíduo à liberdade, à dignidade e à segurança, no reconhecimento da mais ampla autonomia às pessoas e às instituições, na luta contra todas as formas de discriminação racial ou cultural, na necessidade de subordinar o crescimento económico à diminuição das desigualdades sociais.

Com efeito, o desenvolvimento não pode reduzir-se ao crescimento económico calculado em termos de produto nacional bruto. Ele consiste, antes, na expansão do conjunto das virtualidades do corpo social. E se é verdade que suas realizações materiais se exprimem ao nível da economia, suas significações e suas finalidades emanam da cultura, que irriga e unifica todos os empreendimentos graças aos quais se afirmam o esforço coletivo e as contribuições individuais.

A educação, nesse quadro, é o local privilegiado onde se dá o despertar das sensibilidades e também a transmissão do saber, onde ocorre, simultaneamente, o enraizamento dum povo no leque de valores que definem a sua identidade e a sua aptidão para assimilar e desenvolver criativamente os conhecimentos e o «savoir-faire».

A experiência brasileira oferece-nos a brilhante ilustração de um progresso fundado na síntese entre o enraizamento cultural e a inovação científica e técnica — o qual leva o seu país a empreender, paralelamente, a salvaguarda de Ouro Preto, que acaba de ser inscrita na lista do patrimônio cultural mundial, e uma pesquisa de ponta no domínio das energias não convencionais, notadamente a biomassa.

É na aptidão para realizar essa síntese que reside uma das chaves do futuro do Terceiro Mundo. E a UNESCO se esforça por colocar ao serviço de todos os Estados-membros a experiência ao mesmo tempo teórica e prática que adquiriu na matéria. Com o Brasil, a colaboração do Organismo pode mostrar-se particularmente fecunda nos amplos domínios da formação dos quadros do ensino e da pesquisa, da formação técnica em atividades tais como a utilização pacífica do átomo e da eletrônica, da criação de redes regionais de instituições científicas e da participação na salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro.

O acordo de cooperação que o Brasil acaba de assinar com a UNESCO representa um instrumento que, estou certo, permitirá a um só tempo consolidar, ampliar e diversificar as ações comuns no futuro. Num mundo em que a incompreensão e a desconfiança abrem ainda grandes fossos entre as nações, tais ações constituem símbolos de sabedoria e penhores de progresso.

Senhor Presidente,

Na época em que vivemos, as nações dependem cada vez mais umas das outras, mas ainda não se sentem solidárias. Elas são forçadas a contar umas com as outras, mas não podem confiar umas nas outras. Temos aí uma situação geradora de numerosas tensões que muitas vezes derivam em conflitos. Tal estado de coisas só po-

derá ser superado mediante a instauração de uma nova ordem mundial, quando a compreensão e o respeito mútuos substituirão o desconhecimento um do outro, quando a dignidade de cada um será assumida por todos, quando a solidariedade consciente prevalecerá sobre a concorrência selvagem.

O advento dessa ordem implica que o espírito de generosidade e de eqüidade venha soprar mais forte que o do egoísmo e que os ideais se sobreponham aos cálculos individualistas. Que a visita com que Vossa Excelência nos honra hoje, Senhor Presidente, nos possa acenar com uma promessa nova nesse particular.

29 DE JANEIRO
SEDE DA UNESCO
PARIS — FRANÇA
DISCURSO DURANTE SESSÃO SOLENE
NA UNESCO

Senhor Diretor-Geral,
Senhores Membros do Conselho-Executivo,
Senhores Delegados Permanentes:

Aceitei com grande prazer o convite que Vossa Excelência me formulou, Senhor Diretor-Geral, e é com sentimento de responsabilidade que me dirijo a todos os Senhores, neste lugar privilegiado pela vontade dos Estados e dos homens: a sede da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

Naqueles que, dentre os Senhores, são membros do Conselho Executivo da UNESCO ou delegados permanentes junto a esta Organização, vejo os representantes dos governos e das culturas nacionais. Vejo homens públicos mas também os intelectuais que devem traduzir a consciência de seu tempo, os valores duráveis da sociedade.

Naqueles que aqui encarnam a Organização, vejo mandatários da comunidade internacional para a difícil

tarefa de criar condições favoráveis à cooperação internacional nos domínios de competência da UNESCO, segundo as diretrizes que lhe são fornecidas pelos Estados membros.

Os Senhores vivem no quadro de um dilema que é necessário cotidianamente superar, para que a UNESCO cumpra suas altas missões: a de compatibilizar a defesa de interesses nacionais com a maximização dos frutos da cooperação internacional, em benefício de todos.

No que respeita a esse dilema, que chamarei funcional, progressos importantes têm sido alcançados, graças à própria prática da cooperação. Aí as mais sérias dificuldades que vejo, decorrem da emergência de ambições supranacionais no seio de alguns desses organismos internacionais; da progressiva burocratização desses organismos e, finalmente, da sua utilização para obter fins particulares distintos dos objetivos originais.

Os organismos internacionais são essencialmente fóros de negociação para a composição das vontades nacionais. Nesse sentido não se deve falar de uma «filosofia» da UNESCO, ou de uma «política» das Nações Unidas, embora em cada caso uma carta constitutiva fixe os princípios de sua ação. Não quero dizer, obviamente, que os secretariados das organizações internacionais devam ser inermes intelectual ou politicamente. Mas sua iniciativa prende-se a um mandato: os Estados-membros determinam, em última análise, a orientação a ser seguida pelas organizações. No caso da UNESCO, devo dizer, o Secretariado está consciente desses condicionamentos.

Do perigo de burocratização quase seria desnecessário tratar. É esse um flagelo que ameaça todas as instituições. Hoje, as grandes entidades se burocratizam

por meio de um suposto refinamento e enriquecimento de objetivos. O perigo contra o qual as instituições internacionais precisam precaver-se é o de tudo quererem abarcar. Nesse sentido, são altamente recomendáveis os esforços que a UNESCO vem empreendendo para a concentração do programa, tanto em termos de objetivos como de ações. E essa tendência deve ser estimulada com incessante determinação.

Finalmente, existe o perigo de que as instituições sejam desviadas dos seus propósitos originais para servirem aos interesses de grupos particulares de países, em decorrência de situações desiguais de poder que se refletem em formas sutis de neocolonialismo, político ou econômico, ideológico ou cultural. A UNESCO tem felizmente estado alerta para esse perigo e vai à conta de seus méritos a constante preocupação no sentido de furtar-se a agir como instrumento de qualquer espécie de colonialismo ou de hegemonia.

O grande papel da UNESCO se situa na encruzilhada entre o pensamento e a ação, em esclarecer objetivos e em orientar as ações dos Estados. Se não lhe cabe formular uma filosofia própria, é a UNESCO, nos domínios que lhe são próprios, o foro onde os homens procuram explicar e entender sua diversidade e encontrar a maneira de conciliar suas aspirações e diferenças em benefício de todos. Mas não se esgota no plano conceitual essa obra coletiva e cooperativa dos Estados. É através da ação que ela testará a si mesma, se corrigirá e se construirá.

O Brasil procura participar dessa obra com infatigável determinação. As próprias características econômicas, sociais, políticas e culturais do Brasil de hoje configuram uma experiência nacional importante para o es-

clarecimento de certos aspectos da sociedade contemporânea e nesse particular têm utilidade imediata para as preocupações da UNESCO.

País de dimensões continentais, de grande variedade humana e inesgotáveis recursos naturais, aberto ao convívio universal, o Brasil oferece rico mostruário de experiências. Ao mesmo tempo, porém, que nos dispomos a repartir nossa experiência, desejamos usufruir e compartilhar a dos demais povos do Mundo, voltados que estamos para a gigantesca obra de construção nacional com o objetivo de alcançar níveis de vida dignos e justos no que respeita às necessidades básicas do Homem e ao confronto com as diversas sociedades no plano internacional.

Tomemos, para iniciar, os campos da educação e da cultura. Tanto nos países desenvolvidos quanto nos em desenvolvimento, esses dois aspectos são intimamente relacionados. Mas, enquanto nos casos dos países desenvolvidos a educação é, basicamente, um instrumento para transmitir de uma geração a outra o essencial da cultura nacional, para inculcar valores e desenvolver aptidões, nos países em desenvolvimento o problema da educação é, ainda, fundamentalmente, o de permitir o acesso da população aos veículos escritos de transmissão da cultura, o de caracterizar e preservar a identidade cultural. O problema é complexo e urgente, visto como o paternalismo dos países desenvolvidos, de um lado, e o mimetismo dos países em desenvolvimento do outro, convergem para a implantação, nestes, de valores importados. Daí por que se impõe acrescentar um conteúdo crítico ao já enorme esforço educacional de parcelas ponderáveis da população — a partir de bases exígues em recursos humanos e materiais.

No Brasil, passado o período de educação elitista de herança colonial, que perdurou até há pouco, o esforço nacional se concentra, no momento, em procurar introduzir esse elemento crítico que nos permita melhor adequar ao nosso meio o sentido e os resultados da educação.

Nesse contexto, evidentemente, a cultura nacional não pode ser encarada como objeto de ostentação nem estar ligada, fundamentalmente, a valores importados de antigas matrizes ou de novas matrizes culturais. Da mesma forma como revemos criticamente o conteúdo dos objetivos da educação, estamos revendo criticamente o conteúdo e os objetivos da ação do Estado na promoção da cultura.

O que é válido para a educação e a cultura se aplica igualmente ao plano do desenvolvimento científico e tecnológico. Aí, também, não é menos dramática a situação dos países em desenvolvimento, que enfrentam o desafio de crescer rápida e livremente. Vêem-se eles mais uma vez a braços com o dilema de seguir os tutores que prometem soluções pré-fabricadas ou tentar, sem perda de ritmo, encontrar soluções próprias, capazes de conciliar o progresso e a preservação da identidade nacional. Neste, como em outros terrenos, não haverá como recorrer a panacéias e só o esforço consciente, a disposição de ensaiar, descobrir, adaptar, corrigir e reensaiar, poderão levar cada povo a encontrar os meios de ação propícios ao seu particular desenvolvimento. A condenação desse esforço, criticando-lhe os erros e ignorando-lhe os acertos em nome de ortodoxias estabelecidas, revela, no mínimo, insuficiente percepção do próprio processo histórico, que terá necessariamente de estar aberto para o futuro. Estamos, hoje, convencidos de que os avanços científicos e tecnológicos mudaram as condições

de progresso, e que se abrem novas perspectivas para os países em desenvolvimento. Não precisaremos repetir cada etapa do progresso anteriormente palmilhado pelos atuais países desenvolvidos, sendo-nos facultado abreviar caminhos para a obtenção de soluções próprias.

Menciono, finalmente, outro relevante domínio de competência da UNESCO, que é o da comunicação social. Também aí é notória a contribuição conceitual trazida ao debate pelos países em desenvolvimento. Segundo todos sabemos, o que se deseja não é substituir os atuais privilégios por outros que beneficiem novos sujeitos da comunicação, como as fontes oficiais. O que se quer é criar condições para que a liberdade de informar corresponda o direito de ser informado e zelar por que a função de informar se exerce de forma responsável. Essa responsabilidade é um compromisso com os fatos — com a verdade, portanto — mas é, também, uma responsabilidade ética, ém face dos próprios fins sociais inerentes à Nação.

Senhor Diretor-Geral,

Meus Senhores,

Ao terminar, quero reafirmar perante todos a inabalável confiança do meu Governo nos ideais da UNESCO. Envidaremos todos os esforços para que esses ideais — que são os do nosso País, um dos fundadores da Organização — prevaleçam internamente e se expandam internacionalmente. O Brasil tem prestado e pretende prestar sempre o seu concurso a fim de que a cooperação internacional se fortaleça, eliminando progressivamente as causas de conflito entre as nações e incrementando incessantemente as condições de progresso harmônico entre os povos. Nesse sentido, vemos com parti-

cular satisfação e crescente entendimento entre os países em desenvolvimento e a confiança cada vez maior nas formas de cooperação horizontal, a qual não se faz em confronto com a vertical, mas em complemento a ela.

Senhor Diretor-Geral,

Dentro de três meses Vossa Excelência estará visitando oficialmente o Brasil. Pela segunda vez será hóspede do Governo brasileiro, tendo a primeira ocorrido no seu mandato anterior. O Governo e o povo do Brasil, que o aguardam de braços abertos, reconhecem em Vossa Excelência um legítimo representante das nações irmãs da África e um perspicaz e infatigável lutador pelo direito de todos os povos, de cada povo, à justiça, à liberdade e ao progresso — objetivos subjacentes nos ideais que inspiram o Ato Constitutivo da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

29 DE JANEIRO
PALÁCIO GRAND TRIANON
PARIS — FRANÇA

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA FRANCESA, SENHOR VALERY GISCARD D'ESTANG, POR OCASIÃO DO JANTAR QUE FOI OFERECIDO AO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO

Senhor Presidente,
Senhora:

O Brasil, disse-lhe eu quando de sua chegada a Paris, é uma das esperanças do Mundo. Ninguém veja nisso uma fórmula de polidez, mas a pura expressão da verdade.

Para haver eqüilíbrio e segurança, é preciso que as forças do Mundo sejam repartidas. É preciso que haja diversidade, pois um mundo dividido em dois é um mundo perigoso.

Sabemos que no mundo multipolarizado que se constrói sob nossos olhos o Brasil será um dos centros ativos de progresso e de paz. Isso está inscrito no livro das coisas, na geografia, na demografia e na economia. Quanto mais depressa ocorrer, melhor para todos nós.

Celebramos essa esperança ao recebê-lo esta noite. Trata-se de uma amizade antiga e que nos é natural.

Franceses e brasileiros aproximaram-se uns dos outros nas diversas etapas da história de seu país. Os fundadores da República brasileira — bem o recordamos — buscaram inspiração nos pensadores franceses do século das Luzes, nos princípios da nossa Revolução e, mais particularmente, no positivismo de Augusto Comte e em sua fé no progresso. Sua divisa nacional «Ordem e Progresso» dá testemunho disso.

Essas afinidades em seguida alimentaram o intercâmbio estabelecido entre as nossas elites e de que se encontram notáveis expressões na nossa Arte e nas nossas Letras, como nas suas. Elas explicam também por que nossos países combateram lado-a-lado nas duas guerras mundiais em defesa dos mesmos valores de liberdade, de independência e de respeito às nações, que conduzem as nossas políticas.

Assim se fortaleceu essa amizade que nos aproxima e faz com que nos conheçamos e nos estimemos.

Associo a isso as lembranças pessoais de minha visita ao Brasil, há dois anos. A lembrança de um povo ardente em sua juventude, sua vitalidade e sua espontaneidade. A de um país onde tudo parece possível, como o confirma Brasília, cidade que brotou de um solo virgem e cujos monumentos se revelarão amanhã um punhado de obras clássicas. Como eu próprio, após as etapas de São Paulo e Rio de Janeiro, pude descobrir em Manaus, onde se manifesta a potência duma natureza e dum espaço que ainda não revelaram senão pequeníssima parte das riquezas que encerram.

Tais são as sensações inapagáveis que conservo daquela visita.

A energia criadora do povo brasileiro vem de suas raízes européias e africanas, de seu instinto do belo e de um incomparável anseio de vida e de harmonia.

Essa força criadora constitui um pressuposto essencial para Vossa Excelência, Senhor Presidente, e para todos aqueles responsáveis pela condução das profundas mudanças que se operam em seu País.

A imensidão do território brasileiro, a diversidade do seu povo, a etapa de progresso já alcançada, que coloca o País ao mesmo tempo a braços com os problemas das nações em desenvolvimento e com os das industrializadas, dão bem idéia das dimensões do empreendimento.

Mas estão à altura dele o dinamismo do povo e todos os recursos cuja descoberta progressiva estimula os esforços dos brasileiros.

Estes decerto enfrentam dificuldades, algumas de correntes da amplidão da tarefa. Mas os resultados já conseguidos e que traduzem o desenvolvimento industrial, científico e técnico da Nação, bem como a melhoria das condições de vida, têm todos os títulos para infundir confiança no futuro do Brasil.

Outras dificuldades prendem-se à situação mundial e, em particular, ao encarecimento das provisões de petróleo. A França, como Vossa Excelência sabe, esforça-se por contornar o problema mediante a realização de importante programa de centrais nucleares a que vai acrescentar-se o desenvolvimento de carburantes substitutivos. A meta é conseguir que ao final da presente década 90 por cento da eletricidade consumida provenha de recursos de origem nacional. O Brasil, por sua vez,

pode contar com os vastos recursos que a natureza lhe prodigaliza. Quer se trate da força hidráulica, do carvão, do álcool de cana, os brasileiros possuem meios de libertar-se do fardo das importações de energia.

Esse empreendimento pressupõe múltiplas cooperações. No que concerne à hidráulica e também às usinas a carvão a França já lhes oferece o seu concurso. A Hidrelétrica de Tucuruí, com os seus 3.000 Mw, constitui exemplo disso. Aí está uma área natural para a nossa cooperação. Temos os mesmos problemas, despendemos os mesmos esforços para nos libertar do peso das importações de energia. Podemos ajudá-los a utilizar a tecnologia necessária para explorar de maneira intensiva as suas jazidas de carvão. E podemos examinar em conjunto o desenvolvimento dos carburantes substitutivos.

Ainda outra das dificuldades que os afligem tem a ver com as distâncias num país com a vastidão do Brasil. Podemos estender às telecomunicações, às ligações por satélite, às aplicações da telemática, a cooperação que já pusemos em prática no campo dos transportes terrestres e aéreos, onde nossos industriais estão habituados a trabalhar juntos.

Nos domínios científico e tecnológico, adotamos modernas formas de cooperação a fim de acompanhar o desenvolvimento brasileiro. Os acordos que assinaremos amanhã dão testemunho disso. Essa cooperação deverá ser desenvolvida e adaptada na medida das necessidades brasileiras.

É claro que a aproximação entre nós se manifesta também no domínio político.

Haja vista as três visitas oficiais que nos fizemos reciprocamente num período de cinco anos. Na medida em que se afirma o papel do Brasil no cenário internacional, isto é, o de um grande país que ocupa lugar eminente e se apresenta como um dos parceiros importantes deste fim de século, a França se congratula pelo estabelecimento de um entendimento regular entre nós, pondo em relevo a convergência de nossos pontos-de-vista sobre os grandes problemas do Mundo.

Essa ótica semelhante na análise dos problemas decorre dos princípios que conduzem nossos dois países em sua ação internacional, ou seja, na defesa da paz, no respeito à independência e à diversidade das opções políticas e sociais dos Estados.

O Brasil e a França esforçam-se por exprimir de maneira concreta os laços de solidariedade que unem os países do Mundo diante de problemas fundamentais, como a preservação da paz e a manutenção da segurança, a busca do desenvolvimento, o domínio das tecnologias do futuro. A unidade crescente do Mundo reclama o diálogo e a cooperação, e é ao desenvolvimento destes últimos que consagramos os nossos esforços.

Ao tomar a iniciativa do diálogo Norte-Sul, a França encontrou o Brasil a seu lado. Se os progressos alcançados se situam aquém das nossas esperanças e da expectativa dos mais necessitados, pelo menos foi traçado um caminho. País industrial, mas tradicionalmente aberto às preocupações do Terceiro Mundo, a França, assim como o Brasil, cujo desenvolvimento espetacular o coloca num ponto eqüidistante entre o Norte e o Sul, tem um papel particular a desempenhar na instauração de

novas relações econômicas. Assim será possível assegurar a estabilidade, sem a qual nossos esforços seriam vãos e a justiça, única em condições de garantir a adesão dos povos.

A França e o Brasil estarão presentes nas grandes assembléias do Mundo neste final difícil de um século pródigo em provações. E estarão porque sobram a ambos vontade e capacidade. É necessário que se encontrem lado-a-lado para contribuírem, cada qual com sua personalidade e seus atributos, na edificação de um mundo mais justo e mais fraterno. Eis aí o sentido de nossos encontros e de nosso diálogo.

Senhor Presidente, alegra-me que Vossa Excelência tenha reservado à França a primeira visita feita à Europa na qualidade de Presidente da República Federativa do Brasil. Vejo nisso um testemunho da qualidade e da confiança de nossas relações.

Permita, Senhor Presidente, que eu lhe manifeste a estima em que o tenho desde nosso primeiro encontro em Brasília. Avalio, melhor talvez do que qualquer outro, a dificuldade de sua tarefa. Compreendo o amor de Vossa Excelência ao seu país, o desejo ardente de conduzi-lo pelo caminho em que se entrecruzam a liberdade a que aspira e as disciplinas de um progresso regular e ordenado. Desejo-lhe pleno êxito, com a segurança de que os votos da França acompanham o progresso e o sucesso do Brasil.

Eis o que me cabe expressar, pedindo a todos que elevem suas taças em honra do Presidente Figueiredo e da Senhora de Figueiredo, em honra dos membros eminentes do Governo brasileiro e das altas personalidades que

os acompanham, num brinde à felicidade e à prosperidade do grande povo brasileiro, que poderá sempre sentir-se amigo do povo francês.

29 DE JANEIRO
PALÁCIO GRAND TRIANON
VERSALHES — FRANÇA
DISCURSO POR OCASIÃO DO JANTAR
OFERECIDO PELO PRESIDENTE DA
REPÚBLICA FRANCESA, SENHOR VA-
LÉRY GISCARD D'ESTAING

Excelentíssimo Senhor Presidente
da República Francesa, Valéry Giscard d'Estaing:

Agradeço sensibilizado as palavras de simpatia e amizade de Vossa Excelência. Elas testemunham o conhecimento e o interesse de Vossa Excelência em relação ao Brasil.

A visita que ora realizo à França ultrapassa o plano dos resultados imediatos. Faz parte de um processo, que podemos considerar consolidado, de encontros entre os Chefes-de-Estado dos dois países.

Esse processo foi iniciado com a visita ao Brasil do Presidente Charles de Gaulle, que acolhemos não só como um grande estadista francês, senão também como uma das personalidades centrais da História contemporânea. Ao retribuir, em 1976, aquela visita, o Presidente Ernesto Geisel foi alvo de recepção calorosa e amiga, por parte do povo e do Governo franceses.

De sua parte, Vossa Excelência, durante sua ainda recente viagem ao Brasil, deu grande e feliz impulso ao fortalecimento de nossos laços em todos os domínios, e entre nós encontrou a mesma visão construtiva que o animava.

Minha visita é mais uma etapa no processo de consolidação de nosso relacionamento. Venho à França em ocasião particularmente significativa na evolução de nossos países e num momento pleno de riscos e oportunidades para o Mundo.

Senhor Presidente,

Tradicionalmente, a França tem-se colocado em posição ímpar perante a comunidade internacional, como fonte inesgotável de cultura e de conquistas intelectuais e políticas. Juntam-se, na sociedade francesa, o respeito ao passado e a coragem diante do futuro. A nação francesa mostra uma cultura sedimentada e reconhecida, a que se soma uma criatividade empenhada na busca de novos rumos, novas formulações e novas idéias.

Por precisão de pensamento e elegância de expressão, Vossa Excelência é reconhecido como autêntico representante da cultura e da política da França. Em seu trabalho cotidiano, Vossa Excelência orienta o Governo francês em direção a idéias e instituições que, concebidas no presente, servirão às futuras gerações. Concretizam-se, assim, os grandes ideais de seu país e renova-se a contribuição que sempre deu ao progresso do Homem e da Civilização.

Em seu ofício de pensador e político, Vossa Excelência identificou três caminhos para o relacionamento, entre os indivíduos e a coletividade.

- a realização da unidade pela justiça;
- a constituição de uma comunidade de homens livres e responsáveis;
- a criação de uma sociedade de comunicação e participação.

Tais princípios, sucintamente enunciados, transcendem o plano da realidade interna dos Estados, pois a idéia de «uma sociedade a partir do homem» deve permear a própria evolução das relações internacionais.

Ao aceitar o convite formulado por Vossa Excelência, tive em mente que o diálogo entre nossas duas nações, desenvolto e franco, se alicerça em valores compartilhados. São valores que nos levam, de um lado, ao apreço à identidade nacional própria e, de outro, ao respeito à individualidade de nossos parceiros. Se, deixando de lado outros pontos de convergência, quiséssemos definir o denominador comum de nossos povos, talvez o encontrássemos no repúdio à uniformidade.

A França e o Brasil convivem no espaço político ocidental. Temos o desejo de ver o Ocidente prosperar de forma harmônica e que respeite toda a sua variedade. Precisamos viver autenticamente os nossos próprios valores e praticar o diálogo flexível e aberto.

É fundamental que, em nosso comum espaço político, cada país possa dispor de meios práticos para realizar seus destinos. E que o faça livre de interferências, restrições ou imposições, pois este é o traço que nos distingue no cenário internacional. Repelimos as hegemonias e as decisões unilaterais. A sociedade internacional deve ser um campo de coordenação e não de subordinação. A busca do consenso deve partir do respeito às características de cada nação.

Com suas identidades próprias, situando-se em contextos distintos, a França e o Brasil apresentam semelhanças importantes em sua atuação internacional.

O Brasil aprecia em Vossa Excelência a compreensão que tem demonstrado da relevância, para o mundo de hoje, das expectativas dos países em desenvolvimento. Desde os primeiros passos das negociações Norte-Sul, a França tem sido sensível à necessidade do diálogo, pois, como o Brasil, pôde perceber nitidamente os riscos inerentes à continuidade dos presentes impasses econômicos.

A busca de uma ordem econômica mais justa deve ser concreta e refletir-se na melhoria da qualidade de vidas dos povos.

Deve, portanto, repudiar rótulos e idéias fixas que apenas encobrem a falta de um desejo sincero e profundo de cooperação.

Senhor Presidente,

Na conjuntura internacional particularmente complexa e delicada em que vivemos, mais do que nunca se faz urgente o entendimento, a cooperação, a boa convivência entre as nações.

Devemos evitar a redução das relações internacionais a sínteses utópicas, mas compreender a diversidade das nações e buscar um relacionamento que contribua efetivamente para a paz e para o desenvolvimento.

A atual situação é especialmente dramática no campo econômico, em que injustiças se perpetuam em prejuízo maior para a maioria dos países em desenvolvimento. Apesar de seus árduos esforços internos e dos resultados obtidos no campo do desenvolvimento, o Brasil

tem sido duramente atingido pela crise econômica mundial. Não se pode deixar de reconhecer que, se a atual conjuntura afeta negativamente o mundo desenvolvido, é ela ainda mais adversa para as economias vulneráveis dos países em desenvolvimento.

Os momentos difíceis que vivemos exigem soluções prontas. É preciso um esforço internacional conjunto com vistas a um entendimento verdadeiro sobre essas questões que a todos afligem. Se esse esforço não prosperar, é mais do que provável que se criem ressentimentos e desconfianças, de efeitos imprevisíveis, que a ninguém beneficiarão.

O impasse nos foros econômicos internacionais não é problema acadêmico, pois desencadeia tensões e conflitos abrangentes. E poderá contaminar a cena política internacional.

Senhor Presidente,

A meu ver, duas condições são essenciais para que se possa impulsionar esse empreendimento conjunto. De um lado, o sentido claro de prioridade, nascido de um processo realmente negociado, sem imposições, mas com justiça e equilíbrio. Do outro lado, a disposição verdadeira para negociar.

Conheço as dificuldades objetivas que se colocam diante do ânimo negociador. Mas tenho a esperança de que as verdadeiras consequências da atual crise econômica, em particular sobre os países em desenvolvimento, possam ser adequadamente entendidas pelos países industrializados e de que, em benefício mútuo, sejamos capazes de quebrar a inércia que caracteriza as relações Norte-Sul.

Tenho a esperança de que saberemos vencer esse desafio, que certamente imporá sacrifícios a todos, matiza-

dos, porém, de acordo com os respectivos estágios de desenvolvimento. De toda forma, cumpre que essas negociações sejam levadas a efeito dentro de uma atmosfera de absoluto respeito às autonomias individuais dos países participantes e num verdadeiro sentido de solidariedade.

Senhor Presidente,

Os esforços que nossos países têm envidado para enriquecer as relações bilaterais ganharão — estou certo — renovado impeto. Novas oportunidades continuarão a surgir, num quadro institucional já abrangente e aperfeiçoado, que reflete as raízes das relações franco-brasileiras.

As relações de amizade que, tradicionalmente, mantemos com a França constituem fator de enriquecimento da política externa brasileira. A dinamização desse relacionamento abre para o Brasil melhores oportunidades de expressão política em seu permanente diálogo com as nações da Europa Ocidental e de todo o Ocidente. Ao transcederem o plano bilateral, nossas relações com a França ativam importante vertente de nossa diplomacia e fortalecem nossa capacidade de sustentar os princípios da autodeterminação dos povos, da igualdade soberana dos Estados e do respeito às diversidades nacionais.

Dentre os fatores que, de modo mais patente, nutrem a amizade entre o Brasil e a França, levanta-se o intercâmbio cultural, denso e fecundo.

Nossos povos acreditam que as relações culturais, empreendidas em moldura de compreensão recíproca, longe de descharacterizarem a essência de cada nação, contribuem para o enriquecimento de seus patrimônios respectivos.

É esse entrosamento das culturas, essa ligação profunda entre as almas dos povos, que constitui a razão mais profunda de nossa crença na possibilidade de resolver, pelo diálogo, os problemas de nossa época.

A França soube ser ponto focal da integração europeia, revelando claro discernimento ao sublinhar as vantagens da união contra a perpetuação de rivalidade passada e modos de relacionamento anacrônicos. Para esse nobre papel, preparou-a sua tradição cultural aberta e variada, sempre renovada na defesa dos ideais humanistas.

Sob sua orientação realista e segura, Senhor Presidente, a França coloca-se sem dúvida na vanguarda das nações que almejam a construção de um mundo mais justo e equilibrado para todos.

Desejo agora saudar a amizade entre nossos povos. Aos presentes peço que comigo ergam suas taças num brinde a essa amizade e à saúde do Presidente da República Francesa e da Senhora Valéry Giscard d'Estaing.

29 DE JANEIRO

CÓNSUL NACIONAL DO
EMPRESARIADO FRANCÊS.

PARIS — FRANÇA

DISCURSO NA ABERTURA SOLENE
DA REUNIÃO EMPRESARIAL BRASIL-
FRANÇA

Minhas Senhoras, meus Senhores:

É com viva satisfação que venho saudá-los na abertura desta Reunião Empresarial Brasil-França, iniciativa que, de forma auspiciosa, coincide com minha visita oficial à República Francesa.

Quando se verifica ser a França o oitavo parceiro comercial do Brasil, e o sexto, em termos de investimentos, reafirma-se a certeza de que temos ainda pela frente enorme potencial de expansão em ambos os campos. Existem condições para isso. Nossas economias são largamente complementares; acreditamos na eficiência da economia de mercado, produzida pela primazia da iniciativa privada no processo de desenvolvimento; e valorizamos a colaboração no que se refere aos fluxos de capitais privados para investimentos diretos. Acreditamos na importância da cooperação internacional no plano econômico, para evitar que posturas protecionistas e atitudes unilaterais terminem por prejudicar a todos.

O agravamento da situação econômica global deixa claro o caráter estrutural de uma crise que muitos pensavam transitória e indica que passamos a viver uma situação nova. A crise da economia mundial tem, em sua gênese, fatores relacionados com as tensões criadas por um intercâmbio desigual entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Para seu equacionamento eficaz e definitivo, faz-se indispensável uma reformulação abrangente e profunda no quadro normativo das relações entre os países do Norte e do Sul.

A estrutura de convivência entre o Norte e o Sul tem-se alterado apenas marginalmente. Ainda hoje, não permite a formação de bases de relacionamento consensúaneas com o papel cada vez mais significativo desempenhado pelos países em desenvolvimento no conjunto da economia internacional.

A real integração do Terceiro Mundo na economia internacional só advirá de seu adequado acesso aos processos decisórios sobre as questões da vida econômica. A tentativa de preservar as estruturas de decisão sobre os fluxos internacionais de comércio, finanças e tecnologias só agravará a situação atual.

A reforma do sistema econômico internacional não será ato de benemerência, mas a reinterpretação do próprio jogo de interesses entre o Norte e o Sul.

Temos de passar da simples interação para um verdadeiro sentido de mutualidade. Do temor de mudanças que se pensam adiáveis, para o reconhecimento de que o desafio a enfrentar é o de administrar mudanças inevitáveis e já em pleno curso. Da crença, errônea, de que estamos todos a disputar lugares em espaço apertado e até decrescente, para a compreensão de que, juntos, Norte e

Sul serão capazes de ampliar imensamente os horizontes de progresso e desenvolvimento ao alcance de todos os povos.

Senhores,

Como país em desenvolvimento, o Brasil atribui a mais alta importância à intensificação de seu comércio exterior. Consideramos o intercâmbio com outros povos insumo importante de nosso próprio desenvolvimento, mas também nos orgulhamos da contribuição que temos dado à ampliação das trocas internacionais, como exportadores crescentemente competitivos e substanciais importadores de capital, serviços, equipamentos e tecnologia.

Não me parece de todo exagerado dizer que, em certo sentido, o Brasil constitui hoje, no plano econômico, um dos mais significativos parceiros de que o mundo industrializado dispõe no Terceiro Mundo.

Se é inegável que alguns países exportadores de petróleo podem apresentar cifras mais elevadas nos movimentos de suas contas comerciais, não é menos verdade que o Brasil ocupa posição singular pelo alto padrão de diversificação de suas relações com os grandes centros econômicos, na exportação como na importação, no comércio como nas finanças, nos serviços como nos fluxos de tecnologia.

Não é negligenciável o aporte que temos oferecido à sustentação da atividade econômica nos grandes países industrializados, neste momento de generalizadas dificuldades por que passa a economia mundial. Embora, como disse antes, nos orgulhemos de tal fato, temos consciência de que é muito o que podemos oferecer à comunidade internacional, pela amplitude de nosso mercado,

pelo dinamismo de nossa indústria e pelos imensos e muitas vezes inigualáveis recursos naturais ainda suscetíveis de incorporação às nossas atividades produtivas.

A plena realização do potencial produtivo brasileiro — que sempre haveremos de assegurar pelo nosso próprio esforço — será certamente facilitada, entretanto, se nossos principais parceiros souberem evitar a adoção, para com o Brasil, de atitudes protecionistas, apressadas e injustificadas.

Com efeito, existem setores do mundo industrializado que parecem ver no surgimento do Brasil como fornecedor relativamente dinâmico de manufaturados um fato preocupante e mesmo ameaçador, a justifica o pronto recurso a medidas restritivas.

Há, por vezes, quem chegue a apontar o Brasil como país praticamente «desenvolvido», como se a árdua e complexa luta pelo desenvolvimento econômico e social pudesse ser reduzida à expressão de relativo adiantamento do setor industrial de nossa economia.

Estamos empenhados em conseguir para o Brasil, no cenário econômico mundial, lugar à altura de nossas dimensões e potencialidades. Esse esforço, longe de configurar ameaça aos interesses de outras nações, constitui na realidade fator de ampliação das oportunidades de atividade produtiva para nossos parceiros, que não devem perder de vista ter o Brasil elevada propensão a importar não só bens e serviços, mas também capital e tecnologia, como antes assinalei.

Se o Brasil, portanto, está empenhado em ampliar sua participação nas trocas internacionais, em reforçar sua capacidade tecnológica e diversificar sua estrutura produtiva, não o faz com base na busca de vantagens

unilaterais. O que buscamos não são ganhos imediatos, mas sim parcerias estáveis e mutualidade de benefícios. Nossa compromisso com uma crescente integração à economia internacional reflete a vocação brasileira para a cooperação amistosa com outros povos e expressa nossa consciência do muito que podemos fazer pela prosperidade global.

É nesse espírito que vimos enfrentando nossa parceria das dificuldades econômicas do atual momento. Duramente afetado por fatos alheios a nosso controle — como as tendências protecionistas, a elevação nos preços do petróleo, a inflação no mundo desenvolvido — o Brasil opta firmemente por uma estratégia anti-recessiva. Vemos na crise deste momento a oportunidade de ao mesmo tempo aperfeiçoar nossas estruturas e melhorar os termos de nossa inserção na economia internacional.

As soluções para nossas presentes dificuldades econômicas — na área da importação de petróleo, da inflação ou do endividamento externo — estão, com efeito, sendo encaminhadas de modo a assegurar ao País menor vulnerabilidade a fatores imprevisíveis de origem externa, mas sem prejuízo de uma reforçada vinculação com a economia internacional em termos mais estáveis e férvidos, para o Brasil assim como para seus parceiros.

Senhores,

As relações econômicas entre nossos países têm apresentado uma evolução positiva nos últimos anos. A satisfação com os resultados obtidos não deve, porém, impedir-nos de reconhecer que o intercâmbio bilateral está ainda longe de colocar-se à altura das potencialidades oferecidas pelo dinamismo e pujança das economias da França e do Brasil.

No que diz respeito, por exemplo, às exportações brasileiras para o mercado deste País, é patente a assimetria entre o bom desempenho das vendas de produtos primários e, de outra parte, o ainda insatisfatório percentual representado pelas vendas de manufaturados no cômputo global das exportações: só 25% do total das vendas brasileiras à França corresponde a produtos industrializados, quando já se eleva a quase 50% sua participação na pauta geral das exportações brasileiras.

Outra área importante do relacionamento bilateral, na qual se abrem amplas oportunidades, é a dos investimentos de capitais franceses no Brasil. As amplas e sólidas bases da economia brasileira, com seu mercado em acelerada expansão e nível considerável de industrialização, oferecem campo profícuo para uma intensificação de empreendimentos entre setores da iniciativa privada dos dois países. O Governo, assim como, estou certo, o empresariado brasileiro, só pode receber com satisfação uma presença mais expressiva de capitais franceses no esforço de desenvolvimento do Brasil.

As duas partes muito podem fazer para intensificar seu intercâmbio econômico, alargar seu alcance e diversificar sua composição qualitativa. Aos Senhores, como empresários, cabe papel central no desenvolvimento das relações Brasil-França. Estou certo de que, ao longo de seus trabalhos, saberão identificar novas oportunidades de intercâmbio mutuamente benéfico e de delinear para cada uma das formas e modalidades mais adequadas de execução.

Desejo-lhes pleno êxito em suas tarefas, para que Brasil e França possam mais rapidamente realizar, em proveito de seus povos, os ideais de amizade e cooperação que a todos nos animam.

30 DE JANEIRO
SEDE DA PREFEITURA
PARIS — FRANÇA
DISCURSO AO RECEBER AS CHAVES
SIMBÓLICAS DA CIDADE

Senhor Prefeito:

Ao voltar a Paris, sinto-me tomado da mesma alegria que experimentei quando aqui estive pela primeira vez.

A essa alegria, no entanto, soma-se agora a satisfação de calorosa acolhida a mim proporcionada, como representante do povo brasileiro.

Venho de Brasília, cidade planejada para simbolizar o futuro que os brasileiros hoje constroem.

À primeira vista, pareceria existir profundo contraste entre as duas cidades — a capital dos brasileiros que inicia sua afirmação como centro das decisões nacionais, e a capital francesa, cujas raízes, adentram, profundamente, o próprio âmago da História.

No entanto, as duas capitais compartilham da mesma vocação de se lançarem ao futuro. Se Paris já se renova através de uma arquitetura pioneira e se orgulha

de formar entre os principais monumentos históricos da Humanidade, seu dinamismo e sua vitalidade estão sempre presentes no seu papel político e econômico e no jovem vigor de seu ambiente cultural, artístico e científico.

A Cidade de Paris, com seus fundamentos no próprio mundo latino, surgiu de uma ilha, que se apresentava como ponto privilegiado de defesa. Durante o longo percurso descrito através dos tempos, Paris adquiriu características privilegiadas de cidadela de defesa da própria cultura ocidental.

Ao se falar da tradição de Paris, por muitos assimilada à da própria Nação francesa, não se deve esquecer que essa tradição possui também o sentido dinâmico da entrega de um legado às novas gerações. Significa, pois, respeito ao passado, adaptação ao presente e preparação para o futuro.

Paris mantém, assim, as qualidades culturais de sua gente e de seus monumentos, enquanto transmite sempre, às novas gerações, a herança intelectual que fecunda o futuro da França.

O próprio ambiente de Paris, cidade tão bem administrada por Vossa Excelência, leva à reflexão e às artes, o que a transforma em terreno fértil para a criação de novas idéias.

Senhor Prefeito,

Em todas as etapas do desenvolvimento do Brasil como Estado independente, é nítida a influência da França e da própria Cidade de Paris. A memória nacional registra, com carinho, a inspiração que os precursores da independência brasileira foram buscar nas idéias dos filósofos franceses do Século XVIII. Mais tarde,

também os fundadores da nossa República tiveram seus olhos voltados para doutrinas francesas. No nosso século, a renovação intelectual do modernismo, por sua vez, vislumbrou na inteligência francesa elementos de mudança que nos eram necessários e que se traduziram numa produção cultural condizente com uma sociedade que se tornava urbana e se industrializava.

Igualmente, no campo das ciências sociais e das humanidades, ficou a inteligência nacional reconhecida à inestimável contribuição francesa.

O povo brasileiro tem consciência nítida de que deve sempre proteger, com denodo, seus valores e suas características. O Brasil possui identidade cultural própria, síntese de várias etnias. Resultou nossa personalidade, como nação, de um desenvolvimento natural que desaguou na convivência fraterna que nos caracteriza. A defesa de nossos valores culturais confunde-se com a preservação de nossa própria personalidade e independência. Somos, porém, receptivos às idéias que possam enriquecer nosso patrimônio cultural, sem nunca substituí-lo.

Essa atitude se torna ainda mais importante em nossos dias. A difusão dos meios de comunicação e seu alcance crescente representam, a um tempo, conquista e risco para as nações. Se a veiculação de novos conhecimentos e de novas técnicas nos beneficia a todos, devemos ter presente que também nos arriscamos a ver descharacterizadas parcelas importantes do patrimônio cultural de cada povo.

A Nação Brasileira, assim como a Nação Francesa, tem sabido manter íntegra a sua cultura, consciente de ser essa integridade indispensável ao seu futuro. A ambas repugna a uniformidade inespecífica e nisso teremos sempre um aspecto em comum.

Senhor Prefeito,

Paris, síntese do povo francês, possui um elo fundamental que a liga ao povo brasileiro: o gosto pela vida, com sua variedade e suas peripécias, manifestação do humanismo sempre presente em ambos os povos.

Faço votos de que nossa sólida amizade, amparada pela continuidade no passado, seja eterna como Paris.

30 DE JANEIRO
HOTEL-DE-VILLE
PARIS — FRANÇA

DISCURSO DO PREFEITO, SENHOR
JACQUES CHIRAC, POR OCASIÃO DA
SOLENIDADE DE ENTREGA DAS CHA-
VES SIMBÓLICAS DA CIDADE AO
PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO

Senhor Presidente:

Constitui uma grande honra e sobretudo uma grande alegria a oportunidade que tem o Prefeito de Paris de acolher Vossa Excelência na sede da municipalidade e desejar-lhe boas-vindas à nossa capital, em nome das parisienses e dos parisienses que buscam exprimir, por meu intermédio, o orgulho de contá-lo entre nós.

Uma honra porque Vossa Excelência representa um vasto país de longa tradição e riquezas múltiplas e que em poucos anos se tornou a décima potência industrial do Mundo.

Mas sobretudo uma alegria porque na pessoa de Vossa Excelência recebemos uma nação à qual nos ligam laços estreitos e permanentes.

Nossos dois povos são profundamente latinos pela origem, pela língua e pela cultura. Se a França mereceu o título de «filha mais velha da Igreja», o Brasil é a maior nação católica do Mundo. A independência do

seu país e, depois, o regime republicano adotado encontraram na Revolução e na filosofia política francesas felizes exemplos de inspiração.

A divisa «Ordem e Progresso» na bandeira de seu país representa sem dúvida a mais bela homenagem prestada ao grande filósofo francês Augusto Comte, cujo pensamento desempenhou papel decisivo na evolução das instituições políticas brasileiras.

Há cinco séculos, a história da França e do Brasil é uma série ininterrupta de relações confiantes que a distância jamais conseguiu esfumar nem os acontecimentos políticos alterar.

Ronsard, Montagne, Racine e Mostesquieu já haviam posto em relevo o interesse do país de Vossa Excelência e sua grande beleza natural de extraordinária variedade, bem como a extrema gentileza e polidez de seus habitantes. Mas foi no último século que os nossos dois povos entraram verdadeiramente numa comunhão de espírito que nunca mais foi desmentida.

Eu gostaria sobretudo de expressar a Vossa Excelência, Senhor Presidente, a profunda gratidão dos franceses, os quais não se esquecem de que durante as duas guerras mundiais o exército brasileiro veio combater magnificamente ao nosso lado e de que numerosos brasileiros pagaram com a vida a nossa liberdade reconquistada.

Quando os laços do sangue se acrescentam, assim, aos do coração e do espírito, a amizade e o reconhecimento não podem esvaecer-se na consciência dos povos.

Permita que lhe traduza, Senhor Presidente, a simpatia profunda com que Paris o recebe.

Essa simpatia é fruto também da experiência que Vossa Excelência realiza atualmente em favor do desenvolvimento da democracia e do progresso econômico no seu país.

Vossa Excelência assumiu o compromisso de instaurar a democracia «à brasileira» e ligou seu nome à lei de anistia votada em agosto de 1979. Seus amigos rejubilaram-se com essa medida conforme com o sentimento de paz ínsito no coração dos brasileiros.

No plano econômico, Vossa Excelência está empenhado em promover um desenvolvimento que tenha «por objeto o homem em toda a sua essência espiritual, moral, ética, social, cultural e material», como indica a primeira das diretrizes fixadas para o seu Governo.

Os franceses estão conscientes do significado decisivo da ação de Vossa Excelência para o futuro da América Latina e do Mundo livre. Para numerosos países, o sucesso do modelo brasileiro evitará a tentação totalitária e afirmará as probabilidades de uma sociedade respeitosa das liberdades humanas fundamentais.

Malgrado a conjuntura atual desfavorável, estamos convencidos de que o Brasil alcançará sucesso. A decisão de montar, como a França, uma indústria nuclear garantidora da independência energética revela a determinação dos seus governantes. O crescimento continuado do Brasil nestes últimos vinte anos, e que ainda atingiu 8% em 1980, demonstra o excepcional dinamismo de um país que tem sabido tirar partido de suas riquezas naturais, como da diversidade de sua população, de sua cultura e de suas tradições, preservando uma demografia vigorosa, sinal da vitalidade e da juventude de um povo.

A Cidade de Paris, a seu turno, está certa de contribuir para o aprofundamento dos laços de amizade que unem a França e o Brasil. Os parisienses, que devem à amabilidade de M. le Moire, do Rio, a vinda da escola de samba Beija-Flor, cuja apresentação muito apreciaram, sentir-se-ão em breve felizes de ver a Casa de Augusto Comte restaurada graças a uma participação da Cidade de Paris. A Casa poderá assim desempenhar um papel ainda mais ativo na afirmação da amizade franco-brasileira, à qual a Casa da América Latina já dá exemplar contribuição.

A criação recente do grupo de amizade França-América Latina no Conselho de Paris nos permitirá, sem dúvida, multiplicar as ações comuns entre Paris e as grandes metrópoles brasileiras.

Senhor Presidente, um dos acontecimentos marcantes, no Brasil como na França, do ano que acaba de finar foi a visita do Papa João Paulo II. Suas interrogações, afirmações e exortações estão presentes em nossos espíritos. Seus pedidos também. Não seria a nós, nações dos direitos do homem, que ele se dirigia quando formulava votos «por inovações ousadas e criativas para enfrentar os desafios urgentes e as exigências éticas do presente»?

No momento em que as conferências internacionais passam um atestado de sua impotência, no momento em que por toda a parte florescem egoísmos que qualificamos de sagrados para legitimá-los, no momento em que tantos homens são privados de pão e de liberdade, como poderiam o Brasil e a França mostrar-se insensíveis diante de tal exortação? Sua história e suas tradições,

seu lugar no Mundo e as responsabilidades que exercem lhes impedem essa atitude.

Desejo, Senhor Presidente, que sua visita dê oportunidade a nossos dois países, no exercício de uma vocação comum, de oferecer ao Mundo, numa cooperação exemplar em todos os domínios, um pouco dessa «ordem» e desse «progresso» de que tanto necessita.

George Pompidou já dizia em 1970: o fortalecimento das relações entre a França e o Brasil, tão estreitas nos domínios cultural, comercial e técnico, nos é imposto por nossa herança comum e deve manifestar-se em todos os setores convenientes para nossos dois países. Era esse também o pensamento do General de Gaulle, cuja acolhida por seu país em 1964 ninguém até hoje esqueceu.

Paris — é quase dispensável dizê-lo — permanecerá sempre como uma segunda pátria para todos os brasileiros. Quanto a mim, peço que Vossa Excelência me perdoe por tornar minhas estas palavras de Bernanos, a quem perguntaram a razão de seu afeto pelo Brasil: «É que eu nasci para amá-lo».

30 DE JANEIRO
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (QUAI d'ORSAY)
PARIS — FRANÇA

DISCURSO DO PRIMEIRO-MINISTRO
DA FRANÇA, SENHOR RAYMOND
BARRE, POR OCASIÃO DO ALMOÇO
OFERECIDO AO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO

Senhor Presidente:

Recebendo hoje Vossa Excelência, assim como a Senhora de Figueiredo, o Governo Francês acolhe com grande prazer o Chefe de um Estado que mantém com a França relações fundadas no respeito e na amizade.

Essa amizade e esse respeito nunca foram desmentidos na história de nossas relações. Como prova disso quero citar a feliz conjunção de homens e de espíritos graças aos quais a sua nação adotou, no século passado, certas idéias hauridas de nossos filósofos. Durante as duas guerras mundiais, o seu país colocou-se espontaneamente ao lado dos Aliados: franceses e brasileiros lutaram em comum e sua solidariedade na dura empreitada não pode ser esquecida.

Mas a herança do passado não deve levar-nos a esquecer as realidades do presente. O Brasil, Senhor Presidente, exerce natural fascínio sobre quem o descobre.

Por ter eu mesmo experimentado essa sensação durante a visita que fiz ao seu país como Ministro do Comércio Exterior, conheço as impressões de vida, de beleza e de grandeza que suas cidades e paisagens oferecem ao visitante e que perspectivas estimulantes o seu país revela ao observador da desbordante atividade que o caracteriza.

As realizações econômicas dos brasileiros dão testemunho disso. Em duas décadas, o seu país tornou-se a décima nação industrial do Mundo e o segundo exportador de produtos agrícolas. Esses resultados notáveis conferem ao Brasil o peso e a irradiação de um Estado moderno. Desde os primeiros dias de seu mandato, Vossa Excelência tomou a decisão de conduzir o País, mediante esforços coerentes e democráticos, rumo às liberdades democráticas. E isso porque Vossa Excelência sabe, como nós, que não haverá autêntico progresso econômico, social e humano fora da liberdade.

Vossa Excelência implementa essas reformas no momento em que os demônios do totalitarismo, do racismo e da ditadura despertam — valha-nos Deus! — em tantas regiões. Maior é ainda, portanto, o seu mérito, mas Vossa Excelência demonstra também a capacidade de perceber as tendências profundas da evolução da Humanidade.

Nessa marcha longa e árdua, mas necessária, rumo ao florescimento dos homens e das sociedades, o Brasil e a França atravessam um período de dificuldades.

Evocarei em primeiro lugar a crise da energia e suas consequências nefastas para a economia mundial. Mais do que qualquer outro país, o Brasil está em condições

de aquilatar até que ponto os «choques do petróleo» afetaram a situação dos países importadores desse combustível, sobretudo os menos desenvolvidos, impondo-lhes graves desequilíbrios no balanço de pagamentos e grande elevação dos preços internos.

A França e o Brasil não puderam esquivar-se a essa tormenta, ainda que nossos Governos se tenham esforçado por atenuar-lhe os efeitos. A França pôs em prática um vasto plano de economia de energia e, ao mesmo tempo, se empenha resolutamente na realização de um programa nuclear ambicioso, único capaz de compensar a precariedade de nossos recursos petrolíferos.

Por meios diferentes, o Brasil persegue o mesmo objetivo. A implementação de uma capacidade nacional de produção de energia já se tornou, ali, uma realidade. Essa capacidade apoia-se no desenvolvimento de setores tradicionais, como o carvão, a hidreletricidade ou o petróleo. E inclui também a pesquisa de novas fontes de energia, de que o plano do álcool é o exemplo mais espetacular.

Todos os países importadores de petróleo devem perseverar em tais esforços para reconquistar a liberdade de manobra de que necessitam para assegurar a sua independência econômica e o seu progresso social.

São esses os objetivos maiores do desenvolvimento, que constitui tanto para os brasileiros como para nós o problema essencial das próximas décadas. Não podemos aceitar que se amplie ainda mais o fosso entre os países industrializados e os países em desenvolvimento. Com efeito, a paz mundial não poderá ser real e duradoura se não desaparecerem as tensões que têm a sua fonte na miséria e na fome.

A França está sempre sublinhando a necessidade de negociações globais, muito além de simples consultas, entre determinados Estados. Estimuladora do diálogo Norte-Sul, ela se empenha incansavelmente, a despeito de dificuldades econômicas e políticas de todos os tipos, em promover nova ordem internacional mais justa, capaz de trazer remédio eficaz às dificuldades das nações em desenvolvimento. Nossos dois países já demonstraram em diversas oportunidades quanto uma cooperação bem conduzida, fundada em interesses recíprocos, pode revelar-se proveitosa a todos os povos. Propomo-nos a palmilhar com os brasileiros essa via.

No campo de nossas relações bilaterais, importantes realizações já se concretizaram. Elas não são produto do acaso, mas de uma decisão mútua de desenvolver nossos intercâmbios tanto no plano comercial como no cultural, técnico e científico. Assim, malgrado as dificuldades da conjuntura econômica internacional, a França duplicou, de 1976 a 1980, suas compras ao Brasil. O seu país é, de longe, o nosso principal parceiro econômico na América Latina: ele representa 37% de nossas trocas nos Estados dessa área. Ademais, nossos investimentos no Brasil elevam-se atualmente a um bilhão de dólares.

Estamos dispostos, Senhor Presidente, a ampliar nossa presença financeira no Brasil, bem como nossa contribuição, já considerável, num grande número de tecnologias que condicionam em larga medida o progresso de amanhã. Numerosas empresas francesas operam hoje no território brasileiro, levando-lhe capitais e técnicas que a imensidão do país e os seus recursos humanos fazem frutificar. Esperamos que elas possam intensificar suas atividades no Brasil em campos tão promissores co-

mo os da energia, da aeronáutica, das telecomunicações, da telemática ou da indústria espacial.

As relações entre o Brasil e a França revestem hoje o caráter exemplar duma cooperação Norte-Sul sem prevenções e voltada para a obtenção de vantagens mútuas. Estamos prontos para acompanhar o Brasil no seu avanço rumo à primeira linha das grandes potências do mundo de amanhã.

Com o meu voto de que cresça sempre a cooperação frutuosa entre a França e o Brasil, a serviço do progresso, da justiça e da paz, peço às Senhoras e Senhores que elevem suas taças em honra do Presidente da República Federativa do Brasil e da Senhora de Figueiredo e pela prosperidade e felicidade do povo brasileiro.

30 DE JANEIRO
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES (QUAI d'ORSAY)
PARIS — FRANÇA
DISCURSO DURANTE ALMOÇO OFE-
RECIDO PELO PRIMEIRO MINISTRO
DA REPÚBLICA FRANCESA, SENHOR
RAYMOND BARRE

Excelentíssimo Senhor Primeiro-Ministro da República Francesa, Raymond Barre:

Muito agradeço as palavras de Vossa Excelência, que traduzem, de forma viva e sincera, o conhecimento que a França tem das potencialidades brasileiras e dos nossos esforços para transformá-las em realidade.

O testemunho de Vossa Excelência é, certamente, o resultado de suas experiências de intelectual e de estadista. Soube Vossa Excelência fazer com que a reflexão da cátedra contribuisse para suas atividades públicas, razão pela qual merece amplo reconhecimento internacional.

Profundamente empenhado em desenvolver-se, o Brasil procura enfrentar, com determinação e criatividade, o desafio de um quadro econômico internacional sobremeneira adverso, com vistas a dar satisfação concreta às necessidades de realização de um povo consciente e de um país onde há muito a construir.

Optamos por um itinerário em certos aspectos diferente do escolhido pelos países industrializados.

Temos consciência de que não podemos reproduzir em nosso caminho a trajetória dos países que até aqui conduziram o fio do progresso. A História, nós a vemos sob ótica própria, como nação do Hemisfério Sul. Nossas necessidades de desenvolvimento e de transformação são mais acentuadas e mais prementes nossos anseios de estabelecer uma nova ordem econômica internacional justa e eqüitativa.

Não aspiramos a transformar-nos em potência no sentido tradicional da palavra, pois isso significaria mera transposição de papéis e não uma solução para os problemas que nos afligem a todos. Por outro lado, nossos ideais de paz e justiça, de igualdade e cooperação, são tão firmes quanto nossa crença no diálogo e na capacidade humana de superar aqueles problemas.

O estágio de desenvolvimento do Brasil, caracterizado por grande contingente de população jovem e pela necessidade cada vez maior de promover sua absorção pelo mercado de trabalho, nos obriga a manter o crescimento econômico.

Apesar da conjuntura negativa, descartamos a opção da ortodoxia. Adotamos, ao contrário, o caminho de, através de medidas realistas e graduais, estimular setores que poderão, a médio e longo prazo, dar contribuição efetiva à resolução de nossos problemas básicos.

Nossa estratégia tem-se fundamentado em quatro princípios essenciais: manutenção de um ritmo adequado de desenvolvimento, redução da dependência externa, diminuição dos índices inflacionários e promoção de melhor distribuição pessoal e regional da renda.

Partimos da premissa de que apenas a continuidade dos investimentos permite o crescimento do produto a taxas compatíveis com a necessidade de geração anual de mais de um milhão e meio de empregos.

Nessa ordem de idéias, coloca-se a estratégia de concentração de esforços na agricultura, na exportação e na diversificação das fontes energéticas, sem nos descarrarmos de estimular a elevação dos níveis de poupança interna e de apoiar sempre, também, a iniciativa privada e a participação das forças de mercado no sistema econômico.

As potencialidades do País no campo energético e no domínio agrícola, a que se somam os nossos recursos minerais, indicam a viabilidade das decisões adotadas.

Os nossos esforços de desenvolvimento requerem, no entanto, para que tenham êxito, que o relacionamento com as demais nações se estabeleça em bases justas e eficazes e que a economia internacional apresente condições tão favoráveis quanto possível. Nem os países do Sul, nem os do Norte, podem ter a veleidade de independer das condições econômicas globais.

Por isso, cremos ser de todo indispensável o êxito das negociações Norte-Sul que neste ano de 1981 ocuparão, justamente, boa parte de nossas atenções como chefes de governo. Não são apenas os países em desenvolvimento, como bem sabe Vossa Excelência, os que se beneficiarão de um ordenamento mais justo da economia internacional.

Os efeitos positivos do êxito que alcançaremos serão por todos sentidos, dadas as interligações existentes entre o Sul e o Norte. Quanto mais justa e equilibrada a

ordem econômica internacional, mais intensas e proveitosas serão as relações entre os países em desenvolvimento e os países desenvolvidos.

O Brasil, assim como os países em desenvolvimento em geral, está preparado para encarar essas negociações com espírito altamente construtivo e positivo, sem radicalismos estéreis e sem buscar vantagens exclusivistas.

Esperamos e consideramos de importância fundamental que os países desenvolvidos mostrem igual clarividência, pois o preço da inoperância é crescente tanto em termos econômicos quanto no tocante à própria paz e segurança do Mundo.

Preocupa-nos, portanto, que, em resposta à crise que a todos afeta, vários países industrializados recorram a medidas imediatistas, em vão esforço para atenuar seus problemas, no que contribuem para que nos aproximemos de situações econômicas de impasse.

Inquieta-nos, assim, a manutenção de tendências protecionistas, não apenas pelas dificuldades que criam às exportações dos países em desenvolvimento mas também porque prejudicam a própria prosperidade dos países que as adotam. O protecionismo constitui apenas um paliativo, que não atinge as raízes mais profundas dos grandes problemas atuais.

Senhor Primeiro-Ministro,

A Comunidade Européia tem dinamizado sua participação no contexto internacional, em todos os setores, com base numa unidade que não seria possível sem o papel primordial, e mesmo catalisador, que a França exerce.

O Brasil, por seu turno, tem aumentado sua participação no campo econômico internacional e se situa en-

tre as dez maiores economias mundiais, embora ainda país em desenvolvimento e com nítida consciência das dificuldades inerentes a essa condição.

O Brasil tem hoje na Comunidade Européia seu maior parceiro econômico e dentro dela avulta a participação francesa em nosso intercâmbio.

Senhor Primeiro-Ministro,

Posso afirmar que a França e o Brasil já deram largos passos no caminho da cooperação. Temos sabido avaliar constantemente nossas funções e responsabilidades na economia internacional; buscamos na cooperação bilateral uma relação que complementa, sem subordinar, duas economias dinâmicas.

Esse aspecto das relações franco-brasileiras se desenvolve de forma extremamente positiva em variadas áreas. No campo energético, estão em execução importantes projetos nos setores hidrelétrico, termelétrico, carbonífero, e na prospecção de petróleo. No científico e tecnológico já ficou demonstrada a viabilidade de trocas eficazes de conhecimentos entre um país industrializado e um país em desenvolvimento.

Por outro lado, nota-se o interesse francês em, compreendendo o momento histórico, participar de nosso desenvolvimento na indústria de bens de produção e de consumo.

Esses exemplos não esgotam, no entanto, as reais possibilidades de intercâmbio. Não nos devemos satisfazer com o muito já alcançado, mas sim aproveitar essas realizações como base para o favorecimento de uma evolução cada vez mais dinâmica e diversificada.

Senhor Primeiro-Ministro,

Verifico, com satisfação, que nossa maneira própria e singular de enfrentar as dificuldades por que passa a economia internacional é objeto de reflexão por parte de Vossa Excelência, desde os idos de 1958.

Em seu livro «O Desenvolvimento Econômico, Análise e Política», lembrava Vossa Excelência que um dos perigos mais graves a que se expõe a política econômica dos países em desenvolvimento é a simples transposição de instrumentos já utilizados pelos países desenvolvidos. As diferenças de estrutura impõem que se recorra a «instrumentos novos, criados por meios específicos».

Ao escolher seu caminho, o Brasil o faz com fé no futuro, pautando suas ações pela modéstia e pelo realismo. Não pretendemos sugerir soluções nem mesmo aos países com problemas semelhantes aos nossos, mas procuramos compreender as dificuldades que encontram e ajudá-los na medida do possível.

Com meus melhores agradecimentos pela homenagem que o Governo francês, na pessoa de Vossa Excelência, me presta, rogo a todos que me acompanhem no brinde que faço à saúde e à felicidade pessoal do Primeiro-Ministro e da Senhora de Raymond Barre.

30 DE JANEIRO
RESTAURANTE LE PRÉ CATELAN
PARIS — FRANÇA
DISCURSO POR OCASIÃO DO JANTAR
OFERECIDO AO PRESIDENTE DA RE-
PÚBLICA FRANCESA, SENHOR VA-
LÉRY GISCARD D'ESTAING

Excelentíssimo Senhor Presidente da República
Francesa, Valéry Giscard d'Estaing:

A cortesia e a hospitalidade são valores que sensibilizam profundamente o indivíduo, qualquer que seja a dignidade de que se ache revestido. Muito maior o desvanecimento quando é o nosso próprio país que está sendo homenageado.

E foram exatamente esses valores que marcaram todos os momentos de minha permanência na França.

Sob o signo, da efetuosa acolhida do povo e governo franceses, pude ter com Vossa Excelência diálogo fluente e construtivo, que contribui para maior aprofundamento de nossa tradicional amizade.

Registro com satisfação a ampla convergência de nossos enfoques e entendimentos. No plano bilateral, ressalto o empenho comum em desenvolver as potencialidades do comércio e da operação econômica, científica

ca, tecnológica e cultural em benefício de ambos os países. No âmbito mundial, verifico que há importantes coincidências na avaliação da situação presente e preocupações muito próximas, o que deve levar à continuidade de nossas proveitosas consultas.

Para o equacionamento dos problemas com que se defronta a Humanidade, todos os países devem estar prontos a dar sua contribuição, na proporção dos recursos de que dispõem. Nossos objetivos são os da paz e do desenvolvimento, guiados pelo ideal da justiça.

Senhor Presidente,

O mundo em que vivemos atravessa período de especial dificuldade. A compreensão da natureza dos atuais problemas políticos e econômicos nos auxiliará a enfrentá-los conjuntamente. Para esse fim, requer-se amplo diálogo, como o que manteremos.

Estou certo de que esta nova etapa de contatos entre os Chefes-de-Estado do Brasil e da França não se encerrará aqui. Encontra, antes, novo começo, pois se enquadra na moldura mais ampla da fraterna amizade que nos une, com base na observância dos valores e princípios inerentes à boa convivência internacional.

Tenho inabalável crença em que a nossa cooperação encontrará plena realização e que, embora não queiramos fixar regras de comportamento, virá a constituir modelo para a convivência harmônica entre países de diferentes níveis de desenvolvimento.

Nesse espírito, convido os presentes a brindar à amizade de nossos dois povos e à saúde e felicidade pessoal de Sua Excelência o Presidente da República Francesa e da Senhora de Valéry Giscard D'Estaing.

COMUNICADO CONJUNTO BRASIL-FRANÇA

COMUNICADO CONJUNTO BRASIL-FRANÇA, DIVULGADO EM PARIS, EM 30 DE JANEIRO DE 1981, AO FINAL DA VISITA DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO A REPÚBLICA FRANCESA.

O Presidente da República Federativa do Brasil e a Senhora João Baptista de Oliveira Figueiredo, em aceitação ao convite do Presidente da República Francesa, realizaram visita de Estado à França, de 28 a 30 de janeiro de 1981.

Participaram das conversações ocorridas durante a visita:

- Ramiro Saraiva Guerreiro, Ministro das Relações Exteriores;
- Ernane Galvães, Ministro da Fazenda;
- Rubem Carlos Ludwig, Ministro da Educação e Cultura;
- César Cals de Oliveira Filho, Ministro das Minas e Energia;
- Antonio Delfim Netto, Ministro do Planejamento;
- General-de-Brigada Danilo Venturini, Ministro-Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República;

- General-de-Divisão Octávio Aguiar de Medeiros, Chefe do Serviço Nacional de Informações;
- Luiz Gonzaga do Nascimento e Silva, Embaixador do Brasil na França.

Do lado francês, os Senhores:

- Raymond Barre, Primeiro-Ministro;
- Jean François-Poncet, Ministro dos Assuntos Estrangeiros;
- René Monory, Ministro da Economia;
- Christian Beullac, Ministro da Educação;
- André Giraud, Ministro da Indústria;
- Michel Cointat, Ministro do Comércio Exterior;
- Pierre Ribes, Secretário de Estado dos Correios, das Telecomunicações e da Teledifusão;
- Oliver Stirn, Secretário de Estado junto ao Ministro dos Assuntos Estrangeiros;
- Jacques Wahl, Secretário-Geral da Presidência da República;
- Jean Béliard, Embaixador da França no Brasil.

Os dois Chefes-de-Estado examinaram em profundidade a evolução da situação internacional, em particular no que diz respeito à América Latina e à Europa. Passaram também em revista as relações bilaterais, assim como as perspectivas de desenvolvimento que se lhes oferecem. Desenrolavam-se as conversações em clima de calor e amizade, consentâneo em todos os pontos com os laços que a História e a Cultura criaram entre os dois países.

Os dois Presidentes notaram com satisfação que os objetivos inscritos na Declaração Conjunta de 5 de outubro de 1978, assinada por ocasião da visita do Presi-

dente da República Francesa ao Brasil, foram amplamente atingidos. Os encontros entre Ministros e altos funcionários dos dois países foram, em particular, freqüentes e frutuosos, tanto no campo político quanto no econômico. Os Presidentes expressaram o desejo de que a cooperação franco-brasileira continue a se enriquecer e diversificar nos anos vindouros.

O exame da situação internacional constituiu, para os dois Presidentes, ocasião de exprimir mais uma vez a adesão de seus Governos aos princípios e aos objetivos da Carta das Nações Unidas. Sublinharam o papel que a Organização deve desempenhar na manutenção da paz e da segurança no Mundo e no desenvolvimento de uma efetiva cooperação internacional.

Os dois Presidentes acentuaram seu apego comum aos princípios do respeito à independência, soberania, integridade territorial e não-intervenção nos assuntos internos de outros países, os quais devem servir de fundamento para as relações entre Estados, do mesmo modo que a vontade de solucionar as controvérsias por meios pacíficos e de desenvolver o diálogo e a cooperação. Expressaram sua condenação ao *apartheid* e a todas as formas de racismo.

Manifestaram-se apreensivos diante das graves tensões surgidas em diversas regiões do Mundo.

Ressaltaram ser responsabilidade de todos os Estados contribuir para o fortalecimento do diálogo entre as nações e para a criação de um clima de confiança nas relações internacionais. Reconheceram que o sucesso dessa empresa exige tomar na devida conta os interesses e aspirações legítimas dos povos de todos os continentes.

Os dois Presidentes evocaram a situação do Afeganistão. Consideraram que a intervenção estrangeira nes-

se país é inaceitável e incompatível com a tradição de independência do povo afegão. Recordaram a necessidade de solução política que compreenda a retirada das tropas estrangeiras e o restabelecimento de condições que assegurem o respeito à soberania e à independência do Afeganistão e que permitam ao povo afegão determinar livremente seu destino, ao abrigo de qualquer ingerência externa.

Os dois Presidentes reafirmaram seus pontos-de-vista no que tange ao conflito do Oriente Próximo, acentuando a necessidade de uma paz profunda sobre solução global, justa e duradoura.

Ao evocar o prolongamento do conflito entre o Irã e o Iraque — situado em região particularmente sensível — os dois Presidentes ressaltaram a urgência de chegar-se a uma solução política, ao abrigo de toda ingerência exterior. Fizeram votos para que os Governos desses dois países recorram a meios pacíficos para solucionar o conflito que os opõe. Reafirmaram a importância de que se reveste para toda a comunidade internacional o respeito à liberdade de navegação, em consonância com as regras do Direito Internacional.

Os dois Presidentes manifestaram-se preocupados com as tensões que afetam o continente africano. No que concerne à Namíbia, observaram seu desejo comum de vê-la chegar à independência, internacionalmente reconhecida, ao termo do processo previsto no plano das Nações Unidas e em conformidade com a Resolução 435 do Conselho de Segurança.

Consideram que o desenvolvimento econômico e social, que constitui o objetivo prioritário dos Estados africanos, somente poderá ser atingido através da paz e da segurança e que essas devem ser garantidas pelo res-

peito aos princípios fundamentais estabelecidos pela Organização da Unidade Africana.

Os dois Presidentes reiteraram sua adesão aos valores da comunidade ocidental, fundados na igualdade soberana dos Estados e no respeito às diversidades nacionais. Nesse contexto, sublinharam que a Europa Ocidental e a América Latina têm um importante papel a desempenhar. Exprimiram igualmente o desejo de ver reforçadas as relações entre a França e a América Latina, bem como as do Brasil com a Europa. Lamentaram a persistência de focos de violência, notadamente na América Central.

Expressaram a identidade de seus pontos-de-vista sobre a importância da construção da comunidade européia e dos processos de integração em curso na América Latina.

Os dois Presidentes evocaram as relações do Brasil com a Comunidade Econômica Européia, manifestando a esperança de vê-las desenvolver-se sem dificuldades, de maneira continua e harmoniosa. Congratularam-se pela assinatura, em 17 de setembro de 1980, de um novo Acordo que estabelece, em mútuo benefício das Partes, um quadro para o desenvolvimento de uma cooperação comercial e econômica mais diversificada.

Os Presidentes verificaram que a situação da economia mundial agravou-se no ano findo.

Reiteraram a necessidade da reativação do diálogo Norte-Sul, com vistas à instauração de uma ordem econômica internacional mais justa e mais eqüitativa, que leve à redução das desigualdades entre países desenvolvidos e países em via de desenvolvimento.

Estimaram que os principais problemas que afetam a comunidade internacional, no contexto atual, são os

da inflação interna e externa; das crescentes ameaças protecionistas; da elevação contínua — e não previsível — dos preços da energia; da instabilidade dos mercados de produtos de base; e da inadequação dos instrumentos de apoio financeiro ao desenvolvimento. Salientaram a necessidade de encontrar soluções para essas dificuldades, não somente através do prosseguimento do diálogo Norte-Sul, tanto no quadro das Nações Unidas como em outros organismos, mas também pela busca de um diálogo permanente entre produtores e consumidores, e pela conclusão de acordos internacionais sobre produtos.

Nesse contexto, lamentaram que não tenham podido ser iniciadas, na data fixada, as negociações globais, previstas pela Resolução nº 34/138, de 14 de dezembro de 1979, e manifestaram a esperança de que os esforços, empreendidos pelo atual Presidente da Assembléia Geral para lograr a definição de uma agenda de trabalho aceitável para todos, sejam, em pouco tempo, coroados de êxito. Finalmente, tomaram nota da recente adoção, pela XXXV Assembléia Geral, da II Estratégia Internacional para o Desenvolvimento.

No campo das relações bilaterais, os dois Presidentes verificaram, com satisfação, o incremento do comércio nos últimos anos e reafirmaram a vontade de aprofundar a cooperação econômica entre os dois países.

Manifestaram-se prontos a favorecer o aumento dos investimentos franceses no Brasil, destacando as possibilidades oferecidas notadamente nos setores agroindustrial e químico, bem como na área da produção de bens de capital.

Realçaram, ademais, a importância dos encontros entre empresários dos dois países, que permitem o alargamento das relações econômicas bilaterais.

Os dois Presidentes tomaram nota, com satisfação, da conclusão de um conjunto de acordos financeiros relativos à abertura, pelo Governo francês, de créditos mistos compreendendo importantes setores da cooperação nos domínios: da energia (carvão, hidreletricidade, petróleo), dos transportes e do material eletrônico.

Ao verificarem que a dependência energética afeta grandemente as economias do Brasil e da França, ressaltaram a necessidade de conceder prioridade às ações destinadas a reduzir essa dependência.

A esse respeito, congratularam-se pelas perspectivas favoráveis da cooperação relativas às diversas formas tradicionais de produção de energia e pelos resultados a que se chegou com relação a um conjunto de projetos quanto a:

- carvão, sua gaseificação e transporte do gás;
- produção de eletricidade térmica;
- desenvolvimento da hidreletricidade;
- pesquisa petrolifera;
- cooperação em matéria de fabricação e do fornecimento de equipamentos petrolíferos e carboníferos.

O Presidente do Brasil relatou os esforços pioneiros enviados por seu país para o desenvolvimento de fontes renováveis de energia, com base no aproveitamento da biomassa. O Presidente da República Francesa apreciou as informações recebidas e manifestou interesse em ampliar a cooperação nesse domínio, especialmente no que se refere à utilização dos carburantes de substituição. Decidiu-se que os dois Governos procurariam encorajar essa colaboração específica nos referidos setores. Procedeu-se a uma troca de cartas entre o Ministro brasileiro das Minas e Energia e o Ministro francês da In-

dústria, relativa à cooperação em matéria de energias renováveis.

Os dois Chefes-de-Estado constataram que a utilização pacífica da energia nuclear é um fator importante para o desenvolvimento econômico. Reafirmaram o propósito de desdobrar seus esforços para facilitar a difusão dos usos pacíficos dessa forma de energia, sempre evitando a proliferação das armas nucleares. Dentro desse espírito, acolheram com satisfação a recente assinatura entre os dois países de um Acordo que deverá permitir, notadamente, a construção, no Brasil, de uma usina de fluoretação de urânio. Declararam-se dispostos a examinar as possibilidades de desenvolvimento da cooperação brasileiro-francesa no setor nuclear.

Os dois Chefes-de-Estado notaram que outros setores de cooperação apresentavam, igualmente, perspectivas favoráveis.

No campo aeronáutico, notaram com satisfação a decisão de empreender um importante projeto de cobertura aérea, que permitirá a continuação da frutuosa cooperação já realizada nesse setor.

Os dois Chefes-de-Estado se congratularam pelo desenvolvimento do intercâmbio comercial em matéria de aeronaves. Deram particular importância ao programa atinente aos helicópteros, que permite a transferência e a adaptação de uma tecnologia avançada objetivando o desenvolvimento e a produção de helicópteros no Brasil.

Sublinharam a importância que atribuem ao desenvolvimento da cooperação entre os dois países no campo da informática e das telecomunicações e convieram em prosseguir conversações que levem à conclusão de acordos nesses dois campos. Seu desejo de cooperação se concretizou através da instalação, em São Paulo, de um

sistema experimental de videotexto que utiliza a técnica francesa «Teletel».

Outros projetos se referem a:

- transportes ferroviários e urbanos;
- transportes marítimos;
- projeto Carajás
- complexo industrial e portuário de Suape;
- desenvolvimento econômico de várzeas irrigáveis e de cerrados.

Os dois Presidentes se congratularam pela assinatura, hoje, do Tratado de Delimitação Marítima entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa, no largo do Departamento de Guiana, e notaram, durante esta visita, a assinatura de acordos sobre:

- a cooperação judiciária em matéria civil, comercial, trabalhista e administrativa;
- a propriedade industrial;
- a cooperação tecnológica e industrial no campo do carvão mineral;
- a cooperação em matéria consular;
- a pesquisa em meio-ambiente tropical (CNPq-ORSTOM);
- tecnologia biomédica;
- a metrologia, normalização e controle de qualidade.

Os dois Presidentes registraram com satisfação o Progresso no intercâmbio cultural e artístico entre os dois Países e demonstraram seu interesse por sua intensificação e sua ampliação através de uma cooperação mais ampla, tanto nos setores cultural e educativo, quanto no

cinema e na televisão, onde já existe um importante acordo.

Recomendaram seja dada especial atenção, no contexto da reunião da Comissão Mista de Relações Culturais, Científicas e Técnicas, que terá lugar em Brasília, de 18 a 20 de março próximo, à consecução dos projetos prioritários atualmente em estudo nos setores mencionados, especialmente no que concerne às modalidades de assistência técnica francesa ao Governo do Estado de Minas Gerais, para a implantação e funcionamento do canal de televisão educativa de Belo Horizonte.

Os Presidentes se congratularam pelo aumento da cooperação universitária nos campos científico e técnico, resultado positivo do Acordo Básico sobre cooperação interuniversitária, assinado por ocasião do encontro presidencial anterior, em outubro de 1978.

Demonstraram seu interesse pelo desenvolvimento e intensificação da cooperação bilateral nos campos técnico, científico e tecnológico.

Constataram com satisfação a eficácia dos novos processos de cooperação técnica entre os dois países, que prevêem notadamente, além da reformulação do estatuto dos peritos, o reagrupamento de ações em torno de temas definidos em comum e sua avaliação anual, sobretudo nos campos prioritários da agroalimentação e da formação de pessoal qualificado para a indústria e a pesquisa. No que se refere à formação de pessoal, os dois Presidentes se felicitaram pelos ajustes previstos, particularmente nos setores de transportes, da aeronáutica e da metalurgia.

Notaram com particular interesse a ampliação dos programas de cooperação entre os dois países nos setores da biomassa, da fisiologia vegetal, dos gasogênios, da biotecnologia e da heveicultura.

Notaram, finalmente, a importância de que se reveste a reunião do Comitê Franco-Brasileiro de Cooperação Tecnológica Industrial, durante o primeiro semestre deste ano, a fim de empreender a execução do Acordo de Cooperação Tecnológica Industrial, assinado em 1978.

Ao fim de sua visita oficial, o Presidente do Brasil exprimiu ao Presidente da República Francesa sua profunda gratidão pela hospitalidade calorosa que lhe foi dispensada e o convidou a efetuar uma visita oficial ao Brasil. O Presidente da República Francesa agradeceu este convite ao Presidente da República Federativa do Brasil.

3. Visita do Presidente do Brasil João Figueiredo a Portugal

1 a 4 de fevereiro de 1981.

Lisboa

- Discursos do Presidente Figueiredo
- Discursos do Presidente Ramalho Eanes
- Discursos de Personalidades Portuguesas
- Comunicado Conjunto Brasil-Portugal.

01 DE FEVEREIRO
AEROPORTO INTERNACIONAL
PORTELA DE SACAVÉM
LISBOA — PORTUGAL
DISCURSO AO DESEMBARCAR EM
PORTUGAL

Sob a emoção da chegada a esta terra, saúdo a valiosa gente portuguesa.

Com minhas palavras e com minha presença, expresso a mensagem de profunda amizade que todos os brasileiros enviam a este povo amigo e irmão.

Para nós, do Brasil, este é um dia de festa, porque hoje nos encontramos em Portugal.

Brasileiros e portugueses se irmanam em séculos de convivência e em seu comum e cotidiano devotamento à causa do Progresso, da Liberdade e da Paz.

A gente deste país, por sua coragem e seu trabalho, soube construir laços que se estendem além-oceano e que firmemente unem nossas duas nações.

Esses laços de História e de convivência fraterna propiciam também uma rica oportunidade e um desafio: o de prosseguir, com determinação e renovada criatividade, no fortalecimento de nossas relações e na luta pela realização dos anseios de nossos povos.

Portugueses e brasileiros não precisamos de explicações para os sentimentos que distinguem nossos vínculos. Eles brotam e se desenvolvem de forma natural, espontânea.

E numa situação de crise internacional, em que se multiplicam os obstáculos à boa convivência entre os povos, mais valiosos e exemplares se tornam a nossa afeição, cordialidade e respeito recíproco.

Nestes próximos dias, buscarei novas áreas de interesse comum e de entendimento. Além disso, procurarei conviver com o nobre povo português, ouvir suas vozes, escutar seus corações.

É este o espírito que me traz a Portugal.

Viva Portugal! Viva o Brasil!

02 DE FEVEREIRO
CÂMARA MUNICIPAL
LISBOA — PORTUGAL
DISCURSO POR OCASIÃO DA VISITA
À CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara
Municipal de Lisboa,
Senhores Vereadores,
Minhas Senhoras, meus Senhores:

Ao receber-nos nesta Casa, Vossas Excelências prestam significativa homenagem ao Brasil e aos brasileiros. Testemunham, no plano oficial, a acolhida espontânea e generosa que nos foi reservada nesta cidade. A população lisboeta e a seus insignes representantes, nosso reconhecido agradecimento.

A Cidade de Lisboa, nosso preito de admiração por seu presente, cheio de promessas, e por seu passado de glórias imorredouras. Já no Século XIII, afirmava-se ela por eventos decisivos na história de Portugal.

Em Lisboa, eclodiu o movimento que entregou o poder ao Mestre de Avis e preservou a autonomia nacional. O arrojo lisboeta fez nascer, aqui, sob o Duque de Bragança, a pátria restaurada.

O espírito renovador desta cidade reflete-se na vida de toda a nação. Faz com que a verdade das palavras do cronista Fernão Lopes se entenda além de seu tempo: «Lisboa era mais que a capital do Reino, era a razão de ser de sua independência».

Hoje, como outrora, Lisboa projeta-se, conduzindo o país rumo ao progresso e ao bem-estar. Além de grande porto, para esta Metrópole convergem linhas aéreas de todo o Mundo. Situada no eixo das rotas do turismo, muito tem a oferecer: beleza, arte e clima incomparáveis.

Jovem cidade milenar, Lisboa, mais que qualquer outra capital, é capaz de conciliar o novo e o velho, a ciência e o mistério. Desde os ângulos retos formados pelas largas ruas do Rossio até a alegre indisciplina que identifica a Alfama, o que se percebe é a harmonia entre o que se faz, por engenho e arte, e o que o tempo e a natureza vêm fazendo espontaneamente.

Seus imponentes edifícios públicos, ricos em perspectivas, e seus bairros amplos e modernos em nada desrespeitam o passado e a geografia. Conservam, carinhosamente, um legado de deleza que fecunda o presente.

Senhor Presidente da Câmara,

Diante da cidade majestosa, a contemplar do alto de suas sete colinas o Tejo; diante da grandiosa obra resultante do amor dos portugueses à sua terra; diante da energia renovada pelo denodado esforço que lhe confere eterna juventude, sinto-me feliz por não poder dizer, como Tomás Ribeiro: «eu nunca vi Lisboa, e tenho pena».

02 DE FEVEREIRO
CÂMARA MUNICIPAL
LISBOA — PORTUGAL

DISCURSO DO PRESIDENTE DA CÂ-
MARA MUNICIPAL DE LISBOA, SE-
NHOR NUNO KRUS ABECASIS, POR
OCASIÃO DA VISITA DO PRESIDENTE
JOÃO FIGUEIREDO ÁQUELA CASA

Senhor General João Baptista Figueiredo,
Ilustre Presidente da República Federativa do Brasil:

A mui nobre e sempre leal cidade de Lisboa honra-
se em receber Vossa Excelência, figura e símbolo vivo de
todo um povo que fala e canta nesta língua portuguesa
que, partindo do vasto Tejo, se espalhou por todo o
Mundo, numa epopéia que deu sentido à nossa história e
imprimiu uma marca indelével na caminhada da Huma-
nidade através dos tempos.

Recebemo-lo, Senhor Presidente, no salão nobre
destes Paços do Concelho, por onde já passaram tantos
ilustres predecessores de Vossa Excelência, desde o Pre-
sidente Epitácio Pessoa, o Doutor Café Filho, de Juscelino
Kubitschek de Oliveira, o inesquecível amigo de Portu-
gal e construtor de Brasília, jóia e capital do Brasil que
caminha para o futuro, até, em anos mais recentes, o
Presidente Médici. De todos guardamos, juntamente
com a memória da sua presença, as assinaturas ilustres

no livro de ouro desta cidade que, dentro em pouco, se enriquecerá com o nome de Vossa Excelência.

Nesta cidade de Lisboa, a 5 de outubro de 1910, ao mesmo tempo que na varanda central desta mesma sala se proclamou a República, Hermes da Fonseca, já eleito Presidente da República Federativa do Brasil, assistia, certamente com emoção, a Portugal iniciar uma nova etapa da sua vida multicentenária.

Minha Senhora,

Acompanhando o seu marido nesta visita, que nos honra, Vossa Excelência tornou simbolicamente presentes, nestes Paços do Concelho, todas as famílias brasileiras que, através dos séculos, têm vindo a moldar esse portentoso país a que nos sentimos ligados pelo sangue, pelo sofrimento e pela glória, no caminho que seguramente o está conduzindo ao lugar cimeiro que lhe cabe entre as nações da terra.

Senhor Presidente,

No passado dia 10 de junho, também, como hoje, em reunião solene da Câmara Municipal de Lisboa, assinei, conjuntamente com o Senhor Presidente da Câmara do Rio de Janeiro, o acordo solene que tornou gêmeas as duas cidades.

Afirmei nessa ocasião que, não descurando os laços culturais que nos têm unido através dos séculos, estava chegado o tempo em que teríamos que passar, para lá das palavras e dos sentimentos, à prática dos atos econômicos e materiais que cimentam nos nossos dias, as relações entre países e consubstanciam a proclamação feita por Paulo VI que, em boa hora, afirmou que o «desenvolvimento é o novo nome da paz».

Desenvolvimento que é paz, particularmente no caso dos povos que, pelo mundo, se exprimem em português, porque estou certo de que seremos, entre colossos que se digladiam, aqueles que, não esquecendo a iminente dignidade e o primado do homem, saberão construir o futuro na base da justiça social.

A propósito relembro, com emoção, Senhor Presidente, a magistral lição que nesta mesma sala nos deu Gilberto Freyre, um brasileiro ilustre e venerado que inventou e estruturou o luso-tropicalismo, ao ligar os sentimentos que nos são comuns à irreprimível vocação que ambos temos para entender todos os povos.

É esta nossa comum dimensão que nos faz ansiar e cada vez mais construir o desenvolvimento, não com sede de domínio, mas para que os homens possam ser mais plenamente homens.

Por isto, Senhor Presidente, sentimos nesta Câmara uma enorme alegria, e em nós se despertou uma grande esperança, quando, no decurso deste ano, alguns empresários brasileiros se mostraram empenhados em construir em Lisboa empreendimentos de grande vulto que, só por si, seriam suficientes para motivar um forte intercâmbio econômico entre os nossos países.

Enquanto nos cabe, estaremos abertos, e tudo faremos para que o Brasil e Portugal, que nasceram com as almas enlaçadas, dêem agora as mãos e multipliquem, com o seu empenho e com o seu esforço, o pão nosso de cada dia com que se libertam os povos e se constrói a paz, a felicidade, o progresso e o bem-estar que temos o direito de usufruir.

Senhor Presidente,

Minha Senhora,

Bem haja pela honra que nos concederam. Em vós saudamos o povo e a pátria brasileira que Vossas Excelências representam e aos dois desejamos toda a felicidade pessoal que merecem aqueles que bem servem o seu país.

02 DE FEVEREIRO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
LISBOA — PORTUGAL

DISCURSO DO PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA PORTUGUESA, SENHOR LEONARDO RIBEIRO DE ALMEIDA, POR OCASIÃO DA VISITA DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO ÀQUELA ASSEMBLÉIA

Excelentíssimo Senhor Presidente da
República Federativa do Brasil,

Excelentíssimos Senhores Presidentes do Senado e
da Câmara dos Deputados do Brasil,

Excelentíssimo Senhor Primeiro-Ministro,

Excelentíssimo Senhor Presidente do
Supremo Tribunal de Justiça,

Excelentíssimos Senhores Membros do
Conselho da Revolução,

Excelentíssimos Senhores Deputados,
Minhas Senhoras,

Meus Senhores:

É com o mais intenso júbilo e com a mais grata
emoção que esta Câmara reúne hoje para receber Vossa
Excelência, Senhor Presidente da República do Brasil.

Há de Vossa Excelência consentir, portanto, que as
minhas primeiras palavras sirvam para lhe apresentar as

nossas calorosas e fraternais saudações de boas-vindas e para testemunhar muito sinceramente a Vossa Excelênci a significado entre todos singular que, para nós, Deputados da Assembléia da República, representa a presença, simultaneamente gentil e amiga, de Vossa Excelênci a nesta Casa.

Em nossos dias, é uma constante da prática política entre os Governos, o contato regular e freqüente, aos mais variados níveis, dos dirigentes das Nações.

Mas mal avisado anda e nada entendeu do significado profundo da presença de Vossa Excelênci a em Portugal, quem atribuir a tal fato uma significação meramente política de relação entre governantes de dois países amigos.

Na verdade, a visita a Portugal do Presidente da República do Brasil transcende em muito o quadro dos simples contatos políticos, para se traduzir, para além deles, em mais uma afirmação muito clara e inequívoca dos sentimentos que unem e identificam os povos brasileiro e português.

Aqui, nesta Casa que religiosamente abriga os pergaminhos da Liberdade do Povo Português, saudamo-lo neste momento, Senhor Presidente, saudamo-lo nós os representantes eleitos desse mesmo Povo.

É, portanto, como que Portugal inteiro, que pela voz e pela presença dos seus Deputados, cumprimenta Vossa Excelênci a e em Vossa Excelênci a saúda entusiasmaticamente o Brasil nosso Irmão, Brasil ao qual queremos como a uma segunda pátria, porque nunca nele português algum se sentiu estrangeiro.

Senhor Presidente,

Um dos traços permanentes que prontamente se surpreende na história do povo português é este impulso quase misterioso e sempre irresistível que o tem levado ao longo dos séculos a transbordar das fronteiras pátrias para construir, em longes muitas vezes ignorados, novas nações e novas comunidades. Assim nos espalhamos pelo Mundo, ou fabricando pátrias ou criando múltiplos centros de presença e de vida portuguesas.

Esforço ingente tem sido esse e poderíamos perguntar como Fernando Pessoa: «Valeu a pena?»

A resposta aí está, a encher-nos a todos de supremo orgulho e de fraterna alegria, na esplêndida realidade que é o Brasil atual: Brasil que ao tomar há cento e sessenta anos em suas mãos os seus próprios destinos, nelas também tomou o cuidado e o amor entranhados duma cultura que é o maior patrimônio dos dois povos. E com que dignidade e carinho o tem sempre feito!

Impressiona e tranqüiliza, sem dúvida, saber-se do surto de progresso econômico que se vive no Brasil; alegria e é prometedor pensar-se nos imensos recursos materiais que hão de permitir ao Brasil afirmar-se como uma grande e poderosa potência no Mundo; mas o que mais sensibiliza e o que verdadeiramente nos irmana é esta maneira comum de estar na vida, pensando e falando todos — portugueses e brasileiros — a mesma língua.

E com que amor e engenho a não cuidam e dela tratam e fazem florescer em canteiros de arte e beleza os vossos artistas e os vossos intelectuais, que acabam, afinal, sendo assim também nossos.

É por isso que unanimemente se pensa e se sente deste lado do mar Atlântico que, de Assis a Jorge Amado, de Castro Alves a Bilac, de Rui Barbosa a Calmon, todos por suas obras acabam sendo tão genuinamente portugueses quando sinceramente amam e servem o seu Brasil, no culto impecável da nossa língua comum.

É este conjunto tão peculiar de valores culturais que faz dos nossos dois povos um caso único de compreensão e de entendimento à escala universal. Porque chega a ser um repouso pensar-se que, quando por muitos lugares do Mundo os homens se degladiam, odeiam e matam por razões de cor, de classe ou de religião, nós soubermos criar duas comunidades onde o racismo é palavra sem sentido e onde todos hão de caber, sem terem de sofrer as consequências de qualquer preconceito.

Estes são dois dos mais fortes elos que constituem a cadeia indestrutível de identificação e amizade que une as nossas duas pátrias; e creio, Senhor Presidente, que as potencialidades que neles se contém, devem transcender as nossas relações recíprocas, para se afirmarem e serem por nós usadas ao serviço da comunidade das nações.

Creio realmente que o Brasil e Portugal podem e devem desempenhar no concerto internacional um papel de especial relevo. A cordialidade das nossas relações, a nossa capacidade de diálogo, a nossa excepcional disponibilidade para entender os outros, tudo isto servido por uma cultura própria e fortemente enraizada, faz com que o Brasil e Portugal possam e devam ser interlocutores excepcionalmente atuantes e privilegiados na aproximação entre os povos. E penso-o, particularmente em

relação aos povos da Europa Latina e do Continente Sul-americano.

Pressuposto disso é, porém, o estreitamento das nossas próprias relações, que julgo urgente aprofundar e tornar cada vez mais intensas em todos os setores. Por essa razão, considero que a presença de Vossa Excelência em Portugal, e hoje nesta Câmara, constitui o penhor seguro dos propósitos do Governo e do povo brasileiro em alargar, em todos os domínios, os contatos com Portugal.

Tarefas nobre e pesadas serão essas; mas é imprescindível que as realizemos, porque não o fazer seria afinal negarmos aquilo que essencialmente somos.

Senhor Presidente,

Quando dois irmãos se reencontram depois de uma longa separação, os primeiros momentos são sempre de conversa desordenada e irrequieta. Eis o que acabou sucedendo comigo nesta hora; a emoção que sinto pelo reencontro concreto com uma pátria irmã na pessoa de Vossa Excelência e na sua presença nesta Casa, fez com que deixasse falar essencialmente o coração, também ele desordenado e irrequieto. Por isso lhe peço, Senhor Presidente, e peço a todas Vossas Excelências a vossa compreensão para o desconchavo das palavras, que não para a sinceridade dos propósitos.

Senhor Presidente,

Alguém disse um dia que o Brasil e Portugal eram, em seu conjunto afetivo, os Estados Unidos da Saudade.

A imagem é bela, de certo; mas há de reconhecer-se nela um certo odor a passado, que a torna insuficiente

para exprimir as realidades que estamos vivendo e que queremos continuar a viver.

A presença de Vossa Excelência na Assembléia da República de Portugal que tanto nos honra e que de novo agradeço; o alto significado da sua vinda ao nosso País; o nosso empenhamento sincero e recíproco em fazermos cada vez mais próximas as nossas vidas e as dos nossos Países, permitem que nesta hora, entre todas honrosa e feliz, os proclamemos, com melhor exatidão e mais verdade, os Estados Unidos da Esperança.

Bem haja por ter vindo, Senhor Presidente.

02 DE FEVEREIRO
PALÁCIO DE SÃO BENTO
LISBOA — PORTUGAL

DISCURSO AO SER RECEBIDO EM
SESSÃO SOLENE NA ASSEMBLÉIA DA
REPÚBLICA

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia da República,

Senhores Deputados,

Minhas Senhoras, meus Senhores:

É-me grata a oportunidade de saudá-los e, por seu intermédio, ao povo que representam, povo que sempre foi a grande riqueza deste País, por seu trabalho, sua perseverança, sua coragem, seu patrimônio.

Agradeço, Senhor Presidente, suas palavras de acolhida, que bem dizem da generosa hospitalidade desta Casa legislativa.

Vossas Excelências desempenham com brio a elevada tarefa de captar e exprimir as aspirações nacionais, consubstanciadas em glorioso passado e projetadas no seguro porvir da brava gente lusitana.

Síntese da vontade política dos portugueses, a Assembléia da República é o reflexo fiel do espírito cívico

e do amadurecimento do povo português. Apegados aos valores fundamentais da democracia, os portugueses, neste alto Parlamento, fazem ouvir sua voz e definem com consciência aberta, com participação de todos, os objetivos maiores da nacionalidade.

Não é outro o sentido básico do processo político brasileiro. Estamos, como os portugueses, na trilha de afirmação democrática, de consolidação do pluralismo, de abertura à participação. Todos, e cada um de nós brasileiros, do Governo e dos variados setores e segmentos da população, estamos empenhados no fortalecimento da prática democrática. A cada dia que passa, os cépticos são desmentidos. A cada dia que passa, vai-se evidenciando quão falacioso era o raciocínio dos que só viam escolhos para a democracia. O vigor da sociedade civil mostra-se a cada momento, na independência com que se organiza e se articula em instituições; o Estado sabe governar com a mão estendida, sem que o gesto signifique medida paternalista ou de superioridade, mas de igualdade, de vontade de trabalhar em conjunto pelo progresso do País. Tanto aqui, quanto em minha terra, não vemos caminho mais seguro, dentro da realidade específica de cada sociedade.

O papel do Legislativo avulta na História do Brasil, desde a abertura da primeira Assembléia nos primórdios da Independência. Aliás, nossas histórias parlamentares quase se confundem em seus momentos iniciais. Próceres da Independência brasileira foram membros da Assembléia Portuguesa, quando esta iniciava seu processo de definição institucional. E, feita a Independência, vários deles participaram das primeiras legislaturas do Império.

Senhor Presidente da Assembléia da República,

Desejo significar, com minha presença nesta nobre Casa, o mais alto apreço da nação brasileira pelo Legislativo português. Num momento de crises e dificuldades políticas em todo o Mundo, são particularmente relevantes as funções dos Legislativos na busca da melhor opção política com base no diálogo e na negociação.

A sólida amizade entre os povos brasileiro e português, de que minha visita oficial dá testemunho, há de florescer sempre, mantendo-se viva e atuante.

A Vossas Excelências, Senhores Deputados, formulo sinceros agradecimentos pelo apreço com que nesta Casa se distingue, na minha pessoa, o povo e o Governo do Brasil.

Muito obrigado.

02 DE FEVEREIRO
PALÁCIO DA AJUDA
LISBOA — PORTUGAL

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DE PORTUGAL, SENHOR ANTÔNIO DOS SANTOS RAMALHO EA-
NES, POR OCASIÃO DO BANQUETE OFERECIDO AO PRESIDENTE JOÃO FI-
GUEIREDO

Senhor Presidente:

Receber aqui, hoje, Vossa Excelência e a Senhora de Figueiredo não é um ato meramente protocolar.

É certamente a exigência de fraterna hospitalidade que caracteriza os nossos povos.

Mas é, para além de tudo o mais, o encontro simbólico de duas nações.

Os portugueses têm a clara noção do especial relacionamento que os liga ao povo brasileiro e que transcende os limites de uma velha amizade. Por isso, atribuimos a maior importância a tudo o que, reforçando os laços afetivos que nos unem ao Brasil, contribua para acentuar e projetar para o futuro as nossas relações de convivência e de cooperação.

A história das nossas relações construiu-se à medida que passou a existir o próprio Brasil, à medida em que

se foram desbravando as suas Terras, e que nelas se instalaram novas gentes.

Fundamentadas no humanismo universalista de que falava Vaz de Caminha, as nossas relações mantiveram-se e consolidaram-se, apesar de dificuldades compreensíveis, e para lá da afirmação de independência da nova nação americana.

Mantiveram-se e consolidaram-se sobretudo porque existe um quadro de cultura e uma língua comum que definem relações essenciais entre dois povos, que nenhuma vicissitude pôde destruir ou enfraquecer.

Ao longo dos séculos, temos sabido valorizar o nosso patrimônio comum, esquecer o circunstancial e o acessório e preservar a essencialidade das nossas relações.

É neste quadro de amizade profunda que entendemos o significado da visita de Vossa Excelência a Portugal, nesta sua deslocação oficial ao Continente europeu.

O fato de Vossa Excelência ter decidido fazer-se acompanhar de uma comitiva que inclui os mais altos representantes do Senado, da Câmara dos Deputados e parte de sua equipe governamental — a quem torno extensivos os meus desejos de boas-vindas — demonstra a vontade de traduzir a nossa solidariedade e compreensão no reforço de uma cooperação realista e mutuamente proveitosa.

Esse será o prolongamento natural do nosso passado comum, e a resposta necessária aos desafios e oportunidades que o presente nos coloca e nos oferece.

Olhamos o Brasil como potência emergente na cena internacional, certamente com um papel de relevo a de-

semphoonhar, não só no quadro do Continente em que se insere, como, também, na sua contribuição para os equilíbrios geopolíticos e para o estabelecimento de normas mais justas e mais eficazes nas relações econômicas internacionais.

Sobram-lhe, de fato, condições econômicas, culturais e humanas, para justificar a esperança de que a Nação brasileira poderá ter uma contribuição positiva na edificação de uma ordem internacional compatível com a liberdade dos povos, com a dignidade do homem, e indispensável à estabilidade mundial.

Pela nossa parte, integrados na Europa, reassumimos, nas novas condições que a democracia nos oferece, o nosso lugar na comunidade das nações, abertos à mudança e à transformação do quadro de relações internacionais, no sentido de um maior equilíbrio, de uma crescente solidariedade, de um mundo mais seguro e mais digno.

Empenhamo-nos na defesa do diálogo e da negociação entre as nações, cuja necessidade é reconhecida como imperativa, nomeadamente para garantir a estabilidade e a autonomia européias.

Estas são exigências indiscutíveis para todos os países europeus que defendem permanentemente os valores da democracia e do pluralismo.

Mas são, também, condições de base para que se estabeleça um apoio efetivo ao desenvolvimento econômico e social de outros povos e de outras regiões, em modalidades de cooperação onde não tenham lugar relações injustas, de exploração e de opressão.

Estas são orientações sólidas, porque ajustadas aos problemas contemporâneos e adequadas às esperanças de liberdade e de justiça, de desenvolvimento e de progresso, que todos os povos legitimamente alimentam.

E são razões importantes que apontam para a procura permanente dos pontos de convergência, de congregação de esforços e de superação das dificuldades que decorrem das nossas realidades distintas e da inserção em contextos econômicos diferentes.

Como Estado democrático da Europa, empenhado no processo de integração européia, atribuímos um valor crescente ao desenvolvimento das relações bilaterais e multilaterais que se estabelecem neste vetor essencial.

Os nossos contextos geopolíticos, a diferenciação das localizações geográficas e dos recursos materiais e humanos, bem como as particularidades dos nossos passados como nações independentes, impõem-nos vias próprias no campo da política externa, que se adaptem às nossas especificidades nacionais.

Mas, por outro lado, a língua e o patrimônio cultural que nos unem são fatores permanentes de convergência, ou mesmo de identidade, em muitos aspectos que se relacionam com a concepção e a execução dessas políticas.

Para nós, será sempre primordial o valor das culturas, o relacionamento dos homens, a justiça na cooperação.

Por isso, num mundo em crise, onde o afrontamento militar é uma ameaça permanente, não se pode perder qualquer oportunidade para encontrar as vias pacíficas.

cas da resolução dos conflitos e da promoção do progresso.

Por isso, poderemos encontrar, portugueses e brasileiros, nascidos da mesma matriz cultural européia, um sólido fator de afirmação na expressão plena do modo como encaramos as relações entre os homens, entre os povos e entre as nações.

Se soubermos estar à altura das exigências colocadas pela nossa história e pela nossa cultura, teremos de responder aos desafios do futuro sem nunca esquecer as exigências da defesa da dignidade do Homem e da independência dos povos.

Este é, estou certo, o terreno fértil onde poderão crescer todas as iniciativas de cooperação se tivermos a coragem e a inteligência de saber desenvolver.

Senhor Presidente,

É Vossa Excelência o primeiro Chefe-de-Estado brasileiro a visitar Portugal desde a instauração do regime democrático.

Pode Vossa Excelência apreciar a vontade e a determinação de um povo que soube reencontrar a sua história, definindo o quadro de legitimidade das suas instituições democráticas.

É este o povo que, numa manifestação de indiscutível maturidade, conquistou a liberdade e recusou a imposição de modelos que lhe não são próprios, nem se coadunam com a sua cultura.

É este povo que sabe recusar o extremismo e procurar na conciliação e no diálogo entre todas as forças políticas e sociais representativas, a concertação necessária à execução das grandes tarefas nacionais.

É este povo que acompanha com afeto e interesse os caminhos que o Brasil percorre no sentido das transformações pacíficas e das reformas que são fonte de justiça social e de progresso, tanto no plano nacional como no plano internacional.

É em nome do povo português que, na pessoa de Vossa Excelência, desejo enviar ao povo brasileiro e aos portugueses que do Brasil fizeram a sua segunda pátria um abraço bem fraterno e os nossos votos de maiores prosperidades.

Peço a todos que me acompanhem num brinde pelas felicidades pessoais de Sua Excelência o Presidente da República Federativa do Brasil e Senhora João Figueiredo, e pelo estreitamento da amizade entre Portugal e o Brasil.

02 DE FEVEREIRO
PALÁCIO DA AJUDA
LISBOA — PORTUGAL

DISCURSO POR OCASÃO DO JANTAR
OFERECIDO PELO PRESIDENTE DA
REPÚBLICA PORTUGUESA, SENHOR
ANTÔNIO DOS SANTOS RAMALHO
EANES

Excelentíssimo Senhor Presidente da República
Portuguesa, Antônio dos Santos Ramalho Eanes:

O honroso convite de Vossa Excelência, por mim
aceito, dá ensejo a que eu retribua o seu gesto para com
o Brasil, quando nos visitou há três anos. Entre os bra-
sileiros, a presença de Vossa Excelência reforçou antigos
laços de fraterna amizade. Idêntico propósito traz-me
agora a Portugal.

Une nossos países, mais que o passado de harmonia
e cooperação, mais que a língua comum, mais que afinida-
des de cultura, o imperativo do sentimento de nossos
povos. Por isso, a relação entre nós transcende às con-
tingências e inclinações de regimes e governos, porque
se realiza no mais elevado dos planos — no coração e
no espírito de homens livres.

Essa comunhão, Senhor Presidente, constitui ele-
mento evidente e tangível de nossas respectivas naciona-

lidades. Governo algum poderia modificá-la. Cabe a nós, governantes, tão-somente interpretá-la, e facilitar-lhe a plenitude da expressão. Desta convicção de comunhão tão cara a todos os brasileiros.

Os caminhos que se abrem a nossos povos tendem a ser paralelos; rumam num mesmo sentido e guardam analogia de fins. Querem o Brasil e Portugal assegurar o desenvolvimento pleno de suas potencialidades. Temos consciência de que o esforço de desenvolvimento é, em sua essência, nacional. Depende do trabalho e do empenho de cada qual. Não pode, porém, o ingrediente internacional ser dispensado. Não há mais lugar para a autarquia, se a meta é o desenvolvimento efetivo e amplo, criador de oportunidades de acesso aos bens econômicos, sociais e culturais da modernidade. Daí, ser fundamental a cooperação em bases igualitárias, que aproxime os povos em empreendimentos comuns e fraternos.

Talvez aí Portugal e Brasil encontrem um ponto comum em suas concepções de estilo e objetivos diplomáticos: participação plena na vida internacional, mas voltada para a cooperação e a harmonia; convivência destinada a contribuir em cada momento, ainda que modestamente, para que a paz e o desenvolvimento dêem passos à frente.

Essa coincidência de propósitos está assentada na irrestrita adesão de nossos países aos princípios basilares do convívio entre Nações: igualdade soberana, autodeterminação, não-intervenção e respeito mútuo. Portugal, como o Brasil, reconhece o caráter dinâmico da vida internacional. Nossa adesão a princípios não aceita a estagnação. É uma proposta de superação dos vícios do sistema internacional, mas que traz o sentido de que a melhor mudança é aquela feita com a preservação do

melhor na ordem atual. E a autodeterminação e a independência são conquistas necessárias. Dessa forma, o diálogo voltado para a transformação será feito em bases de participação universal, construído pelo esforço de todos, países desenvolvidos e em desenvolvimento, para a criação de uma ordem internacional mais justa.

Escolhemos no Brasil um caminho universalista, de boa convivência com todas as nações, buscando, com cada uma, o empreendimento equilibrado, que satisfaça às necessidades do povo brasileiro e do seu parceiro. O universalismo implica o respeito e a compreensão pela individualidade das nações, sem veleidades e sem desconfianças estéreis. A imposição de esquemas globalizantes simplistas, os diagnósticos gerais sobre a vida internacional, as convocações unilaterais em nome da defesa de toda a Humanidade, geram menos aproximação do que desavença e tensão entre os povos. Trazem o pecado grave do desrespeito às particularidades individuais, quando o vício ainda maior do intervencionismo e da hegemonia.

Do lado dos sinais positivos do momento internacional, parece-me que a aproximação entre Portugal e seus vizinhos europeus é passo decisivo e importante. É natural que Portugal se volte cada vez mais para os seus vizinhos e que a Europa mostre crescente receptividade à presença portuguesa. O Brasil vê com interesse e agrado o progresso da integração européia. No novo perfil da política externa da Europa Ocidental, que surge seguro e promissor, discernimos um fator significativo para a construção da paz mundial e para a vivência dos valores que nos são caros.

O Brasil, por sua vez, extravaza dos estreitos conceitos tradicionais. Pertencemos, simultaneamente, ao

Ocidente e ao Terceiro Mundo. Não cabe optar entre um e outro, pois para nós eles se definem pelo próprio exame das circunstâncias de fato e não são universos conflitantes. O Ocidente e o Terceiro Mundo devem buscar o caminho da mutualidade de interesses. Não será lícito, porventura, a um país ocidental defender seu direito ao desenvolvimento e à participação nas instâncias mundiais de decisão? O que obrigaria um país do Terceiro Mundo a renegar sua identidade cultural ou a divorciar-se dos valores ocidentais, desvinculando-se de países com que mantém denso relacionamento? O Brasil certamente não se coloca em escaninhos arbitrários, mas reflete o que é.

A presente conjuntura internacional não mais se ajusta a padrões pré-estabelecidos, oriundos, em grande parte, de interesses de poder. Embora discrepantes da nova configuração internacional, esses padrões continuam a impregnar os mecanismos de decisão, em matéria tanto política quanto econômica. Há imobilidade, quando a vida internacional reclama fluidez e dinamismo.

É preciso que tenhamos, todos, uma percepção nítida do quadro global, sem mitos nem artifícios. Não devemos permitir que fórmulas exógenas prejudiquem a visão de nossas realidades imediatas.

Tampouco devemos deixar-nos levar por concepções que pouco ou nada têm de construtivo; concepções que prejudicam o entendimento entre os Estados e o progresso da Humanidade. Refiro-me a ideários políticos, que buscam enquadrar a realidade em esquemas cristalizados. Exigem dos protagonistas na cena internacional definições extremas e impõem-lhe rótulos simplistas, que

violentam as personalidades nacionais. Tais atitudes só fazem alimentar diferenças, ao invés de explorar aquilo que une as nações.

Os Estados — como os homens — não se amoldam a categorias absolutas. Têm peculiaridades próprias, e diferenciações por demais sutis, a que se repugnam enquadramentos rígidos.

O Brasil acredita no respeito às particularidades nacionais e às dinâmicas regionais. Refuta toda tentativa de transpor conflitos de uma esfera para outra. Tensões globais transferidas para o nível regional não se atenuam. Pelo contrário, propagam-se e tornam-se fonte permanente de crises.

À realidade econômica da interdependência deve corresponder uma nova realidade política. A participação na gerência dos negócios e destinos internacionais necessita ser ampla, autêntica e fundada em participação aberta. Não pode ser domínio exclusivo de países desenvolvidos, pois a manter-se a presente situação não é difícil prever que todo o movimento negociador vai reproduzir a injustiça, ao invés de superá-la. Não é essa a aspiração dos povos.

Por tudo isso, o Brasil deseja ver estabelecida uma nova ordem mundial, fundada no consenso e na participação democrática. Acreditamos que todos os Estados têm o direito e, mais ainda, o dever de participar de modo eqüitativo.

Nenhum Estado pode invocar a prerrogativa da omissão. Assim como cada indivíduo é responsável perante a sociedade em que vive, cada país é também responsável perante a Humanidade. Todos têm o mesmo

dever essencial de contribuir ativamente, na medida de suas responsabilidades, para a paz e para o progresso dos povos.

O Brasil fala com voz própria e sempre em nome próprio. Não queremos mandatos ou delegações. Não temos, pronta e acabada, nenhuma utopia, nem mesmo receita para as dificuldades contemporâneas do sistema internacional. Mas nossa atitude internacional, de cooperação e de boa convivência, está fundada em certos pressupostos e práticas que, acredito, podem valer com utilidade para a harmonização dos interesses das Nações. Temos fidelidade à negociação serena e equilibrada e lutamos para que nesta base se propague um clima de confiança; longe do qual a paz não pode prosperar.

Brasil e Portugal possuem hoje percepção clara de seus respectivos papéis no cenário mundial. Estou certo de que não nos falta a coragem necessária ao desempenho das tarefas que a História impõe. Mercê de seu bom cumprimento, ter-nos-emos alçado à altura de nossas responsabilidades.

Ambos os países têm, igualmente, concepção precisa de seu relacionamento recíproco, no qual sobressai amplo acervo de entendimento e cooperação. Há vasto campo para que se alargue e aprofunde o intercâmbio bilateral. Dispomos de amplo quadro institucional a alicerçar nossas realizações conjuntas. Resta-nos dar a esse instrumental a mais intensa e extensa aplicação, para que as formas concretas do relacionamento bilateral adquiram dimensões condizentes com os anseios dos dois povos e com as potencialidades de cada país.

Senhor Presidente,

Em terra portuguesa, comove-me a acolhida espontânea e generosa que recebi. Cresce meu sentimento de

admiração por esta civilização que, com tanta felicidade, conjuga valores multisseculares com o dinamismo dos empreendimentos e das técnicas modernas. Possa o nosso encontro servir de inspiração a brasileiros e a portugueses para a busca de formas inovadoras e fecundas de adensar a cooperação bilateral.

Em nome de todos os brasileiros, ergo minha taça pela crescente prosperidade do povo português, pelo progresso das relações luso-brasileiras e pela felicidade pessoal de Vossa Excelência e da Senhora de Ramalho Eanes.

03 DE FEVEREIRO
LISBOA — PORTUGAL
AUDITÓRIO DA FEIRA INTERNACIONAL DE LISBOA
DISCURSO DE ENCERRAMENTO DO
ENCONTRO EMPRESARIAL LUSO-BRASILEIRO

Minhas Senhoras, meus Senhores:

A feliz circunstância de estarmos hoje reunidos aviva a perspectiva histórica, secular, que vincula, não só Portugal e Brasil, mas, também, com um caráter muito especial, Governo e iniciativa privada. Nas mais importantes etapas de nossa história, a associação entre o Governo e os homens de negócio constituiu-se em forma eficaz de alcançar riqueza e bem-estar para nossos povos.

Dos portugueses, herdamos mais do que a língua e território. Herdamos o espírito de luta e de iniciativa, herdamos o destemor diante dos grandes desafios e a disposição de empreender.

Esses traços comuns aos nossos dois povos certamente influem no relacionamento entre Portugal e Brasil. Do lado brasileiro — asseguro-lhes — sempre poderão contar os portugueses com a fraternal disposição de compreender e colaborar de um parceiro confiável.

A despeito dos efeitos negativos da crise energética, vivemos, em nossas relações bilaterais, momento de otimismo. No ano passado, o mercado português absorveu 96 milhões de dólares de produtos brasileiros, representando isso um crescimento de 110,5% sobre o ano anterior.

Por outro lado, os ganhos portugueses na balança de serviços têm garantido a Portugal, nos últimos anos, um saldo positivo em conta-corrente.

Os brasileiros acompanham, com saudável atenção, a evolução dos acontecimentos em Portugal. Apesar das importantes transformações estruturais na economia e na política, verificadas na última década, encontram-se os portugueses, hoje, no limiar de uma nova era. Em breve, a integração com a Comunidade Européia estará concretizada, abrindo novas e importantes oportunidades para a economia portuguesa.

Estamos confiantes em que a opção européia não se refletirá de forma negativa sobre o relacionamento entre nossos dois países. Se no Brasil há — e sempre haverá — um amplo espaço para Portugal, a recíproca, estou certo, é também verdadeira.

As oportunidades, de um e outro lado, continuarão a existir e devem mesmo expandir-se. A união de esforços, a associação entre empresários portugueses e brasileiros, para explorá-las, são perspectivas que vemos com entusiasmo.

O relacionamento econômico entre nossos dois países felizmente não se tem maculado por práticas negativas que hoje já se tornaram comuns no quadro internacional, onde o ressurgir de uma forte tendência

protecionista tem bloqueado a expansão do comércio, inibido iniciativas econômicas e financeiras e frustrado justas expectativas de desenvolvimento.

O Brasil ainda não deixou de ser um país em desenvolvimento. O estágio de avanço industrial, alcançado em algumas áreas localizadas, longe está de ser suficiente para eliminar as distorções que afetam nossa realidade social e econômica.

Por isso, não aceitamos rótulos aparentemente envaidecedores, como os de «país em desenvolvimento avançado» ou de «país recentemente industrializado». Tais conceitos intentam a nossa separação dos demais países do Sul, buscando, com falsa legitimidade, negar-nos o tratamento que deve caber aos países em desenvolvimento.

Nos foros mundiais, o Brasil continuará a se opor, vigorosamente, contra todas as formas, diretas ou indiretas, de neoprotecionismo. A despeito da persistente surdez dos países industrializados, continuaremos serenamente a formular propostas construtivas de diálogo.

Ao mesmo tempo, nos limites do nosso alcance, trabalharemos para que se transforme em realidade o ideal de intensificar a cooperação entre os países em desenvolvimento e de criar uma forma nova, mais justa e equitativa, de relacionamento econômico comercial entre estes e as nações industrializadas.

A despeito das resistências protecionistas, o Brasil conquistou posições sólidas e vende crescente quantidade de manufaturados. Essa expansão só não se acelera em virtude dos obstáculos comerciais, que se multiplicam e renascem numa infinidade de fórmulas imaginativas para proteger setores industriais sem condições de competir no mercado.

Esquecem os que advogam estas fórmulas que os países em desenvolvimento continuarão a ser compradores importantes e com grande potencial de absorção de produtos de países industrializados. Esquecem também que as exportações para as economias altamente desenvolvidas são essenciais para garantir um fluxo estável de comércio e, por conseguinte, o fornecimento de bens de equipamento que os países em desenvolvimento não têm condições de produzir internamente.

Em todo esse quadro, a iniciativa privada detém a responsabilidade maior. O exportador, no Brasil, é agente, dos mais importantes, para a fixação da imagem de empreendimento e seriedade com que o Brasil se apresenta entre seus parceiros de comércio.

Com a herança de destemor que recebemos de Portugal, não é de surpreender o ânimo com que o Brasil se dedica à construção de uma economia moderna, capaz de superar as distorções de seu desenvolvimento. Menos surpreendente ainda será, para todos aqui presentes, Governo e iniciativa privada, brasileiros e portugueses, a identificação do comércio com outros povos como forma de estreitar uma colaboração que possibilite um relacionamento mutuamente vantajoso.

Foi do impulso dessa idéia que surgiu o primeiro traço a nos unir. Foi da reiteração dessa crença que resultou esta Reunião Empresarial, que ora encerro com a emoção de quem testemunha a perenidade do entendimento entre o Brasil e Portugal.

03 DE FEVEREIRO
PALÁCIO DA VILA
SINTRA — PORTUGAL

DISCURSO DO PRIMEIRO-MINISTRO
DE PORTUGAL, SENHOR FRANCISCO
PINTO BALSEMÃO, POR OCASIÃO DO
ALMOÇO QUE FOI OFERECIDO AO
PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO

Excelentíssimo Senhor Presidente:

É tão natural a emoção sentida num encontro entre governantes do Brasil e de Portugal que, muitas vezes, somos por pudor levados a calá-la ou a exprimi-la em surdina.

Como Primeiro-Ministro devo-me o controlar de tendências emocionais que naturalmente dominariam, pelo menos, as minhas primeiras palavras nesta ocasião.

Como homem e como português, no entanto, esse esforço tem limites naturais.

Não posso pois deixar de dizer a Vossa Excelência que nos tempos conturbados que o Mundo atravessa, receber a visita do Presidente do Brasil constitui para nós, portugueses, algo de salutar e de vivificante.

Outra coisa não seria de esperar de um encontro entre familiares irmanados pelo usufruto de um patrimônio tão rico em termos de humanismo.

Recordo ainda hoje como um dos momentos mais marcantes da minha vida a visita que fiz ao Brasil em

1980, por ocasião das memoráveis Comemorações Camonianas, altura em que pela primeira vez tive o privilégio e o prazer de me encontrar com Vossa Excelência.

Perante esta minha experiência, estarei já a ser generoso se vos desejar que desta viagem guardem nos anos vindouros apenas uma parcela da riqueza que então me foi proporcionado recolher.

Ao receber Vossa Excelência não acolhemos apenas o Presidente da Nação irmã, mas também o político que, imbuído do ideal democrático, deu início a um processo de abertura política com ele consentâneo.

Compreender-se-á, assim, facilmente, que seja motivo de regozijo ser Vossa Excelência o primeiro Chefe-de-Estado e do Governo que tenho a honra de receber na qualidade de Primeiro-Ministro de um Governo que tem como princípios básicos a democracia, a igualdade e a justiça social.

Chega Vossa Excelência na alvorada do primeiro largo período de estabilidade democrática do meu País, agora tornado possível pela ascensão ao Governo de uma maioria estável coesa com uma perspectiva mínima de quatro anos de nação governativa.

Para aqui chegar muitas foram as lutas e grandes foram os esforços e muita foi a dor, já que perdemos no caminho dois grandes obreiros deste sonho.

Estamos aqui agora com ânimo fortalecido por uma dura experiência política e determinados a promover o salto qualitativo nas condições de vida do povo português em todos os seus aspectos.

Dentro deste condicionalismo, abriram-se novas perspectivas ao meu Governo numa das áreas mais importantes das suas competências: a definição, orientação e coordenação da política externa.

Daqui resulta que a visita de Vossa Excelência ocorre numa hora ideal para que se possa dar conteúdo real ao amplo quadro institucional já existente entre os nossos dois países, passando da fase de sinceras profissões de fé e declarações de intenção, para a da sua concretização no dia-a-dia da vida política, econômica e cultural dos dois povos.

Realizemos este ideal com o misto de sonho e humildade que deve ser próprio dos governantes democráticos, conscientes de que o possível se faz e o impossível se vai fazendo.

Partamos do que já existe e caminhemos com passos seguros e firmes, mesmo que não espectaculares, aliando aos nossos esforços a imaginação e o poder criador da iniciativa privada.

Com espírito realista e com a sólida base da nossa determinação e capacidade de transformar o sonho em realidade herdada dos nossos antepassados poderemos, estou certo, dar vida à idéia da Comunidade Luso-Brasileira.

Senhor Presidente,

Não é só no aspecto bilateral que a visita de Vossa Excelência tem um significado especial, já que também no domínio das relações internacionais ela adquire uma dimensão própria.

Tive esta manhã a possibilidade de, com Vossa Excelência, passar em revista o panorama internacional e a função que cabe a cada um dos nossos dois países nesse palco aberto, onde, em resultado de um processo de difusão do poder, os papéis principais tendem a multiplicar-se e os atores-figurantes a adquirir uma grande capacidade de influir no desenrolar da ação.

Esta evolução, no entanto, não se pode processar de forma linear e harmônica e, ignorá-la, seria fazer prova de imaturidade política.

A década que ainda há pouco iniciamos foi, à partida, profundamente marcada pela demonstração da vontade-poder expansionista da política externa da União Soviética ao invadir fisicamente um país vizinho não-alinhado, aí se mantendo pela força das armas até hoje.

Este fato condicionou e condicionará por muito tempo ainda, a atitude dos restantes países livres no seu posicionamento e na sua atuação internacional.

Fomos acordados para uma realidade, pré-existente é certo, mas que constituía um dado que, por razões várias, estávamos em risco de esquecer.

A reação pronta nas Nações Unidas de uma importante maioria de países, muitos dos quais com variadas motivações seguiam em muitos campos a posição soviética, veio mostrar ao mundo que a convivência internacional passa pelo respeito mútuo de princípios básicos de há muito estabelecidos e consagrados em instrumentos internacionais.

Sem eles, Senhor Presidente, ou com a sua contínua violação, desaparece o clima de confiança essencial ao desenvolvimento tão harmônico quanto possível das relações internacionais, principalmente quando estão frente a frente ideologias e projetos irredutíveis.

O clima de abertura e a vontade de cooperar, consubstanciados no espírito de *détente* que dominou a década de setenta, foi abalado e com este estado de coisas sofrem os homens e perdem os países, especialmente aqueles que mais necessitavam de um mundo menos

amedrontado para atingirem o nível de desenvolvimento a que têm legitimamente direito.

Não é, na verdade, num clima de tensão permanente, agora acrescido pela preocupação do futuro próximo da Polônia, que se podem libertar as energias, as boas-vontades e os meios necessários à importante tarefa que consiste em promover o reordenamento da vida internacional de uma forma que privilegie a justiça e a igualdade entre países e permita realizar no domínio das relações internacionais os princípios democráticos que nos orientam.

Os nossos dois países deseja, e sabem, ser necessário voltar a caminhar no sentido do estabelecimento de uma atmosfera de convivência sã para que seja possível a paz e o desenvolvimento.

Sabem, no entanto, Senhor Presidente, e a sua visita demonstra-o, que mais do que nunca é necessário cerrar fileiras, desenvolver um espírito de coesão e de determinação que funcione como elemento dissuasor.

Como dizia Fernando Pessoa: «Deus quis que a terra fosse toda uma, que o mar unisse, já não separasse».

Ora neste Atlântico que já não nos separa, mas nos une, são Brasil e Portugal detentores de posições geopolíticas de importância determinante. Têm, pois, a necessidade e o dever de cooperar estreitamente para garantir a possibilidade de alcançar no Mundo a paz que ambicionamos.

Sendo ambos Países Ocidentais, com o que isto significa de tradição e de dinamismo, o fato de Portugal ser membro de uma Aliança político-militar e estar em vias de pertencer à Comunidade Econômica Européia e de o Brasil desempenhar de forma ativa, ainda que como observador, um papel cada vez mais importante no

movimento dos não-alinhados e no Terceiro Mundo, conjugado com os laços especiais que nos unem e a natural vocação de abertura a outros povos, permite antever para a colaboração conjunta uma dimensão pouco comum de real complementariedade entre dois países.

Portugal, Sul do Norte, e Brasil, Norte do Sul, podem, melhor do que outros países, compreender a gravidade da situação que vivemos e o valor do diálogo que há que instaurar.

Devem, pois, assumir essa responsabilidade e, de forma autônoma mas conjugada, atuar em conformidade.

Para esta sua missão um outro fator contribui de forma decisiva — a partilha de um mesmo idioma, substrato de uma cultura comum tão rica e tão profunda e de que o Brasil constitui hoje o maior representante do Mundo.

A língua portuguesa é um elo privilegiado de entendimento entre povos situados em vários continentes e merece, como tal, uma ação conjunta de promoção a nível internacional, que possibilite um diálogo e uma cooperação estreita entre países da mesma expressão.

Entre nós todos, com as diferenciações e características próprias a cada um, com níveis de desenvolvimento, com ideologias e práticas políticas diversas, representamos uma amostragem significativa do mundo de hoje.

Entre todos, podemos ser veículos e originadores de diálogo produtivo entre grupos de países com que cada um de nós tem um contato mais natural.

Senhor Presidente,

Para além do significado político desta visita, não podemos nós, portugueses, deixar de ver em Vossa Ex-

celência o mais alto magistrado da nação onde se forma tão harmônica e tão natural está inserido um segundo Portugal na pessoa de tantos portugueses que ali labutam, que ali criaram novas raízes e que ajudam a tornar maiores os nossos dois países.

Mesmo deixando de lado o patrimônio histórico e cultural que, independentemente de tudo e de todos, não permitirá jamais uma separação dos dois povos, a vivência dos portugueses em terras do Brasil e a dos brasileiros em Portugal, forçar-nos-iam só por si a encontrar fórmulas de aproximação cada vez mais fortes, cada vez mais ricas em termos humanos e institucionais.

Foi este, de resto, o espírito que presidiu à assinatura do Tratado de Amizade e Consulta e dos vários acordos bilaterais que lhe dão corpo.

Foi a certeza desta realidade humana que nos levou e estou certo nos levará ainda mais longe no tratamento muito especial que acordamos dar aos cidadãos de cada um dos nossos países quando, em correntes tão naturais de migração, são levados a se inserir no espaço sócio-político do outro país irmão.

Devemo-nos e devemo-lhe este esforço de imaginação e de vontade política.

A este respeito, permita-me, Senhor Presidente, sublinhar a minha satisfação como Primeiro-Ministro e a alegria com que o povo português e, muito em especial, os emigrantes portugueses no Brasil, tomarão conhecimento do que Vossa Excelência me disse esta manhã e que acaba de confirmar publicamente na conferência de imprensa: que a nova lei de estrangeiros brasileira, de agosto de 1980, não será aplicada aos cidadãos portugueses.

Esta decisão bem demonstrativa da clarividência de Vossa Excelência, do seu sentido do humano, honra-o, Senhor Presidente, e honra a nossa História comum.

Os contatos tão frutuosos agora havidos e que se rão, certamente, desenvolvidos quando Sua Excelência o Presidente da República de Portugal e eu próprio tivermos a oportunidade de aceitar o amável e generoso convite para visitar oficialmente o Brasil, permitem-nos antever para as relações entre os dois povos um futuro ainda mais brilhante, ainda mais fecundo e sempre mais fraternal.

Brindemos a este encontro sempre renovado.

Brindemos na pessoa de Vossa Excelência ao Brasil que todos amamos.

Bebamos à saúde e prosperidade do Presidente da República Federativa do Brasil e da Senhora de Figueiredo.

03 DE FEVEREIRO
PALÁCIO DA VILA
SINTRA — PORTUGAL

DISCURSO POR OCASIÃO DO ALMO-
ÇO OFERECIDO PELO PRIMEIRO-
MINISTRO DA REPÚBLICA PORTU-
GUESA, SENHOR FRANCISCO PINTO
BALSEMÃO

Excelentíssimo Senhor Primeiro-Ministro, da República
Portuguesa, Francisco Pinto Balsemão:

Muito me honram e lisonjeiam as palavras que Vossa
Excelênciá acaba de pronunciar. Traduzem elas a
nímia fidalgaria com que os brasileiros, de há muito,
são recebidos em Portugal.

Renovo, hoje, a satisfação de nosso encontro no
Rio de Janeiro, quando das comemorações do quarto
centenário de Luís de Camões, no Real Gabinete Por-
gueês de Leitura. Juntos celebramos, então, o poeta
maior de nossa língua e o símbolo de cultura que marca-
va orgulhosamente sua presença na Renascença euro-
péia.

Vossa Excelênciá deixou, entre nós, a imagem de
um político lúcido e capaz de influir, com decisão, nos
destinos do seu país.

Estar novamente com Vossa Excelência, ora investido na Chefia do Executivo português, redobra-me a satisfação de ser o primeiro Chefe-de-Estado e de Governo cuja visita o VII Governo constitucional de Portugal recebe.

Os povos brasileiro e português encontram-se ligados por vínculos naturais, sobejamente conhecidos, de história e cultura. Compartilhamos muitos valores, além do patrimônio lingüístico, que tanto contribuíram para a formação da unidade nacional brasileira.

O legado português fundiu-se, entre nós, com outras influências fundamentais, trazidas por povos autóctones ou vindos de outras terras. Todos nos juntamos na construção do País. Amoldadas às condições locais, essas influências cinzelaram o perfil próprio dos brasileiros, onde as superposições ou justaposições culturais encontraram nova harmonia que, a justo título, nos envadece.

No plano interno, essa vocação pluralista manifesta-se na busca incessante do ideal democrático, único conducente à realização dos legítimos anseios de todo o povo. No plano externo, temos espontânea disposição para melhor convívio com as demais nações.

Agimos imbuídos da crença inabalável de que todos os países têm o direito de se realizar plenamente no seio da comunidade internacional. No entanto, a concretização desse ideal está, ainda, distante. Perpetuam-se desniveis de riqueza e de poder, concentrando-se o processo decisório nas mãos de poucos, que já deram prova de incapacidade nas tentativas solitárias de ordenar o Mundo. Sucedem-se as crises e acirram-se as tensões, ao arreio das normas do bom convívio internacional.

Buscamos, portanto, normas que definam com clareza a possibilidade de instauração de uma nova ordem internacional, fundada em princípios de eqüidade e de justiça. Ordem que reflita, com maior adequação, a contribuição dos países em desenvolvimento ao processo econômico internacional. Ordem que dê conta das responsabilidades históricas pelo desenvolvimento e que saiba incorporar a difícil problemática de nossos dias.

A situação requer medidas urgentes. Não há espaço para delongas e tergiversações. Temos diante de nós um calendário de encontros, todos significativos, todos estratégicos, para definir situações, para encaminhar negociações, para propor mecanismos de solução de impasses históricos, para avaliar frustrações de muitos anos.

Os países desenvolvidos, que se mostraram tão intransigentes na História, tiveram a iniciativa de alguns destes encontros. Esperamos que, com esta iniciativa, venha também a vontade política real de negociar e cooperar com os países em desenvolvimento.

Os Governos brasileiro e português compartilham numerosas aspirações e ideais. Partem em suas políticas externas de uma sólida defesa de princípios, voltados para a construção de um modo mais seguro e mais justo, desrido de hegemonias e de blocos excludentes nas áreas de decisão. Ambos defendem a intensificação do intercâmbio, a necessidade de cooperação internacional mais ampla. Ambos lutam pela instauração de uma era de paz.

Portugal e Brasil estão também ligados pela participação num mesmo universo de valores ocidentais. Penso que os portugueses, como os brasileiros, afastam-se da concepção restrita, estática e defensiva do que seja Ocidente.

Os valores ocidentais, que moldaram a nossa civilização, não são propriedade de um país ou de uma ideologia. Ao contrário, constituem meta e meios de organização social. Constituem suporte filosófico para a fidelidade ao diálogo e à tolerância; constituem o cerne da crença na igualdade, no pluralismo e na democracia. Além disto, são proposta de transformação e de progresso em que todos participam.

O Ocidente é essencialmente proposta de democracia e projeto de igualdade e de justiça social, com respeito à individualidade e aos condicionamentos de cada país. Confiná-lo a uma dimensão estratégica, em benefício de posições específicas, como forma de aglutinação forçada de compromissos, é restringir o conceito e convidar à desconfiança e à tensão.

Uma análise não egoística dos valores ocidentais revela que o Ocidente repele as injustiças sociais e, por isto, quando os transpor para a vida internacional, devem ser um motivador incessante de equilíbrio e harmonia entre países em desenvolvimento e países desenvolvidos. O Brasil, como país do Terceiro Mundo de inequivoca dimensão ocidental, acredita que as diferenças que separam os países pobres e ricos são superáveis, desde que o Ocidente esteja disposto a pautar-se por seus próprios ideais de progresso e de justiça para todos, sem discriminação. É preciso afastar definitivamente idéia do conflito necessário entre o Terceiro Mundo e o Ocidente, mito que apenas encobre anseios localizados de perpetuação de um estado de desequilíbrio e injustiça.

Senhor Primeiro-Ministro,

Temos pois uma variedade de fatores que constituem a urdidura e a trama da estreita malha de relações

entre o Brasil e Portugal, nos mais variados campos e atividades. Múltiplos são os setores em que nossos interesses podem entrelaçar-se, com reais possibilidades de êxito.

Cumpre a nossos povos, mediante o necessário apoio governamental, dinamizar o intercâmbio bilateral, nos campos da economia, da cultura, da ciência e da tecnologia. Para tanto, criamos, através dos tempos, amplo mecanismo institucional, a que urge dar pleno aproveitamento, em benefício de uma cooperação cada vez mais intensa e fecunda.

Em matéria econômica, registro, com fundadas esperanças em seu desempenho, a reativação da Comissão Econômica Luso-Brasileira, que já nos proporcionou os Acordos sobre Cooperação no Domínio do Turismo e sobre Cooperação Econômica e Industrial, a serem assinados por nossos chanceleres. Mas é, sobretudo, à ousadia e à criatividade insubstituíveis do setor privado que incumbe velar pelo florescimento dessas relações.

O modesto valor de nosso intercâmbio comercial constitui permanente desafio a nossas sinceras intenções de elevá-lo a patamares mais altos.

Não obstante a modéstia que timbrei em apontar, injusto seria omitir que, no final da década de 70, havíamos ultrapassado, em larga medida, os índices com que a iniciáramos. É, porém, dever recíproco continuar envidando esforços para superar o progresso alcançado e para transpor, com mútuo benefício, os obstáculos que porventura se oponham a esse objetivo.

Saibamos, ainda, aproveitar as oportunidades que surjam e delas extrair todas as consequências positivas.

Nesse sentido, o Brasil espera que o futuro ingresso de Portugal nas Comunidades Econômicas Européias contribua auspiciosamente para a causa da liberalização das correntes de comércio internacionais e para a melhor distribuição de seus benefícios entre todos os parceiros.

No âmbito da cooperação cultural, sempre houve e haverá um campo fértil a ser trabalhado por brasileiros e portugueses. Graças aos esforços da Comissão Mista Cultural, são cada vez mais promissores os caminhos que se descortinam. Entre tantos outros, já tradicionalmente explorados, ativa-se o intercâmbio entre nossos veículos de comunicação social, permitindo que nossos povos, mercê da expressão comum, melhor se conheçam e se compreendam.

Também no setor tecnológico, acumulam-se as perspectivas de cooperação, mormente nos domínios do estado de fontes alternativas de energia, da petroquímica, da informática e da agricultura. Importa, principalmente, um esforço conjunto de investigação e colaboração para fazermos frente às dificuldades de acesso a tecnologias avançadas, que muitas vezes nos são onerosamente impostas pelos países que as detêm.

Senhor Primeiro-Ministro,

Não nos seria possível falar de cooperação bilateral entre países sem recordar aqueles que constituem o elo vivo de nossas relações: os bravos portugueses que engrandecem, em nossa terra, o nome de Portugal e tanto serviço prestam à causa de nossa aproximação. Contribuem, com atividade incansável, para a prosperidade do país onde são recebidos — permitam-me dizê-lo — com fraterna e merecida hospitalidade. Para eles, sejam quais forem as vicissitudes que o futuro nos queira reservar, as portas do Brasil jamais se fecharão.

Peço a todos que me acompanhem num brinde à felicidade do Senhor Primeiro-Ministro e da Senhora de Pinto Balsemão, à amizade e ao entendimento exemplares existentes entre os povos brasileiro e português, à grandeza e à prosperidade de Portugal.

03 DE FEVEREIRO
PALÁCIO DE QUELUZ
LISBOA — PORTUGAL

DISCURSO POR OCASIÃO DO JANTAR
OFERECIDO AO PRESIDENTE DA
REPÚBLICA PORTUGUESA, SENHOR
ANTÓNIO DOS SANTOS RAMALHO
EANES

Excelentíssimo Senhor Presidente da República
Portuguesa, Antônio dos Santos Ramalho Eanes,
Senhor Primeiro-Ministro Francisco Pinto Balsemão,
Minhas Senhoras, meus Senhores:

É com vivo prazer que me encontro em sua companhia esta noite. Do momento em que pisamos o solo português, minha mulher, minha comitiva e eu próprio fomos cercados de demonstrações de estima e amizade. Em cada aceno, gesto e palavra discernimos, além da renomada hospitalidade lusitana, o sentimento profundo a irmanar o povo brasileiro à gente desta terra.

Vossas Excelências conhecem bem o Brasil. Ambos lá estiveram e viram os sinais da presença portuguesa, não só nos vestígios de nosso passado, mas, sobretudo, em nosso presente. Refiro-me aos portugueses que conhecemos cooperaram na edificação da civilização brasileira.

Muitos deles organizaram-se em influentes associações, através das quais prestam serviço ao saber, como é o caso do Real Gabinete Português de Leitura e do Liceu Português. Outros projetaram-se no campo da saúde e assistência, instituindo os modelares hospitais de beneficência. Outros ainda cultuam as tradições da terra que deixaram num sem número de Casas, espalhadas por todo o Brasil, a recordar-nos, em seus nomes e atividades, todas as Regiões e Províncias de Portugal.

Dos portugueses, que fizeram no Brasil o seu lar, e de todos os brasileiros, das mais diversas origens, trago uma mensagem de confiança nos destinos de Portugal e no futuro das relações luso-brasileiras.

A muitos surpreende a unidade na diversidade, que caracteriza a personalidade nacional brasileira. Sofremos influências de vários povos, de todos os continentes. Nenhuma predomina, todas se harmonizam. É patente a importância das populações autóctones na formação do Brasil. Entretanto, de nós não se poderá dizer que somos uma Indo-América. Temos na África profundas raízes, que se manifestam no cotidiano de todos os brasileiros. Nem por isso pretendemos ser uma Afro-América. Devemos à Europa muitas das bases de nossa cultura. Mas isso não fez de nós uma Euro-América.

Caldeamos, isto sim, numa nação singular as influências múltiplas que recebemos, isto sim, numa singular as influências múltiplas que recebemos, inclusive de outras partes do Globo.

Não renunciamos a qualquer dessas influências. Pelo contrário, orgulhamo-nos de tê-las bem absorvido, de modo a criar a originalidade de nosso caráter nacional.

Todos esses aspectos do perfil brasileiro estão refletidos em seu comportamento externo. Daí nossa atitude, franca e aberta, perante nós mesmos e perante o Mundo.

Senhor Presidente,

Senhor Primeiro-Ministro,

Minha visita a Portugal nos permitiu efetuar ampla troca de idéias sobre a realidade internacional que nos envolve. Ensejou o exame de novas formas de cooperação bilateral, econômica, científica e tecnológica. Acima de tudo, reafirmou a solidariedade entre nossos povos e o bom entendimento entre nossos Governos.

Que floresçam as relações entre o Brasil e Portugal, com frutos abundantes para ambos os lados.

Esse desejo me inspira a propor um brinde ao desenvolvimento das relações luso-brasileiras, à prosperidade da nação portuguesa e à felicidade pessoal do Senhor Presidente e Senhora de Ramalho Eanes e do Senhor Primeiro-Ministro e Senhora de Pinto Balsemão.

03 DE FEVEREIRO
PALÁCIO QUELUZ
LISBOA — PORTUGAL

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA PORTUGUESA, SENHOR ANTONIO DOS SANTOS RAMALHO EANES,
POR OCASIÃO DO BANQUETE QUE
LHE FOI OFERECIDO PELO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO

Senhor Presidente:

Agradeço as palavras amáveis de Vossa Excelência e as referências elogiosas a quantos portugueses contribuíram e contribuem para a prosperidade da grande nação brasileira.

Efetivamente, não seria justo, neste momento, esquecer todos aqueles que, pela sua ação, pela sua presença, pelo seu trabalho, contribuem para o reforço permanente de um patrimônio cultural comum e para uma vivência mutuamente enriquecedora. Embora muitos não tenham abandonado o seu vínculo nacional, sentem-se todos brasileiros, graças à generosidade e à compreensão com que sempre foram acolhidos, e constituem a melhor demonstração da singularidade dos laços que unem as duas nações.

Nesta afiridade ímpar entre os nossos dois países se deve e pode alicerçar uma cooperação em áreas diversificadas.

A visita de Vossa Excelência constitui um elemento dinamizador do desejo, que partilhamos, de projetar para o futuro as nossas singulares relações de convivência, prosseguindo uma cooperação realista e mutuamente vantajosa.

Só assim poderemos responder aos desafios que o presente nos coloca e contribuir para a realização das perspectivas legítimas de ambos os povos.

Peço a todos que me acompanhem num brinde pela felicidade pessoal do Presidente e Senhora de Figueiredo, pela prosperidade da Nação Brasileira e pelo desenvolvimento crescente das relações fraternas entre Portugal e o Brasil.

4 DE FEVEREIRO
PALÁCIO DA BOLSA
PORTO — PORTUGAL

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DE PORTUGAL, SENHOR RAMALHO EANES, POR OCASIÃO DO ALMOÇO QUE FOI OFERECIDO AO PRESIDENTE JÓÃO FIGUEIREDO

Senhor Presidente:

Termina Vossa Excelência esta sua visita oficial a Portugal na «mui nobre, leal e sempre invicta Cidade do Porto».

A vinda de Vossa Excelência ao Porto não significa apenas um gesto de merecida atenção para com as gentes do Norte, pois representa em primeiro lugar, a afirmação de que Portugal não é apenas Lisboa.

Com efeito, as novas formas de democracia participativa aconselham e requerem uma adequada regionalização, partindo da solução dos problemas locais para a construção do progresso de todo o País.

Além disso, o Porto desempenhou na nossa História um papel do maior relevo desde os primórdios da própria nacionalidade.

Mais recentemente, já no período da História comum de Portugal e do Brasil, daqui irradiam as idéias do liberalismo que haveriam de influenciar decisivamente o futuro político dos nossos dois países.

Daqui partiram portugueses valorosos que ajudaram a desbravar e a construir o que é hoje o grande Brasil.

A marca das gentes do norte de Portugal está bem patente em todos os pólos de desenvolvimento do imenso território brasileiro, desde a arrancada dos Bandeirantes para o interior planáltico até à penetração da majestosa Amazônia.

Também nos finais do século passado, e primórdios do atual, o emigrante português, regressado do Brasil, teve um papel importante no desenvolvimento econômico da sua terra. Eram portugueses do Norte «brasileiros» que perduram nas páginas da nossa literatura e que do Brasil trouxeram hábitos que viriam a influenciar os nossos costumes dum modo que se traduziu numa mais completa interpretação das nossas culturas.

Por tudo isso, Senhor Presidente, presta Vossa Excelência homenagem aos portugueses do Norte que, no passado como no presente, buscaram em horizontes mais vastos as oportunidades de realização que as suas capacidades lhes exigiam e que o seu torrão natal não lhes podia proporcionar.

Ao receber hoje Vossa Excelência nesta cidade, o povo do Norte, tradicionalmente hospitalero, presta homenagem ao povo amigo do Brasil e a todos quantos, oriundos desta região, adaptaram como segunda pátria a pátria brasileira.

Senhor Presidente,

Decidi acompanhar Vossa Excelência nesta sua deslocação à Cidade do Porto, onde terão lugar as despedidas oficiais, porque desejo assinalar de uma forma particular esta sua visita de Estado, pois especiais são os laços que nos unem fraternalmente ao Brasil.

Daqui desejo reiterer os melhores votos de todos os portugueses para o bem-estar e progresso do povo brasileiro e para a continuidade e reforço da velha amizade entre os nossos dois povos.

Peço a todos que me acompanhem num brinde pela felicidade pessoal de Sua Excelência o Presidente Figueiredo, bem como de sua Esposa e de toda a comitiva que o acompanha.

04 DE FEVEREIRO
SEDE DA BOLSA DE VALORES
PORTO — PORTUGAL

DISCURSO POR OCASIÃO DO ALMO-
ÇO OFERECIDO PELO PRESIDENTE
DA REPÚBLICA PORTUGUESA, SE-
NHOR ANTONIO DOS SANTOS RAMA-
LHO EANES

Excelentíssimo Senhor Presidente da República
Portuguesa, Antonio dos Santos Ramalho Eanes,
Excelentíssimo Senhor Prefeito da Cidade do Porto,
Minhas Senhoras, meus Senhores:

Ao aproximar-se o momento da partida, desejo manifestar plena satisfação com o transcurso desta visita a Portugal. Nos dias que aqui passei, em companhia de minha mulher, foi-me dado sentir de perto a amizade reinante entre as nações brasileira e portuguesa. Graças às conversações que membros de minha comitiva e eu próprio mantivemos com nossos anfitriões, encaro com renovado otimismo o futuro das relações luso-brasileiras.

Coerentes com o caráter franco e aberto dessas relações, os encontros aqui havidos decorreram, sempre, em clima de entendimento construtivo. Auguram profícuos resultados. Em variados aspectos do relacionamento multilateral, identificamos ampla gama de coincidências

de opinião. No âmbito bilateral, aventamos novos campos de cooperação formas de tornar mais intenso o intercâmbio existente.

Neste momento das relações internacionais, em que se pronunciam tensões, dificuldades e incertezas, avulta a importância da compreensão e da cooperação entre nações amigas. Assente no respeito mútuo, no entendimento liso e no interesse real, tal cooperação produzirá frutos recíprocos e reverterá em benefício da paz mundial.

Situa-se ainda aquém de nossos propósitos sinceros a cooperação que o Brasil e Portugal se prestam. Desejamos vê-la florescer e prosperar. Esperamos que ela cresça, desimpedida e livre, sempre que o interesse mútuo vier a propiciá-la. Possa tal cooperação levar nossos países a patamares cada vez mais elevados de entendimento e progresso.

Senhor Presidente,

Certo estou de bem interpretar o sentimento de todos aqueles que me acompanham, ao exprimir sincero reconhecimento, ao povo e ao governo português, pela inolvidável acolhida que nos proporcionaram.

O clima que preside a este encontro, a confraternização aberta que marcou esta visita, dão-me a sensação de estar em casa. Assim como os portugueses terão sempre no Brasil seu segundo lar, creio poder afirmar que os brasileiros sempre se sentirão aqui como eu próprio no dia de hoje.

Essa convicção, Senhor Presidente, me inspira a propor, com a mais viva gratidão, um brinde à felicidade pessoal de Vossa Excelência e da Senhora de Ramalho Eanes e à crescente prosperidade da nação portuguesa.

4 DE FEVEREIRO
CÂMARA MUNICIPAL
PORTO — PORTUGAL

DISCURSO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA CIDADE DO PORTO POR OCASIÃO DA VISITA DO PRESIDENTE FIGUEIREDO ÀQUELA CÂMARA MUNICIPAL

Excelênciа:

É grande honra receber na casa de todos os portugueses o Presidente da República da Nação irmã — o Brasil — pátria que os portugueses, ao longo de gerações, ajudaram a construir e onde vivem irmanados por laços de sangue, língua comum, patrimônio cultural e história.

Não quis Vossa Excelênciа deixar de visitar este burgo invicto e sempre leal e conviver algumas horas com a «Família Urbana» que constituímos; — olhar esta cidade antiga, mas amante e defensora da liberdade — cujos forais, em tempos idos, não consentiam «A fidalgo, nem poderoso, nem abade bento, poistar nela mais que três dias».

O breve espaço de tempo em que temos o privilégiо da presença de Vossa Excelênciа entre nós, certamente não lhe permitirá sentir a hospitalidade das nossas gentes e o seu esforçado labor, a sua têmpera igual à dureza do granito em que a nossa cidade assenta, mas que não lhe destruiu a capacidade de amar, nem lhe impediu flo-

rescesse o espírito universalista e, ao invés, contribuiu, ao que penso, para que sentimentos de solidariedade brotassem na sua alma coletiva, modelando as características lusíadas que herdamos, devemos conservar e progressivamente fortalecer.

Se sempre recebemos nesta casa os que nos visitam com extremo júbilo, — não estivéssemos abertos a incrementar a amizade e a cooperação entre os povos — é inegável que a vinda de Vossa Excelência a Portugal tem um significado profundo, para além da fraternal simpatia que testemunha, pois corresponde ao reforçar das relações, em múltiplos domínios, entre os nossos povos e os nossos Governos.

Somos um pequeno povo peninsular que deu provas de capacidade ímpar através de séculos — que na sua história nacional descobre motivos de orgulho salutar — e que hoje continua a afirmar-se nas comunidades portuguesas espalhadas pelo Mundo, sem perder o seu portuguesismo e consciente de que os tempos modernos lhe abrem um horizonte a explorar, numa aventura lúcida e promissora, com o sentido da responsabilidade que lhe impõe o passado e está decidido a construir o futuro.

Procuramos encontrar presentemente o nosso lugar na Europa — de que estivemos demasiado tempo afastados — pois desejamos integrar-nos na Europa das Nações, sem perda da nossa identidade nacional e, em paralelo, prosseguir nossa vocação universalista estabelecendo relações com todos os povos e, em particular, com os de expressão portuguesa.

Portugal em mutação constrói a sua democracia pluralista e o seu estado de direito, superando com determinação a crise histórica a que estava condenado, — mas, como diz o nosso Miguel Torga, com «O somático

contentamento de ver crescer e progredir os mundos que descobriu e civilizou».

Como Vossa Excelência, temos o «Propósito inabatável de fazer deste país uma Democracia», — uma Democracia real, não só política, mas com expressão econômica, profundamente social e que irradie cultura e em que, na expressão do Senhor Presidente, «Melhor se distribuam, entre todos, os frutos do trabalho de todos... para que não sobre a uns poucos o que a muitos falta».

Senhor Presidente,

Em meu nome e no da Câmara eleita pelo povo do Porto, saúdo Vossa Excelência e sua Graciosa Esposa e expresso sinceros votos de felicidades pessoais e no desempenho do alto cargo em que foi investido pelo povo brasileiro, — a quem peço a bondade de transmitir os sentimentos fraternais que lhe votamos.

Obrigado, Senhor Presidente, em nome dos portugueses.

04 DE FEVEREIRO
CÂMARA MUNICIPAL
PORTO — PORTUGAL

DISCURSO POR OCASIÃO DA VISITA
À CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal
do Porto,

Minhas Senhoras, meus Senhores:

É-me grata a oportunidade de visitar esta nobre e valorosa Cidade, tão apreciada por todos os brasileiros que tiveram a ventura de conhecê-lá. Em cada esquina e sob cada arco, sente-se aqui a presença física da História, carregada de glórias e de tradição, lado a lado com o renovado vigor e com as esperanças de nosso século.

Aqui se escreveu a gesta que é também de Portugal. Berço da Nação lusitana e de personalidade tão ilustres como Dom Henrique, o Navegador, que abriu a Portugal os oceanos e ao Mundo a descoberta de novas terras, o Porto — defensor incansável de seus soberanos — bem merece o título de «Leal Cidade».

Reduto da liberdade e do culto aos valores liberais, abrigou as Cortes que geraram a primeira Constituição portuguesa. E soube protegê-la bravamente, sob o co-

mando de Dom Pedro IV, quando ameaçada pelas forças do absolutismo. Essa página do passado português fez desta Cidade a merecedora guardiã do coração daquele que proclamou a Independência do Brasil.

As sucessivas etapas da História de Portugal estão aqui representadas em monumentos sem conta. Na riqueza dos estilos arquitetônicos, harmoniza-se o passado de um dos mais antigos burgos da Península com conjuntos urbanísticos da mais moderna concepção. A beleza e a majestade do Porto inspiraram o poeta Miguel Torga a dizer, com justiça, que «os valores autênticos da vida têm de ser sólidos como a Praça da Liberdade e altos como a Torre dos Clérigos».

Tenho para mim, contudo, que o monumento mais notável erguido pelo trabalho da gente portuense é a própria pujança de sua terra.

A perseverança do agricultor conferiu fertilidade às dunas arenosas e movediças, fez crescer as zonas de cultura da região, tornando-a uma das mais produtivas de Portugal. A indústria, rica e diversificada, aliada a uma incessante atividade comercial, especialmente portuária, eleva aquela que chamais «capital do trabalho» a uma posição vital na economia do País.

A importância desta Cidade não se restringe, porém, ao campo econômico e comercial. Por acolher as mais variadas manifestações intelectuais, o Porto fez-se conhecer, também, como significativo centro de cultura. Nesse contexto, duas de suas modelares instituições de ensino ganharam renome internacional — a Escola de Belas-Artes e sua gloriosa Universidade.

Senhor Presidente,

Ainda mesmo sem conhecer a região do Porto, nós, brasileiros, aprendemos a admirar a alegria que o portuense põe em tudo que faz. Para isso, não precisamos sair da nossa terra, tantos são aqueles que desta região partiram para fazer da nossa a sua pátria. Levaram consigo o amor ao trabalho, o entusiasmo construtivo e a fé no futuro, que constituem o apanágio da gente do Porto. São eles, hoje, parte integrante do povo brasileiro, a lutar conosco, ombro a ombro, em prol do desenvolvimento do Brasil. Emprestam-nos a força de seus braços, a inteligência de suas mentes e o devotamento de suas almas, instilando, na obra que ajudam a erigir, um pouco da presença portuense.

À população do Porto, generosa como o vinho de sua terra, trago o apreço e a amizade dos brasileiros. Ao Senhor Presidente meu sincero e comovido agradecimento, pela inesquecível acolhida e por todas as demonstrações de estima que muito nos honram, a mim e ao povo que represento.

COMUNICADO CONJUNTO BRASIL-PORTUGAL

COMUNICADO CONJUNTO BRASIL-PORTUGAL, DIVULGADO EM LISBOA, EM 3 DE FEVEREIRO DE 1981, AO FINAL DA VISITA DO PRESIDENTE BRASILEIRO À CAPITAL PORTUGUESA.

O Presidente da República Federativa do Brasil, João Baptista de Oliveira Figueiredo, a convite do Presidente da República Portuguesa, Antônio dos Santos Ramalho Eanes visitou oficialmente Portugal de 1 a 4 de fevereiro de 1981.

O Presidente do Brasil fez-se acompanhar dos Senhores:

- Senador Luiz Vianna Filho, Presidente do Senado Federal;
- Deputado Flávio Marcílio, Presidente da Câmara dos Deputados;
- Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, Ministro de Estado das Relações Exteriores;
- Ernane Galvães, Ministro de Estado da Fazenda;
- Rubem Carlos Ludwig, Ministro de Estado da Educação e Cultura;

- General-de-Brigada Danilo Venturini, Ministro de Estado, Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República;
- General-de-Divisão Octávio Aguiar de Medeiros;
- Ministro de Estado, Chefe do Serviço Nacional de Informações.

Durante a sua permanência em Lisboa, o Presidente da República Federativa do Brasil teve encontros com o Presidente da República e com o Primeiro-Ministro, Doutor Francisco Pinto Balsemão, e foi recebido pela Assembléia da República, em sessão solene, e pela Câmara Municipal.

Depois de sua estada em Lisboa, o Presidente João Figueiredo visitou o Porto, onde foi recebido pela Câmara Municipal.

As conversações havidas entre o Presidente do Brasil e o Presidente Ramalho Eanes e o Primeiro-Ministro Pinto Balsemão decorreram sempre em ambiente cordial, construtivo e amistoso, consentâneo com as tradicionais relações de fraterna estima entre os dois povos.

Ao analisarem a situação internacional, os dois lados coincidiram na necessidade do estabelecimento de uma sã convivência entre os Estados, que contribua para a paz e o desenvolvimento.

Reafirmaram o direito de todos os países a participarem plenamente na comunidade internacional, de acordo com os princípios consagrados na Carta das Nações Unidas, de igualdade soberana e de respeito mútuo entre os Estados, de autodeterminação dos povos, de não-ingerência nos assuntos internos, de exclusão da ameaça ou do uso da força nas relações internacionais, de respeito aos tratados e de solução pacífica das controvérsias.

Convieram em que nas decisões sobre questões políticas e econômicas de incidência global, haverá que ter em conta os legítimos interesses dos povos de todos os continentes que sobre elas deverão ser chamados a pronunciar-se.

Manifestando preocupação pelo risco que a corrida aos armamentos significa para a paz e a segurança internacionais, reiteraram o seu apoio a iniciativas construtivas que promovam o desarmamento, nomeadamente o nuclear, sob controle internacional eficaz.

Ao examinarem a situação econômica internacional, exprimiram apreensão pelo persistente desequilíbrio entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento, salientando a importância da correção dessa tendência, para garantir o progresso da Humanidade. Nesse sentido, concordaram na necessidade de prosseguir o Diálogo Norte-Sul, com vista ao estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional.

Preocupados com a extensão e gravidade da crise energética mundial e as consequências dela decorrentes para os países importadores de petróleo, os dois lados afirmaram a necessidade de cooperação entre todos os Estados, nos campos econômico, financeiro, comercial e técnico, a fim de conjuntamente serem encontradas soluções adequadas para o problema.

Ao analisarem a situação na África, expressaram a sua repulsa pelas práticas de discriminação racial ainda prevalentes, sobretudo pelo *apartheid*. Congratularam-se com a conclusão do processo de independência do Zimbábue e manifestaram a esperança de que a autodeterminação e independência do povo da Namíbia venha a ser assegurada em futuro próximo, de acordo com as resoluções pertinentes das Nações Unidas.

Apreensivos com a persistência de conflitos e tensões no Oriente Médio, exprimiram vivo empenho em que seja alcançada uma paz global, justa e duradoura, na região, que tenha em conta os interesses dos respectivos povos.

Ao reiterarem que o respeito ao princípio da não-ingerência nos assuntos internos é de importância fundamental nas relações entre Estados, manifestaram inquietação com a situação prevalecente no Afeganistão, preconizando o cumprimento das resoluções pertinentes das Nações Unidas.

Concordaram em que o povo de Timor-Leste tem o direito de determinar livremente o seu próprio futuro e que a solução do problema deve ser encontrada de acordo com os princípios da Carta das Nações Unidas.

No plano das relações bilaterais, notaram com satisfação a amizade que une os dois povos, fortalecida pelo patrimônio cultural comum e pela contribuição portuguesa na formação do povo brasileiro. Concordaram na conveniência de se dar ao amplo quadro institucional vigente entre o Brasil e Portugal a mais rápida e eficaz aplicação e um maior impulso ao desenvolvimento das relações entre os dois países, aprofundando-as em todos os campos.

Reafirmaram a prevalência plena do Tratado de Amizade e Consulta e dos demais atos bilaterais que facilitam o ingresso e a residência dos brasileiros em Portugal e dos portugueses no Brasil, em execução do tratamento especial estabelecido pelo Artigo V daquele Tratado.

Com relação ao intercâmbio comercial, assinalaram a circunstância de os seus níveis atuais não corresponderem às potencialidades de ambos os mercados e referi-

ram que é essencial um esforço conjunto para que se consiga a expansão progressiva das trocas e o seu maior equilíbrio e diversificação.

Reconheceram a conveniência de se proceder à utilização das linhas de crédito entre ambos os países e a importância da contribuição das instituições financeiras de cada país para o desenvolvimento dos fluxos comerciais. Nesta ordem de idéias, registraram com agrado a recente criação de mais uma agência do Banco do Brasil no Porto e de uma agência da Caixa Geral de Depósitos, em São Paulo.

Ao expressarem o interesse em dinamizar as relações económicas bilaterais, assinalaram o significado que reveste, para tal fim, o Acordo sobre Cooperação Económica e Industrial, assinado nesta data.

Exprimiram a sua satisfação perante o intercâmbio desenvolvido entre os círculos empresariais brasileiros e portugueses, considerando que a colaboração entre eles é fundamental para garantir eficiência às iniciativas que vierem a ser tomadas, para assegurar, em bases mutuamente proveitosas, a expansão efetiva das relações económicas e comerciais entre um e outro país.

Tomaram conhecimento com satisfação da assinatura pelo Ministro da Fazenda do Brasil e pelo Ministro da Indústria e Energia de Portugal de um Protocolo de Cooperação Industrial.

Recordaram a realização da III Reunião da Comissão Económica Luso-Brasileira, em maio de 1980, em Lisboa, e as perspectivas abertas nesse âmbito. Concordaram na conveniência de se convocar a IV Reunião, ainda em 1981, a fim de dar seguimento aos progressos alcançados.

Confirmaram o mútuo desejo de ver solucionadas no mais breve prazo possível, as questões remanescentes

relacionadas com investimentos reciprocos, no âmbito da Ata Final da 6.^a Reunião do Grupo de Contato Intergovernamental.

Conscientes de que a existência de um sistema eficaz de transportes e comunicações entre o Brasil e Portugal é um elemento essencial para a expansão das relações econômicas, congratularam-se pela entrada em vigor, em 21 de outubro de 1980, do Acordo sobre Transporte e Navegação Marítima, cuja aplicação constituirá um apoio valioso ao desenvolvimento do comércio entre os dois países.

Consideraram o fomento da cooperação no setor do turismo como de grande importância para o relacionamento entre os dois países e maior aproximação entre os povos brasileiro e português. Notaram, com satisfação, a assinatura, nesta data, do Acordo sobre Cooperação no Domínio do Turismo.

No campo das relações culturais, os dois lados referiram-se, com apreço, aos trabalhos da Comissão Mista Cultural, criada no âmbito do Acordo Cultural em vigor, no sentido de um melhor conhecimento recíproco das realidades culturais dos dois países e dos progressos de ambos nos domínios da ciência e tecnologia.

Exprimiram o seu agrado com a assinatura do Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 1966, no domínio da ciência e da tecnologia, celebrado entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e a Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.

Registraram, com satisfação, as perspectivas favoráveis a um maior intercâmbio nos setores do rádio, televisão e cinema. Nesse contexto, salientaram a implementação do Convênio vigente entre a Rádio-Televisão Cultu-

ra (RTC), da Fundação Padre Anchieta, de São Paulo, e a Rádio Televisão Portuguesa (RTP), bem como a assinatura, nesta data, do Acordo de Co-produção Cinematográfica.

No que diz respeito especificamente à área cinematográfica, expressaram seu interesse em aprofundar a cooperação bilateral e recomendaram, nesse sentido, prioridade ao exame de um instrumento adicional entre os dois países.

Registraram que para o fortalecimento dos laços que unem os dois povos muito têm contribuído ações culturais que cada um dos Estados tem realizado no território do outro. Nessa conformidade, manifestaram a sua intenção de, na medida do possível, continuarem a apoiar semelhantes ações.

Reiteraram a importância da língua portuguesa como fator de aproximação entre os dois povos. Salientaram a conveniência em serem desenvolvidos esforços tendentes à adoção do português como instrumento de trabalho nos organismos internacionais.

O Presidente do Senado Federal e o Presidente da Câmara dos Deputados foram recebidos pelo Presidente da Assembléia da República.

O Ministro brasileiro das Relações Exteriores e o Ministro português dos Negócios Estrangeiros tiveram conversações, durante as quais analisaram em pormenor as questões internacionais e as relações luso-brasileiras. Os outros membros do Governo brasileiro tiveram também oportunidade de se avistar com os seus homólogos portugueses, havendo examinado assuntos de interesse das respectivas pastas.

O Presidente João Figueiredo expressou reconhecimento pelas atenções de que foi alvo, juntamente com

sua esposa e a Comitiva que o acompanhou, durante a grata permanência em Portugal. Convidou o Presidente Ramalho Eanes e o Primeiro-Ministro Pinto Balsemão a visitarem novamente o Brasil, convites que foram aceitos com prazer. As datas para as visitas serão posteriormente fixadas por via diplomática.

4. Visita do Presidente do Brasil João Figueiredo à Colômbia.

10 a 12 de março de 1981.

Bogotá

- Discursos do Presidente Figueiredo
- Discursos do Presidente Turbay Ayala
- Declaração Conjunta Brasil-Colômbia.

10 DE MARÇO
AEROPORTO INTERNACIONAL
ELDORADO
BOGOTÁ — COLÔMBIA
DISCURSO AO DESEMBARCAR NA
COLÔMBIA

Excelentíssimo Senhor Presidente da República
da Colômbia, Julio César de Turbay Ayala:

Causa-me particular emoção ser o primeiro Chefe-de-Estado brasileiro que visita a valorosa Cidade de Bogotá.

Com minha presença, desejo simbolizar a antiga e fraterna amizade entre a Colômbia e o Brasil.

Harmoniosa síntese de culturas, bem representa a Colômbia os ideais de liberdade, justiça e progresso que inspiram a América Latina.

Minha vinda à capital colombiana assinala também o trabalho fecundo realizado por ambos os Governos em prol de nossas relações bilaterais, para torná-las mais densas, ricas e variadas.

Não apenas longa fronteira comum liga os nossos países. O espírito colombiano e a maneira de ser brasi-

leira sustentam os mesmos valores democráticos. Sustentam a mesma luta pelo desenvolvimento econômico e social.

Impulsionam o nosso diálogo cotidiano a aproximação do Brasil com os países do Grupo Andino e o esforço por uma cooperação amazônica cada vez mais vigorosa e voltada para os legítimos interesses dos povos da região.

Estamos unidos, ainda, pelo firme propósito de trabalhar, ao lado dos demais países irmãos, pela paz e pleo bem-estar em nossa região.

Com esse ânimo, saúdo cordialmente Vossa Excelência, sua excelentíssima esposa e a altiva gente colombiana.

Ao iniciar minha visita oficial desejo expressar, em nome de todos os brasileiros, o nosso apreço, admiração e respeito por seu grande país.

Agradeço a Vossa Excelência o convite que me dirigiu e expresso o nosso reconhecimento pelo que tem realizado em favor da amizade entre a Colômbia e o Brasil.

Muito Obrigado, Senhor Presidente.

11 DE MARÇO
PREFEITURA MUNICIPAL
BOGOTÁ — COLOMBIA
DISCURSO AO RECEBER AS CHAVES
SIMBÓLICAS DA CIDADE

Senhor Prefeito,
Minhas Senhoras, meus Senhores:

Recebo das mãos de Vossa Excelência, digno sucessor de Baltazar Maldonado, as chaves da Cidade de Santa Fé de Bogotá. Maior é minha emoção por ser eu o primeiro Chefe-de-Estado brasileiro que visita a capital deste país irmão, a nós unido por séculos de história comum.

Senhor Prefeito,

Quando o avião que nos trouxe iniciou sua descida rumo a esta bela Cidade, pude ver e muito me impressionaram o colossal relevo da Cordilheira Oriental colombiana e a exuberante e variada vegetação que cobre as montanhas e a fértil savana de Bogotá.

Embora eminentemente andina, Bogotá é também ponto de convergência das três grandes vocações da na-

ção colombiana: a do Pacífico, a do Atlântico e a Amazônica. Para cá afluem habitantes de todas as regiões do País, os quais enriquecem, com sua presença, o já diversificado quadro humano desta metrópole.

No belo conjunto arquitetônico da Plaza de Bolívar, posso identificar outro aspecto do importante papel que esta capital desempenha: ligar o passado ao futuro. Coexistem na Cidade os marcos de uma história gloriosa e da construção da cultura latino-americana, ao lado dos símbolos do progresso. Belas torres de concepção futurista se erguem neste altiplano, terra de lenda, que o fundador de Santa Fé de Bogotá, Jiménez de Quesada, quis chamar Valle de los Alcazares.

Cidade natal de Antonio Mariño, precursor da libertação da América Latina, Bogotá foi berço de intensa atividade filosófica e ideológica que iria impulsionar os povos da América na luta pela independência.

Fiel a essa tradição, Bogotá é, hoje, um dos mais importantes centros políticos e culturais do Continente, um continente que, como todos sabemos, tem sérios problemas a superar, sérias distorções a corrigir.

As expressões concretas de progresso, como as de Bogotá, me animam, no entanto, a olhar o futuro com otimismo, com a firma convicção de que haveremos de vencer todos os obstáculos a caminho do bem-estar dos povos da Colômbia, do Brasil e, na verdade, de toda a América Latina em fraterno e construtivo entendimento.

11 DE MARÇO
SEDE SOCIAL DO COUNTRY CLUB
BOGOTÁ — COLÔMBIA

DISCURSO POR OCASIÃO DO ALMO-
ÇO OFERECIDO PELA CLASSE EM-
PRESARIAL DA COLÔMBIA

Excelentíssimo Senhor Presidente da República
da Colômbia, Julio César de Turbay Ayala:

É com viva satisfação que me dirijo a tão represen-
tativa platéia, integrada por empresários colombianos e
brasileiros.

Desejo registrar, com prazer, que o Presidente Julio César de Turbay Ayala se dispôs, com sua presença, a prestigiar este encontro entre empresários colombianos e brasileiros. Certamente, não é por acaso que os Presidentes da Colômbia e do Brasil aqui estejam. Nossa presença, quero crer, simboliza o desejo de ambos os Governos em contribuir, na sua esfera de atribuições, para a dinamização de nosso relacionamento econômico. Aos empresários dos dois países caberá transformar esse desejo numa realidade inovadora, dinâmica e mutuamente benéfica.

Em nossos dois países, os desafios impostos ao desenvolvimento — e a disposição de enfrentá-los frontalmente — conduzem em bases sólidas ao entendimento entre o Governo e a iniciativa privada.

De nossa parte, persistimos na firme convicção de que a economia de mercado é instrumento adequado para a construção do progresso nacional e o equacionamento dos sérios problemas econômicos e sociais com que ainda convivemos.

Os esforços de modernização e diversificação da economia aqui realizados nos últimos anos, e os resultados obtidos, merecem nossa mais autêntica admiração.

Esses novos contornos, fruto dos esforços conscientes de cada uma de nossas pátrias, fazem florescer condições para um relacionamento de muito maior densidade, rico em oportunidades de renovação. Os espaços criados abrem-se, agora, para uma cooperação ampla, recíproca e igualitária.

As possibilidades de cooperação entre países como os nossos apenas começam a ser aproveitadas. Pela dupla condição de nação latino-americana e de economia em desenvolvimento, participa o Brasil da preocupação de buscar o aperfeiçoamento das formas de integração regional e sub-regional.

Poderemos, assim, agilizar os processos de desenvolvimento e de intercâmbio, tanto dentro da região, quanto entre ela e o conjunto de países em desenvolvimento e, também, alcançar maior homogeneidade nas negociações econômicas com os países desenvolvidos.

Entre nós, latino-americanos, reduzem-se, felizmente, as dificuldades de comunicação, de reconhecimento da existência de problemas comuns, e mesmo de identifi-

cação de uma cultura que nos é própria. Os esforços de unidade, conscientes e criativos, já abrem caminhos de aproximação. Estamos ultrapassando as estruturas que antes nos afastavam e limitavam o potencial de cooperação e de trabalho conjunto.

Os resultados animadores alcançados no âmbito regional nos estimulam à participação ativa no nível mais amplo das relações Sul-Sul, em que um esforço amplo e metodizado se torna imprescindível para alargar as bases de entendimento e cooperação.

Ao consenso em torno de certos pontos no diálogo Norte-Sul, é fundamental que acrecentemos fluxos efetivos de comércio e capitais entre os países em desenvolvimento.

Estou convencido de que o êxito do trabalho pioneiro com vistas ao estabelecimento de laços de efetiva parceria entre os países em desenvolvimento vai depender de inequívoco empenho político por parte dos Governos e de positiva atuação das classes empresariais.

O empenho político e a ação empresarial terão de ser tanto mais amplos quanto maiores as dificuldades opostas à ampliação dos vínculos entre as nações em desenvolvimento, por tanto tempo alheias umas às outras, e ainda hoje predominantemente voltadas, nos planos econômico, comercial e financeira, para os grandes centros industriais.

Diante de maior unidade de ação por parte dos países do Sul, o mundo industrializado mais facilmente perceberá que a reforma do sistema econômico internacional representa a reinterpretação de um jogo de interesses em que eles, desenvolvidos, não são partícipes exclusivos.

As nações em desenvolvimento, por esforço próprio, conquistaram novo e importante espaço na economia internacional. Seu potencial de expansão vê-se, porém, comprometido, pela continuidade dos fundamentos que regem o relacionamento entre o Norte e o Sul.

As reuniões multilaterais não geram transformações de fundo. As reivindicações do Terceiro Mundo obtêm uma ou outra concessão marginal, que nem sequer chega a compensar os obstáculos de neoprotecionismo, da transmissão de tensões inflacionárias e da elevação generalizada das taxas de juros nos mercados de capitais.

A insensibilidade dos países desenvolvidos, que lutam em perceber as novas realidades, os tem impedido de agir racionalmente. E é simples verificar que os interesses que os ligam aos países em desenvolvimento podem, e devem, ser reconstruídos num contexto de mutualidade.

A situação que prevalece não só reproduz as estruturas de poder já existentes, como bloqueia a articulação e o curso de fórmulas alternativas.

Deve a sociedade internacional representar um campo de coordenação e não de subordinação. A geometria a impor é a da horizontalidade e não a da verticalidade, que inibe as adaptações e transformações.

Trata-se de passar de simples interação para um verdadeiro sentido de mutualidade, o que pressupõe a consciência de um desafio concreto e de que as mudanças a administrar são inadiáveis. Deve, para tanto, ser superada a crença errônea de que se disputam lugares em espaço estreito e decrescente, com a certeza de que juntos, Norte e Sul, teremos capacidade para ampliar consideravelmente os horizontes de progresso e desenvolvimento ao alcance de todas as nações.

Existem, hoje, no mundo industrializado, setores que insistem em ver no surgimento econômico dos países em desenvolvimento, como fornecedores relativamente dinâmicos de manufaturados, motivo de preocupação e ameaça a justificar o recurso a medida restritivas.

O esforço em conseguir para nossos países, no cenário mundial, lugar à altura de nossas potencialidades não deve ser interpretado como ameaça aos interesses de outras nações. Ao contrário, constitui fator de ampliação das oportunidades de atividade produtiva para todos os nossos parceiros.

Temos sido a base larga de uma pirâmide que já não suporta o excessivo peso dos privilégios de seu topo, e por isso reivindicamos seriamente maior linearidade na distribuição dos custos e benefícios havidos ao nível internacional.

Repudiamos como sutis expressões de distanciamento do Norte em relação ao Sul a tentativa de introduzir categorizações restritivas entre os países em desenvolvimento, seja segundo seu nível de renda ou grau de industrialização, seja segundo sua condição de importadores ou exportadores de petróleo.

O que deve ficar claro é que, se estamos empenhados em ampliar nossa participação nas trocas internacionais e no reforço de nossa capacidade tecnológica e estrutura produtiva, não o fazemos com base na busca de vantagens unilaterais.

As soluções para as presentes dificuldades econômicas brasileiras estão sendo encaminhadas de modo a assegurar ao País menor vulnerabilidade a fatores imprevisíveis de origem externa, mas sem prejuízo de uma re-

forçada vinculação com a economia internacional, em termos mais estáveis e fecundos, para o Brasil assim como para seus parceiros.

Senhores,

As relações econômicas entre a Colômbia e o Brasil registram saudável comportamento de expansão. Persistem, porém, possibilidades amplas de um e outro lado, que continuam a aguardar aproveitamento.

O fato de se constituir o café no principal produto de exportação da Colômbia e do Brasil não tem acarretado quebra de sintonia entre nós. Ao contrário, nossos dois países têm adotado posições comuns e atuado em concerto, beneficiando-se, no mercado internacional do café, das vantagens de cooperação a que me referi anteriormente.

A unidade dos produtores tem, com freqüência, se mostrado instrumento eficaz para contrapor-se à falta de vontade política dos consumidores, em busca do pleno funcionamento do Convênio Internacional do Café.

Temos consciência de que o relacionamento estável e progressivo é o que se apóia em vantagens reciprocas. De nossa parte, prevalece plena abertura para a Colômbia. Seus empresários devem sentir o Brasil como um parceiro comercial amplo e confiável, com condições, já, de absorver ampla gama de produtos industrializados colombianos, complementares à nossa produção. Estamos receptivos às suas visitas e desejosos de seus negócios.

Verdadeiramente esperamos que iniciativas como a da exposição colombiana, realizada em Manaus, em 1979, que tão bons frutos produziu, se multipliquem pelas demais regiões brasileiras.

O importante é que não deixemos de perceber com clareza que somos duas nações vizinhas, com grau de industrialização relativamente elevado e potencial de incremento das transações, nos dois sentidos. Há muito a percorrer, tanto em termos absolutos quanto em termos relativos.

O fluxo de importações e exportações entre o Brasil e a Colômbia representa menos de 0,5% do comércio externo brasileiro. Do mesmo modo, a participação do Brasil no comércio externo colombiano é modesta, situando-se abaixo dos 2,5%.

Elevar os níveis desse intercâmbio será responsabilidade dos Senhores, a quem caberá buscar novas formas e novos mecanismos para o pleno aproveitamento das oportunidades existentes e para a criação de novas, dando forma e movimento ao quadro de bom entendimento que tradicionalmente une nossos dois governos e nossos dois povos.

Muito obrigado.

11 DE MARÇO
SEDE DO CONGRESSO
BOGOTÁ — COLÔMBIA
DISCURSO POR OCASIÃO DA VISITA
AO CONGRESSO COLOMBIANO

Senhores Congressistas:

Sinto-me profundamente honrado por ser recebido no recinto do Capitólio Nacional, sede deste magno Congresso, instituição representativa da Nação colombiana e um dos mais fortes esteios da tradição democrática deste povo, sempre voltado para a participação coletiva nas decisões nacionais.

Agradeço, Senhor Presidente, suas palavras de boas-vindas, que bem traduzem o espírito generoso e hospitalero desta Casa legislativa.

Não haverá democracia, por certo, sem uma sociedade civil fortalecida, independente, que saiba articular autonomamente os seus projetos de organização.

A verdadeira democracia caracteriza-se, a nível individual, por completo respeito aos direitos do homem e do cidadão.

Nela, a ação governamental está orientada pelo firme propósito de construir formas de justiça social e de buscar a igualdade de oportunidades.

Já não teremos uma nação democrática quando lhe falte o esforço coletivo pelo desenvolvimento ou quando os sacrifícios exigidos deixem de ser distribuídos com autêntico sentido de equidade.

Para a realização de tais propostas, em que no Brasil estamos decididamente empenhados, a participação de cada setor da sociedade é essencial.

É no quadro estratégico da realização e da prática da democracia, da ligação entre a sociedade e a política, que o Congresso desempenha sua melhor e mais perfeita vocação. A de transformar a voz dos grupos sociais em parte do espectro de opções políticas nacionais: a vocação de representar o povo.

No processo de representação, a vida parlamentar deve englobar a totalidade do povo, ao mesmo tempo que espelhe as variações entre os diversos segmentos, buscando harmonizá-los pela negociação justa e equilibrada, em benefício do ordenado e crescente progresso da nação.

Não me parece que, nas democracias modernas, o Congresso deva ser, dada a necessidade de formulação técnica das decisões, uma instituição fraca. Muito ao contrário. As sociedades modernas tornaram por vezes os processos de escolha governamental complexos e difíceis, mas não por seu lado técnico. As tarefas de decisão tornaram-se complexas e difíceis justamente porque a busca de consenso, processo essencialmente político, é mais trabalhosa e mais exigente.

Os objetivos políticos se ampliaram. É fundamental aceitar os espaços adversários e saber encontrar pontos de conciliação. Tais tarefas, que exigem invulgar capacidade e responsabilidade política, indicam a necessidade de um parlamento fortalecido e representativo. A realização humana e justa do desenvolvimento requer parlamentos fortes.

Creio que, de diferentes formas e em diferentes ritmos, a busca desses ideais está sendo tentada por muitos outros países latino-americanos.

A experiência brasileira, nesse e em outros terrenos, não se julga modelar. Sabedores da delicadeza e complexidade do esforço, apreciamos e respeitamos as realidades regionais.

Por isso e porque conhecemos e prezamos o que o Congresso colombiano tem condições de realizar, é-me grato dizer aos ilustres deputados e senadores do país irmão que o momento brasileiro é de afirmação democrática.

Está na essência do ideal brasileiro de realização política um Congresso atuante e inspirador de caminhos políticos; uma democracia que saiba renovar-se e atender aos apelos de desenvolvimento nacional, sem perder o sentido original de participação e de liberdade.

Senhores Congressistas,

Nesta augusta assembléia, é apropriado que eu reafirme, com ênfase, a dimensão latino-americana de nossa política externa. O Brasil assume plenamente a sua condição latino-americana.

Temos buscado, no diálogo com os países irmãos do Continente, a harmonização de posições comuns no plano político e a concretização de empreendimentos comuns no da economia.

Em qualquer instância, as nossas propostas serão permeadas dos princípios de respeito às individualidades nacionais e à autodeterminação.

Procurarão construir bases de cooperação que neguem as políticas de poder e as direções hegemônicas.

Em suma, estarão também orientadas substancialmente pelo mesmo sentido democrático e conciliador que identifica o relacionamento internacional entre nossos países.

Penso que, diante das dificuldades da conjuntura internacional, não poderia ser outro o comportamento latino-americano.

Devemo-nos voltar, séria e decisivamente, para as tarefas do diálogo e da integração.

Devemos explorar sem hesitação e em profundidade as potencialidades da cooperação bilateral, sub-regional e regional.

Devemos compor projetos que reforcem nossas posições negociadoras nos foros internacionais, num momento da vida internacional em que nosso entendimento é indispensável para preservar a independência, o desenvolvimento e o bem-estar de nossos povos.

Minha visita ao Congresso colombiano está marcad a por esta proposta de aproximação e de fraternidade. Queremos formas sólidas e permanentes de amizade com o nobre povo colombiano. Esta é, Senhores, a mensagem que trago ao Congresso colombiano.

Muito obrigado.

II DE MARÇO
PALÁCIO NARIÑO
BOGOTÁ — COLÔMBIA
DISCURSO AO SER CONDECORADO
COM O GRANDE COLAR DA ORDEM
DE BOYACÁ

Excelentíssimo Senhor Presidente da República
da Colômbia, Julio César de Turbay Ayala:

Com profunda emoção, recebo das mãos de Vossa
Excelênci a o Grande Colar da Ordem de Boyacá,
insígnia suprema com que a generosidade colombiana
quis enaltecer e distinguir, por meu intermédio, a Nação
brasileira.

Aceite, Senhor Presidente, os meus agradecimentos
mais sinceros por esta singular prova de amizade e apre-
ço, que me honra e desvanece. Vem ela coroar as nume-
rosas homenagens e atenções de que eu e minha comiti-
va temos sido cumulados, desde que pisamos o solo hos-
pitaleiro de Bogotá.

Aceite, igualmente, Senhor Presidente, o meu reco-
nhecimento pelas palavras que Vossa Excelênci a acaba
de proferir, inspiradas na mais espontânea e genuína
simpatia.

Ao receber esta Ordem, que perpetua o nome da memorável Batalha da Ponte de Boyacá, não posso deixar de evocar a lembrança de um velho soldado brasileiro de alma latino-americana, o General José Ignácio de Abreu e Lima. Ombro a ombro com seus camaradas dessa terra valorosa, Abreu e Lima cobriu-se de glória naquela jornada histórica.

Meio século depois, recordando os feitos da Independência de que participara ao lado do Libertador Simón Bolívar e do General Santander, afirmava Abreu e Lima em carta escrita em espanhol:

«Hice de Colombia mi patria, asistí a la infancia de Colombia en Nueva Granada, soy de los pocos de Boyacá! Conservo aún la misma medalla que me dió Santander, de su uso, con la esmeralda de Muzo, por el arrojo con que pisé el puente con los Guias, creo que de Mujica. Tengo orgullo en haber servido a Colombia. Hago gala de mis cruces de Boyacá».

Da mesma forma os representantes oficiais do Brasil já independente falariam a linguagem da solidariedade latino-americana.

Este é, na verdade, o sentido das instruções enviadas em 1829 ao nosso primeiro Ministro Plenipotenciário em Bogotá.

Após lembrar a determinação com que o Imperador apoiava a causa americana, o Governo brasileiro recomendava ao seu representante não perder ocasião de estabelecer com o governo da Colômbia e agentes diplomáticos aqui sediados «relações fixas e permanentes, até por meio de Tratados que pouco vão lançando as bases de um Sistema Americano».

Tais sentimento encontraram pronta receptividade na então República da Grã-Colômbia.

Nesta mesma Cidade de Santa Fé de Bogotá, há mais de 150 anos, o Ministro Plenipotenciário brasileiro Luiz de Souza Dias apresentava, em 30 de março de 1830, suas credenciais.

E pôde ouvir de Bolívar, em seu discurso de acolhimento, a definitiva evidência da compreensão do papel brasileiro no Continente, «es una de las garantías más poderosas que han recibido las repúblicas de América, en la carrera de su independencia».

Senhor Presidente,

Encontra-se na diversidade a riqueza da Colômbia. Na multiplicidade de seus aspectos. Em sua vocação ao mesmo tempo andina e amazônica. Em suas vertentes atlântica e pacífica. Em sua projeção no Caribe. No policentrismo de seu povoamento, que implantou vários núcleos dinâmicos irradiadores de progresso.

Daí a predestinação da Colômbia a ser palco de convivência harmônica de regiões e personalidades autônomas, verdadeira ponte de contato e entendimento. Daí representar este país, de certo modo, toda a rica variedade latino-americana.

Essa visão ampla do mundo de que se pode orgulhar a Colômbia, sua aceitação da diversidade, sua atitude lúcida na avaliação do panorama contemporâneo, decorre também do papel que sempre teve, ainda à época colonial, nos estudos humanísticos, nas letras, nas artes, na vocação de seu espírito para a dimensão ética e estética da vida.

Por sua disposição para a convivência, por seu reconhecido senso de moderação, a Colômbia presta inestimável contribuição a toda a América Latina.

Vivemos um momento histórico em que se multiplicam os riscos e em que predomina a sensação de crise. Por isso mesmo, pouco servem as fórmulas unilaterais ou fechadas, as soluções simplistas.

Em nossa região, apesar de todas as dificuldades internacionais, e como países irmãos que somos, buscamos juntos articular uma participação mais eficaz e sistemática nas questões internacionais e interamericanas.

A América Latina tem longa tradição de engajamento criativo nos negócios internacionais. Nossas propostas de convivência são sólidas e bem estruturadas. Nossos interesses e aspirações podem e devem ser realizados.

Nossa participação, portanto, estará sempre interessada em impulsionar o processo de mudança internacional. E por termos irrenunciável compromisso com a causa da paz e do desenvolvimento, nossa atitude será sempre marcada pela serenidade, pelo descontraimento e pela vontade de dialogar.

Outro padrão de comportamento latino-americano é a busca permanente de empreendimentos equilibrados de cooperação. Essa opção torna os nossos países objeto de confiança internacional, como tão bem exemplificava a ação colombiana, ao mesmo tempo conciliadora e criadora, dentro e fora do âmbito regional. Nossas diferenças regionais, quando existem, têm sido sanadas com o recurso ao pleno diálogo diplomático.

Partimos do respeito à nossa diversidade, às marcantes individualidades que compõem a história comum, para articular e conjugar internacionais.

Sei que o exemplo e as boas intenções não são tudo nesse cenário. A participação dos países em desenvolvi-

mento nos negócios internacionais encontra sérios entraves, mas, vejo que o meio natural de ação latino-americana é a criação de condições de negociar com bases próprias.

A transferência das tensões globais para os quadros regionais e a exacerbação de ideologias transnacionais deformam gravemente a compreensão e o encaminhamento dos problemas. Tornam-se instrumento de desavenças e cisões. Abrem caminho para o intervencionismo.

No entanto, a experiência indica que os intentos de hegemonia, de patrocínio político, de transposição mecânica de modelos já se mostraram fracassos cabais.

É importante, pois, repudiá-los. Afastar os diagnósticos que exageram temores e esquecem as raízes reais dos problemas, que negam as necessidades de superação de situações injustas. Ou — igualmente tão grave — que apregoam uma fórmula inexorável de transformação da realidade.

Haverá, ainda, paralelamente, outros tantos fatores econômicos que limitam as nossas possibilidades de agir.

Entre os países em desenvolvimento, as fórmulas de cooperação se multiplicam. O Brasil mesmo tem estimulado a cooperação Sul-Sul. Ela, porém, não será suficiente.

É fundamental recompor as forças, insistir em que siga adiante, em bases realistas, o diálogo com os países industrializados.

Estes devem compreender que a existência de importantíssimos interesses mútuos entre o Norte e o Sul permitirá abrir espaço para o atendimento de reivindicações dos países em desenvolvimento.

Tantas dificuldades não permitem esmorecimento. Exigem, ao contrário, mais participação, mais criatividade e mais capacidade de convencimento.

O caminho para esse esquema de participação deve envolver projetos de transformação e de progresso. E, para isso, penso que o fundamental será compor nossa ação internacional em moldes rigorosamente fiéis aos nossos povos e aos nossos modos de ser e de pensar.

A tarefa não é simples. Significará, de um lado, dispensar as utopias simples, ou automatismos mecânicos. A conciliação de vontades de muitas nações é tarefa ingrente. Implicará, de outro lado, abandonar as atitudes derrotistas, que se acanham diante dos desafios da conjuntura e que não contemplam as possibilidades de mudança.

Faço essas reflexões, que simplesmente retomam temas forjados pela história latino-americana, num momento especialmente importante para o Continente.

Reiniciamos o trabalho de integração; aprofundamos a experiência com fórmulas sub-regionais, as quais, pelo que já fizeram em prol do desenvolvimento e da paz, deve ser estimuladas; aceitamos os caminhos da negociação quando algumas desavenças enraizadas emergiram, e soubemos, com nossos próprios meios, buscar as sendas do reencontro entre vizinhos.

Entendemos a relevância dos exemplos para que os ideais institucionais encontrem melhores condições de execução. As molduras internacionais bem construídas são elemento indispensável para a mais fácil realização dos processos internos. Não será por conselhos ou interferências, mas pela boa convivência, pela redução das

tensões, pela cooperação igualitária, que ajudaremos no contesto de nossos ideais permanentes o desenvolvimento dos processos internos das nações latino-americanas.

Senhor Presidente,

Nesse mesmo quadro, as relações bilaterais entre a Colômbia e o Brasil vigorosamente se intensificam, sempre à volta de alguns pontos fundamentais de cristalização.

Em torno da produção e exportação do café, tivemos papel pioneiro ao unir esforços para a assinatura do Acordo do Café, primeiro acordo de estabilização de mercado para um produto essencial aos países em desenvolvimento.

Marcamos nossa presença com o Tratado de Cooperação Amazônica e com a cooperação bilateral entre nossos países. Acertamos dispositivos fundamentais a fim de que se reafirme a responsabilidade exclusiva dos países amazônicos para com o aproveitamento econômico da região e a superação do desafio tecnológico que representa.

No campo do desenvolvimento, batem-se Colômbia e Brasil pelo progresso econômico e social. Resta agora aos dois países canalizar sua criatividade para a ampliação e o aprofundamento de fórmulas originais e promissoras, como o Acordo do Carvão; devem também descobrir novas formas da cooperação no domínio da ciência e da tecnologia.

Plantar o marco inicial de uma nova e dinâmica etapa nas fraternas relações entre o Brasil e a Colômbia — eis, a meu ver, a significação fundamental de minha presença neste magnífico país em atendimento ao convite que Vossa Excelência tão generosamente me estendeu.

Minha visita vem reforçar uma simpatia e um desejo de entendimento que datam de antes da luta pela independência de nossos povos.

Nesse espírito, e em nome de todos os brasileiros, ergo minha taça pela crescente prosperidade da nação colombiana, pelo estreitamento ainda maior das relações entre o Brasil e Colômbia e pela felicidade pessoal de Vossa Excelência e da Senhora de Turbay Ayala.

12 DE MARÇO
PALÁCIO NARIÑO
BOGOTÁ — COLOMBIA
DISCURSO POR OCASIÃO DA ASSINA-
TURA DE ATOS INTERNACIONAIS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República
da Colômbia, Senhor Julio César de Turbay Ayala:

Em seu eloquente significado, esta cerimônia representa o coroamento de um esforço continuado e eficaz para abrir novas avenidas à cooperação entre o Brasil e a Colômbia.

O conjunto de atos internacionais, que acabam de ser firmados, vem somar-se aos tratados e documentos que, desde a Independência, permitiram construir entre nossos dois países um relacionamento verdadeiramente exemplar e que agora adquire nova e mais ampla dimensão.

A convivência harmoniosa, o diálogo aberto, a colaboração fecunda e leal têm sido os frutos desta diplomacia de amizade e boa vizinhança praticada por brasileiros e colombianos.

Não nos basta, porém, consolidar a admirável obra diplomática herdada dos que nos antecederam.

Através da imaginação conceitual e da energia na implementação, queremos hoje enriquecer com novas linhas de ação o presente e o futuro de nossas relações.

O universo variado desses vínculos encontra expressão em dois documentos cuja tônica é a globalidade e a abrangência.

Síntese do que a Colômbia e o Brasil pensam e propõem diante dos problemas mundiais e regionais, a Declaração Conjunta tem seu complemento indispensável no Tratado de Amizade e Cooperação, moldura normativa e programática do conjunto das relações bilaterais.

A articulação prática dos princípios e objetivos gerais é, entretanto, assegurada por instrumentos especializados, ou pelo tema, ou pela área de aplicação.

Sobressai, entre estes, o Acordo que, em harmonia com o Tratado de Cooperação Amazônica, estimulará, no âmbito bilateral, o trabalho conjunto e o intercâmbio em nossas vastas zonas fronteiriças da Amazônia. Nossos esforços redobrados se beneficiará da tradição de contatos em torno dos pólos irradiadores de Letícia e Tabatinga.

Outro tema que traz a marca da contemporaneidade é o do Acordo de Cooperação Nuclear, que se inspira na premente necessidade de buscar alternativas energéticas eficazes. Nesse campo, hoje prioritário para todos, nossa cooperação poderá estender-se a outras modalidades energéticas.

A mesma idéia de promover a cooperação econômico-comercial entre países de estruturas produtivas e mercados significativos, como o Brasil e a Colômbia, inspirou os parágrafos sobre o carvão na Declaração Conjunta. Tendo já em seu ativo considerável acervo de

realizações, desde a sua celebração em 1976, o Acordo ingressa agora em nova fase, que lhe abrirá a possibilidade de criar, já no decorrer de 1981, substancial corrente de exportação de carvão colombiano para o Brasil.

Finalmente, inscrevem-se no domínio dos contatos culturais e das modalidades de cooperação internacional de inspiração social o Ajuste de Cooperação entre entidades científicas, o Acordo sobre Drogas e o Convênio Turístico, que agregam áreas promissoras à agenda de trabalho brasileiro-colombiana.

Senhor Presidente,

O esboço resumido de vasto terreno coberto pelos nossos entendimentos é suficiente para assinalar a ampliação das coincidências e o equilíbrio na preocupação com aspectos que se harmonizam e completam.

Ao cristalizar em forma jurídica estes entendimentos, os atos assinados inauguram etapa mais avançada e ambiciosa do relacionamento bilateral.

Sinto-me honrado de participar com Vossa Excelência deste encontro, que há de gerar, estou certo, forte impulso de fortalecimento da amizade e da colaboração cada vez mais intensas e fraternas entre os povos da Colômbia e do Brasil.

12 DE MARÇO
PALÁCIO NARIÑO DE BOGOTÁ
BOGOTÁ — COLÔMBIA

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DA COLÔMBIA SENHOR JULIO CÉSAR TURBAY AYALA, POR OCASIÃO DA SOLENIDADE DE ASSINATURA DE ATOS ENTRE O BRASIL E A COLÔMBIA

Senhor Presidente João Figueiredo,
Distintos membros da Comitiva
do Presidente Figueiredo,
Distintos Ministros da Colômbia,
Senhores Jornalistas:

Se algum testemunho fosse necessário para comprovar a eficácia do que foi denominado, com acerto de «Diplomacia Presidencial», a reunião desta tarde, em que foi expedido um comunicado que acredita a assinatura de oito importantes convênios entre o Brasil e a Colômbia, serviria para demonstrá-lo.

Estou certo de que tivemos muito bons embaixadores, Brasil e Colômbia, que admiravelmente cumpriram sua missão em nossos dois países.

Entretanto, não titubeio, ao afirmar, com plena consciência de minhas palavras, que o melhor embaixador, desde que se iniciaram nossas relações no século passado, até agora, foi o Presidente Figueiredo.

Ele soube abrir, com sua visita, as portas a uma cooperação de amplo espectro, de superiores possibilidades às de rotina, alcançadas através dos frios canais diplomáticos.

Sua clareza conceitual, sua capacidade analítica, sem profundo sentido humano, sua admirável e invejável simplicidade permitiram que sua visita tenha sido frutífera em grau apreciável; hoje nós podemos experimentar que, um sentimento que brotou em nossos corações, o de grande afeto pelo Brasil, se cristalizou e já produz frutos extraordinários, como os que compreendem os acordos assinados.

Nestas reuniões venho falando, com insistência, da liderança natural que corresponde ao Brasil. A Colômbia sabe, exatamente, que o Brasil é uma nação poderosa, mas não olha sua importância com receio e sim com admiração.

Nós não cremos que um Brasil poderoso seja um perigo para a América Latina, mas sim uma garantia. Muito nos interessa o fortalecimento do Brasil e também nos interessam as relações com esta nação irmã, outorgando-lhes a devida importância.

Falar de experiência, de sabedoria, do domínio dos temas diplomáticos da Chancelaria do Itamaraty é uma redundância. Não obstante, cabe-nos dizer que temos tido uma nova determinação de boa diplomacia ao poder contemplar o admirável trabalho dos assessores do Presidente Figueiredo na Colômbia.

Por outro lado, quero destacar também, com toda consideração e respeito, além das altas qualidades diplomáticas no Itamaraty, as excelentes condições e qualidades humanas do Presidente Figueiredo.

Se complementam, admiravelmente, desta forma, o humanitarismo e o perfeccionismo diplomático. Há uma

aproximação mais sincera, mais autêntica, menos envolvida em falsas cerimônias ou permissões, que servem apenas para dissimular, muitas vezes, os propósitos reais.

Em troca, esta visita do Presidente Figueiredo nos deixa a sensação que ele mesmo nos expressava no informal e simpático almoço de meio-dia, quando nos dizia que, depois de meia hora de conversa conosco, tinha a convicção de que era como se fôssemos velhos amigos.

Evidentemente, aqui sentimos grande afeto pelo povo brasileiro, por seus governantes, por seus diplomatas, mas não podemos negar, Senhor Presidente, que agora esse afeto se duplica e se exterioriza na forma mais efusiva em função de Vossa Excelência, a quem consideramos como o fator determinante na abertura à aproximação Brasil-Colômbia.

Fico satisfeito em saber que os Ministros colombianos que têm participado de conversações com seus pares brasileiros, tenham podido interpretar de maneira tão fácil os sentimentos que animam a seus dois Presidentes e, por mim, quero dizer que não poderia ter sido melhor a forma de expressar meu propósito de aproximação com a República Federativa do Brasil.

Este é um bom dia para estabelecer relações entre ambos os povos. Sei exatamente há algum tempo, muito antes de possuir experiências de Governo, o difícil que é governar uma nação. O mundo contemporâneo tornou mais difícil, com a complexidade de seus problemas, o exercício do governo.

Nós, mandatários, a cada dia enfrentamos novos e maiores desafios. Mas encontramos precisamente nestes desafios um estímulo para nosso trabalho e para nossa ação. Seria realmente triste viver num mundo em que os

governos se limitassem a exercer o simples propósito de permanecer, de subsistir e de manter o poder. Não seríamos nós, nem o Presidente Figueiredo nem eu, Chefes-de-Estado, destas duas nações as quais queremos servir com decisão, enfrentando a todos os riscos inerentes ao difícil exercício do mando. E, assim, para fazer frente a essas dificuldades, nada existe de melhor como terapêutica do que a aproximação entre nações que têm tantas características concomitantes, tantas coisas em comum, um futuro tão promissor, na medida em que seja bem administrado.

Muito agradeço ao Senhor Presidente do Brasil pelo convite que me fez de visitar sua pátria e posso dizer-lhe que nada me dará maior satisfação do que o dia em que possa retribuir vossa histórica visita a Bogotá.

Muito obrigado.

12 DE MARÇO
HOTEL TEQUENDAMA
BOGOTÁ — COLÔMBIA
DISCURSO POR OCASIÃO DO JANTAR
OFERECIDO AO PRESIDENTE DA RE-
PÚBLICA DA COLÔMBIA, SENHOR
JULIO CÉSAR DE TURBAY AYALA

Excelentíssimo Senhor Presidente da República
da Colômbia, Julio César de Turbay Ayala:

Ao ver aproximar-se o momento da partida, desejo expressar meu agradecimento pela hospitalidade e o carinho de que fomos rodeados — minha mulher, minha comitiva e eu próprio — a partir do momento em que pisamos terra colombiana.

Visitar a Colômbia significa, para um brasileiro, recordar a luta pela independência política da América Latina, que aqui teve um de seus mais importantes centros de coordenação.

Significa também lembrar o ideário bolivariano de união americana: «Façam — disse o Libertador — que o amor ligue com laço universal os filhos do Hemisfério de Colombo e que o ódio, a vingança e a guerra se afastem do nosso seio».

Ao longo de nossa história comum, criamos sentimentos de igualdade e de respeito. Criamos, ao mesmo tempo, ideais comuns, latino-americanos, de realização política e de realização social. Sobre esses ideais é que eu gostaria de falar. Sei que minhas palavras encontrão fraterna audiência. Sei que minhas palavras vão soar como assunto de família, de irmãos.

Senhor Presidente,

Uma parcela da grandeza latino-americana, do convívio internacional entre nossos povos estará, sem dúvida, na generosidade com que formularam seus anseios.

Neste momento de dificuldades de todo tipo, temos que recorrer unidos às nossas aspirações, às nossas metas e esperanças.

Pela coragem, manter-nos-emos fiéis aos ideais que nos legaram os próceres latinos-americanos. Pelo compromisso com a igualdade e pela disposição inabalável para o trabalho, alcançaremos a justiça social e a eqüidade. As fórmulas simples e repetitivas já não têm o condão de fazer com que a vida democrática seja acompanhada de progresso e de bem-estar para todos.

No Brasil, sofremos os efeitos da crise econômica mundial e vamos enfrentando as dificuldades com otimismo, mas conscientes de que ela exige soluções globais. Teremos, porém, muito que trabalhar em cada um de nossos países, e na dimensão regional certamente poderemos esforçar-nos mais do que temos feito.

Creio ser conveniente e necessário dedicar-nos a uma reflexão séria na busca de fórmulas viáveis de integração, de desenvolvimento dos mecanismos sub-regionais, de instrumentos de trabalho comum. Não devemos, contudo, ficar apenas nesse plano.

A América Latina soube construir esperanças e ideais de progresso. Jamais nos furtamos a apontar fórmulas concretas de aperfeiçoamento da ordem econômica entre as nações. Ao contrário, temos sido invariavelmente vanguardeiros no diagnóstico das precariedades do sistema, na proposta de renovação, na indicação do caminho da negociação.

Mais do que nunca, devemos combinar a capacidade de diagnóstico e a de aglutinação política. Como parte do mundo em desenvolvimento, no âmbito dos 77, devemos ter posições ativas, renovadoras e ousadas, mas realistas, para que o processo de negociação Norte-Sul, marcado por conferências importantes nos próximos meses, deixe de causar frustração.

São demasiado graves as dificuldades econômicas para que adie, uma vez mais, a tentativa séria de um encontro de posições comuns.

O diálogo Norte-Sul nunca pretendeu estruturar-se a partir da caridade ou generosidade do Norte; mas, hoje, palpavelmente, obviamente, as linhas que apontam para a negociação e a conciliação de interesses estão claras.

No Norte, faltam, contudo, vontade política e sensibilidade para que o processo se desencadeie plenamente.

Em contrapartida, ressurgem fórmulas que buscam renovar o egoísmo nacional como solução para a crise. As consequências econômicas dessa atitude, certamente danosas, irão reproduzir as dificuldades econômicas que vivemos. Suas implicações políticas serão, sem dúvida, desastrosas para o sistema internacional, especialmente para os laços de confiança que cabe restaurar entre o Mundo Ocidental e o Terceiro Mundo.

Outra lição que nossa presença latino-americana nos ensina, e que compartilhamos com os colombianos, é a da fidelidade aos princípios da boa convivência internacional.

Em situações de crise, em momentos de tensão e conflito, certificamo-nos de que estão vivas as bases jurídicas de nosso convívio. Aprendemos que, em situações extremas, a sabedoria política exige níveis inéditos de tolerância. Aprendemos que a tolerância e a moderação não trazem frutos amargos e são demonstração irreversível de fidelidade ao verdadeiro ideal de democracia.

Senhor Presidente,

A paz e a harmonia são os verdadeiros modos de ser latino-americanos, que têm superado, em sua história política, as formas envelhecidas e precárias dos equilíbrios de poder e hegemonias.

Não nos devemos medir, em nossa vida regional, pelos graus de poder, mas pelas possibilidades de cooperação que a geografia combinada com problemas comuns e idéias compartilhadas abrem a nossos povos.

A verdadeira paz e a boa harmonia repelem patrocinadores e orientadores.

Devem nascer da ação conjugada entre iguais, a partir do respeito mútuo, da consideração plena pela autodeterminação dos povos, da adesão firme aos mecanismos de solução pacífica, sem intervenções de preceptores.

Devem provir de esforço latino-americano próprio; temos tradição para tanto, temos bons princípios e bons instrumentos de convivência diplomática.

Senhor Presidente,

Foi essa tendência profunda que presidiu às conversações por nós mantidas e à redação dos documentos que hoje firmamos, em especial do Tratado de Amizade e Cooperação que pretende oferecer amplo lastro jurídico ao incremento das relações entre Brasil e Colômbia.

É essa vocação para a permanente ajuda mútua que espero ver reforçada com a minha visita a Bogotá, a qual deverá marcar o início de nova fase de nossas relações, de etapa que venha a caracterizar-se por um intercâmbio cada vez mais frutífero e por uma amizade ainda mais sólida.

Esse desejo me inspira a propor, com a mais viva gratidão, um brinde ao desenvolvimento das relações entre a Colômbia e o Brasil, à prosperidade da nação colombiana e à felicidade pessoal do Senhor Presidente e Senhora de Turbay Ayala.

Como expressão adicional do sentimento que me trouxe a Bogotá e como prova do reconhecimento de suas qualidades pessoais e de estadista, e do muito que já realizou pelo desenvolvimento das relações entre os nossos dois países, permita-me Vossa Excelência impor-lhe, neste momento, as insignias da mais alta honorífica concedida pelo Brasil, o grande colar da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, que lhe outorga o Governo da República Federativa do Brasil.

Senhor Presidente,

Não lhe falo somente como Presidente do Brasil. Quero agora, movido pela emoção que sinto ao largo de minha visita, falar-lhe em caráter pessoal, como amigo sincero e leal da Colômbia e seu.

Falo agora como homem que traz em suas palavras a sinceridade do soldado, a humildade do cristão e um pouco da sensibilidade do brasileiro. Um homem de colocar a sua alma pela boca. Desde o primeiro momento em que tivemos a oportunidade de dialogar, senti a impressão de estar na presença de um velho amigo.

O senti porque reconheço em Vossa Excelência a generosidade de seu espírito e o espontâneo e genuíno afeto que tem pelo meu País e meu povo. Encontrei um Julio César Turbay Ayala um homem a meu gosto. Um homem com quem se pode falar. Um homem que, a despeito de sua alta posição, continua sendo um homem que todos procuramos incessantemente como amigo. O símbolo do homem da Colômbia,

A essas qualidades pessoais que o distinguem se devem as expressões agradáveis com que me honrou Vossa Excelência. Da mesma forma, as palavras com que Vossa Excelência colocou em relevo o papel do meu País no Continente se inspiram visivelmente na amizade e no carinho. Essas manifestações comoveram profundamente a mim e a todos os brasileiros.

De nossa parte, o único afã que nos move a contribuir para que a América Latina seja cada vez mais o resultado de um esforço de todos, com participação igual de cada de nossos países. A proposta que trago, em diálogo permanente com os meus irmãos latino-americanos, é de igualdade, de colaboração, de fraternidade.

Recebi ontem de suas mãos, com um nobre gesto de amizade latino-americana, o Grande Colar da Ordem de Boyacá. Não poderia ser mais profunda a minha emoção. Recebi a Ordem que foi criada pelo Libertador. Quem serviu de modelo nas lições de patriotismo e cívismo que recebi na casa paterna.

Bolívar permanece vivo em nossa recordação e em nosso afeto. Suas exortações à unidade e a solidariedade da América Latina são tão válidas, hoje, como no momento em que foram formuladas.

Minha admiração por Bolívar, como estadista, militar e libertador de povos, me anima ao entendimento e a tratar com a Colômbia e com os países irmãos da América Latina.

Quero expressar-lhe nesse momento que o esforço pessoal, a inteligência criativa, e a visão de homem de Estado de Vossa Excelênciia foram os fatores que asseguraram o pleno êxito desta visita.

Com este testemunho de justiça e gratidão, desejo, Senhor Presidente, reafirmar minha convicção de que temos trabalhado para criação do futuro, para o fortalecimento crescente da fraterna amizade que nos une os povos da Colômbia e do Brasil.

Muito obrigado.

12 DE MARÇO
HOTEL TEQUENDAMA
BOGOTÁ — COLÔMBIA

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DA COLÔMBIA, SENHOR JULIO CÉSAR TURBAY AYALA, POR OCASIÃO DO JANTAR QUE LHE FOI OFERECIDO PELO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO

Senhor Presidente:

Na medida em que vêm avançando nossas conversações, temos podido estabelecer melhor as múltiplas concomitâncias existentes entre o Brasil e a Colômbia.

Os diálogos que temos mantido têm provado o recíproco desejo de nossos governos em abrir os canais para uma mais intensa e dinâmica cooperação entre nossos povos.

Posso garantir-lhe, Senhor Presidente, que as expectativas criadas por sua visita à Colômbia foram amplamente satisfatórias. Assim o demonstram os resultados obtidos nas conversações a que se refere o comunicado conjunto que hoje entregamos aos meios de publicidade e que, sem dúvida alguma, despertarão a simpatia e o entusiasmo de nossos povos.

Vossa Senhoria e eu, Senhor Presidente, temos fé na capacidade realizadora da América Latina e não ignoramos que uma união firme dos países que a integram poderá lograr, em um prazo relativamente próximo, que a

América do Norte outorgue a este Hemisfério o tratamento prioritário que não conseguimos dentro da concepção geopolítica dos internacionalistas de Washington.

Somos amigos da América do Norte e temos sido seus aliados em todas as oportunidades em que requereu-se o concurso do Hemisfério para a defesa de nosso Continente, como na defesa dos valores que inspira a Carta das Nações Unidas. Esta tradicional solidariedade, obviamente, tem que ser via de mão-dupla e é por isto que esperamos, sem ânimo hostil, mas com vontade de fraternal cooperação, que exista uma clara compreensão dos problemas latino-americanos.

Para sermos completamente justos, penso que dito desconhecimento se deve, em grande parte, à dispersão política de nossos países, que desde há muitas décadas, não mais se congregaram, entusiasticamente, objetivando a qualquer propósito comum.

Antes, valíamos e pesávamos no âmbito das Nações Unidas e na Organização regional. Quando se fundou, em São Francisco, a Organização Mundial, representávamos, aproximadamente 50% de seus integrantes.

A expansão da ONU, nos reduziu a proporções numéricas insignificantes que poderiam, é evidente, ser superadas pela unidade de nossos povos e pela importância e qualidade de nossas proposições.

A proliferação de mini-estados no Caribe também veio diminuir a capacidade de decisão e de orientação dos países deste Hemisfério que representam uma insubstituível força política e moral.

Hoje poderíamos afirmar que as nações do Caribe estariam em capacidade de constituir um número suficiente para deter, dentro do sistema interamericano, decisões fundamentais, que requerem uma maioria qualifi-

cada. Não se percebe, de nenhuma parte, o alento vivificante de uma política que ponha em ação todas as nossas energias, que desperte nossa inteligência, que volte a acender a chama da esperança nas paupérrimas maiorias continentais e nos devolva a fé no destino venturoso da América como território franco para a justiça social, a liberdade e o progresso.

Obviamente não podemos ser indiferentes ao que ocorre no Caribe e estamos dispostos a participar, como já fizeram a Venezuela e o México, de uma política que preste autêntica ajuda a esses povos castigados, implacavelmente, pela miséria e assediados por diversos fenômenos sociais e políticos.

Certamente temos tempo para unirmo-nos em torno do objetivo de utilizar os termos da cooperação internacional, fazendo-a mais adequada à conjuntura política que estamos vivendo. Se observarmos o mapa da América e do Caribe, facilmente perceberemos tensões e perigos para a paz. A situação da América Central e do Caribe nos preocupa de duas maneiras diferentes:

Primeiro, quanto às dificuldades que, com maior intensidade do que outras áreas, padecem como consequência da crise energética, da inflação e, adicionalmente, do flagelo das doenças na agricultura;

Segundo, nos angustia o fato de que circunstâncias estranhas à vontade destes mesmos povos possam desestabilizar seus sistemas e converter seus países em cenários de uma contenda alheia ao espírito libertário e democrático que predica e proclama o sistema interamericano.

Tememos ao macartismo e não desejamos ver fantasmas marxistas-leninistas por todos os lados. Mas não podemos, por temor a alienar-nos às simpatias dos extremos políticos, tolerar atos de intervenção que, hoje,

encontramos em El Salvador e que, amanhã, possam pretender realizar na Colômbia ou no Brasil. Como firmes defensores dos princípios fundamentais do sistema interamericano, lutaremos, com sereno valor, contra qualquer forma de intervenção em nossa pátria.

O terrorismo parece ser o mal do nosso tempo. De diferentes formas se expressa na vida quotidiana dos povos e com freqüência provoca vítimas inocentes. Sempre foi o terrorismo um delito atroz, pela crueldade e covardia de seu exercício. Entretanto, não faltam, atualmente, apologistas do crime, pretendendo dignificá-lo, revestindo-o com roupagens de uma nobre luta ideológica.

Creio, Excelentíssimo Senhor Presidente, que há chegado o momento em que devemos ter os olhos bem abertos para vislumbrar os perigos que nos circundam e para convencionarmos, no plano regional e na própria Organização Mundial, uma política que implique uma ação eficaz contra aqueles que, por carecer do respaldo das massas, recorrem à força bruta, pretendendo conquistar, com o delito, aquilo que não podem alcançar com a opinião.

Voltando ao plano do bilateral devo destacar sua visita, Senhor Presidente, pela importância que ela representa e pela vontade que expressa de encontrar canais por onde circulem a colaboração e o entendimento entre nossos povos.

Veio Vossa Excelência, Senhor Presidente, acompanhado por eminentes estadistas que constituem sua equipe de governo e também por um seletivo número de empresários que serão, desde agora, os encarregados de por em marcha a grande empresa integrationista que é de indispensável realização entre brasileiros e colombianos.

Para nós, que acreditamos no conceito de que o desenvolvimento é um empreendimento do Estado e da iniciativa privada, constitui um especial motivo de satisfação a presença dos empresários que integram sua comitiva. Sua visita, Senhor Presidente, é evidente que abriu insuspeitáveis vias de ação a nossos povos e governos.

Assinamos valiosos instrumentos, como o Convênio de Cooperação Amazônica, o Tratado de Amizade e Cooperação, o Acordo de Assistência Recíproca para a Repressão ao Tráfico de Narcóticos e Acordos de Cooperação sobre os Usos Pacíficos da Energia Nuclear e, também, o de Turismo.

Todos estes assuntos são de indiscutível importância. Não poderia negar a segurança que sentimos quanto à política cafeeira, uma vez tomada a decisão entre o Brasil e a Colômbia de continuar trabalhando juntos e intercambiando idéias, táticas e estratégicas em defesa do preço do grão nos mercados internacionais.

A respeitabilidade e o conhecimento dos líderes cafeeiros do Brasil e da Colômbia, a quem desejo, publicamente, expressar o sentimento de nossa gratidão por seu desempenho acertado, constituem a garantia de que, assim, haverá um manejo acertado da política cafeeira.

A mim muito me impressiona, Senhor Presidente, a circunstância de que a América Latina e, concretamente, os países não exportadores de petróleo, hajam diminuído o volume de suas exportações para as comunidades européias e para o mercado latino-americano.

Para este gênero de países, ao qual pertencem o Brasil e a Colômbia, o saldo negativo e sua conta corrente subiu de 13.900 milhões de dólares em 1979 a 23.000 milhões em 1980. O *superavit* da balança de pagamentos alcançado em 1979 alcançou a soma de 4.000 milhões e se transformou em um *deficit* de 4.000 mi-

lhões de dólares em 1980 e a redução de preços internacionais diminui em uns 8%.

Apesar destes dados adversos, sei que o futuro será nosso, que contamos com recursos naturais abundantes e sei, também, que, quando consigamos criar a mística do progresso e unir nossos esforços para propósitos comuns, superaremos todos os obstáculos. Compartilho de sua tese, Senhor Presidente, de que será nosso próprio esforço que nos permitirá conquistar altas metas de desenvolvimento com justiça social.

Excelências:

Quis Vossa Excelência, Senhor Presidente, João Baptista Figueiredo, com enaltecedora generosidade, conferir-me a mais alta condecoração brasileira, ou seja, o grande colar da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul.

Tão grande distinção me enaltece e estimula por vir de Vossa Excelência, em quem reconheço o mais autêntico e brilhante expoente de seu povo e o aceito como uma homenagem à Colômbia na figura de seu Presidente.

Levanto meu copo à sua ventura pessoal, à de sua digníssima esposa, à dos membros de sua comitiva e à grande nação brasileira.

DECLARAÇÃO CONJUNTA BRASIL-COLÔMBIA

DECLARAÇÃO CONJUNTA BRASIL-COLÔMBIA, ASSINADA, EM BOGOTÁ, EM 12 DE MARÇO DE 1981, PELOS PRESIDENTES JOÃO FIGUEIREDO E JULIO CÉSAR TURBAY AYALA.

A convite do Senhor Presidente da República da Colômbia, Doutor Julio César Turbay Ayala, o Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, João Baptista de Oliveira Figueiredo, acompanhado de sua esposa, Senhora Dulce Figueiredo, realizou visita oficial à Colômbia, entre 10 e 13 de março de 1981.

O Presidente da República Federativa do Brasil fez-se acompanhar de suas Excelências os Senhores:

- Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, Ministro de Estado das Relações Exteriores
- Tenente-Brigadeiro Délia Jardim de Mattos, Ministro de Estado da Aeronáutica
- Doutor João Camilo Penna, Ministro de Estado da Indústria e do Comércio
- General-de-Brigada Danilo Venturini, Ministro de Estado, Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República
- General-de-Divisão Octávio Aguiar de Medeiros, Ministro de Estado, Chefe do Serviço Nacional de Informações
- General-de-Exército José Ferraz da Rocha, Ministro de Estado, Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas

- Senador José Sarney Costa
- Senador José Lins de Albuquerque
- Senador Aloysio Chaves
- Embaixador João Hermes Pereira de Araújo, Chefe do Departamento das Américas do Ministério das Relações Exteriores
- Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, Chefe do Departamento de Promoção Comercial do Ministério das Relações Exteriores
- Embaixador Jorge Carlos Ribeiro, Chefe do Cerimonial da Presidência da República.
- Embaixador João Carlos Pessoa Fragoso, Chefe do Cerimonial do Ministério das Relações Exteriores.
- Embaixador Orlando Soares Carbonar, Chefe do Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Durante a visita, os dois Chefes-de-Estado, no espírito de tradicional amizade que preside ao relacionamento entre os dois países, analisaram detidamente a evolução das relações bilaterais e trocaram opiniões sobre questões de política internacional, com especial ênfase nas que se referem à América Latina.

Ao término das conversações, os dois Presidentes acordaram em subscrever a seguinte:

DECLARAÇÃO CONJUNTA

O Presidente da República Federativa do Brasil, João Baptista de Oliveira Figueiredo, e o Presidente da República da Colômbia, Doutor Julio César Turbay Au-yala,

Comprovaram, com satisfação, o vigoroso impulso alcançado pelas relações entre os dois países. Manifestaram, ao mesmo tempo, sua confiança na ampliação e consolidação da cooperação brasileiro-colombiana, em todos os campos das relações entre ambas as nações, que se ligam não só pela proximidade geográfica, mas também por fraterna amizade e laços históricos e culturais comuns.

Reiteram que todos os Estados têm direito à plena realização no seio da comunidade internacional, com base na igualdade jurídica, no respeito mútuo entre os Estados, no direito à integridade territorial, no fiel cumprimento dos tratados, como princípio fundamental do Direito Internacional, na observância dos direitos humanos, na autodeterminação dos povos, na não-intervenção nos assuntos internos e externos dos Estados, na exclusão da ameaça ou uso da força nas relações internacionais e na solução pacífica das controvérsias. Ao acordar em que tais princípios refletem a determinação de seus povos de alcançar um desenvolvimento integral, independente e soberano, renovaram a decisão de opor-se a todas as formas de dependência e dominação política ou econômica entre Estados.

Ambos os mandatários reafirmaram sua fé nos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas; reiteraram o apoio de seus Governos à Organização como principal instrumento para a manutenção da paz e o fortalecimento da segurança internacional.

Afirmaram que o desarmamento geral e completo sob o efetivo controle internacional é um dos requisitos decisivos para que se alcancem bases sólidas de paz no sistema internacional; sublinharam seu decidido apoio às negociações com vistas ao desarmamento, em especial o nuclear.

Condenaram todas as formas de colonialismo e discriminação racial, em especial o *apartheid* e destacaram que é necessário intensificar os esforços das Nações Unidas para eliminá-las; ressaltaram que a manutenção do *apartheid* leva a uma situação de crescente tensão internacional na região do Sul da África.

Reafirmaram sua convicção de que o sistema da democracia representativa merece ser preservado e fortalecido, já que sua plena vigência favorece o exercício da liberdade e do respeito pelos direitos humanos e, ao alentar a participação, permite alcançar um maior grau de desenvolvimento econômico, político e social.

Ressaltaram sua preocupação com a persistência de acentuados e sérios desequilíbrios entre as nações desenvolvidas e os países em desenvolvimento, assim como com a estagnação das negociações com vistas à efetiva implantação de uma nova e mais justa Ordem Econômica Internacional, para o que é indispensável contar com a franca e decidida vontade dos países desenvolvidos.

Coincidiram em que, dado o papel cada vez mais relevante dos países em desenvolvimento na economia internacional, o urgente encaminhamento das questões relativas ao diálogo Norte-Sul constitui etapa importante dos esforços para superar as presentes dificuldades econômicas globais, em benefício de todos os países, tanto desenvolvidos quanto em desenvolvimento.

Ao sublinhar, nesse sentido, a importância de que se possam iniciar no mais breve prazo possível, no âmbito das Nações Unidas, as negociações globais sobre temas do relacionamento Norte-Sul, encareceram a necessidade de que todos os países desenvolvidos se disponham a participar construtivamente das referidas negociações.

Sublinharam que a questão energética tem importância básica para o desenvolvimento econômico, devendo ser levada em conta no estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional, conjuntamente com outros problemas fundamentais, como finanças, comércio, matérias-primas e alimentos.

Ressaltaram, ademais, que a comunidade internacional deve realizar esforços para a utilização racional dos recursos energéticos não-renováveis, desenvolver ao máximo fontes alternativas de energia, e promover o intercâmbio de suas experiências nesse setor.

Reiteraram a importância de que os países em desenvolvimento diversifiquem sua cooperação para aproveitar ao máximo, em benefício do progresso e bem-estar de seus povos, as amplas oportunidades de intercâmbio, complementação e apoio mútuo abertas por seus respectivos processos de desenvolvimento.

Conscientes de que as perspectivas que oferece a futura Convenção Internacional sobre o Direito do Mar representarão uma substancial modificação nas relações entre os Estados, no que diz respeito ao Direito do Mar, concordaram em continuar seus esforços na Terceira Conferência das Nações Unidas sobre o assunto, com vistas a que a tarefa a ela confiada reflita claramente as aspirações dos países em desenvolvimento. Nesse sentido, assinalaram a conveniência de coordenar esforços para que a autoridade internacional que venha administrar os fundos marinhos e oceânicos situados fora das jurisdições nacionais, tenha um caráter que permita benefícios universais na utilização racional desse patrimônio comum da Humanidade. Encareceram a importância de que na III Conferência das Nações Unidas seja registrado efetivo progresso nas negociações, com a ativa contribuição de todos os países e sem qualquer retrocesso nos avanços alcançados até agora.

Os dois Chefes-de-Estado reconheceram a necessidade de estabelecer um ordenamento jurídico internacional especial que, atendendo aos legítimos interesses dos países equatoriais sobre a órbita sincrônica geostacionária, regule adequadamente sua utilização racional. Concordaram igualmente em efetuar o intercâmbio de conhecimentos e experiências sobre a teleobservação da terra por satélite no âmbito do projeto LANDSAT.

Os dois Mandatários manifestaram o permanente apoio de seus Governos à Carta da Organização dos Estados Americanos no que concerne à manutenção da paz e da segurança no Continente com base na não-intervenção nos assuntos internos e externos dos Estados e na necessidade de prosseguir os esforços conjuntos para o aperfeiçoamento dos mecanismos da OEA.

Reafirmaram a vontade de ambos os países de contribuir para intensificar a cooperação entre as nações latino-americanas na forma mais ampla possível. Manifestaram que devem ser estimuladas as modalidades de diálogo e aproximação entre os países latino-americanos, com vistas a que se estreitem os laços de harmonia e entendimento que sempre existiram na região.

Reiteraram sua adesão ao princípio da solução pacífica das controvérsias, cuja observância pelos países latino-americanos tem sido linha permanente de conduta que caracteriza a ação diplomática da região. Nesse espírito, assinalaram a existência de numerosos instrumentos que, no âmbito regional, contemplam tais procedimentos e constituem elemento importante do patrimônio político da América Latina.

Renovaram os apelos para que, nos conflitos entre países irmãos latino-americanos, as soluções se inspirem na concórdia e no espírito de fraternidade.

Os dois Presidentes reafirmaram o princípio de não-intervenção nos assuntos internos de terceiros países, sobre o qual repousa a paz e a harmonia entre os povos. Em consequência, repudiam a intervenção forânea em qualquer de suas formas nos assuntos de El Salvador, bem como nos de qualquer outro país.

Dentro da perspectiva política própria da América Latina, os dois Presidentes coincidiram em que no fortalecimento das soluções democráticas representativas e nas normas do Direito podem ser encontradas soluções incruentas para superar a crise salvadorenha.

Ressaltaram que o Tratado de Montevidéu de 1980, que institui a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) é um dos instrumentos adequados para promover a integração regional e esperam ver concluído seu processo de ratificação a curto prazo. Assinalaram, outrossim, a importância da intensificação da cooperação latino-americana em outros foros.

Outro tema que mereceu especial atenção dos dois Chefes-de-Estado foi o processo de crescente aproximação entre o Brasil e os países signatários do Acordo de Cartagena. Esse processo ganhou novas dimensões com a «Ata de Brasília» firmada em 16 de outubro de 1979 e consolidou-se, em janeiro de 1980, com a reunião entre o Ministro das Relações Exteriores do Brasil e o Conselho Andino, em Lima. Nessa ocasião, firmou-se um memorando de entendimento, pelo qual se estabeleceu um mecanismo permanente de intercâmbio de informações, consulta e coordenação entre o Brasil e o Grupo Andino.

O Presidente Figueiredo, ao evocar o sesquicentenário da morte de Simón Bolívar, destacou o alto apreço existente no Brasil pela figura do Libertador. Ambos Mandatários recordaram que o valor perene da epopéia

bolivariana faz com que permaneçam tão vivas como quando de sua formulação as exortações de Bolívar à unidade e solidariedade latino-americanas, condições de validade permanente e de grande atualidade na crítica conjuntura política e econômica de nossos dias. Reafirmaram a convicção de que os ideais continentais de união, fraternidade e justiça, que inspiraram a Simón Bolívar, constituem, hoje como ontem, o fundamento constante da concórdia e do desenvolvimento na América Latina.

Os dois Mandatários coincidiram em que, na presente conjuntura internacional, torna-se necessário que as relações entre a América Latina e os Estados Unidos da América ganhem uma nova dimensão, com amplos parâmetros de cooperação, adequados aos interesses de todos e no estrito respeito da soberania de cada Estado.

Da mesma forma, manifestaram a convicção de que se devem fortalecer e diversificar as relações entre a América Latina e os demais países desenvolvidos da Europa Ocidental e Ásia.

Os dois Presidentes felicitaram-se pelo êxito alcançado na I Reunião dos Ministros das Relações Exteriores dos Países Signatários do Tratado de Cooperação Amazônica, realizada em Belém, Pará, nos dias 23 e 24 de outubro de 1980, e fizeram votos para que a II Reunião de Chanceleres amazônicos, a realizar-se na Colômbia, produza resultados ainda mais benéficos para a totalidade dos países que conformam a comunidade amazônica. Renovaram o apoio de seus Governos à I Reunião do Conselho de Cooperação Amazônica, que deverá celebrar-se em Lima em futuro próximo.

Reiteraram seu apoio à «Declaração de Belém», conscientes de que o desenvolvimento da Amazônia e a preservação do seu meio ambiente são inseparáveis e

constituem exclusiva responsabilidade dos países amazônicos, que concederão atenção prioritária aos interesses e necessidades de suas populações amazônicas.

Os dois Mandatários expressaram sua decisão de outorgar atenção especial ao desenvolvimento de uma política que favoreça a vinculação de seus territórios, através de interconexões rodoviárias, fluviais, aéreas e de telecomunicações entre os espaços marítimos dos Oceanos Atlântico, Pacífico e do Mar das Caraíbas, em benefício do desenvolvimento harmônico e da integração física dos dois países, dentro do fiel respeito à soberania de todos os Estados.

Ao passar em revista as iniciativas concretas que caracterizam a cooperação bilateral entre o Brasil e a Colômbia, salientaram que os entendimentos mantidos durante a visita possibilitaram avanços significativos em algumas áreas importantes do relacionamento, tais como a cooperação em matéria energética, econômica e comercial, o desenvolvimento regional amazônico, a colaboração nos assuntos culturais, científicos, tecnológicos e técnicos. Nesse sentido, registraram com satisfação as possibilidades de cooperação no campo da formação profissional, industrial e comercial, através do SENAI e do SENAC, no Brasil, e do SENA, na Colômbia.

Com relação ao café, os dois Presidentes analisaram a situação geral do mercado, em particular os seguintes aspectos:

- a)** evolução dos preços internacionais. Expressaram satisfação pela recente entrada em vigor dos mecanismos de defesa dos preços, previstos no Convênio Internacional do Café, e concordaram na necessidade de sua oportuna atualização à luz dos objetivos de salvaguardar a receita real de exportação auferida com o café;

- b) tendências da produção mundial. Concordaram em estimular uma ação internacional coordenada no sentido de encontrar soluções para os problemas decorrentes da necessidade de futura retenção de café por produtores com uma infra-estrutura inadequada para tal fim;
- c) situação atual do consumo. Consideraram igualmente a necessidade de que, nos países industrializados, sejam desenvolvidas companhias permanentes de promoção do consumo do café.

Os dois Presidentes reiteraram a disposição de ambos os Governos de continuar a colaborar, ainda mais estreitamente, com o objetivo de desenvolver a cooperação internacional necessária ao fortalecimento da economia mundial do produto.

Manifestaram-se satisfeitos pela colaboração alcançada entre a SIDERBRÁS e a INGEOMINAS, no âmbito do Acordo para a Exploração do Carvão Coqueificável de 1976. Reafirmaram seu desejo de continuar cooperando em matéria de carvão e de levar adiante conversações tendentes a determinar a viabilidade das etapas subsequentes do Acordo, no seio do Comitê Misto permanente estabelecido naquele instrumento, a reunir-se em breve prazo.

Ambos os Presidentes manifestaram o interesse existente de que o carvão colombiano figure como um produto importante de intercâmbio, com vistas a fazer mais dinâmicas as relações comerciais entre os dois países.

Congratularam-se, igualmente, pela assinatura de instrumentos relativos à cooperação científica e tecnológica, que permitirão ao Brasil e à Colômbia, dada a existência de programas similares nos dois países, um intercâmbio amplo e efetivo de informações tecnológicas,

inclusive sobre o aproveitamento do álcool hidratado como combustível.

Coincidiram em assinalar a importância da utilização pacífica de energia nuclear e sublinharam o direito de todos os Estados no pleno acesso às diversas formas de utilização pacífica do átomo e à tecnologia respectiva. No plano bilateral, registraram, com satisfação, a assinatura de um Acordo de Cooperação nessa área, o qual lança bases para um novo e frutífero relacionamento.

A cooperação cultural brasileiro-colombiana foi também objeto de estudo por parte dos dois Mandatários, que destacaram a necessidade de promoção, nos dois países, de iniciativas que visem a alcançar melhor conhecimento mútuo dos valores culturais do Brasil e da Colômbia. Nesse sentido, expressaram o interesse em que seja apresentada durante a Bienal de São Paulo e em outros lugares do País uma exposição do «Museu do Ouro» colombiano, assim como uma mostra representativa da arte brasileira seja enviada à Colômbia.

Consideraram da maior importância a assinatura, durante a visita, do Acordo de Assistência Recíproca para a Prevenção, Controle e Repressão do Uso e Tráfico Ilícito de Substâncias Estupefacientes e Psicotrópicas, por meio do qual esperam obter melhor coordenação entre os órgãos responsáveis, no Brasil e na Colômbia, pela repressão de tais atividades, altamente lesivas à sociedade e condenáveis sob todos os aspectos.

Os Presidentes manifestaram o desejo de uma cooperação brasileiro-colombiana para estimular o trânsito das correntes turísticas internacionais de um país ao outro, bem como o turismo próprio, que parte do Brasil para a Colômbia e vice-versa. Sobre este último ponto, recordaram com satisfação a existência de acordos bila-

terais vigentes que isentam do requisito de visto de turista os nacionais dos dois países. Os Mandatários expressaram sua satisfação pela assinatura, nesta data, de um acordo que estabelece um quadro adequado para o desenvolvimento do turismo.

Ambos Mandatários manifestaram sua concordância com a necessidade de adotar medidas para incrementar o intercâmbio econômico e comercial entre os dois países, utilizando, entre outros, os mecanismos estabelecidos no Tratado de Montevidéu de 1980, especialmente os Acordos de Alcance Parcial.

Por outro lado, destacaram os resultados satisfatórios derivados da participação em feiras e exposições em um e outro país.

Destacaram, nesse sentido, a importância do Encontro Empresarial Brasileiro-Colombiano, realizado durante a visita, que propiciou a segmentos representativos do setor privado dos dois países a oportunidade de um maior conhecimento mútuo e de trocar idéias sobre temas relevantes do comércio bilateral.

Os dois Presidentes concordaram em que as respectivas Chancelarias manterão consultas regulares sobre temas de atualidade, tanto no plano bilateral, quanto no regional e mundial.

Os Chefes-de-Estado expressaram sua confiança em que as conversações que mantiveram, conduzidas em atmosfera de expressiva cordialidade, contribuirão para consolidar e expandir ainda mais os vínculos que têm unido tradicionalmente os povos do Brasil e da Colômbia.

Salientaram, finalmente, a convergência de propósitos em áreas de interesse comum, observada no decorrer da visita, e a convicção de que a realização de ações

conjuntas propiciará o cumprimento das aspirações de união e fraternidade que caracterizam o destino comum latino-americano.

O Presidente do Brasil expressou seu profundo agradecimento pelas atenções de que ele, sua esposa e comitiva foram alvos durante a grata permanência na Colômbia e estendeu convite ao Presidente Turbay Ayala para visitar oficialmente o Brasil, convite que foi aceito com especial satisfação.

**5. Visita do Presidente do Brasil João Figueiredo à
República Federal da Alemanha.**

18 e 19 de maio de 1981.

Bonn,

- Discursos do Presidente Karl Carstens
- Discursos do Presidente Figueiredo
- Discurso de Personalidade Alemã.
- Comunicado Conjunto Brasil-República Federal da Alemanha.

18 DE MAIO
RESIDÊNCIA OFICIAL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA
BONN — ALEMANHA
DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA, SENHOR KARL CARSTENS, POR OCASIÃO DO ALMOÇO QUE OFERECEU AO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO

Excelentíssimo Senhor Presidente:

Alegra-me dar as boas-vindas na República Federal da Alemanha a Vossa Excelência, Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, à Senhora de Figueiredo e às Senhoras e Senhores de sua comitiva.

A sua presença aqui em Bonn é testemunho patente da amizade e da cooperação teuto-brasileiras através das quais, especialmente nos anos recentes, os nossos dois países criaram uma base cada vez mais ampla. Numerosas visitas, conversações e acordos contribuiram para esse desenvolvimento satisfatório. Quero referir-me expressamente à visita de seu antecessor, o Senhor Ernesto Geisel, em 1978, e à visita do Chanceler Federal ao Brasil, um ano depois.

Vossa Excelência, Senhor Presidente, sabe que especialmente o seu país há muito tempo exerce atração especial sobre muitos alemães. Não penso somente em cartógrafos e astrônomos alemães, como Hyronimus Müns-

ter e Meister Johannes que outrora assessoraram os navegadores portugueses, ou em Hans Staden e Ulric Schmiedl que, já no século XVI, viajaram pelo Brasil e o descreveram, mas também em Carl-Friedrich Martius, que pesquisou seu grande País há 160 anos, e que escreveu livros que ainda hoje merecem ser lidos. Nas décadas seguintes, muitos alemães emigraram para o Brasil. Lá encontraram uma nova pátria. Não são numerosos os países que como o seu — integraram os emigrantes alemães completamente, preservando-lhes, mesmo assim, sua identidade cultural.

Hoje, sentimo-nos atraídos pela tolerância com a qual o Brasil recebe pessoas dos mais diversos países, raças e povos, amalgamando-as em uma nação brasileira. Estamos impressionados pelo dinamismo dessa nação que produz resultados significativos em todas as áreas a que se dedica o espírito humano: nas artes, na literatura, na música, na economia, na ciência, na técnica e também na política.

Sabemos, Senhor Presidente, que também o seu país, apesar de todo seu dinamismo e de todas suas grandes realizações, não foi poupadão — como nós todos — de dificuldades econômicas. Mas estamos convictos de que Vossa Excelência conduzirá com segurança seu país por essas dificuldades e acompanhamos com atenção e simpatia a maneira pela qual Vossa Excelência, em seu país, mantém firmemente sua política de abertura democrática.

Da mesma maneira estamos convictos de que Vossa Excelência conseguirá resolver os difíceis problemas políticos internos e sociais.

Nossa época, uma época de grandes desafios de caráter político, econômico e social, exige uma cooperação cada vez mais estreita entre os países e a disposição ge-

ral de resolver conflitos por meios pacíficos. Pois o nosso mundo já é demasiado pequeno para conflitos violentos.

Seguimos esta política também na questão que preocupa o nosso povo: a questão da divisão do nosso país. Continua sendo nosso objetivo o de contribuir para que se alcance um estado de paz na Europa no qual o povo alemão, em livre autodeterminação, readuire sua unidade.

O relacionamento teuto-brasileiro, desde o início, tem sido caracterizado por respeito mútuo e vem se consolidando no decorrer do tempo.

Permita-me lembrar que a mãe de Thomas Mann era brasileira. Como muitos outros perseguidos políticos, Stefan Zweig encontrou asilo em seu país nos tempos da ditadura nacional-socialista. Arquitetos e artistas brasileiros merecem na Alemanha atenção e admiração.

Traduções da literatura brasileira são divulgadas entre nós.

Cada vez mais alemães denotam vivo interesse pelos grandes desenvolvimentos em seu país. No setor econômico desenvolveu-se uma ampla e firme cooperação. O Brasil é um dos nossos parceiros mais importantes no Terceiro Mundo.

As nossas relações econômicas, porém, não se caracterizam apenas por interesses e capacidades complementares, mas também pelo empenho em enfrentar conjuntamente tarefas tecnológicas importantes para o futuro.

Os nossos dois países estão ligados por uma rede cada vez mais sólida de projetos industriais em comum, inclusive no campo da cooperação no setor do uso da energia nuclear para fins pacíficos.

A nossa parceria, porém, transcende os setores espiritual-cultural e econômico, estendendo-se também à política.

Em matéria de equilíbrio entre Norte e Sul, nossos países insistem em soluções sob o signo do entendimento. Nossa cooperação fundada em respeito mútuo tornou-se, em um tempo de tensões internacionais que inquieta toda a Humanidade, um fator estabilizador nos esforços entre a Europa e a América Latina, entre Leste e Oeste, entre Norte e Sul.

Que nossa amizade possa contribuir para possibilitar aos homens em nossos países e em outros viver um futuro de paz e felicidade.

Creio que a intensidade da cooperação alcançada pelos nossos dois países, decididos a continuá-la, pode servir de exemplo de colaboração entre um país industrializado e uma nação que está em vias de desenvolver seus ricos recursos e que já hoje — não hesito em dizê-lo — conta entre os países mais importantes do mundo.

Ergo a minha taça num brinde à felicidade pessoal de Vossa Excelência, ao futuro do povo brasileiro e à amizade entre os nossos dois países.

18 DE MAIO
RESIDÊNCIA OFICIAL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA
BONN — ALEMANHA
DISCURSO POR OCASIÃO DO ALMOÇO OFERECIDO PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA, SENHOR KARL CARSTENS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República Federal da Alemanha, Karl Carstens:

Ao receber-me hoje, Vossa Excelência distingue todos os brasileiros, na pessoa de seu Presidente. Mais que cordialidade, suas palavras de acolhida denotam amizade e apreço real. Alegra-me dizer que esse sentimento é recíproco.

No Brasil, como em todo o mundo, a República Federal da Alemanha desperta admiração e respeito. Seu país é exemplo vivo do que um povo pode construir com dedicação, empenho e energia. É testemunho presente do espírito empreendedor, da criatividade e do dinamismo do povo alemão.

Não faz muito, recaiu sobre Vossa Excelência, Senhor Presidente, a responsabilidade da Chefia do Estado Federal. Foi muito feliz a escolha dos alemães, e é grande minha satisfação de estar hoje com Vossa Excelência.

Os laços que unem nossas nações datam dos primórdios da vida independente do Brasil. Ao longo da história brasileira, encontramos sempre alemães entre os que participaram — e participam — da construção de meu País. Há entre eles nomes célebres, numerosos demais para aqui citar sem correr risco de grave omissão. Outros perderam-se no anonimato. Contudo, por menos conhecida, sua obra não é menos valiosa.

No passado, a cooperação teuto-brasileira, embora com escopo limitado, percorreu longa estrada, fazendo parte profunda de nossas vidas nacionais. Hoje, ela se ramifica, atingindo os mais variados setores da atividade humana.

É vultoso e expressivo o acervo de empreendimentos comuns na economia, indústria, comércio, finanças, ciência e tecnologia. Resta, porém, amplo espaço para aprofundar e estender essa colaboração ainda mais. E os benefícios dela resultantes deverão ser de monta, para ambos os lados.

Muito temos a oferecer um ao outro. Nossas realidades, que se transformam, complementam-se de modo dinâmico, apresentando, a cada dia, formas novas de recompensar o esforço comum.

A cooperação bilateral, Senhor Presidente, está solidamente alicerçada no entendimento político. Lealdade, franqueza e lisura marcam o diálogo por nós desenvolvido.

Isso é motivo de grande satisfação para nós e acrediito que também o seja para seu país. Coincidem nossos propósitos e nossos objetivos: paz, harmonia, progresso e bem-estar para todos os povos do mundo. Se às vezes percebemos a realidade das perspectivas distintas em que

nos encontramos, isso é útil e natural. Estimula o intercâmbio de idéias, enriquece o diálogo, fecunda o entendimento.

É o nosso um feliz exemplo de cooperação nos dias que correm, porque fundada na autenticidade de cada parte e balizada pelos princípios do respeito mútuo e da eqüidade.

Se nos detivermos na observação do panorama mundial, veremos que os padrões de relacionamento prevalecentes no passado envelheceram. Não há mais espaço para relações de subordinação. A história contemporânea deu lições — por vezes duras — sobre a necessidade de respeitarem-se as individualidades das nações e das regiões. É um fato que cumpre ter sempre presente.

Como país do Ocidente que pertence ao Terceiro Mundo, o Brasil está convicto de que não poderemos chegar ao bem comum com base em conceitos falsos e restritivos, nem através de confrontações exacerbadas e estéreis, mas pela compreensão dos processos de mudança e pelo reconhecimento das diversidades.

Os mecanismos de decisão política e econômica só servirão à causa da paz e da segurança mundiais se levarem em conta esse princípio elementar. Muitos, porém, estão viciados, comprometidos com uma ordem antiga, cada dia mais incapaz de atender à realidade.

Desejamos, pois, uma ordem renovada, uma ordem verdadeiramente democrática, que produza as transformações necessárias ao progresso.

O Brasil congratula-se com a crescente participação da República Federal da Alemanha na cena mundial. Acompanha com agudo interesse a coordenação que seu país promove no quadro europeu e na aliança ocidental.

Respeitamos a atuação da diplomacia federal, voltada, como a nossa, para a boa convivência universal e para a busca de patamares cada vez mais altos de relacionamento entre as nações.

São essas as considerações que inspiram o Brasil a ver na República Federal da Alemanha parceiro e interlocutor indispensável.

Permita-me, pois, Senhor Presidente, manifestar, mais uma vez, meu prazer de estar aqui, desfrutando da companhia de Vossa Excelência e da de seus convidados.

Peço a todos que ergam comigo suas taças, num brinde à crescente prosperidade da República Federal da Alemanha, ao estreitamento contínuo das relações teuto-brasileiras e à saúde e felicidade de Vossa Excelência e da Senhora de Carstens.

18 DE MAIO
SEDE DA FEDERAÇÃO ALEMÃ DAS
CÂMARAS DE
INDÚSTRIAS E COMÉRCIO
BONN — ALEMANHA

DISCURSO DO PRESIDENTE DA FEDE-
RAÇÃO DAS CÂMARAS DE INDUS-
TRIA E COMÉRCIO, SENHOR WIL-
FRIED GUTH, POR OCASIÃO DA SE-
GUNDA REUNIÃO EMPRESARIAL
BRASIL — RFA, COM A PRESENÇA DO
PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO

É um grande prazer e uma grande honra para mim saudar aqui em Bonn, Vossa Excelência, Senhor Presidente da República, e sua delegação, na presença de representantes líderes da economia alemã. Vemos com especial satisfação em sua companhia o Senhor Ministro das Relações Exteriores, Sua Excelência o Senhor Embaixador Saraiva Guerreiro, Sua Excelência o Senhor Danilo Venturini e Sua Excelência o Professor Delfim Netto, que há apenas poucas semanas esteve na República Federal da Alemanha. Sabemos apreciar o fato de que muitas personalidades de alto nível do Governo e da vida econômica brasileira visitam junto com Vossa Excelência a República Federal da Alemanha. Dou-lhes cordiais boas-vindas na sede da Associação Alemã das Câmaras de Indústria e Comércio, a organização de cúpula das Câmaras Alemãs de Indústria e Comércio. Esta organização também abriga as três câmaras teuto-brasileiras no Exterior que, já há longos anos, promovem as relações econômicas bilaterais.

Gostaria de agradecer especialmente a Vossa Excelência ter oferecido à economia alemã a possibilidade deste encontro no âmbito de sua visita. Vemos nisso a expressão de seu interesse pessoal por esse aspecto tão importante das relações entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha.

Senhor Presidente da República, a República Federal da Alemanha sente-se tradicionalmente ligada ao seu país por uma variedade de relações amistosas. Ambos os países mantêm relações estreitas a nível de política externa e nós prezamos o engajamento do Brasil em favor da cooperação internacional com todos os países. O Brasil vê seu importante papel a nível de política mundial de maneira especialmente construtiva e desenvolve o diálogo Norte-Sul sem qualquer espírito de confrontação. As realizações culturais do povo brasileiro tiveram crescente penetração na vida espiritual da República Federal da Alemanha.

A nível econômico, o Brasil, já pouco depois do fim da Segunda Guerra Mundial, abriu as portas para os investidores alemães. Reconhecendo já muito cedo as dimensões continentais do Brasil e sua riqueza extraordinária em recursos, empresas alemãs acompanharam o desenvolvimento do seu país para uma nação industrializada jovem e dinâmica. O progresso rápido e contínuo do Brasil nas últimas duas décadas conferiu à cooperação com o seu país, no âmbito de nossas relações internacionais, um significado todo especial.

Ademais, seguimos no nosso país com o maior interesse o intenso empenho que seu Governo, Senhor Presidente, a nível de política econômica, empreende a fim de conseguir a estabilização da economia interna e externa. Nesse contexto, a novidade das experiências que tivemos com nossas próprias dificuldades no setor externo

da economia certamente aprofunda, entre muitos de nós, a compreensão pelos problemas de outros.

Finalmente, o Brasil e a República Federal da Alemanha — levando em conta todas as diferenças de sua estrutura econômica — hoje em dia, junto com outros países importadores de petróleo, enfrentam os mesmos problemas e tarefas básicas: as estruturas nacionais do comércio exterior, da produção e do consumo deverão ser adaptadas às condições ambientais difíceis, drasticamente alteradas desde o segundo choque petrolífero. Trata-se, em primeira linha, de uma política energética que progressivamente se afaste do petróleo e de um fortalecimento da competitividade internacional. A fim de assegurar os investimentos necessários nesse sentido, que exigem volumosos meios de financiamento, tem importância estratégica o combate bem sucedido da inflação. Esse combate é imprescindível para a mobilização de capital adicional de poupança nacional e para garantir um afluxo suficiente de capital proveniente do Exterior.

Quando se reconhece o papel decisivo do desenvolvimento estável de preços para o bem-estar futuro e o emprego em todo o Mundo, então a luta contra a inflação goza de prioridade, mas isso exige um alto preço: temos que viver, há algum tempo, com juros internacionais altos que fazem história, principalmente no que tange os juros do dólar. Para países que como o seu se encontram em um processo de desenvolvimento dinâmico e que contam com um endividamento externo correspondentemente elevado, acarreta isso encargos adicionais — que se esperam temporários — para o balanço de pagamentos. Outro fator agravante constitui o atual e sensível enfraquecimento da conjuntura econômica entre os seus parceiros comerciais na Europa Ocidental e na América do Norte.

Não há dúvida de que os sacrifícios pelo crescimento econômico hoje exigidos de todos os países não produtores de petróleo, em razão da crise estrutural e de estabilização da economia mundial, pesam muito mais sobre seu país e outros países chamados de «no limiar do desenvolvimento» e com crescimento demográfico mais dinâmico do que na Europa. Não há dúvida também de que a solução dos problemas de cada país só é possível através de estreita cooperação internacional e com a participação ativa dos países membros da OPEP.

As velhas nações industrializadas cabe neste processo arrumar rápida e energicamente sua própria casa e levar sua economia nacional o mais depressa possível em direção de um caminho de crescimento estável. A esse respeito, as esperanças dirigem-se especialmente aos Estados Unidos, cujo balanço de pagamentos é tão favorável e que introduziram no âmbito nacional um processo de revitalização apoiado amplamente.

Antes de tudo, porém, é o mais alto dever dos velhos países industrializados — e é também de seu próprio interesse — manter abertos seus mercados nacionais para importações de países no limiar do desenvolvimento e de enfrentar de maneira equitativa essa concorrência dinâmica nos mercados mundiais.

No que concerne ao seu país, observamos na República Federal da Alemanha com grande respeito os êxitos alcançados na expansão do setor energético, seja no que se refere às usinas hidrelétricas — e me refiro aqui a Itaipu, o maior projeto de usina hidrelétrica do Mundo — ou na ampliação da própria base de abastecimento com petróleo e gás natural, bem como, ao programa nacional do álcool. Quero referir-me também aos esforços pelo aproveitamento da energia nuclear e do carvão.

Congratulamo-nos com o Brasil pelo excelente desenvolvimento de suas exportações, que no ano de 1980 aumentaram de mais de 30%. Também para 1981 aspira-se a elevado crescimento. Esse desenvolvimento, ao lado da expansão da base de exportação agrícola evidencia a capacidade da indústria brasileira de enfrentar a concorrência internacional através de modernos processos de produção. Com cerca de metade da pauta ocupada com produtos industrializados, as exportações brasileiras já alcançaram um considerável grau de diversificação. No desejo de liberdade de comércio mundial encontram-se os interesses dos nossos dois países.

Os esforços político-econômicos do Brasil são acompanhados com respeito nos mercados financeiros internacionais. O considerável afluxo de meios financeiros no curso do corrente ano reflete a confiança internacional na política seguida pelo seu Governo.

Isso constitui um importante pressuposto para que as forças dinâmicas da economia privada, isto é, empresas e bancos, continuem também no futuro a prestar uma contribuição significativa para o desenvolvimento econômico do Brasil. Com isso, os investidores estrangeiros confiam em que sejam mantidas as franquias atualmente existentes para eles.

O Brasil e a República Federal da Alemanha não se complementam apenas no tocante aos interesses comerciais, mas também em questões fundamentais da consciência e da responsabilidade pela formação das condições de vida econômicas e sociais de futuras gerações. Exemplares para nosso país são a confiança e o otimismo que o povo brasileiro sempre demonstram na superação de suas tarefas futuras. Acompanharemos o futuro caminho do Brasil com viva simpatia. Desejo a Vossa Excelência, Senhor Presidente, votos de pleno êxito na

condução do destino de sua nação. Agradeço mais uma vez a Vossa Excelência a oportunidade deste diálogo.

18 DE MAIO
SEDE DA DJTH
BONN — ALEMANHA

DISCURSO POR OCASIÃO DA REUNIÃO EMPRESARIAL BRASIL-REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

Senhores Empresários.

É com prazer muito especial que os venho saudar, ao ensejo desta Segunda Reunião Empresarial Brasil-República Federal da Alemanha.

O relacionamento entre o Brasil e a República Federal tem sido modelar e nossa prática atesta as vantagens que podem ser obtidas, de parte a parte, por um país industrializado e um em desenvolvimento, quando ambos efetivamente se dispõem a cooperar com base no mais elevado sentido de mutualidade.

Alemães e brasileiros podemos, com justiça, nos orgulhar de havermos construído ligações que vão muito além do simples intercâmbio, para constituir uma verdadeira parceria.

A densidade e o dinamismo que ganharam as relações entre o Brasil e a República Federal, são, em grande parte, o resultado do sentido prático e da capacidade

criadora evidenciadas pelos setores privados dos dois países. Estou certo, assim, de que também esta Reunião, por breve que seja, não deixará de aportar contribuição positiva para o processo de aproximação entre as economias de nossos países.

Desejo agradecer, sensibilizado, as palavras do Senhor Wilfried Guth. Para muito além das referências generosas a minha pessoa, são elas significativas pela expressão do continuado interesse do empresariado alemão-ocidental pela aproximação, com o Brasil e pela availiação, correta e otimista, das perspectivas da economia brasileira.

Agradeço, igualmente, as palavras pronunciadas pelo Senhor Jorge Gerdau Johannpeter em nome dos empresários brasileiros. Soube ele exprimir, com muita felicidade, o sentimento de amizade e apreço que nutrem os brasileiros pelo povo deste grande país.

A todos os Senhores, meus agradecimentos pela oportunidade deste contacto, para mim muito agradável, com tão expressiva representação do meio empresarial de nossos países. E meus votos de pleno êxito em seus negócios e empreendimentos conjuntos, para o bem de ambas as nações.

19 DE MAIO
REDOUTE
BONN-BAD GODESBERG — ALEMA-
NHA
DISCURSO DO CHANCELER FEDERAL
DA REPÚBLICA DA ALEMANHA, SE-
NHOR HELMUT SCHIMIDT, POR OCA-
SÃO DO JANTAR OFERECIDO AO
PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO

Excelentíssima Senhora,
Minhas Senhoras e Senhores:

Alegro-me em poder cumprimentá-los mais uma vez, e em círculo maior. Nós, alemães, sentimo-nos confirmados na profunda simpatia que acalentamos por seu país. Minha esposa e eu estamos felizes em poder retratar, pelo menos em pequena parte, a hospitalidade que tivemos em seu grande e belo país.

A sua visita é para meu país de especial importância sob dois aspectos:

A sua visita — da mesma forma como as visitas de seu antecessor, o Presidente Ernesto Geisel, há três anos, e a minha visita ao Brasil — expressam as tradicionais e boas relações brasileiro-alemães. Os signatários do Acordo de Comércio e de Navegação Marítima, de 1827, entre as cidades hanseáticas e o então Império do Brasil admirar-se-iam do que resultou das sementes que então semeavam.

Relações estreitas e múltiplas da economia ligam os dois países, que têm muito a se dar reciprocamente. O fato de a nossa economia estar em segundo lugar dos investimentos estrangeiros em seu país é uma demonstração inequívoca da confiança no futuro econômico e político do seu país. Como comprador de mercadorias estamos em segundo lugar: «Indústria brasileira» tornou-se, também entre nós, uma marca reconhecida. A cooperação econômico-tecnológica se desenvolveu de forma dinâmica. Na diversificação do abastecimento energético — uma tarefa política central para os dois países — estamos cooperando de forma estreita.

Mas todos esses setores não foram propriamente o tema das nossas conversações. Eles, todavia, constituíram o inevitável cenário para a grande harmonização na apreciação e na política, que se constatou na nossa intensiva troca de idéias sobre as questões em foco da política e da economia mundiais. Essa troca de idéias e essa grande coincidência de pontos-de-vista me trouxe profunda satisfação. Pude reconhecer, mais uma vez, em Vossa Excelência o estadista que reconhece perfeitamente a corresponsabilidade do Brasil nos acontecimentos mundiais e que está disposto a colocar o peso de seu país, o maior e o economicamente mais importante país da América Latina, no prato da balança dos esforços internacionais pela preservação da paz e pelo equilíbrio dos interesses. Como já há três no Brasil aprendi muito de Vossa Excelência.

Reencontrar-nos-emos no planejado encontro de cúpula Norte-Sul, a ser realizado no México no outono. Lá, num círculo maior, mais também fora das negociações formais, sem documentos previamente preparados e declarações públicas, haveremos de lutar por impulsos

políticos para um Diálogo Norte-Sul realista, sob condições modificadas na política e na economia do Mundo.

Não poderemos omitir nada nessa oportunidade. Nenhum país do Mundo pode se furtar da responsabilidade em comum — tão pouco os próprios países em desenvolvimento, nem os países de comércio estatal do Leste Europeu, nem os países produtores de petróleo e nem os estados industrializados. Todos eles têm uma responsabilidade conjunta pelos processos econômicos nos países em desenvolvimento, nos quais, após as explosões de preço do petróleo, não se trata por exemplo de assegurar um bem-estar relativo, mas sim, simplesmente da sobrevivência.

Todos eles, no entanto, também têm uma responsabilidade conjunta para assegurar o funcionamento da economia mundial, do qual nós todos dependemos, os países industrializados, como os em desenvolvimento, e também os próprios países produtores de petróleo. Por essa razão, a solução das questões de energia devem estar no centro da conferência no México. Também o controle do crescimento populacional será inevitável. Não podemos esperar poder garantir, dentro dos próximos vinte anos para seis bilhões de pessoas e em outros trinta anos para dez bilhões de pessoas uma vida digna.

Continua indispensável o auxílio oficial das nações industrializadas. Mas igualmente são tão importantes os investimentos privados, que como mostra justamente o exemplo do progresso econômico do Brasil, são ao mesmo tempo o instrumento mais eficaz para a transferência de tecnologias. Nessa altura gostaria de mencionar que a contribuição líquida de recursos públicos e privados de meu país para os países em desenvolvimento aumentaram, de 1979 para 1980, em 5,86 bilhões de marcos, ou seja 43,9%.

Essa importância alcança assim uma elevação de 19,220 milhões de marcos, isso significa 1,28% do produto social bruto. E isso com o nosso já alto *deficit* no balanço de pagamentos. Talvez ainda mais importante do que o auxílio público e os investimentos privados seja uma integração progressiva dos países em desenvolvimento nas relações comerciais internacionais, o que, por sua vez, pressupõe novamente a disposição dos estados industrializados para as mudanças de estrutura no próprio país.

Nem Vossa Excelência, Senhor Presidente, nem eu podemos oferecer receitas milagrosas. Mas ambos podemos, cada um com base em suas próprias experiências e em seus interesses nacionais, contribuir de nossa parte para que o Norte e o Sul encarem os fatos de frente. Que eles não procurem, o Norte e o Sul, encobrir os problemas reais com bons desejos. Também só podermos fazer progressos no relacionamento Norte-Sul se nos for possível preservar a paz. A década de 80 começou difícil e terminará mais difícil ainda. Continua sendo a nossa tarefa primordial estabelecer e consolidar as condições militares e políticas gerais da paz.

A isso pertence, na atual situação mundial, a preservação de equilíbrio militar entre o Leste e o Oeste. Como membros da Aliança Atlântica nos empenhamos por uma política, que foi desenvolvida na Aliança agora há mais de 14 anos: ser militarmente suficientemente fortes para que ninguém possa ameaçar a nossa segurança ou tentar chantagem contra nós com recursos militares. Ao mesmo tempo, apoiados sobre essa segurança militar, negociar com o Leste sobre limitações e armamento e reduzi-lo, com base em acordos, a um nível tão baixo quanto possível e — sempre onde for de interesse mútuo — buscar a cooperação e a eliminação de ten-

sões. O nosso lugar é na Aliança do Atlântico Norte. Temos estreitos laços de amizade com os Estados Unidos da América. Sabemos que temos a cumprir a nossa responsabilidade na política mundial como membro leal da Aliança e como parceiro na Comunidade Européia.

Mas também expus a Vossa Excelência o grande respeito que temos pela independência e neutralidade dos países do Terceiro Mundo; esse respeito deve ser recíproco. A invasão soviética no Afeganistão e seus efeitos mostraram à opinião pública mundial que a independência e a neutralidade desses países são hoje um fator decisivo da paz mundial. Nós exigimos, da mesma forma que Vossa Excelência, reclamar a retirada das forças soviéticas do Afeganistão.

As conversações com Vossa Excelência me confirmaram, mais uma vez, que o Governo Federal, com a sua política da parceria de igualdade de direitos com os países do Terceiro Mundo, está no caminho certo. Da mesma forma com o seu auxílio material. Com a sua atuação política a favor da solução pacífica de conflitos. Com a sua cooperação eficiente nas Nações Unidas.

Da nossa detalhada troca de idéias sobre problemas atuais da política mundial, e que encontrou acolhida numa declaração conjunta, quero destacar duas questões, sobre as quais não gostaria dispensar o seu conselho e o seu julgamento.

Para a solução pacífica dos conflitos no sul da África é importante que, após o exemplo encorajador do Zimbábue, agora também a Namíbia obtenha uma independência reconhecida internacionalmente, na base da Resolução 435, do Conselho de Segurança. Os cinco ministros de relações exteriores do Canadá, da França, da República Federal da Alemanha, da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos da América concordaram, em

princípios de maio, em Roma, em intensificar os seus esforços por uma solução.

Como no passado, contribuiremos com todas as nossas forças para chegar a uma solução da questão da Namíbia, aceitável internacionalmente. As relações especiais que o seu país desenvolveu com os estados de língua portuguesa no Sul da África podem ser para nós de grande utilidade.

Com o maior interesse acompanho os seus esforços por relações de confiança com todos os estados da América Latina. Sabemos na Europa Ocidental, por experiência própria, que papel decisivo cabe à cooperação regional para a consolidação da estabilidade econômica e política. Da mesma forma como Vossa Excelência, também eu acredito que as crises na América Central devem ser solucionadas através de eleições livres e reformas e sem intervenção estrangeira.

Após as nossas conversações, Senhor Presidente, encaro com confiança o futuro das relações entre nossos países. Acredito que a explanação recíproca de nossos pensamentos e a apreciação do desenvolvimento da política e da economia mundiais também desempenharão um papel sempre mais importante no relacionamento de nossos países entre si. Constatto que nós, ontem e hoje, nesse diálogo entre amigos, fizemos progressos essenciais. A consciência da corresponsabilidade conjunta pelas questões políticas e econômicas beneficiará também a nossa colaboração bilateral.

Levanto a minha taça à saúde pessoal de Vossa Excelência, Senhor Presidente, ao porvir feliz do Brasil e à amizade entre nossos dois países.

19 DE MAIO
REDOUTE
BONN-BAD-GODESBERG-ALEMANHA
DISCURSO POR OCASIÃO DO JANTAR
OFERECIDO PELO CHANCELER DA
REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMA-
NHA, SENHOR HELMUT SCHMIDT

Senhor Chanceler Federal:

Em sua generosidade e cortesia, as palavras que Vossa Excelência vem de pronunciar traduzem, fielmente, a acolhida amistosa que, com minha mulher e a comitiva que me acompanha, recebi desde que cheguei a Bonn.

Refletem suas palavras, igualmente, o entendimento entre os nossos dois países e o clima de trabalho que marca minha visita à República Federal da Alemanha.

Vossa Excelência, Senhor Chanceler Federal, é estadista mundialmente respeitado. No Brasil, temos seguido com atenção e interesse a atuação de Vossa Excelência.

Invariavelmente, Vossa Excelência tem trabalhado no sentido da paz e da negociação dos problemas que preocupam a humanidade. E esse comportamento tem redobrada importância não apenas em razão do peso e da influência de seu país, mas também porque a conjun-

tura mundial é de crise política e econômica. O fato de que o Chanceler Federal persiste em seus esforços — e com isso obtém resultados significativos — é um dado positivo e que contribui para gerar renovada confiança internacional.

Graças ao seu amável convite, venho, também, retribuir-lhe a visita que nos fez, em abril de 1979. Recordo-me com satisfação de que Vossa Excelência foi o primeiro Chefe de Governo a estar oficialmente no Brasil, após minha investidura na Chefia do Executivo.

Recordo-me, ainda, de que, naquela oportunidade, mantivemos amplas conversações sobre temas de interesse comum e que Vossa Excelência pôde entrar em contato direto com variados setores da sociedade brasileira, o que certamente contribuiu para aumentar o conhecimento e a compreensão entre brasileiros e alemães.

Senhor Chanceler Federal,

Desde que nos encontramos, o panorama mundial sofreu transformações de grande alcance. Parecem ter recobrado ímpeto as tendências de dividir a realidade internacional em compartimentos mais ou menos estanques. E, no entanto, a conjuntura é hoje mais fluida e complexa do que nunca.

Não encontram aplicação automática fórmulas rígidas e abrangentes. Falharam as tentativas unilaterais de ordenamento internacional através da simples utilização do poder. É, pois, urgente encontrar novas soluções, novos caminhos, cuja legitimidade provenha de uma taxa maior de consenso internacional.

A preservação e o fortalecimento da paz requerem diálogo sereno e construtivo. É preciso não só que se alcance um equilíbrio internacional, mas que esse

eqüilíbrio se estabeleça nas condições máximas de segurança global, o que equivale a dizer com base em medidas concretas de desarmamento.

Tal diálogo exige níveis de maturidade em todos os que dele mais diretamente participam. Sabemos que a exacerbação das preocupações defensivas gera, com frequência, situações que apenas comprometem ainda mais a segurança. Não se deve esperar por circunstâncias ideais para que se produza o diálogo. O momento requer realismo e coragem de trabalhar criticamente na direção do futuro.

O Brasil espera que as atuais tensões Leste-Oeste possam ser efetivamente contidas. Desejamos que as crises venham a ser tratadas em seus âmbitos específicos, antes que se propaguem. Desejamos que a Europa Ocidental, e especialmente a República Federal, façam valer sua experiência de negociação para facilitar a interação política, no plano internacional.

Também no campo do desenvolvimento econômico é necessário que dosemos as atitudes políticas a partir de uma perspectiva global, objetiva e racional. Os fatos do cotidiano exigem que nos dediquemos, prioritariamente, à resolução dos problemas internacionais de maior transcedência que afetam os povos e as nações.

Refiro-me aos deseqüilíbrios sociais e econômicos, estruturalmente gerados e que ameaçam crescer ainda mais. Refiro-me, ainda, aos deseqüilíbrios conjunturais, sobretudo nos campos comercial, financeiro e energético, que constituem poderoso obstáculo à luta legítima pelo desenvolvimento harmônico dos membros da comunidade internacional.

A falharem os esforços em prol de uma ordem internacional mais justa, as desconfianças e os ressentimentos

mentos se acentuarão; tenderá a deteriorar-se o clima internacional. O preço da omissão é, portanto, excessivamente alto.

É preciso que, em seu diálogo, os países do Norte como os do Sul partam da consciência e do reconhecimento de seus interesses mútuos. Dessa consciência nascerá uma renovada vontade política, sem a qual a cooperação entre Norte e Sul estaria fadada ao malogro.

E, nessa empreitada, esperamos o concurso ativo de todas as nações, sobretudo de nossos companheiros na luta pelo desenvolvimento, mas também, e necessariamente, das nações industrializadas.

Nesse espírito, participa o Brasil do esforço para o pronto lançamento das negociações globais multilaterais, e com esse ânimo estarei preparado para reunir-me com os Chefes-de-Estado ou de Governo de países do Norte e do Sul, em outubro próximo, no México. Penso que é dever de todas as nações acrescentar, na medida de suas respectivas capacidades, aos esforços em prol da paz e do progresso.

A interligação econômica do mundo moderno é fato incontestado e afeta o Norte, assim como o Sul. No plano político, porém, revela-se tênue a consciência da real interdependência nas nações, e por isso mesmo está o processo decisório internacional tão viciado.

É preciso, a todo momento, resguardar-se dos elementos que se interpõem à avaliação clara da conjuntura e de situações específicas. Há que repudiar os rótulos que violam as personalidades nacionais e as dinâmicas regionais, assim como os conceitos rígidos e fórmulas simplistas. Devem, também, ser afastados os diagnósti-

cos que ignoram as raízes reais das questões. Não há porque reduzir o processo político a opções entre atitudes conformistas e medidas traumáticas.

A realidade é mais rica do que isso. Vivemos, hoje, situações críticas em diferentes partes do mundo: aqui mesmo na Europa; na Ásia; no Oriente Médio; na África Meridional; na América Latina. Cada uma dessas situações depende de tratamento específico, atento para as verdadeiras raízes dos problemas e que afaste temores exagerados e silogismos enganadores.

As crises são também sintomas de transformação, de correção de abusos, de superação de injustiças históricas. Por isso, requerem compreensão e serenidade, mais do que o choque e a confrontação. Sua especificidade deve ser respeitada para que venham a ser enfrentadas com êxito pela comunidade internacional.

A estagnação ou o retrocesso não representariam soluções viáveis, num mundo em mudança.

Senhor Chanceler Federal,

A atitude internacional do Brasil é fruto de nosso modo de ser e de pensar. Espelha o caráter e os valores do país e, por isso, exclui delegações ou mandatos.

O Brasil é, também, um país do Terceiro Mundo. A realidade dos fatos o comprova. Buscamos padrões de relacionamento internacional que respeitem as individualidades nacionais, permitam a participação equitativa de todos os Estados nos processos decisórios internacionais e assegurem a todos os povos o direito a sua plena realização, na comunidade das nações.

Se não dispomos de soluções prontas, nem acreditamos em conselhos ou interferências, temos fé na prática da boa convivência universal e na cooperação igualitá-

ria. Acreditamos no direito de cada país de escolher seu próprio caminho. Condenamos a transferência de tensões globais para o plano regional, assim como repudiamos a exacerbação das ideologias transnacionais.

Senhor Chanceler Federal,

Em todos os campos do relacionamento bilateral, frutificam iniciativas que dão corpo e substância a nossa vontade comum de cooperar.

Na área comercial e financeira, a República Federal da Alemanha é o nosso principal parceiro nas Comunidades Econômicas Européias e o segundo em escala mundial. No ano passado, o intercâmbio comercial já beirava 3 bilhões de dólares.

Nossos países dispõem de amplo acervo de acordos e mecanismos para impulsionar o relacionamento bilateral. São valiosos os trabalhos das Comissões Mistas de Cooperação Econômica e de Ciência e Tecnologia, que se vêm reunindo com regularidade. O Acordo sobre Cooperação Nuclear para Fins Pacíficos, que existe entre nós, é exemplo do que temos feito e do que podemos fazer. O Governo brasileiro mantém e manterá plenamente os seus compromissos, na certeza de que aquele instrumento corresponde, de forma equilibrada, aos interesses de nossos dois países.

Senhor Chanceler Federal,

Minha presença na República Federal da Alemanha exprime o interesse do Brasil em dar prosseguimento, no plano político, ao diálogo, ágil e dinâmico, que se vem desenvolvendo entre nossos países nos últimos anos. Diálogo que nos é imposto por nossas posições nos respectivos cenários regionais e diante dos problemas que afligem o mundo.

Possam as relações entre o Brasil e a República Federal da Alemanha continuar a trilhar o caminho do progresso e do objetivo comum, que é o bem-estar dos nossos povos.

Convido os presentes a me acompanharem num brinde pela prosperidade da República Federal da Alemanha, pelo incessante aprimoramento de suas relações com o Brasil e pela saúde e felicidade pessoal de Vossa Excelência e da Senhora de Schmidt.

COMUNICADO CONJUNTO BRASIL-REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

COMUNICADO BRASIL-REPÚBLICA
FEDERAL DA ALEMANHA, DIVULGA-
DO EM BONN, EM 19 DE MAIO DE 1981,
AO FINAL DA VISITA DO PRESIDENTE
JOÃO FIGUEIREDO ÁQUELE PAÍS.

O Presidente da República Federativa do Brasil, João Baptista de Oliveira Figueiredo, visitou a República Federal da Alemanha a convite do Chanceler Federal, Helmut Schmidt, nos dias 18 e 19 de maio de 1981.

O Presidente do Brasil fez-se acompanhar da Senhora Dulce Figueiredo e das seguintes autoridades:

- Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, Ministro de Estado das Relações Exteriores;
- General-de-Brigada Danilo Venturini, Ministro de Estado, Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República;
- General-de-Divisão Octávio Aguiar de Medeiros, Ministro de Estado, Chefe do Serviço Nacional de Informações;
- Professor Antônio Delfim Netto, Ministro de Estado, Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República;
- Senador Nilo de Souza Coêlho, Líder do Governo do Senado;

— Deputado Luiz Humberto Prisco Viana,
Secretário-Geral do Partido Democrático Social.

O Presidente da República Federativa do Brasil e o Presidente da República Federal da Alemanha mantiveram entrevista. O Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo reiterou o convite para que o Presidente Federal visite o Brasil. O Presidente Federal manifestou o desejo de atender ao convite em data ainda a ser acertada.

Em ambiente construtivo e cordial, condizente com a amizade e o bom entendimento prevalecentes nas relações entre os dois países, os Chefes de Governo passaram em revista amplo espectro de assuntos relativos à conjuntura internacional e à cooperação bilateral.

No plano político global, mostraram-se apreensivos diante dos focos de tensão que ameaçam a paz e a segurança e externaram o firme propósito de continuar enviando esforços no sentido de promover o diálogo e gerar confiança. Ressaltaram que a política de distensão deve ser implementada e aprofundada, em escala mundial. Reafirmaram o propósito de promover iniciativas concretas de controle de armamentos e desarmamento e submeter tais medidas a controle internacional eficaz. Reiteram seu respeito à autodeterminação, independência, soberania, integridade territorial, bem como aos demais princípios de boa convivência consagrados na Carta das Nações Unidas, que devem guiar as relações entre os Estados. Condenaram toda forma de ingerência em assuntos internos de outros Estados e reafirmaram o direito de todos os países de participar nas decisões políticas e econômicas de alcance global, levando-se em conta os interesses e aspirações legítimas de todos. Manifestaram que, na solução das diferentes crises internacionais, tem especial significação a promoção de fórmulas democráticas, pluralistas e livres.

Ao evocarem a situação no Afeganistão, os dois Chefes de Governo condenaram a continuação de ocupação militar desse país, conclamando a retirada das tropas estrangeiras e a adoção de uma solução política que permita ao povo afgão determinar seu destino, sem qualquer interferência externa. No que respeita ao conflito no Oriente Próximo, reiteraram a necessidade de uma paz global, que leve em conta os direitos de todos os povos envolvidos. Exprimiram sua inquietação diante do prolongamento do conflito entre o Iraque e o Irã e vivo empenho em que as partes em litígio cheguem a uma solução pacífica ao abrigo de toda a ingerência exterior. Ao examinarem a situação na África, expressaram sua repulsa pelo *apartheid* e demais práticas de discriminação racial ainda existentes e reafirmaram sua confiança em que sejam asseguradas à Namíbia autodeterminação e independência em futuro próximo, de acordo com a Resolução 435 do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Mostraram-se preocupados com a intensificação da violência nos conflitos internos na América Central. Manifestaram-se a favor de soluções políticas dos conflitos, sem interferência externa. Os dois lados expressaram a esperança de que o povo polonês possa solucionar seus problemas sem pressão e interferências externas.

No exame da situação econômica mundial, ressaltaram a necessidade de promover a cooperação, de modo a enfrentar os problemas graves que a todos afigem. Verificaram, com apreensão, a persistência do desequilíbrio do nível de prosperidade entre países industrializados e países em desenvolvimento e externaram seu empenho na reativação do Diálogo Norte-Sul, principalmente no quadro das Nações Unidas. Lamentaram o atraso na retomada das Negociações Globais e manifestaram o propósito de apoiar os esforços do Presidente

da Assembléia-Geral com vistas a chegar a consensos que permitam o lançamento das negociações no mais breve prazo possível.

Os dois Chefes de Governo congratularam-se com o bom andamento das relações bilaterais, marcadas por crescente intercâmbio econômico, comercial, financeiro e cultural. Ressaltaram a contribuição das reuniões anuais da Comissão Mista Teuto-Brasileira de Cooperação Econômica. Manifestaram satisfação com o desenvolvimento da cooperação científica e tecnológica, para o que muito têm contribuído as reuniões anuais da Comissão Mista própria. Também no que tange à cooperação técnico-financeira, demonstraram-se satisfeitos com os resultados atingidos. Ao passarem em revista a cooperação no campo da energia nuclear para fins pacíficos, reafirmaram a determinação de seus Governos de prosseguir no cumprimento dos instrumentos celebrados entre os dois países. Os dois Chefes de Governo externaram o propósito de intensificar, ainda mais, a cooperação bilateral em todos os campos, de modo a alçá-la à altura das potencialidades apresentadas por ambos os lados.

O Presidente do Brasil agradeceu ao Chanceler Federal a calorosa acolhida, convidando-o para visitar o Brasil em data a ser fixada pelos canais diplomáticos. O Chanceler Federal aceitou de bom grado o convite.

6. Visita do Presidente do Brasil João Figueiredo à Argentina

26 de maio de 1981.

Paso de Los Libres

- Discursos do Presidente Viola
- Discursos do Presidente Figueiredo
- Comunicado Conjunto Brasil-Argentina.

26 DE MAIO
HOTEL PROVINCIAL DE TURISMO
PASÓ DE LOS LIBRES — ARGENTINA
DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚ-
BLICA DA ARGENTINA, SENHOR
EDUARDO VIOLA, POR OCASIÃO DO
ALMOÇO QUE OFERECEU AO PRESI-
DENTE JOÃO FIGUEIREDO

Senhor Presidente:

Esta é a terceira vez, no curso de um ano, que nossos países mantém reuniões a nível presidencial. Na realidade, trata-se de freqüência singular neste tipo de contatos em nossa região. Habitualmente, as diplomacias só tendem a promovê-las quando aconselhadas por determinadas condições.

Entretanto, reuniões dos Presidentes da Argentina e do Brasil surgem como uma necessidade imposta pela relação cordial e vigorosa entre duas nações que fixaram objetivos comuns de grandezas, prosperidade e paz.

Neste momento da história e, em particular, das relações entre nossos países, os fatos impõem nosso contato direto como uma necessidade evidente: demorar, retardar o diálogo franco e direto entre os Presidentes de duas nações que se vinculam em estreita trama de relações, seria como apartar-se da realidade que vivemos.

Nossos países alcançaram um grau de maturidade política que permitiu a composição racional de nossos interesses em um tema que preocupou, seriamente, a

ambos governos. Chegamos a uma situação feliz em que foi possível racionalizar os problemas e chegar a soluções. Encontrado este ponto de equilíbrio satisfatório, pareceu que se haviam aberto as pesadas comportas que continham a cooperação desejada em muitos outros campos.

Dos mais variados setores de nossos países chegaram a nossas mesas de trabalho iniciativas frutíferas, que neste último ano vêm se transformando em realidade.

Tivemos o privilégio de poder mostrar nossa vontade de cooperar no campo energético com ambiciosos projetos que prometem benefícios. Não apenas para nossos dois países, como para toda a subregião a qual pertencemos.

Entre todos esses projetos, temos a honra de destacar que iniciamos uma cooperação efetiva no campo do uso pacífico da energia nuclear.

Essa colaboração abarca aspectos básicos, como a formação de recursos humanos e o intercâmbio de informações nucleares, mas também alcança campo de alto valor estratégico: o da matéria-prima e outro de especial conteúdo tecnológico, como o da indústria nucleoelétrica.

Desta forma, sobre a maneira de empregar, em proveito recíproco, aquilo que ambos países constituíram por si mesmos, podemos mostrar ao Mundo que duas nações em desenvolvimento são capazes de cooperar em modalidades que, até o presente, pareciam exclusividade dos Estados Unidos, altamente desenvolvidos.

Podemos, assim, exibir, através desta cooperação, nossas nítidas intenções em utilizar, para o bem-estar de nossos povos, a energia encerrada nas últimas partículas do universo a nosso alcance.

Sobretudo, colocamos em evidência a falácia daqueles que nos negavam o apoio que buscávamos, pretexendo fantasmas que nunca existiram. Este caso de cooperação em matéria de utilização de energia nuclear tem, ademais, o valor de mostrar que nossos países podem realizar trabalhos de cooperação e complementação em campos aonde já se aplicou o esforço nacional e onde o benefício surgirá precisamente do empenho ao qual nos propusemos desenvolver.

O intercâmbio entre a Argentina e o Brasil não deve ser concebido como o simples intercâmbio dos resultados de nossas produções nacionais.

É verdade que, por circunstâncias territoriais, obtivemos vantagens relativas a nossas produções quanto ao intercâmbio. Mas, tão certo quanto isto, é o fato de nossas atividades industriais poderem dispor, racionalmente, de mecanismos de complementação em áreas em que cada um de nós haja avançado e naquelas em que ambos tenhamos ainda um longo caminho a percorrer.

Esta colaboração entre nossos países necessariamente redundaria em benefícios imediatos a nossos vizinhos e à região a qual pertencemos. Somente a união de nossos esforços, somadas aos esforços das nações irmãs da América Latina, pode levar-nos a fortalecer a região.

Por esse caminho alcançaremos o ponto em que, política e economicamente, ocuparemos, no concerto das nações, o lugar que a providência nos reservou ao conceder-nos generosos recursos naturais, destacados homens de bem, comprometidos com a conquista de um melhor destino para a humanidade e é, precisamente em nossa região que devem refletir-se, de imediato, os resultados de nossos trabalhos.

Necessitamos, além disso, da força inerente à região para conseguir que a comunidade internacional dê um

tratamento eqüitativo aos interesses de cada um de nossos países. É preciso que forgemos uma unidade que nos permita obter as oportunidades imprescindíveis ao crescimento de nosso comércio e ao estímulo de nosso desenvolvimento.

A tarefa que temos pela frente como integrantes da América Latina, não é nem simples, nem fácil, mas por isso mesmo se converte em um permanente incentivo para aplicar nosso engenho no desenvolvimento de fórmulas eficientes de cooperação.

O progresso que queremos para nós mesmos, também o queremos para toda a Humanidade e este só poderá ser obtido em um mundo de convivência, no qual a violência e o terrorismo sejam desterrados definitivamente e onde os desafios e as guerras não ponham em perigo a integridade dos países e a estabilidade das formas que os povos buscam, historicamente, para conduzir seus destinos.

Afirmei, no início, de que esta era a terceira reunião que, no decorrer de um ano, nossos países realizaram a este nível. Ademais, esta reunião, que nos deu a oportunidade do diálogo franco e construtivo que mantivemos esta manhã, foi basicamente uma reunião de trabalho em que as formas protocolares habituais foram simplificadas ao máximo.

Sinceramente, confio nesta modalidade com um mecanismo adequado para manter uma comunicação fluida.

É meu propósito continuar este tipo de entrevista com a freqüência que as circunstâncias o permitam.

Foi para mim uma grande honra manter com Vossa Excelência minha primeira conferência, como Presidente da Nação Argentina, com um Chefe-de-Estado estrangeiro.

Estou convencido de que as conclusões de nossas conversações de hoje servirão para fortalecer a linha de entendimentos e cooperação entre nossas nações.

Vos convido, nesta ocasião, para brindar a uma maior aproximação entre nossos países, à prosperidade de nossos povos e ao êxito e à ventura pessoal do Presidente Figueiredo.

Muito obrigado.

26 DE MAIO
HOTEL PROVINCIAL DE TURISMO
PASO DE LOS LIBRES — ARGENTINA
DISCURSO POR OCASIÃO DO ALMO-
ÇO OFERECIDO PELO PRESIDENTE
DA NAÇÃO ARGENTINA, SENHOR
ROBERTO EDUARDO VIOLA

Excelentíssimo Senhor Presidente da Nação Argentina,
Roberto Eduardo Viola:

Muito agradeço a Vossa Excelência as palavras de
saudação e a hospitalidade que nos brinda a mim e à
minha comitiva.

É com viva emoção e alegria que me encontro mais
uma vez em terra argentina e que saúdo, em sua pessoa,
Senhor Presidente, as tradições e os anseios de seu po-
vo.

Em maio de 1980, visitei este grande país e, três
meses depois, recebi, no Brasil, o Presidente Jorge Ra-
fael Videla. Esses encontros propiciaram a ampliação
dos laços de leal amizade e cooperação que caracterizam
a convivência entre argentinos e brasileiros.

Não ressaltarei quaisquer aspectos específicos da
cooperação dinâmica, ora em curso. São bem conheci-
dos. O essencial é acentuar que não constituem fatos

ocasionais, mas são parte, e diria parte ainda preliminar, de um processo de entendimento e cooperação maduro, que tem a vocação da permanência e da grandeza.

Senhor Presidente,

Não menos importante é a consciência de que a colaboração entre o Brasil e a Argentina tem reflexos positivos para a tranqüilidade e o progresso de nossa região. Entendemos, com efeito, que a conjugação de nossos interesses e potencialidades deve necessariamente favorecer o esforço mais abrangente da integração e da unidade latino-americana.

A América Latina tem contribuição específica e original a prestar ao processo de aperfeiçoamento da convivência internacional. Valores comuns e interesse convergentes aproximam os países latino-americanos e nos permitem agir solidariamente e com perfil próprio no cenário mundial.

É, portanto, indispensável manter um diálogo latino-americano intenso, produtivo e igualitário. Não se trata, obviamente, de propiciar eixos ou blocos. Ou de tentar estabelecer, a nível regional, hierarquias ou interlocutores privilegiados para fazer ouvir a vontade latino-americana. Pelo contrário, trata-se de reforçar ao máximo nossa vocação ineludível para o entendimento descontraído entre iguais.

Senhor Presidente,

A circunstância de ser este o primeiro encontro oficial que Vossa Excelência mantém com um Chefe-de-Estado de país amigo bem demonstra a importância de nossas relações bilaterais.

É significativo tenhamos realizado esta entrevista em Paso de Los Libres e Uruguaiana. Nossas regiões fronteiriças, tão semelhantes aqui por seus costumes e tradições, são o símbolo de nossos laços fraternos. Sobre este Rio Uruguai, que nos une, breve veremos lançados novos exemplos de cooperação e de trabalho conjulado.

É expressivo, sobretudo, que nos encontremos tão próximos à terra natal do Libertador General San Martín, cuja visão de estadista nos estimula a novos passos no caminho do entendimento.

Neste espírito, convido todos os presentes a brindarem comigo à ventura pessoal de Vossa Excelência, Senhor Presidente Roberto Viola, à felicidade crescente do povo irmão da Argentina e ao fortalecimento da amizade entre nossos dois países.

COMUNICADO CONJUNTO BRASIL-ARGENTINA EM PASO DE LOS LIBRES

COMUNICADO CONJUNTO
BRASIL-ARGENTINA, DIVULGADO EM
PASO DE LOS LIBRES, EM 26 DE MAIO
DE 1981, AO FINAL DO ENCONTRO
DOS PRESIDENTES JOÃO FIGUEIREDO
E ROBERTO EDUARDO VIOLA

Dando prosseguimento aos encontros de alto nível que têm caracterizado as relações entre o Brasil e a Argentina, os Presidentes de ambos os países mantiveram hoje, dia 26 de maio de 1981, encontro de trabalho na cidade de Paso de los Libres, por ocasião da visita que o Presidente Figueiredo fez à República Argentina.

O Presidente Viola, convidado pelo Presidente Figueiredo, cruzou a fronteira sobre o rio Uruguai e esteve na cidade de Uruguaiana, República Federativa do Brasil, onde ambas as comitivas presidenciais foram homenageadas pelo Prefeito da Cidade.

Durante a estada em Paso de los Libres, os dois Presidentes mantiveram uma cordial e frutífera conversação, na qual foram consideradas as relações bilaterais, o desenvolvimento das relações regionais e a situação política internacional.

Ao analisarem as relações bilaterais, os Presidentes do Brasil e da Argentina passaram em revista os acordos assinados em Buenos Aires, em maio de 1980, e em Brasília, em agosto do mesmo ano, comprovando o rit-

mo satisfatório e o espírito construtivo com que estão sendo executados.

Com respeito aos acordos relativos à cooperação na área energética, analisaram os progressos que se têm feito na negociação de um convênio entre Agua y Energía Eléctrica e Eletrobrás para a interconexão elétrica de ambos os países e os estudos realizados para aproveitamentos hidrelétricos conjuntos, como também os progressos que se têm obtido nos estudos sobre a possibilidade de venda de 3.000 milhões de metros cúbicos anuais de gás natural seco da Argentina para o Brasil.

Em particular, os Presidentes manifestaram seu agrado pela forma com que a Comissão Nacional de Energia Nuclear e Nuclebrás, do Brasil, e a Comissão Nacional de Energia Atômica, da República Argentina, vêm pondendo em prática o «Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento e a Aplicação dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear». Ambos os Mandatários coincidiram em assinalar as vantagens que para as duas nações terão os programas de formação de recursos humanos e intercâmbio de informação nuclear estabelecidos conjuntamente pela CNEN e a CNEA, e destacaram, como exemplo da vocação para cooperar na utilização da energia nuclear para fins pacíficos, a colaboração que a Nuclebrás e a CNEA têm estabelecido no campo da indústria nucleo-elétrica. Assinalaram, nesse sentido, com satisfação, que já foi iniciada a execução do contrato de arrendamento ao Brasil do urânia produzido na Argentina e que amanhã, 27 de maio, em Buenos Aires, serão postos em vigor os contratos referentes à fabricação pela CNEA de tubos de zircaloy para elementos combustíveis a serem utilizados em reatores de potência brasileiros e à participação da Nuclebrás, através da NUCLEP, na fabricação do recipiente de pressão para Atucha II.

Os Presidentes expressaram, também, sua satisfação pelo impulso que as instituições científicas de ambos os países deram ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica, cujo trâmite de ratificação encontra-se avançado. Os convênios complementares sobre Pesquisa Científica, Pesquisa Agropecuária, Comunicações, Reflorestamento e Metrologia que foram subscritos, têm permitido iniciar atividades construtivas em benefício da pesquisa e do desenvolvimento em ambos os países; em particular os Presidentes concordaram em instruir os organismos competentes de seus respectivos Governos para que, no âmbito do mencionado acordo, sejam estimuladas as pesquisas sobre a doença de Chagas, que afeta setores consideráveis da população das duas nações. Analisaram também os trabalhos realizados pelas Comissões Mistas criadas para a preparação dos convênios sobre transporte marítimo e sobre turismo. Outrossim, verificaram que o estágio dos procedimentos para aprovação legal do Acordo de Previdência Social permitirá sua oportuna ratificação.

Os Presidentes comprovaram que a Comissão Mista para a Construção de uma Ponte sobre o Rio Iguaçu vem cumprindo, com eficiência, as tarefas que lhe foram encomendadas, do que é prova a recente adjudicação para o projeto final de engenharia da obra.

Ao analisarem o desenvolvimento das negociações e gestões que a Argentina realiza sobre as Ilhas Malvinas, o Presidente do Brasil reiterou o apoio outorgado pelo seu Governo na matéria e a confiança em que tais entendimentos conduzam brevemente a resultados satisfatórios.

Ao considerar as questões vinculadas com o intercâmbio comercial entre ambos os países, os Presidentes concordaram em assinalar a firme disposição comum de

buscar seu continuado desenvolvimento e expansão e a manutenção de um adequado equilíbrio quantitativo e qualitativo. Para tal fim, expressaram a intenção de facilitar reciprocamente o pleno gozo da efetividade dos regimes tarifários, sem restrições específicas, e de evitar o recurso a medidas particulares unilaterais de todo tipo capazes de impedir, dificultar ou desestimular o acesso dos produtos de um país ao mercado do outro.

Na busca de metas mais ambiciosas e estáveis de intercâmbio em termos mutuamente satisfatórios, a médio e longo prazos, os Presidentes acordaram, ademais, estabelecer um grupo informal de trabalho cujo mandato será a identificação de mecanismos adequados, no contexto de vantagens recíprocas, para promover um intercâmbio maior e equilibrado de produtos industrializados, assim como preservar e ampliar os fluxos bilaterais de produtos agrícolas e minerais. As seções brasileira e argentina do grupo trabalharão em estreito contato para promover a coordenação dos setores privados e oficiais, as operações e iniciativas conjuntas dos setores privados, a adoção de medidas de caráter econômico, comercial e institucional e o encaminhamento do processo negociador — quando for o caso — através dos canais bilaterais intergovernamentais existentes.

Os Presidentes destacaram a importância da CE-BAC como foro de consulta sobre temas econômicos e financeiros de interesse comum para ambos os governos, e consideraram de especial interesse a futura entrada em vigor do acordo para evitar a dupla tributação e evasão fiscal.

Ao considerarem a situação internacional, os dois Presidentes reafirmaram a plena validade do preâmbulo da Declaração Conjunta firmada pelos Presidentes de ambas as nações em Buenos Aires, aos 17 de maio de

1980, e ratificaram a solene adesão de seus Governos aos Propósitos e Princípios da Carta das Nações Unidas como base indispensável para a boa convivência internacional. Manifestaram, a esse respeito, sua oposição a quaisquer formas de intervenção, colonialismo, hegemonismo ou divisão do mundo em esferas de influência e salientaram a importância de que todos os países contribuam construtivamente para a solução dos grande problemas mundiais com base na cooperação justa e igualitária.

Os Presidentes ratificaram, outrossim, a adesão do Brasil e da Argentina aos princípios do desarmamento geral e completo sob estrito controle internacional como meio eficiente para garantir a paz e a segurança entre as Nações.

Os dois Presidentes passaram em revista a situação latino-americana e concordaram em prosseguir em seus esforços para, com base nos princípios de igualdade soberana dos Estados, de não-intervenção e da rejeição a quaisquer hegemonias, eixos ou zonas de influência, estreitar progressivamente as relações intra-regionais e contribuir para a participação efetiva da América Latina, com perfil próprio de atuação, nas decisões internacionais sobre temas de interesse global.

Ao examinarem a situação da América Central, os Presidentes afirmaram que a estabilidade dessa região não deve ser afetada por interferências de qualquer origem e concordaram em que a profundidade da crise política, econômica e social que afeta alguns países da mesma requer soluções amplas, justas e de acordo com as normas do Direito que, levando em conta a autodeterminação e os interesses dos seus próprios povos, lhe assegurarem o respeito a sua soberania e prosperidade.

Também reiteraram sua adesão aos princípios que regem a OEA e passaram em revista os mecanismos regionais de cooperação e integração, ratificando seu apoio ao Sistema da Bacia do Prata, e deram ênfase às excelentes oportunidades de colaboração que oferece a ALADI.

Os Presidentes trocaram pontos de vista sobre as relações entre a América Latina e as nações em desenvolvimento da África, as quais se baseiam na solidariedade e no desenvolvimento de relações mutuamente vantajosas. Expressaram seu repúdio a todas as formas de colonialismo e de discriminação racial, especialmente à prática do *apartheid*. Muito especialmente manifestaram preocupação ante a sobrevivência da situação colonial na Namíbia e particularizaram a necessidade de que este território alcance prontamente a independência, mantendo sua integridade territorial, dentro das normas estabelecidas pelas Nações Unidas.

Nesse contexto, expressaram que o Atlântico Sul é uma área de interesse direto e imediato para as nações em desenvolvimento que o margeiam e ressaltaram a alta conveniência de mantê-lo a salvo de tensões e confrontações internacionais, de modo a preservar seu caráter de instrumento pacífico do intercâmbio e do desenvolvimento destas nações, de acordo com os Propósitos e Princípios da Carta das Nações Unidas.

Ao considerar a situação no Oriente Médio, ressaltaram a urgente necessidade de que se chegue a uma paz justa e abrangente para a região, a qual deve levar em plena conta os legítimos direitos do povo palestino, assim como o direito de todas as nações da região à existência dentro de fronteiras reconhecidas. Concordaram, ainda, quanto à necessidade de se preservarem a independência, a soberania e a integridade territorial do Líba-

no. Coincidiram, ademais, em manifestar sua esperança de que o conflito Iraque-Irã chegue a um desenlace pacífico, com uma solução satisfatória e livre de qualquer ingerência externa. Outrossim, os Presidentes analisaram a situação no Afeganistão e expressaram sua preocupação pela manutenção das condições atuais, que põem em perigo a estabilidade e a paz na região.

Também examinaram as manifestações de violência irracional em que vive o mundo atual, cuja expressão mais recente foi o atentado contra Sua Santidade João Paulo II, e expressaram seus mais calorosos votos para sua pronta melhora e seu mais veemente repúdio a todos os atos do terrorismo. Ressaltaram a necessidade de que a comunidade internacional desenvolva uma ação conjunta e crescente como forma de deter ações dessa indole.

Com referência à situação econômica internacional, os dois Presidentes verificaram, com preocupação, a persistência de sérios desequilíbrios entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento, bem como a ausência de progressos significativos para sua superação. Manifestaram a opinião de que a tendência a políticas e práticas protecionistas por parte dos países desenvolvidos é altamente nociva aos interesses de todos os países e, em especial, dos países em desenvolvimento. Expressaram, nesse sentido, a certeza de que a liberalização das políticas comerciais dos países desenvolvidos constitui fator fundamental para o estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional justa e equitativa, cuja promoção apóiam com determinação mediante a pronta reativação do Diálogo Norte-Sul, principalmente no quadro das Nações Unidas.

Nesse contexto, manifestaram a importância que atribuem ao desenvolvimento de formas de cooperação

direta entre países em desenvolvimento em todos os campos de atividades, com vistas a aumentar sua confiança mútua e a reforçar os vínculos de solidariedade entre eles. Expressaram ser particularmente importante tal cooperação com bases equitativas e mutuamente proveitosas entre os países em desenvolvimento. A aplicação desse princípio é particularmente relevante no caso das relações entre os exportadores e importadores de insumos energéticos. E igualmente relevante para as relações de cooperação entre países em desenvolvimento exportadores e importadores de produtos alimentícios.

Ambos os Mandatários destacaram sua satisfação pela forma como vem sendo utilizado o sistema de consultas sobre temas políticos de interesse comum criado pelo Memorandum de Entendimento, de 17 de maio de 1980. Concordaram quanto à conveniência de continuar mantendo entrevistas de alto nível como as que se têm realizado entre os dois Governos, com as quais se complementa e estimula a ativa gestão diplomática desenvolvida pelos canais ordinários; em especial, destacaram a intenção comum de dar aos futuros encontros a forma de reuniões de equipes de trabalho, inclusive no que respeita ao planejamento político das duas Chancelarias, nas quais se possam efetuar consultas e intercâmbio de pontos de vista.

O Presidente Figueiredo convidou o Presidente Víola a manter a próxima entrevista em território da República Federativa do Brasil, o que foi aceito pelo Presidente da República Argentina.

7. Visita do Presidente do Brasil João Figueiredo ao Peru.

24 a 26 de junho de 1981.

Lima

- Discursos do Presidente Figueiredo
- Discursos do Presidente Belaúnde Terry
- Declaração Conjunta Brasil-Peru.

24 DE JUNHO
AEROPORTO INTERNACIONAL
LIMA — PERU
DISCURSO AO DESEMBARCAR NO PE-
RU

Excelentíssimo Senhor Presidente da República do Peru,
Balaúnde Terry:

Traz-me especial alegria ser o primeiro Chefe-de-Estado brasileiro a visitar a Cidade de Lima.

Minha presença reflete os históricos laços de fraterna amizade que ligam Brasil e Peru.

Compartilhamos quase três mil quilômetros de fronteira que nos une em nossa forte vocação amazônica.

No passado comum, abraçamos os ideais de liberdade, progresso e justiça que inspiram a comunidade latino-americana.

No presente, vivemos, peruanos e brasileiros, momentos de renovação em todos os domínios. Avançamos na institucionalização da democracia, no revigoramento dos mecanismos de representação, esforço pelo desen-

volvimento econômico e social. Estamos vinculados pela vontade comum de aperfeiçoar as instituições democráticas de nossas nações.

Nossos passos, sei, são seguros. Dos trabalhos de hoje, poderemos obter soluções para vencer os desafios à nossa frente.

O quadro internacional é particularmente difícil para as nações em desenvolvimento. As crises conjunturais funcionam como pretexto, pobre aliás, para que se adie tratamento sério e definitivo de questões estruturais que afligem a maior parcela da Humanidade.

Para superação dessas questões, é fundamental que os países industrializados se comprometam a cooperar efetivamente para a organização de uma ordem econômica internacional mais justa e mais eqüitativa. Não pedimos generosidade. Compreendemos que haverá progresso se houver um encontro de interesses marcado pela dimensão ética. A correção das desigualdades de riqueza entre os países do Norte, e do Sul e necessidade para a paz internacional, é imposição de objetivos éticos mínimos e virá beneficiar o sistema econômico mundial.

Assim, devemos unir esforços em prol da paz e do bem-estar na América Latina.

Devemos manter acesos os nossos ideais de unidade e de integração, devemos buscar ao mesmo tempo intensificar as nossas relações bilaterais para torná-las mais ricas e diversificadas. Devemos tornar nossos encontros, em todos os níveis, verdadeiramente parte do cotidiano da vida latino-americana.

Com esse ânimo, saúdo cordialmente Vossa Excelência, sua Excelentíssima esposa e a nobre gente peruanas.

Ao iniciar minha visita oficial, desejo expressar, em nome de todos os brasileiros, o nosso apreço, admiração e respeito por seu grande país.

O Peru é berço de algumas das mais antigas e grandiosas civilizações sul-americanas. A cada passo, encontramos neste país, testemunhos impressionantes desse glorioso passado.

O Peru de hoje é digno herdeiro desse legado, através das magníficas realizações de seus filhos no domínio da cultura e as artes, do direito e das ciências sociais. E esse legado continua, como força viva, a inspirar as profundas transformações renovadoras de sua sociedade para a criação do desenvolvimento e bem-estar da nação peruana.

Agradeço a Vossa Excelência o convite que me dirigiu e reitero nosso reconhecimento pelo muito que tem realizado em favor da amizade entre o Peru e o Brasil.

24 DE JUNHO
SALÃO DE LA PAZ (PALÁCIO DO GOVERNO)
LIMA — PERU

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DO PERU, SENHOR FERNANDO BELAÚNDE TERRY, POR OCASIÃO DO JANTAR OFERECIDO AO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO

Excelências:

Pela primeira vez o Peru experimenta a honra e a satisfação de dar as boas-vindas a um Presidente do Brasil, em exercício de mando supremo. Esta presença de tão profundo significado ibero-americano, intensifica seu calor com a participação gentilíssima de sua digna esposa. São os lares e os povos que se unem nesta hora luminosa de nossa amizade. Altos dignitários de Estado e homens de empresa que hão de estabelecer contatos mutuamente frutíferos e criar novos, na tradicional irmandade de nossos povos, formam parte desta brilhante comitiva.

Membros ilustres da grande família americana, o Brasil e o Peru, apesar da vizinhança, não desenvolveram, ainda, plenamente, contatos que correspondam ao fraternal sentimento de seus povos. Nossos mais dinâmicos centros de atividades estão algo distantes, apesar desta vizinhança. Compartilhamos, as duas nações, a mesma urgência e o mesmo desafio geográfico em desenvolver a Amazônia, que está distante de haver alcan-

çado o lugar que todos esperamos. Nossos países, por séculos, vêm tentando esta legendária empresa colonizadora. O Inca Sinchi Roca, um dos primeiros monarcas da região andina, incursionou de Cuzco até a selva, chamada, então na língua quéchua, que é o latim dos Andes, de *Antisuyo*. Durante o *Virreynato*, sob as coroas da Espanha e Portugal, os missionários empreenderam a magna tarefa evangelizadora. Na selva peruana, a lendária *Moyobamba*, de antepassados incas, foi a cidade-mãe de muitos outros povos selváticos, como o foram, no Mediterrâneo, as cidades pré-helênicas. Mais tarde, brotam do Amazonas como vigorosas flores aquáticas, Manaus, no Brasil, e Iquitos, no Peru. Aumenta assim, a tarefa de tomada de posse desta imensa região por galhardos pioneiros que empreenderam a obra de romper com o isolamento. No florescer tropical de Manaus se completa o canto das aves selváticas com o vibrar das máquinas, milagre brasileiro da industrialização amazônica. No Peru, através de um esforço titânico, se vence o monumental obstáculo da Cordilheira Andina e se chega aos promissores portos de Pucallpa e Yurimaguas. O Brasil empreende uma audaz tarefa com a construção da Transamazônica enquanto nós, peruanos, o fazemos com a Marginal da Selva, via colonizadora, destinada a cruzar com sua prolongação peruana em Tingo Maria e mais tarde, em Tarapoto. Serão estes os pontos de encontro da produção andina da selva alta com os recursos da planície amazônica.

Quando se esboçam estes programas colonizadores do Brasil, do Peru e de outros países da Bacia Amazônica — me permitirão essas nações do grupo andino a honra de nomeá-las: Venezuela, Colômbia, Equador e Bolívia, lamentando a ausência transitória do Chile que a Cordilheira coloca histórica e geograficamente nesta subregião — se vislumbra um futuro em que as novas

gerações forjarão povos e cidades, cultivarão a terra, valorizarão o potencial energético, instalarão indústrias criadoras de trabalho e bem-estar. Que imenso campo para que se desenvolva e floresça a atividade criadora de nossos povos, para que se ponha em valor as atávicas habilidades que expressam, no Peru, as milenares cerâmicas de Nazca e os tecidos de Paracas! E quanto ao Brasil. Como não admirar seu talento mundialmente reconhecido? Não há legado europeu que em mãos de artistas brasileiros deixe de receber a marca indelével de sua própria personalidade e projete belas e misteriosas forças telúricas. As expressões do renascimento brasileiro são belas e inconfundíveis. Suas contribuições para as artes plásticas e para a arquitetura contemporânea deram a volta ao Mundo. Nos campos da ciência e da tecnologia, que pareciam vedados ao Hemisfério Sul, o Brasil demonstrou sua pujante capacidade. Que grande tarefa comum para o Brasil e o Peru e para os países da Bacia, a de valorizar as imensas riquezas, ainda não aproveitadas, da Amazônia.

Somos herdeiros de valiosos legados de épocas difíceis e, às vezes heróicas, que viveram nossos antepassados. Cabe, às novas gerações, fazer sua parte, escrever os capítulos que a história reclama, empreender, juntos e fraternalmente, a grande tarefa do desenvolvimento.

Senhor Presidente,

Brindemos aos nossos propósitos comuns, ao êxito de nossa gestão e à grandeza e ao bem-estar do Brasil.

24 DE JUNHO
SALÃO DE BANQUETES DO PALÁCIO
DO GOVERNO
LIMA — PERU

DISCURSO POR OCASIÃO DO JANTAR
OFERECIDO PELO PRESIDENTE DA
REPÚBLICA DO PERU, SENHOR BE-
LAÚNDE TERRY

Excelentíssimo Senhor Presidente da República
do Peru, Belaúnde Terry:

Com especial satisfação, mais uma vez agradeço a Vossa Excelência o honroso convite que me proporciona visitar oficialmente a nação peruana. Agradeço, igualmente, as palavras que Vossa Excelência acaba de proferir que atribuo à sua constante amizade e simpatia pelo povo do Brasil.

Embora seja esta a primeira ocasião em que um Chefe de Estado brasileiro se desloca até a cidade de Lima, este é um encontro de velhos amigos.

Trago notícias de um Brasil que se transforma, de uma gente determinada a encontrar formas para superar os seus problemas.

Nosso diálogo é fácil, pois também o povo peruano se acha engajado na construção de uma sociedade nova.

Brasil e Peru vivem um momento de renovação nacional. Buscamos a efetiva participação política de segmentos cada vez mais amplos da sociedade.

O Brasil e o Peru seguem, com ritmos próprios, na mesma direção. Almejamos implantar formas autênticas de convivência democrática, nascidas de experiências nacionais.

Devemos estar preparados para transpor os obstáculos que irão surgir nessa caminhada para a democracia. A solução desses problemas estará na solidez do consenso autêntico. Nossa vocação democrática valoriza as concepções políticas fundadas no diálogo.

Os governos do Brasil e do Peru se acham empenhados em demonstrar que a ação política serena, dentro da legalidade, é a forma mais eficaz de desencorajar os extremismos. É o melhor modo de criar condições para que o jogo democrático, o pluralismo partidário e a discussão aberta sejam elementos normais da vida dos dois países.

No plano internacional, percebemos com preocupação a utilização da violência, quer como escudo para a defesa da ordem estabelecida, quer para forçar a sua transformação.

Evidentemente, o confronto entre a legalidade e a violência, entre o diálogo e a intolerância, entre a participação e a exclusão não se restringe aos nossos dois países, nem à América Latina. A verificação da universalidade desse fenômeno torna descabido o tratamento uniforme para questões que parecem ter causas diversas.

Torna-se, porém, dispensável a mobilização das consciências contra a aceitação da violência entre as na-

ções, quaisquer que sejam as suas origens ou motivações. Não há fins que a justifiquem. Não se pode ser injusto na luta pela justiça.

Senhor Presidente,

Os esforços democráticos em que se encontram engajados o Peru e o Brasil não se esgotam na dimensão política, por indispensável que esta seja. Buscam a renovação de toda a sociedade. É essencial que as energias populares possam ser libertadas e mobilizadas através da perspectiva de acesso de todos os cidadãos aos bens materiais e espirituais da existência.

Essas transformações devem verificar-se num quadro de dinamismo e não de estagnação. Os inestimáveis recursos humanos da inteligência e a capacidade de trabalho da nossa gente devem ser ao máximo empregados no aproveitamento do nosso grande potencial de recursos naturais.

Nesse empenho de desenvolvimento se encontra mais uma coincidência entre o Peru e o Brasil. Da cooperação bilateral poderemos extrair impulso adicional para a realização dos nossos ideais.

Senhor Presidente,

O Brasil espera muito da contribuição pessoal de Vossa Excelência para a renovação dos históricos laços de fraterna amizade que unem os nossos países.

Vemos, na personalidade de Vossa Excelência, o resultado harmonioso de dois aspectos complementares: o estadista voltado para as reformas estruturais e o homem objetivo, apaixonado por grandes projetos, pelos empreendimentos de expressão maior.

Ao promover a abertura de estradas e a colonização da Região Amazônica Peruana, Vossa Excelência adota linha de ação semelhante àquela que seguimos no Brasil. Entre nós, A integração da Amazônia é também prioritária. Essa mesma Amazônia que o ilustre jurista e diplomata peruano Alberto Ulloa chamou de “Eixo de Convivência Brasileiro-Peruana, região na qual as nossas pátrias dão as mãos».

A Região Amazônica é justamente uma das vertentes internacionais do Peru. Dela, fez o Peru o cenário por excelência de sua amizade com o Brasil. A Amazônia é um desafio comum a ser vencido, não apenas pelos dois, mas também pelas demais nações da Região. Dessa profunda consciência surgiu a decisão de negociar e assinar o Tratado de Cooperação Amazônica.

Já havia, porém, importante presença humana em nossas respectivas regiões amazônicas, simbolizada pelos grandes centros urbanos como Belém, Manaus, Iquitos e Pucallpa. Em 1976, criamos a Sub-Comissão Brasileiro-peruana para a Amazônia. Era o prenúncio de uma ajuda mútua cada vez mais efetiva. Caberá agora imprimir novo vigor à cooperação bilateral e unir esforços em todos os setores em que a Amazônia requer soluções.

Devemos criar alternativas no comércio, na cultura, na ciência e na tecnologia. Urge montar uma infraestrutura de transportes e comunicações, bem como conceber fórmulas próprias para o aproveitamento dos recursos naturais existentes na região.

Outras vocações internacionais do Peru seriam a Região Andina e o Pacífico. Essa inclinação natural traduziu-se pela ação pioneira na transformação do Di-

reito do Mar, com a tese da ampliação para 200 milhas da soberania exclusiva do estado sobre suas águas territoriais. Esta idéia, sob formas às vezes distintas, ganhou adeptos e serve hoje de base para as negociações nas Nações Unidas.

Já na vertente andina, o Peru desempenhou papel fundamental na consecução do projeto de integração, que viria culminar com o Pacto Andino. Notável também é a contribuição peruana ao esforço de aproximação entre o Brasil e o Grupo Andino.

A Ata de Brasília, firmada por ocasião do encontro presidencial de 1979, levou ao estabelecimento de consultas freqüentes entre as nações andinas e o Brasil, ao encontro de Chanceleres, em janeiro do ano passado, nesta Cidade, e à criação de mecanismos regulares de contato político.

Ao longo dos séculos, os laços que nos uniam às metrópoles obrigavam-nos a darmos as costas uns aos outros. É preciso, agora, que nos olhemos de frente, como irmãos que devem aproximar-se. O encontro de que falo não é parte de uma agenda para o futuro. Nossa encontro está na ordem do dia.

Senhor Presidente,

Com esse firme propósito e convicção inabalável a respeito do futuro da amizade peruano-brasileira, convido os presentes a me acompanharem no brinde que levanto pela crescente prosperidade, harmonia e bem-estar do povo irmão do Peru e pelo constante êxito e plena felicidade pessoal o Excelentíssimo Senhor Presidente e Senhora de Belaúnde.

25 DE JUNHO
HACIENDA VILLA
LIMA — PERU

IMPROVISO POR OCASIÃO DO ALMO-
ÇO OFERECIDO PELO MINISTRO DAS
RELACÕES EXTERIORES DA REPÚ-
BLICA DO PERU, SENHOR ARIAS
STELLA

Excelentíssimo Senhor Presidente da República do Peru,
Belaúnde Terry,

Excelentíssimo Senhor Ministro das Relações Exteriores,
Arias Stella,

Senhores Ministros,

Meus Senhores:

Seria difícil, para mim, poder expressar, em toda sua plenitude, a gentileza com que o Governo da República do Peru, com que o povo peruano, com que os Senhores Ministros de Estado receberam a mim e a minha comitiva.

Confesso que, ao partir do Brasil para esta visita, eu vinha preparado para ser aqui acolhido nesta grandiosa terra, pela reconhecida cordialidade do povo peruano. Mas tudo excedeu às minhas expectativas, desde os primeiros momentos em que pisei em terra peruana, não apenas pelo ajuntamento do povo, mas, principal-

mente, pelas fisionomias que me olhavam com carinho e que denotavam satisfação com a minha presença e a dos meus patrícios.

Tantas gentilezas foram se acumulando nesses dois dias, e ainda mais essa deferência do Senhor Ministro Árias Stella em aqui me receber e devo confessar que lamento não poder voltar ao Brasil, dizendo tudo o que sinto, porque é difícil fazê-lo com palavras e lamento também, não poder trazer, alguns milhões de brasileiros, para ver de perto o que é esta terra.

Esta acolhida, Senhor Ministro — em local tão bem escolhido por Vossa Excelência — tão bem escolhido que me pareceu aqui em baixo uma parte do Brasil, tal o sol e o calor que aqui encontro, e ali na minha frente o perfil da Cordilheira, como que para me dizer que existe também um pouco do Brasil aqui no Peru. Esta acolhida Senhor Ministro, que me proporcionou escutar um pouco da alma do povo peruano, através de suas belas canções, e sentir como a gente peruana ama esta terra e sente a sua pátria.

Esta acolhida Senhor Ministro, que me proporcionou ver um pouco do que eu gosto, ver cavaleiros, ver gente do campo, e ainda que me proporciona levar à minha Pátria um cavalo peruano, que eu tenho plena certeza que com a elegância do seu passo, cada vez que eu o montar, vai me transmitir um pouco da cadência dessa beleza dessa terra que acabo de visitar.

Eu penso Senhor Ministro, que jamais esquecerei os dias que aqui passei. E vou fazer questão de pedir aos meus patrícios que venham aqui. Que venham aqui estreitar as suas mãos à dos seus amigos peruanos e que possam eles, abraçados, dar um exemplo a todo mundo

de como é possível dois povos, tão separados pela distância, serem tão amigos e tão coincidentes em seus ideais.

Espero Senhor Presidente, que das nossas conversas, das nossas trocas de impressões, das nossas afirmações feitas tão honestamente e de coração aberto, possa resultar algo de proveitoso para nossas pátrias e que possamos também reservar uma grande parte, para fazermos, juntos, um pouco pelos demais irmãos sul-americanos.

Muito obrigado.

25 DE JUNHO
PALÁCIO MUNICIPAL.
LIMA — PERU

DISCURSO AO RECEBER A DISTIN-
ÇÃO DE HÓSPED DE HONRA DA CI-
DADE

Minhas Senhoras, meus Senhores:

É com especial agrado que recebo a distinção de Hóspede desta Cidade de Lima, berço de heróis e de Santos, batizada na sua fundação com «la muy noble, muy insigne y muy leal ciudad de los reyes del Peru».

Ao receber a mim e a minha comitiva, Vossas Excelências prestam expressiva homenagem ao Brasil e ao povo brasileiro. Seu gesto testemunha significativamente, a acolhida espontânea que nos foi dada nesta Cidade, de tanta significação em nosso Continente. À população limenha e a seus ilustres representantes trago a saudação de todos os brasileiros.

Sou-lhe muito grato, Doutor Eduardo Orrego, pelas generosas palavras com que me recebeu. Com emoção recebo as chaves desta Capital.

Fundada em 1535, Lima é uma das mais antigas cidades do Continente. Admiramos todos sua longa e rica

história, orgulho para o Peru e para toda a América Latina. E, nesta História esteve sempre presente o Cabildo, o Conselho desta Cidade. Pizarro, ao apontar com gesto histórico o lugar dos primeiros prédios da Cidade, colocou o palácio do Governador, a Catedral e o Cabildo, franqueando a praça principal. Evocou, assim, para orientar o destino da Cidade que se fundava, Deus, o Rei e o Povo. No próprio ato de sua fundação já encontramos, portanto, o Cabildo. A representação legítima dos cidadãos.

A ação do Cabildo de Lima foi fundamental na proclamação da independência do país. O atual Conselho Provincial de Lima continua e prolonga o fio de sua tradição como um dos principais protagonistas da vida da Cidade.

Tradição de luta pela liberdade e pela justiça que, em nossos dias, adquire importância renovada diante dos graves problemas decorrentes do desenvolvimento econômico do aparecimento das grandes concentrações urbanas. Estes problemas decorrem, é certo, do crescimento e do progresso.

Por isso mesmo, exigem dedicação e coragem por parte de todos os cidadãos e, especialmente, do Conselho Provincial.

Neste esforço, as grandes cidades brasileiras surgem como irmãs de Lima e estou seguro de que a magnitude do desafio que lhes é lançado servirá tão somente para provocar respostas, soluções originais e criativas por parte de nossos povos.

Sei que este desafio não admite soluções simples. Na verdade, o drama urbano não é mais do que um sinal da própria condição de país em desenvolvimento.

Não pode, portanto, ser tratado sem compreensões globais do processo econômico, social, e mesmo da própria dinâmica política.

A capacidade de entender o sentido profundo dos problemas sociais, nasce também do diálogo político. Se, na área urbana, o nosso desafio é grande, não menor é nossa vontade de superá-lo. O aperfeiçoamento da democracia é passo indispensável para que a solução seja perfeita e adequada aos nossos povos.

Nossas grandes cidades são mais um elo que nos aproxima e estimula a compreensão e o entendimento entre os dois países. Elo que quero realçar, muito especialmente, nesta ocasião em que sou recebido como hóspede de honra de Lima.

Muito obrigado.

26 DE JUNHO
SALÃO DA PAZ
PALÁCIO DO GOVERNO
LIMA — PERU

DISCURSO DURANTE ASSINATURA
DE ATOS INTERNACIONAIS E
DECLARAÇÃO CONJUNTA

Excelentíssimo Senhor Presidente da República
do Peru, Belaúnde Terry:

Não tarda a hora da partida. Desejo, neste momento, reiterar a Vossa Excelência nosso agradecimento pela fraterna hospitalidade que com nos acolheram as autoridades e o povo peruanos.

Sentimo-nos entre irmãos. e isto não é retórica. Expressa o laço sólido dos que estão engajados nos ideais de democracia, justiça social e paz; o laço que une os que compartilham tantos sentimentos, tantas tradições, tantos objetivos; o laço dos que viveram história comum e aprenderam, juntos, algumas das compreensões básicas do mundo.

Peruanos e brasileiros somos irmãos porque estamos vinculados pela força de uma experiência haurida na história, aprendida com nossos povos, trabalhada com as idéias.

Ambos os países afirmamos o objetivo de desenvolvimento e de convivência democrática.

No Brasil, o projeto democrático é forte e tem bases coesas — porque é de todo o povo — e porque a ele se dedica, sem interrupção, o meu Governo.

Democracia é, no cotidiano, a prática do diálogo, da tolerância política. Os argumentos na democracia são a persuasão e o convencimento.

Ser democrata é estar disposto a aceitar a nação em sua inteireza, com o fardo da luta pelo desenvolvimento e pela justiça social. O exercício da democracia não se faz com privilégios ou com argumentos de autoridade, mas com os caminhos da igualdade e da participação.

O exercício democrático é uma busca de soluções verdadeiras a partir da melhor e mais adequada base de consenso. É a negociação política com fundamentos sólidos na representatividade.

Senhor Presidente,

O momento internacional está marcado pelo conflito e pela tensão. Não prevalecem as fórmulas viáveis de real cooperação internacional para o desenvolvimento.

Posso ser mais preciso. Para cada tensão, para cada conflito, existirão correspondentes caminhos negociadores. Para cada instância de dificuldade econômica, os países em desenvolvimento multiplicam propostas, até hoje, infelizmente, rejeitadas pelos países desenvolvidos. Não se deve, porém, abandonar a exploração dos caminhos de negociações, no âmbito bilateral como no multilateral.

A dissonância entre projetos e soluções tem nítidas raízes estruturais. No plano da política, a tendência que

prevalece é a de reduzir situações regionais complexas, de história intricada, a versões simplificadoras, inseridas no quadro geral de confrontação Leste-Oeste.

Há conseqüências sérias desta atitude para nós, países em desenvolvimento. As disputas se exacerbam; as questões regionais passam a ter componentes estratégicos como aditivo e pano de fundo que as polarizam e dificultam sua resolução.

Nós, países em desenvolvimento, somos plenamente responsáveis pelo nosso destino. Queremos construir um ambiente internacional propício à paz e adequado às necessidades de desenvolvimento. Assim, devemos reafirmar que as dificuldades e contradições entre nós devem ser resolvidas por nossos meios, os quais devem necessariamente ser pacíficos.

Poderia falar, ainda, da violência de intervenções que não trazem a desculpa de conflitos internacionais mas, sim, pretextos unilaterais de segurança ou de expansão ideológica. E, aqui, nem a condenação mais veemente da comunidade internacional e do próprio Terceiro Mundo tem demovido as superpotências, nem as tem levado ao caminho da conciliação.

Neste quadro, duas preocupações me tocam, e gostaria de compartilhá-las fraternalmente com os peruanos.

Preocupa-me, antes de mais nada, o nosso papel. Que ações podemos, nós, latino-americanos, adotar no contexto internacional? O que fazer num mundo regido pelas hierarquias de poder?

Devemos agir com consciência de nossos limites, mas sem hesitações sobre nossas possibilidades concretas e crescentes de contribuir para a boa convivência internacional.

Antes de mais nada, devemos reforçar exemplarmente nossos laços latino-americanos. Temos um cabedal de princípios de convivência extremamente importante; desenvolvemos a ordenação jurídica do relacionamento intra-regional, e já não há dúvidas, entre nós, sobre a força dos princípios da autodeterminação, da não-intervenção, da solução pacífica de controvérsias.

De outro lado, fundamos a nossa convivência na efetiva igualdade e cooperação eqüitativa. Em nossa região, não cabem divisões, eixos, hegemonias pretendidas, disputas de poder, corridas armamentistas. Não é nossa tradição, nem será esse o nosso futuro: Não queremos implantar diferenças entre grandes e pequenos mas conviver como iguais.

Há dinamismo em nossas relações, há vontade de aproximação. Tenho a certeza de que usaremos imaginação na montagem de empreendimentos concretos que realmente nos aproximem. Muito já se fez, e está provado que a via da cooperação é larga e proveitosa.

Nossa convivência só nos traz dividendos. É preciso intensificá-la em todos os níveis, do contato presidencial aos modos cotidianos de trabalho diplomático, dos entendimentos oficiais aos arranjos entre empresários, das formas de intercâmbio artístico e cultural às articulações na área da ciência e da tecnologia.

Cada nação se engrandecerá com a afirmação de sua dimensão latino-americana; aperfeiçoará seu autocoñecimento; e, saberemos apresentar de forma harmônica nossas propostas de paz e desenvolvimento nos fóruns internacionais com a força do exemplo de nosso próprio comportamento.

Senhor Presidente,

Numa conjuntura econômica internacional desalentadora, o desenvolvimento constitui um desafio crescente para nossos países. São inalienáveis e impostergáveis as aspirações de nossos povos por padrões dignos de vida, com habitação, saúde, alimentação e escola. Não se consolidará a democracia sem justiça social, sem condições plenas de participação para cada cidadão.

Há mais de duas décadas, a comunidade internacional dispõe de propostas para a implantação de uma nova ordem econômica. Esse objetivo não será alcançado por generosidade dos países desenvolvidos, mas, estou certo, opera também em seu interesse. O fortalecimento das posições econômicas dos países em desenvolvimento reverterá em benefício do sistema internacional com um todo, através de mais comércio, fluxos financeiros equilibrados, maior aquisição de tecnologia, novas linhas de especialização internacional, difusão mais completa da modernidade.

Os obstáculos, porém, ressurgem e se multiplicam.

Os passos atrás na Conferência do Mar, onde Brasil, Peru e outros países atuamos com perseverança e espírito construtivo em busca de fórmulas de equilíbrio e eqüidade, são um caso dramático e recente. Esperamos seja prontamente recomposto o clima que caracteriza as fases finais de negociação. Esperamos, sobretudo, que o atual desassossego não se difunda para as novas e importantíssimas etapas do diálogo Norte-Sul, que se abrem no segundo semestre deste ano.

Minhas palavras não abrigam intutos de confrontação. Como o Peru, tem o Brasil praticado a diplomacia

temperada pela eqüidade. Mas não se faz diplomacia sem confiança mútua e sinais de coincidência sobre o futuro.

Entre suas múltiplas dimensões internacionais, o Brasil também é país do Ocidente. E compreendemos o Ocidente como uma base de valores éticos e civilizados, que têm no diálogo e na democracia pilares centrais.

O Ocidente não é, portanto, monopólio dos países economicamente mais avançados. No discurso das relações Norte-Sul, é indispensável reforçar a idéia de confiança e transformá-la em modalidades concretas de ação.

A realidade não deve ser fonte de desencanto, mas de estímulo. Da adversidade, deve surgir a vontade de avançar, de reduzir as tensões políticas e de acelerar o passo na caminhada do desenvolvimento econômico.

Senhor Presidente,

Com minha visita a Lima espero ter fortalecido o espírito de cooperação construtiva e de consolidação dos nossos ideais maiores.

Espero estejamos iniciando uma fase das relações brasileiro-peruanas que se venha pautar por um intercâmbio cada vez mais rico e por uma amizade ainda mais fraterna.

A Declaração Conjunta e os Atos Internacionais que acabam de ser assinados refletem nossa disposição de levar avante um esforço firme, continuado e eficaz para ampliar o já vasto espectro da cooperação entre o Brasil e o Peru.

Estes atos vêm dar forma jurídica à vontade de dialogar, de trocar idéias em todos os domínios.

Não nos devemos deixar impressionar pelo que já está feito apenas estão prontas as fundações do edifício que estamos a construir.

Sem resignação, mas com espírito combativo, aceitamos o que disse o poeta peruano:

«Hay, hermanos, muchísimo que hacer».

Acréscimo, de improviso, em espanhol, feito pelo presidente João Figueiredo ao discurso que pronunciou durante a assinatura dos Atos Internacionais:

Señor Presidente,

Hace poco, un reportero peruano me ha preguntado cuando volveré yo al Perú. E yo le contesté: así que pueda.

En la realidad, vuelvo ahora a mi Patria. Mas dejo acá, por lo que he visto, por lo que he sentido, por lo que he comprendido, non lo que me ha emocionado, por la generosidad y la cordialidad de la gente peruana, dejo aquí el alma del hombre, y por que no decir también, el alma del soldado y, mas aún, el alma del ciudadano y tengo la certeza también el alma del sudamericano.

Que la presencia permanente de mi espírito en tierras peruanas pueda servir como un factor base de nuestra eterna amistad.

Muchas Gracias.

26 DE JUNHO
PALÁCIO DO GOVERNO
LIMA — PERU

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DO PERU, SENHOR FERNANDO BELAÚNDE TERRY, POR OCASIÃO DA SOLENIDADE DE ASSINATURA DE ATOS INTERNACIONAIS ENTRE O BRASIL E O PERU

Excelentíssimo Senhor Presidente
da República Federativa do Brasil,
Excelências:

Há poucos meses, neste mesmo recinto e graças à esclarecida mediação do grande jurista e estadista peruano Dr. José Luis Bustamante y Rivero, conseguiu-se e assinou-se a reconciliação dos países irmãos, Honduras e El Salvador.

Não há recinto mais adequado do que este para assinar-se um tratado de paz porque sempre o tivemos entre o Brasil e o Peru, como um tratado de reafirmação da irmandade destes povos, ontem, hoje e amanhã.

Não podemos participar de uma cerimônia, tão solene e significativa, com um hóspede tão ilustre e com tão eminentes acompanhantes do Brasil, sem dizer, em primeiro lugar, uma palavra de profunda gratidão a nosso grande vizinho pela forma como sempre se conduziu em momentos difíceis, em relação ao Peru e à América.

Não podemos esquecer, no Peru, a hospitaleira acolhida do Itamaraty, esta alma mater da diplomacia mundial, onde, em repetidas ocasiões, ocorreram negociações de conflitos que preocupam a América. Não podemos deixar de mencionar, agora, ao iniciar esta parte final de nosso encontro, o fato de que recentemente o Brasil soube cumprir com seu reconhecido zelo, talento e devoção a causa da unidade americana, os deveres que generosamente impôs-se como fiador do Protocolo do Rio de Janeiro de 1942, em unidade com outras Nações igualmente generosas e fraternais, Argentina, Chile e Estados Unidos.

Temos que recordar, igualmente, nesta oportunidade, que o Brasil com a habilidade diplomática que lhe é característica e, sobretudo, com o senso de fraternidade que uma vez mais lhe reconhecemos, assumiu recentemente seus deveres fazendo honra à firma do saudoso e eminente diplomata, venerável Oswaldo Aranha. É a primeira vez, Senhor Presidente do Brasil e Senhor Ministro das Relações Exteriores, que tenho a oportunidade de transmitir, a viva voz, a gratidão do governo e do povo peruano.

Mas esta não é, como muitas outras reuniões diplomáticas, uma reunião de contemplação, esta é uma reunião de ação, e acaba de prová-lo o fato de que nossos ministros e funcionários vêm de assinar uma série de convênios que vão aproximá-nos apesar das distâncias geográficas que são tão grandes.

Via de regra, nossas duas Nações têm cumprido uma magna tarefa. O Brasil vencendo a imensidão da planície amazônica, de forma nem sempre bem compreendida, expondo-se a interpretações caprichosas e errôneas, sendo injustamente acusado de depredação, que nunca praticou, e recebendo supostas lições de amor ao

próximo destas longínquas terras onde nunca se derramou uma gota de suor sobre a Amazônia.

Por seu lado, o Peru também cumpriu magna tarefa, não na horizontalidade da planície, mas sim na verticalidade da Cordilheira. Nós vencemos o quádruplo obstáculo da Cordilheira Andina e chegamos através dos esforços de sucessivas administrações ao Porto Fluvial de Pucallpa, na planície Amazônica, e o que resta a fazer é tarefa pequena. Resta, simplesmente, o enlace que completará o abraço material transcontinental, confirmando o abraço que, em termos humanos, nos demos, com satisfação, no Aeroporto Jorge Chávez, abraço que foi antecedido por outro levado a Brasília, oportunamente, por meu eminente antecessor, General Francisco Morales-Bermúdez.

Em outros campos, como o da energia, nossos procuradores tomaram a si a tarefa de buscar caminhos mais rápidos para levar às zonas rurais a chispa da força motriz para terminar com a penumbra que preocupa as populações campesinas. Para dar-se energia barata a nossas indústrias, incursionou-se, inclusive, no campo da energia nuclear e, também, penetrou-se num terreno que parecia vedado aos países do Hemisferio Sul; o campo da ciência e da tecnologia, mito que o Brasil — há que reconhecê-lo com aplauso e deferência — rompeu através de seu pujante desenvolvimento, baseado, precisamente, no domínio da ciência e da tecnologia.

Neste campo interessou-se a Universidade e é por isso que também nele incursionamos, embora este não seja assunto freqüente em reuniões entre Chefes-de-Estado, para estudar-se a possibilidade de uma ação conjunta de nossas universidades fronteiriças para atender aos desejos de nossas populações juvenis que, no Peru, trabalham ainda precariamente, nas Universidades de Del-

quitos e de Tingo Maria e, no Brasil, na Universidade do Estado do Acre.

Este esforço e tentativa de superação de nossas juventudes será uma das grandes compensações de nossas preocupações atuais, quando contemplamos, ainda, atraso e solidão em nossas zonas fronteiriças.

Nos interessamos em incursionar no campo da metereologia, que não conhece fronteiras. Sabemos que o Brasil, desde a instalação de sua estação de rastreio terrestre de Cuiabá colocou-se num plano avançado de cartografia espacial e na detecção dos fenômenos naturais.

Trocamos cordiais relações com este centro científico que está fadado a intensificar-se no futuro, em um momento em que não só a agricultura requer informações metereológicas e ecológicas, como também a navegação aérea dele depende fundamentalmente. É de bom alvitre que nossos dois grandes países, de dimensões transcontinentais, se atem à tarefa de aperfeiçoar a obtenção e difusão da informação metereológica.

Em outros campos também temos incursionado, nos acordos que firmamos e que informam detalhadamente a minuciosidade com que foram buscado pontos de convergência entre o Brasil e o Peru. Por tudo isto estamos agradecidos, Senhor Presidente; obrigado por sua presença no Peru, a qual obteve eco que ultrapassa os perímetros deste Salão da Paz, que chegou mesmo às casas mais humildes, nos Shangrillás andinos das montanhas, ou nas longínquas selvas ou na aridez dos desertos.

Todo o Peru me acompanha nestas palavras de apreço, de admiração e de gratidão ao primeiro Mandatário e à grande nação que tão dignamente representa.

O Brasil tem uma missão fluvial importantíssima. Não há nação na terra que possua vias de comunicação

aquática, quer dizer, de comunicação econômica mais extensa do que as do Brasil. Acabo de inteirar-me, pelos próprios lábios do Presidente Figueiredo, de que novas proezas brasileiras serão bem sucedidas, ou seja, serão intensificadas e ampliadas as redes fluviais do Rio Tocantins e de seus afluentes até a mesma latitude de Brasília; quer dizer, serão agregados 2 mil km de rio navegável a esta imensa rede e, tal fato, não é apenas uma conquista brasileira como também sulamericana. E quanto ao esforço, este pertence ao Brasil; quanto aos benefícios, são benefícios para a América do Sul.

Espero, Senhor Ministro da Marinha, que algum dia uma das unidades de nossa força fluvial possa levar nossa bandeira até o término dessa grande obra, aproximando-se de Brasília, para expressar a admiração e a gratidão do povo peruano.

Me atrevo a esperar, Senhor Presidente, que a história registre este encontro, não pelo que a minha modesta participação possa significar em si, mas pelo avanço que deste encontro possa derivar-se para a elevação do nível de vida de nossos povos e à aproximação de nossas nações. Que a história não o esqueça. Só posso afirmar, sem perigo de equivocar-me, que o Peru nunca o esquecerá.

Muito obrigado.

26 DE JUNHO
SEDE DA SOCIEDADE DAS INDÚSTRIAS DO PERU
LIMA — PERU
DISCURSO POR OCASIÃO DO ALMOÇO OFERECIDO PELA CLASSE EMPRESARIAL PERUANA

Senhores Empresários:

É motivo de muito prazer para mim estar aqui com os Senhores por ocasião do encerramento deste Seminário de Cooperação Econômica Brasil-Peru. Estou certo de que os resultados de seus trabalhos muito contribuirão para adensar o quadro de bom entendimento que marca o relacionamento entre nossos países.

A similaridade dos momentos que vivem Peru e Brasil não se expressa apenas pelo dinamismo dos respectivos processos de evolução política e social, mas também pelo firme empenho dos dois governos em propiciar a seus povos condições de vida mais satisfatórias.

No Brasil acompanhamos com admiração os esforços do governo e dos meios empresariais peruanos de relançar, com redobrado ímpeto, sua proposta de desenvolvimento. O Brasil participou, com grande interesse, da reunião, recentemente realizada em Paris, para apresentação à comunidade internacional do Programa de

Investimentos Públicos para o quinquênio 1981-1985. Podemos observar, naquela ocasião, a seriedade e firmeza do compromisso do governo deste País de lançar novas bases para o esforço de plena realização de seu imenso potencial de desenvolvimento.

A amplitude e o dinamismo das economias de nossos países abrem-nos a todos, homens de governo e homens de empresa, ricas oportunidades de trabalho para maior intercâmbio e entrelaçamento entre os dois países.

A expansão acelerada do comércio bilateral — que praticamente dobrou nos últimos cinco anos — não é razão suficiente para que nós possamos considerar satisfeitos. O valor global desse comércio (US\$ 252 milhões em 1980) é ainda reduzido. É também pequena a participação de cada país como parceiro de outro, o Peru absorveu apenas 0,7% das exportações brasileiras, e o Brasil responde por menos de 3% das vendas peruanas.

A intensificação dos vínculos econômicos entre o Brasil e o Peru será em muito facilitada, de outra parte, pela semelhança de problemas e condições, pela proximidade geográfica e, sobretudo, pela atitude comum de generosidade no intercâmbio de conhecimentos e experiências. Países firmemente comprometidos com a luta pela reestruturação dos padrões de relacionamento entre o Norte e o Sul, Brasil e Peru partilham a convicção de que o conhecimento científico e tecnológico não deve jamais ser o privilégio de umas poucas nações.

Nossa coerência com os princípios éticos que sempre temos defendido nos foros internacionais é a melhor garantia de que a prática de nosso relacionamento bilateral será qualitativamente diferente daquela a que estamos habituados em nossa convivência com as nações altamente desenvolvidas.

Ainda recentemente pude testemunhar, durante uma visita ao Nordeste brasileiro, os bons resultados da aplicação de técnicas de irrigação peruanas às condições brasileiras. Esse é apenas um exemplo da ampla gama de possibilidades e cooperação mutuamente benéfica em que nos podemos engajar. O Brasil, de seu lado, tem também muito a oferecer do esforço peruano de desenvolvimento, em áreas como energia, serviços de consultoria e engenharia, entre outras.

Mas não cabe a mim estender-me aqui sobre as possibilidades específicas de aproximação comercial e econômica entre o Brasil e o Peru. Os Senhores, homens do mais elevado senso prático, estão melhor capacitados do que ninguém para identificar as oportunidades de profícuo intercâmbio entre os dois países. É por tal razão que atribuo a maior importância aos trabalhos que aqui realizaram, convicto que estou de que seus desdobramentos em breve se farão sentir de modo particularmente positivo sobre o conjunto das relações entre nossos povos.

Muito obrigado.

26 DE JUNHO
HOTEL BOLÍVAR
LIMA — PERU

DISCURSO POR OCASIÃO DO JANTAR
OFERECIDO AO PRESIDENTE DA RE-
PÚBLICA DO PERU, SENHOR BE-
LAÚNDE TERRY

Excelentíssimo Senhor Presidente da República do Peru,
Senhor Belaúnde Terry:

Amanhã devo retornar ao Brasil. Com saudades dei-
xo esta senhorial Cidade de Lima, onde fomos cativa-
dos, desde o momento da chegada, pela hospitalidade
do povo peruano.

A calorosa acolhida que tivemos — minha mulher,
eu próprio e a comitiva que me acompanha — demons-
tra que nos cabe dar expressão concreta à espontânea
simpatia entre os povos do Brasil e do Peru, amigos de
velha data.

Nossas diplomacias têm a responsabilidade de levar
avante intensificação do intercâmbio peruano-brasileiro,
de fazer crescer este projeto que legaremos às gerações
futuras.

Senhor Presidente,

Já é uma conquista importante o diálogo amplo,
franco e amistoso, se mativermos. Nossas formas de en-

tender o momento latino-americano e a conjuntura internacional são próximas. A disposição de criar uma América Latina única pelos mais altos ideais de justiça e paz, isolada das implantações de poder e das fórmulas de hegemonia, é a mesma. Brasil e Peru são países irmãos.

Em cada uma de minhas visitas as nações vizinhas e irmãs, descubro a mesma vontade de dialogar que encontrei em minhas conversações com Vossa Excelência.

A preocupação com uma ordem nacional justa é, em países em desenvolvimento como os nossos, elemento de base.

Para atingi-la, é necessário que o governo articule estratégias de transformação. É necessário construir, através de processos não traumáticos, as estruturas mais justas, mais equitativas e mais eficazes a que almejamos.

A participação de todos os segmentos sociais nessa estratégia assegurará resultados permanentes e profundos. A democracia não é somente a última etapa a ser alcançada num processo de evolução política; a democracia é o próprio mecanismo através do qual a sociedade controla o seu destino.

Essas são as bases da autenticidade de nosso apelo pela transformação da ordem internacional. É claro que interesses concretos informam as posições negociadoras e orientam o diálogo cotidiano entre países industrializados e países em desenvolvimento. Mas, de nossa parte, sentimos que os reclamos pela transformação das relações entre o Norte e o Sul correspondem aos nossos próprios esforços nacionais.

O novo não nos amedronta. Ao contrário, os processos de transformação, equilibrados, movidos por sen-

timentos de justiça, sem traumatismos, são a garantia maior, diria mesmo única, de paz e justiça, de harmonia e desenvolvimento.

Senhor Presidente,

Minhas palavras serão perfeitamente compreendidas por Vossa Excelência. Quando falamos, hoje, em progresso e transformação na América Latina ecoamos, de uma forma ou outra, palavras e conceitos que Vossa Excelência em sua vida pública enunciou.

Encontrei em Vossa Excelência um amigo leal e receptivo. Desde a nossa primeira troca de impressões, pude perceber em Vossa Excelência um homem de espírito aberto e harmonioso, uma ingeligência generosa, um amigo indiscutível do Brasil e dos brasileiros.

Seu título de arquiteto, Senhor Presidente, já contém, de certa forma, um programa de vida, uma predestinação pessoal, pois que arquiteto significa trabalhador principal, chefe.

À vocação de arquiteto Vossa Excelência sempre permaneceu fiel. Fidelidade expressa tanto no perseverante esforço de ordenar o espaço político-institucional da vida peruana, quanto na dedicação à causa da integração da Região Amazônica peruana a condições de bem-estar sócio-econômico.

Na feição do seu espírito, compartilha Vossa Excelência com os brasileiros a alma de desbravador, a paixão pelo desenvolvimento que o levou sempre a interessar-se por projetos de magnitude. Em 1978, quando da realização de um seminário sobre problemas amazônicos, deslocou-se Vossa Excelência pessoalmente à Amazônia peruana e brasileira, chegando até Cruzeiro do Sul, onde meus compatriotas tiveram a alegria de acolhê-lo.

Senhor Presidente,

Nesta vocação admirável para criar o futuro com trabalho e inspiração, Vossa Excelênciia encarna as mais altas qualidades do povo peruano, desse povo a cuja tenacidade e talento deve o Continente algumas das definitivas realizações que plasmaram a alma latino-americana.

Movido pela admiração e afeto que sentimos todos no Brasil pelo povo peruano, convido os presentes a erguerem comigo a taça pelas seguras e alentadoras perspectivas da fraterna amizade entre brasileiros e peruanos, assim como pelo permanente êxito e constante felicidade pessoal de Vossa Excelênciia e da Excelentíssima Senhora de Belaúnde.

DECLARAÇÃO CONJUNTA BRASIL-PERU

DECLARAÇÃO CONJUNTA BRASIL-PERU, ASSINADA EM LIMA, EM 26 DE JUNHO DE 1981, PELOS PRESIDENTES JOÃO FIGUEIREDO E FERNANDO BELAÚNDE TERRY

O Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, João Baptista de Oliveira Figueiredo, realizou uma visita oficial ao Peru entre os dias 24 e 27 de junho de 1981, em atenção ao cordial convite que lhe fora feito pelo Governo do Peru em 1979 e reiterado pelo Senhor Presidente da República, Arquiteto Fernando Belaúnde Terry.

Ambos os Presidentes mantiveram, na oportunidade, diversas entrevistas que constituíram ocasião singular para renovar os propósitos de seus respectivos Governos de continuar a fortalecer o alto nível de entendimento que tradicionalmente tem caracterizado as relações entre o Brasil e o Peru.

O Senhor Presidente do Brasil se fez acompanhar de uma comitiva integrada por Suas Excelências

- Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, Ministro de Estado das Relações Exteriores;
- Doutor Eliseu Resende, Ministro de Estado dos Transportes;

- Doutor João Camilo Penna, Ministro de Estado da Indústria e do Comércio;
- Doutor César Cals de Oliveira Filho, Ministro de Estado das Minas e Energia;
- Doutor Mário David Andreazza, Ministro de Estado do Interior;
- General-de-Brigada Danilo Venturini, Ministro de Estado, Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República;
- General-de-Divisão Octávio Aguiar de Medeiros, Ministro de Estado, Chefe do Serviço Nacional de Informações;
- Senadora Eunice Michiles;
- Deputado Joel Ferreira;
- Embaixador Manoel Emílio Pereira Guilhon, Embaixador do Brasil no Peru;
- Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, Chefe do Departamento de Promoção Comercial do Ministério das Relações Exteriores;
- Embaixador Jorge Carlos Ribeiro, Chefe do Cerimonial da Presidência da República;
- Embaixador João Carlos Pessoa Fragoso, Chefe do Cerimonial do Ministério das Relações Exteriores;
- Embaixador Orlando Soares Carbonar, Chefe do Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores;
- Embaixador Adolpho Corrêa de Sá e Benevides, Diretor da Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores;

- General José Costa Cavalcanti, Presidente da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. — ELETRO-
BRÁS;
- Professor Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque, Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq;
- Doutor Henrique Brandão Cavalcanti, Presidente da Siderurgia Brasileira S.A., SIDERBRÁS;
- Doutor Giampaolo Marcello Falco, Vice-Presidente do Banco do Brasil S.A.

O ilustre visitante foi recebido pela Comissão Permanente do Conselho Nacional do Peru. Igualmente, em sessão solene, o Conselho Provincial de Lima o declarou Hóspede Ilustre da Cidade.

O encontro dos dois Mandatários permitiu comprovar a existência de sólidas coincidências em torno dos diferentes aspectos da relação bilateral e a necessidade de que a ela continuem a incorporar-se os novos elementos que surjam na ordem internacional e, de maneira especial, aqueles que são próprios do contexto latino-americano.

Nesse campo, encontra-se a participação ativa do Brasil e do Peru em acordos subregionais e a vontade comum de afiançar a cooperação multilateral para o desenvolvimento amazônico no quadro de um diálogo aberto e integral que, observando o espírito de consensos já logrados, se oriente no sentido de compatibilizar e ampliar os esforços que individualmente sejam realizados.

Nesse contexto, as necessidades atuais e futuras da Humanidade demandam a presença ativa de ambas as nações, através da racional e eficiente exploração da diversidade de seus respectivos recursos.

Estas comprovações fortalecem a convicção de que os esforços que sejam efetuados para alcançar uma participação justa e equitativa dos países em desenvolvimento na comunidade internacional constituem tarefa prioritária e inadiável.

Conseqüentemente, e em função destes comuns propósitos, assume particular significação a entrada em vigor do mecanismo de consulta, informação e cooperação entre o Brasil e o Peru, simultaneamente com a entrevista dos Chefes-de-Estado.

Por tal razão, e conscientes da múltipla dimensão que distingue o relacionamento bilateral, projetando-o a formas cada vez mais avançadas de convergência e, seguros do papel relevante que o desenvolvimento de suas potencialidades há de outorgar, em um contexto mundial, a seus respectivos países, ambos os Presidentes acordam subscrever a seguinte

DECLARAÇÃO CONJUNTA

Os dois Presidentes reiteram o direito de todos os Estados à plena realização na comunidade internacional, com base nos princípios de igualdade soberana, respeito mútuo, integridade territorial, exclusão da ameaça ou do uso de força, fiel cumprimento das obrigações emanadas dos tratados, livre determinação dos povos, não-intervenção em assuntos internos ou externos, defesa dos Direitos Humanos e solução pacífica das controvérsias. Em concordância com estes princípios, reiteram a indeclinável determinação do Brasil e do Peru em seguir conduzindo suas relações internacionais em clima de paz e concórdia tendentes ao bem-estar e ao desenvolvimento econômico e social de seus respectivos povos.

Reafirmam a convicção de que a fiel observância dos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas

constitui base indispensável para alcançar um processo de distensão e de positiva convivência universal, e ratificam sua confiança na Organização mundial como promotora dos elevados objetivos de preservação da paz, fortalecimento da segurança internacional e do desenvolvimento econômico e social dos povos.

Expressam preocupação com o agravamento das tensões internacionais e reafirmam a necessidade de que, no processo de redução dessas tensões, sejam amplamente utilizados procedimentos de diálogo e negociação.

Afirmam, a esse respeito, que o desarmamento geral e completo sob efetivo controle internacional é fundamental para garantir-se uma paz duradoura entre as nações, e renovam seu apoio aos esforços internacionais tendentes a alcançá-lo.

Destacam a importância que têm para a paz e segurança mundial os esforços tendentes a concretar acordos internacionais sobre controle e limitação de armas e a estabelecer zonas livres de armas nucleares.

A propósito, renovam sua oposição a todas as formas de proliferação de armas nucleares, em especial a levada a cabo pelas grandes potências.

Reafirmam, a este respeito, o apoio ao Documento Final da Décima Sessão Extraordinária da Assembléia Geral das Nações Unidas, que estabelece, como objetivo fundamental para garantir uma paz duradoura entre as nações, o desarmamento geral e completo sob controle internacional eficaz e que confere ao desarmamento nuclear e à total eliminação das armas nucleares, a mais alta prioridade.

Condenam todas as manifestações de colonialismo e discriminação racial, em particular o *apartheid*, que constitui fator de crescente tensão na área do Sul da

África e insistem na necessidade de intensificarem-se os esforços internacionais, no âmbito das Nações Unidas, para a eliminação dessas formas injustas de dominação política e social.

Nesse contexto, ressaltam também a necessidade de chegar-se prontamente a uma solução quanto à questão da independência e integridade territorial da Namíbia, em conformismo com as normas estabelecidas nas Nações Unidas. A respeito, a parte brasileira acolheu com interesse a informação fornecida pelo Governo do Peru relativa à recente visita a Lima de uma Missão de Consulta do Conselho das Nações Unidas para a Namíbia.

Os dois Chefes-de-Estado destacam o significado da política de não-alinhamento e de seus princípios fundamentais na criação de um novo sistema de relações políticas e econômicas internacionais, baseado no respeito à soberania, integridade e independência de todos os Estados, ressaltando a importância da ativa participação dos países Não-Alinhados na solução dos atuais problemas políticos e econômicos mundiais.

Da mesma forma, reafirmam a convicção de que os países Não-Alinhados, atuando com base nos princípios originais do Movimento, desempanham papel importante na busca da paz e no esforço para abrir os processos decisórios internacionais à participação ampla e representativa de todos os Estados interessados.

Coincidem em que ambos os Governos têm firmes compromissos com a preservação e o fortalecimento de fórmulas democráticas de convivência política nos respectivos países. Nesse contexto, declararam sua convicção de que o respeito aos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais do homem, é essencial para a obtenção da paz, justiça e bem-estar dos povos.

Os dois Presidentes, ao comprovarem os frutíferos resultados da estreita coordenação que existe entre o Brasil e o Peru na Terceira Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, concordam em continuar com este importante trabalho de mútua colaboração e em intensificar seus esforços a fim de que se adote a Convenção que acolha plenamente as justas aspirações dos países em desenvolvimento. Expressam sua séria preocupação pelo resultado da última reunião que, por falta de vontade política, não pôde concluir as negociações e aprovar a Convenção; e manifestam sua esperança de que na próxima reunião desapareçam as causas que concorreram para isto.

Reafirmam que é indispensável manter o delicado equilíbrio na estrutura da futura Autoridade Internacional que administrará os fundos marinhos e oceânicos situados além dos limites da jurisdição nacional, declarados Patrimônio Comum da Humanidade, a fim de que sejam atendidos os interesses legítimos de todos os Estados, em particular salvaguardando eficazmente os interesses e necessidades especiais dos países em desenvolvimento.

Lamentam profundamente que alguns Estados tenham aprovado, ou estejam em vias de fazê-lo, legislações unilaterais para a exploração dos fundos marinhos fora da jurisdição nacional, em violação do princípio do Patrimônio Comum da Humanidade, que forma parte do Direito Internacional. Ao desconhecerem estas legislações unilaterais, expressam sua esperança de que as mesmas não sejam efetivadas, visto que as atividades nos fundos marinhos devem aguardar a vigência de um regime internacionalmente acordado que só pode ser estabelecido na Convenção sobre o Direito do Mar.

O Presidente do Brasil expressou seu agrado pela decisão peruana de participar do Tratado Antártico e, considerando a ampla problemática que apresenta a Antártida, tanto para os países interessados como para a comunidade internacional, ambos os Mandatários acordam cooperar ativamente neste campo, e para esse fim decidem trocar opiniões o mais brevemente possível.

Os dois Presidentes expressam sua preocupação com a situação econômica mundial e com o crescente desnível entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento. Reiteram que embora a responsabilidade primordial por seu desenvolvimento econômico e social caiba aos próprios países em desenvolvimento, é essencial que os esforços que eles realizam não sejam afetados negativamente ou anulados por medidas de caráter externo. Nesse sentido, assinalam a necessidade de que os países desenvolvidos adotem políticas e medidas que ajudem a resolver, entre outros problemas igualmente importantes, os graves desequilíbrios financeiros internacionais, a eliminar as práticas protecionistas de todo tipo lesivas aos interesses dos países em desenvolvimento e a aumentar a transferência real de recursos para apoiar o desenvolvimento econômico e social.

Ressaltam a importância da ciência e tecnologia para o processo de desenvolvimento econômico e social e o pleno direito de todos os Estados de aceder aos benefícios resultantes. Nesse sentido, consideram prioritário o esforço nacional na pesquisa científica e tecnológica, o intercâmbio de experiências, e o apoio da comunidade internacional por intermédio do Sistema de Financiamento da Ciência e Tecnologia. Nesse contexto, destacam a necessidade de eliminar as restrições à transferência efetiva de tecnologia.

Ambos os Presidentes expressam sua preocupação como o estancamento do Diálogo Norte-Sul, especialmente das Negociações Globais no âmbito das Nações Unidas, e concordam com a necessidade de que alguns países desenvolvidos evitem atitudes que possam continuar a dificultar o início das negociações e realizem as ações necessárias que assegurem seu êxito.

Expressam sua convicção de que é importante contribuição à redução das tensões internacionais impulsivar as negociações tendentes ao estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional, com vistas a melhorar as atuais estruturas internacionais que desmontaram a ser prejudiciais para todo o sistema internacional, principalmente para os países em desenvolvimento.

Assinalam sua confiança em que a projetada Conferência de Cúpula a realizar-se no próximo mês de outubro em Cancún, México, possa contribuir para o pronto lançamento das Negociações Globais, graças a uma mais decidida efetiva vontade política dos países desenvolvidos e a uma justa e equilibrada participação dos países em via de desenvolvimento na referida reunião de cúpula.

Sublinham a importância básica da questão energética para o desenvolvimento econômico, a qual deverá integrar, conjuntamente com outros fatores fundamentais, tais como comércio, finanças, matérias-primas e alimentos, no estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional, e concordam que, como expressão concreta da vontade dos países de atingi-la, seria necessário que se efetuasse uma real transferência de recursos financeiros e tecnológicos dos países desenvolvidos aos países em desenvolvimento, bem como a utilização de fontes novas e renováveis de energia.

Assinalam, a propósito, a importância de que a comunidade internacional não poupe esforços na utilização racional dos recursos energéticos não-renováveis e no desenvolvimento dinâmico de fontes alternativas de energia.

Os Presidentes coincidem em assinalar a importância dos acordos alcançados na conferência de Alto Nível sobre Cooperação Econômica entre os Países em Desenvolvimento, como maneira de estruturar novas formas de relacionamento entre eles, bem como para fortalecer a capacidade de negociação do Terceiro Mundo frente aos países industrializados. Após avaliarem os importantes resultados alcançados, acordam agilizar o calendário de reuniões adotado na referida Conferência a fim de participarem ativamente nos esforços conducentes a um novo ordenamento mundial.

Os Presidentes ratificam o apoio de seus Governos à Organização dos Estados Americanos e sua adesão aos princípios contidos na Carta da Organização, e reafir-ram a necessidade de envidar esforços no âmbito da Organização dos Estados Americanos com vistas a assegurar o aperfeiçoamento de seus mecanismos de cooperação entre os países do Continente.

Ambos os Presidentes, ao examinarem a situação da América Latina, coincidem que as necessidades e aspirações da região constituem aspecto prioritário de sua ação diplomática. Verificam, ademais, que a América Latina, com perfil próprio de atuação política para a orientação e solução de problemas internacionais, deve ter participação efetiva nas decisões sobre questões de interesse mundial.

Julgam benéfico e importante o desenvolvimento de meios flexíveis e eficazes de consulta e coordenação entre os países da região, dentro de um regime de igualda-

de, destinados a contribuir positivamente a assegurar bases justas e igualitárias nas relações entre os Estados, em harmonia com o enfoque universalista que caracteriza a diplomacia latino-americana. Nesse contexto, manifestam sua satisfação de que tais mecanismos já existam entre o Brasil e o Peru, e afirmam sua determinação de fazer pleno uso das possibilidades de consulta e coordenação que os mesmos propiciam.

Os Presidentes do Brasil e do Peru, ao analisarem o trabalho realizado pelo Sistema Econômico Latino-Americanano (SELA) durante primeiro lustro de sua existência, reiteram seu apoio e confiança nas tarefas que desempenha como foro de coordenação de esforços dos países latino-americanos em busca de melhorar as relações econômicas internacionais e de promover uma ativa cooperação entre os países da região.

Ambos os Presidentes concordam que a entrada em vigor do Tratado de Montevidéu de 1980, que criou a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), contribuirá eficazmente para a consecução dos objetivos integracionistas do Continente.

Nesse contexto, coincidem na necessidade de fortalecer o referido processo de integração, mediante a implementação dos mecanismos nele previstos, levando em conta os princípios que sustentam o Tratado, para promover efetivamente a solidariedade e a cooperação entre as Partes e assegurar, nesse quadro, um apoio efetivo aos países membros em relação ao seu grau de desenvolvimento econômico e social.

O Presidente do Peru manifestou que seu Governo mantém a decisão de dar impulso ao processo de integração sub-regional e que, como tal propósito, o Chanceler do Peru subscrevera recentemente uma Declaração Conjunta com o Chanceler da Venezuela em que se for-

mula uma estratégia para que a mais breve prazo se celebre uma reunião de Ministros de Relações Exteriores dos Países do Acordo de Cartagena, seguida de uma reunião ministerial e de caráter técnico, destinada a efetuar uma avaliação e uma coordenação das linhas gerais de reativação do processo de integração subregional. Com o mesmo objetivo, manifestou que os referidos Chanceleres comprometeram-se a realizar os esforços necessários para que prossigam, em breve, as reuniões da Comissão do referido Acordo.

O Presidente do Brasil manifestou sua satisfação por tais iniciativas e expressou sua confiança de que o Grupo Andino encontrará as melhores soluções para alcançar uma efetiva integração.

Os dois Mandatários recordam os propósitos consagrados na «Ata de Brasília», subscrita em outubro de 1979, e no «Memorando de Entendimento entre o Brasil e os Países Andinos» firmado, em Lima, em janeiro de 1980, por ocasião do auspicioso encontro efetuado entre o Chanceler do Brasil e os Chanceleres andinos, coincidindo em que esses instrumentos contêm as bases de uma efetiva vinculação entre o Brasil e a Sub-Região, em proveito dos interesses gerais da integração latino-americana, de um intercâmbio mais ágil de informação entre as Partes e de uma presença mais ativa da América Latina no cenário internacional.

Os dois Presidentes ratificam sua plena confiança no processo de cooperação amazônica instituído pelo Tratado de Cooperação Amazônica, assinado em 3 de julho de 1978, e reafirmam seu apoio aos princípios contidos na Declaração de Belém, firmada em 24 de outubro de 1980, pelos Chanceleres dos países membros do mencionado Tratado. Em consequência, comprometem-se a unir esforços com o objetivo de que os encontros

setoriais técnicos, prévios à Primeira Reunião do Conselho de Cooperação Amazônica, que o Ministério das Relações Exteriores do Peru vem preparando em sua qualidade de Secretaria Provisória da referida Primeira Reunião, sejam celebrados com a possível brevidade.

Reiteram que o uso e aproveitamento dos recursos naturais de cada um de seus países constituem um direito inerente à soberania do Estado. Nesse sentido, decidem coordenar ações para impedir qualquer intento dirigido a menoscabar, desvirtuar ou desconhecer esse direito. Expressam que o exercício deste direito e a preservação do meio ambiente são objetivos integrais, compatíveis e prioritários em todo plano de desenvolvimento que seus respectivos países elaborem com o objetivo de garantir plenamente o aproveitamento destes recursos naturais, em harmonia com as condições sócio-econômicas e ecológicas da região.

Conseqüentemente, consideram também que um desenvolvimento planejado de seus respectivos territórios amazônicos nacionais deve levar em conta o conceito dos eco sistemas integrais e integrados e do estabelecimento de núcleos rurais integrados.

O Presidente do Peru salientou a conveniência de uma interconexão entre as regiões das bacias do Orinoco, do Amazonas e do Prata, por meio de um sistema misto de vinculação, no qual as redes viárias do Brasil e do Peru constituam os eixos principais de integração.

O Mandatário peruano expôs que, a esse respeito, seu Governo estava realizando trabalhos internamente, e que havia sido estabelecido contacto com a OEA, para concretizar uma iniciativa destinada a celebrar uma reunião em Lima, em outubro próximo, dos países interessados na mencionada proposta de interconexão de ba-

cias, na qual se estudariam a projeção e possibilidades de tal proposição.

O Presidente do Brasil acolheu com especial interesse a iniciativa peruana e informa que seu país participará da projetada reunião de outubro próximo em Lima.

Ao examinarem as condições que prevalecem na América Central, os Presidentes coincidem em que a complexidade e amplitude da crise por que passa essa região exigie solução amplas e profundas, orientadas à obtenção da paz, criando as condições próprias para o desenvolvimento de sociedades mais estáveis e prósperas, e respeitando o exercício da legítima e livre expressão popular sem qualquer intervenção forânea.

Dispuseram-se a desenvolver, dentro do espírito de solidariedade latino-americana, o máximo esforço a fim de propiciar o encontro de soluções justas, e convieram em que se deve evitar que os problemas centro-americanos sejam utilizados no contexto de confrontações alheias à região.

No que se refere a El Salvador, os Presidentes formulam votos para que os próprios salvadorenhos encontrem uma solução política para a crise que atravessa, com ampla participação de correntes democráticas representativas desse país e sem ingerências externas, diretas ou indiretas, que levem a indesejável internacionalização e agravamento do conflito.

Os dois Presidentes se congratulam pela feliz circunstância de que, durante o encontro, se tenha procedido à troca dos instrumentos de ratificação do Tratado de Amizade e Cooperação, firmado em Brasília, em 16 de outubro de 1979. Nesse sentido, expressam sua profunda convicção de que a entrada em vigor desse Tratado, que sistematiza, num quadro de maior hierarquia, os princípios orientadores da cooperação brasileiro-

peruana, permitirá incrementar e vitalizar as relações bilaterais em todos os seus aspectos, para o mútuo benefício dos dois países.

Manifestam, ainda, desejo de que a Comissão de Coordenação Brasileiro-Peruana, criada pelo Tratado que ora se estabelece, venha não apenas a servir de foro de consulta e coordenação entre os dois países, mas também cumpra cabalmente sua finalidade de avaliar, coordenar, promover e incrementar o processo de cooperação bilateral.

Os dois Presidentes consideram que a efetiva vinculação entre nações vizinhas e amigas redunda em benefício da estreita colaboração entre elas, contribuindo a facilitar a consecução dos objetivos de interesse comum, com base na cooperação mútua e na adequada complementação de esforços.

A esse respeito, expressam sua satisfação pela feliz culminação das conversações mantidas para concretizar o Acordo sobre Interconexão Rodoviária, assinado nesta data, por tratar-se de um instrumento que tornará realidade a vinculação física por rodovia dos territórios brasileiro e peruano, através das cidades de Assis Brasil e de Iñapari, no Brasil e no Peru, respectivamente, propiciando a interconexão de seus respectivos sistemas viários e em especial, através destes, de suas Capitais.

Como complemento do referido Acordo e levando em conta que a mencionada interconexão facilitará o acesso do Brasil ao Oceano Pacífico e do Peru ao Oceano Atlântico, os dois Presidentes decidem incumbir à Comissão de Coordenação Brasileiro-Peruana o estudo de facilidades especiais em portos do litoral marítimo de um e outro país, com vistas a promover e incrementar o intercâmbio comercial entre os dois países e com relação a terceiros.

Ao assinalar a importância da implantação da infra-estrutura física adequada de transportes e comunicações entre seus países, os Presidentes ressaltam o papel e a significação da interconexão da Estrada Marginal da Selva com as estradas brasileiras na Amazônia, como fator decisivo no futuro do desenvolvimento sócio-econômico de seus territórios.

Da mesma forma, expressam sua satisfação pelos acordos sobre interconexão aérea alcançados pelo Brasil e pelo Peru na Sétima Reunião de Consulta de Autoridades Aeronáuticas, os quais tornarão efetiva a vinculação da região amazônica central que lhes é comum, especificamente das cidades de Rio Branco com Puerto Maldonado e de Cruzeiro do Sul com Pucallpa, o que contribuirá para seu desenvolvimento sócio-econômico e permitirá o incremento do intercâmbio turístico entre elas.

Na análise do intercâmbio comercial que efetuaram, os dois Presidentes comprovaram que nos últimos anos se havia produzido um permanente e substantivo incremento no mesmo; e com o objetivo de promover em forma mais dinâmica o comércio bilateral, levando em conta as capacidades exportáveis dos dois países, seus respectivos requisitos e a conveniência de fazer o referido intercâmbio mais fluido, convém em que se adotem as medidas e ações necessárias para tal fim, inclusive a convocação de reuniões bilaterais específicas sobre a matéria.

Em concordância com tais esforços, expressam sua firme decisão de outorgar facilidades à promoção e comercialização de novos produtos e concedem, para esse fim, seu apoio à Câmara de Comércio e Indústria Peruano-Brasileira de São Paulo, à qual transmitem suas saudações e desejos de bom êxito com motivo de sua recente constituição.

Da mesma forma, ressaltam a importância da celebração do Primeiro Seminário de Cooperação Econômica Brasileiro-Peruana, como um mecanismo que permite tomar conhecimento da potencialidade de sua complementação econômica e que propicia a identificação de áreas de interesse comum para grupos empresariais privados dos dois países, abrindo amplas perspectivas para o estabelecimento de novos vínculos de relação.

O Presidente do Peru informou que, uma vez que o Congresso da República aprove a Lei de Bancos, o Governo procederá a autorizar o estabelecimento de uma sucursal do Banco do Brasil em Lima.

O Presidente do Brasil informou que, em reciprocidade, autorizaria a abertura de uma sucursal do Banco de la Nación no Brasil.

Os dois Presidentes coincidem em reconhecer a cooperação entre o Brasil e o Peru, em todas as suas formas, como um instrumento do desenvolvimento econômico e social de seus povos.

Dentre as diversas variedades de cooperação, concordam em conceder atenção prioritária à que possa ocorrer no campo energético, não apenas por sua incidência direta no desenvolvimento do potencial produtivo dos dois países, mas também por seu impacto sócio-econômico na vida dos povos que dela se beneficiam. Nesse sentido, ressaltam os avanços obtidos através da assinatura da Declaração de Intenções sobre cooperação na área energética, do novo Acordo de Cooperação sobre os Usos Pacíficos da Energia Nuclear, e do convênio de cooperação entre a ELETROBRÁS e a ELECTRO-PERU, bem como pelas conversações e entendimentos a que chegaram a BRASPETRO e a PETROPERU sobre possibilidades de concretizar um contrato de prospecção e exploração petrolifera em território peruano. Ademais,

concordam em que a PETROBRÁS e a PETROPERU estudem a possibilidade de fornecimento de petróleo peruano ao Brasil.

Expressam sua satisfação pela conclusão de acordos pelos quais o Governo brasileiro põe à disposição do Governo peruano créditos financeiros para projetos e obras hidrelétricas, a serem executados por empresas brasileiras.

De igual forma, concordam em destacar que os esforços conjuntos nas áreas da pesquisa científica e tecnológica hão de proporcionar o conhecimento necessário que permita o melhor uso e aproveitamento dos recursos de seus respectivos países, razão pela qual expressam sua satisfação pela assinatura do Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica no Campo da Ciência e da Tecnologia, a ser executado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, do Brasil, e pelo Conselho Nacional de Ciências e Tecnologia, do Peru; do Ajuste Complementar sobre Cooperação no Campo da Meteorologia, a ser implementado pelo Centro de Energia Nuclear na Agricultura, do Brasil, e pelo Serviço Nacional de Meteorologia e Hidrologia, do Peru; bem como do Ajuste Complementar sobre Cooperação no Campo das Telecomunicações, destinado a melhorar esse importante serviço de desenvolvimento social.

Considerando que o complemento dos esforços de cooperação requer pessoal especialmente capacitado para sua execução, requisito indispensável para que permita sua realização em forma adequada e coerente com os respectivos objetivos e interesses nacionais, congratulam-se pela assinatura do Ajuste Complementar ao Acordo de Intercâmbio Cultural sobre cooperação universitária, especialmente por estar destinado a elevar o nível da ca-

pacidade profissional em especialidades inerentes à problemática amazônica, de interesse prioritário para seus países.

Os dois Presidentes, conscientes dos avanços significativos logrados mediante a conclusão dos diferentes instrumentos de cooperação assinados nesta data, reconhecem na complementação industrial uma modalidade mais avançada de cooperação, na qual se conjugam esforços e objetivos de interesse comum. Por tal razão, formulam votos para que o Acordo Geral de Cooperação entre a SIDERBRÁS e a SIDERPERU, firmado nesta data, constitua um exemplo a ser seguido em outras áreas de interesse para os dois países e para que se iniciem contactos e diálogos que permitam essas novas formas de vinculação.

Manifestam, da mesma forma, seu desejo de concretizar um programa bilateral de cooperação técnica sobre desenvolvimento urbano, solicitado pelo Ministério da Habitação do Peru ao Instituto Brasileiro de Administração Municipal, e resolvem encarregar às entidades responsáveis de cada país o exame das modalidades concretas que deve assumir essa cooperação.

Levando em consideração a condição especial do Brasil e do Peru como importantes ribeirinhos do Amazonas, os dois Presidentes reiteraram sua decisão de impulsionar com vigor a tradicional e antiga cooperação bilateral brasileiro-peruana na Amazônia, institucionalizada pelo Acordo de 1976, que criou a Subcomissão Mista para a Amazônia, cuja reunião em Iquitos, em 1977, aprovou numerosos projetos, em grande parte implementados ou em avançado estado de execução. Nesse sentido, tendo em conta a entrada em vigor, nesta data, do Tratado de Amizade e Cooperação, e consequente transformação da Subcomissão em Comissão Mista

Brasileiro-Peruana para a Amazônia, acordam empenhar seus melhores esforços para a realização, num futuro próximo, de uma reunião dessa Comissão Mista na cidade de Belém, a fim de continuar com os propósitos de cooperação bilateral nessas áreas.

Ambos os Presidentes coincidem em assinalar a importância que emprestam à preservação das comunidades nativas da Amazônia, e seus valores culturais e ao logro de seu desenvolvimento comunitário, assim como a seu direito de integração na sociedade nacional, manifestando o propósito de realizar os esforços necessários para a consecução desses objetivos.

Os dois Presidentes reafirmam a necessidade de outorgar especial importância ao fomento e ao incremento dos fluxos turísticos recíprocos, como base fundamental para estreitar os vínculos entre os seus povos. Nesse sentido, acordam constituir, no âmbito da Comissão de Coordenação Brasileiro-Peruana, uma Subcomissão de Turismo, com a incumbência de avaliar o Convênio de Cooperação Turística vigente entre os dois países, bem como para determinar os mecanismos que permitam sua melhor execução.

Ambos os Presidentes constatam com satisfação as possibilidades de cooperação no campo da formação profissional industrial, através do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), do Brasil, do Serviço Nacional de Treinamento em Trabalho Industrial (SENATI), do Peru, para o que determinam que se iniciem estudos para o estabelecimento de um Programa de Cooperação Técnica entre essas instituições.

Nesse mesmo contexto, convêm em encarregar às entidades competentes de seus Governos que, com objetivo de atender a uma solicitação peruana, iniciem os contatos pertinentes destinados a estabelecer modalida-

des de cooperação para a execução de um projeto de transporte público, sinalização, semaforização e iluminação da Grande Lima.

O Presidente Figueiredo manifestou seu profundo reconhecimento pelas cordiais atenções com que foi distinguido, juntamente com sua esposa e sua comitiva, durante sua permanência no Peru, e estendeu um convite ao Presidente Belaúnde Terry e esposa para visitar oficialmente o Brasil, convite que foi aceito com agrado pelo Mandatário peruano.



**8. Visita ao Brasil do Presidente do Governo venezuelano
Senhor Luis Herrera Campins.**

10 e 11 de agosto de 1981.

Brasília

- Discursos do Presidente Figueiredo
- Discursos do Presidente Herrera Campins
- Declaração Conjunta Brasil-Venezuela.



10 DE AGOSTO
PALÁCIO DO ITAMARATY
BRASÍLIA — DF

DISCURSO POR OCASIÃO DO JANTAR
OFERECIDO AO PRESIDENTE DA RE-
PÚBLICA DA VENEZUELA, SENHOR
LUIS HERRERA CAMPÍNS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República
da Venezuela, Luis Herrera Campíns:

Receba Vossa Excelência os calorosos votos de
boas-vindas que lhe formulam o Governo e o povo bra-
sileiros.

Ao iniciar-se esta visita, que tanto nos honra, dese-
jamos que Vossa Excelência, juntamente com a Senhora
de Herrera e a importante comitiva que o acompanha,
possam perceber, em cada uma de nossas palavras e
ações, o afeto, a admiração sincera de todos os brasilei-
ros pela Venezuela e por seu Presidente.

Sua chegada a esta Cidade nos proporciona a ale-
gria do reencontro de velhos amigos.

Recordo com carinho a visita que fiz a Caracas há
quase dois anos. Apenas começava o meu mandato e era
aquele a primeira viagem oficial que eu empreendia ao

Exterior. Não por acaso foi a Venezuela o primeiro país que visitei. Já então a prioridade da América Latina se desenhava nitidamente em minha agenda diplomática.

Desde aquela época, tenho procurado ser fiel a esse projeto. Sinto que chegou finalmente, para nós latino-americanos, a hora de unirmos o Continente em torno do que somos e do que aspiramos a ser.

Devemos viver nossa própria verdade. A partir de nós mesmos e de nossas experiências faremos com que se reconheça o que valemos e podemos criar. Por isso, além de desenvolver os canais diplomáticos regulares, venho buscando expandir a dimensão do conhecimento direto e da confiança recíproca entre os governantes.

Em pouco mais de dois anos, com a simplicidade de vizinhos que se visitam, pude conhecer de perto a hospitalidade de seis países latino-americanos. Recebi em Brasília Chefes-de-Estado de nações irmãs. Foram contatos extremamente densos, em todos os aspectos, os quais consolidaram minha fé no futuro que juntos estámos a construir.

Em cada um desses encontros, através da palavra dos estadistas ou da espontaneidade do homem da rua, observei que na rica diversidade dos povos latino-americanos se descobrem traços comuns de grande força; um ar de família, em que está presente a emoção, o sentimento, aquela sabedoria do coração que torna os homens mais humanos e a vida mais solidária.

Viagens de trabalho, com impressionante saldo de resultados tangíveis, essas visitas ajudaram a fazer com que, pela primeira vez em nossa história, o Brasil e os demais países latino-americanos passassem a ser parceiros essenciais uns para os outros. Igualmente importan-

te, porém, foi a contribuição que deram para revelar a proximidade espiritual e humana entre os brasileiros e nossos irmãos latino-americanos.

Senhor Presidente,

Permita-me evocar ainda a visita que lhe fiz em meio ao dinamismo transformador de Caracas.

Experimentei, então, a inconfundível sensação de calor e afeto populares, que transcendem ao rigor do planejamento protocolar. Experimentei a facilidade de comunicação e a convergência de visão-do-mundo entre os homens do Continente.

Entre latino-americanos, o diálogo diplomático é, e deve ser cada vez mais, o exercício sincero de antiga e sólida amizade, franca e confiante, entre países vizinhos que têm como traço comum, entre outros, a co-participação no Tratado de Cooperação Amazônica.

Para esse estilo de relacionamento, aberto e racional, muito têm contribuído as qualidades pessoais de Vossa Excelência, que o fazem expressão indiscutível das virtudes da personalidade venezuelana.

E algumas dessas virtudes apresentam afinidade notável com traços da alma brasileira. Falo de duas sociedades inspiradas pelos valores do dinamismo e do progresso, da mobilidade social, da igualdade. Falo de duas nacionalidades formadas de povos de origens próximas na sua diversidade, enriquecidas pela integração de culturas afins. Falo de personalidades otimistas, empreendedoras, voltadas para a edificação de um futuro melhor, mais eqüitativo, no contexto democrático.

Nesse sentido, a Venezuela foi, ao longo de sua história, uma sociedade capaz de renovar-se.

Todos reconhecemos o esplêndido papel da sociedade venezuelana, em começos do século dezenove, no grande movimento que levou à emancipação da América Latina e que ajudou a mudar a face do mundo.

Apesar do isolamento cultural e material característico do modelo colonialista, os venezuelanos produziram personalidades de uma grandeza que ultrapassou de muito as fronteira do Continente. Além do Libertador Simón Bolívar, exemplo luminoso do homem latino-americano, figuras como a de Francisco de Miranda, veterano das Revoluções Americana, Francesa e Latino-Americana de que nasceu o mundo moderno, do nobre e abnegado Antonio José de Sucre, do sábio Andrés Bello, de José Antonio Páez, fizeram com a gente da Venezuela desse ao processo da libertação do Continente uma contribuição mais do que proporcional em talento, espírito de luta e sangue derramado.

Ao recordar essa grande geração, não podemos deixar de expressar nossa satisfação ante a decisão de Vossa Excelência de deslocar-se ao Recife, numa homenagem do mais alto mandatário da nação venezuelana ao General José Ignácio de Abreu e Lima, companheiro daqueles bravos no heroísmo e vínculo imperecível entre os povos do Brasil e da Venezuela.

O gesto tão expressivo de Vossa Excelência, assim como a doação pelo meu Governo do retrato de Abreu e Lima para o Salão Elíptico do Congresso Nacional da Venezuela, irá permitir que se atenue o desconhecimento do caráter extraordinário desse soldado e intelectual, que encontrou seu momento de glória ao unir o Brasil à epopeia bolivariana.

Poucos meses antes de morrer, em carta dirigida ao General Páez, Abreu e Lima passava em revista sua

existência gloriosa: «Conservo todas mis patentes de Gran Colombia, todas mis condecoraciones, me ufano de haber sido general en la antigua República de Gran Colombia. Tengo orgullo de llamar me uno de los libertadores de Venezuela y de los de la Nueva Granada y en usar mis insignias. Tengo garbo de mis cruces de Boyacá y de Puerto Cabello y de mi noble escudo de Carabobo. Tengo y conservo el busto de ora del Libertador que él mismo me ha dado con un diploma honroso».

Contemporâneo de Bolívar, San Martín, Santander e O'Higgins, Abreu e Lima espelhou, como os demais, qualidades que caracterizam a maneira de ser latino-americana.

Em sua História independente, apesar de imensas dificuldades, a América Latina permaneceu fiel à inspiração original, adaptando-a às exigências dos tempos.

Herdeiros do humanismo e do espírito da civilização clássica, os latino-americanos sempre se empenharam em fazer da lei, e não da força, o seu padrão nor-teador.

Nas relações entre os Estados, uma de nossas mais importantes contribuições tem sido, justamente, a recusa de todas as fórmulas de política baseadas no uso da força. Na incansável busca de estruturas de paz e de independência, ajudamos a definir princípios básicos, hoje de aceitação universal, como o da igualdade soberana dos Estados, da autodeterminação dos povos e da não intervenção.

A América Latina não se restringiu, contudo, a teorizar. Muito pelo contrário, soubemos viver esses princípios.

Somos, sem dúvida, o Continente com o menor índice de choques entre Estados. Essa é, sem favor, uma qualidade e um privilégio a preservar num século marcado pelas duas maiores guerras da História, além de um número alarmante, inaceitável, de conflitos regionais no resto do Mundo.

A prática efetiva da paz e da conciliação deve continuar a permitir que a América Latina canalize, por meios pacíficos e generosos, a solução de eventuais divergências. É dever de todos nós persistir no esforço incessante, paciente, ordenado, para superar as questões que ainda nos dividem. Só assim asseguraremos, em nossos dias, a eficácia da presença latino-americana na renovação e modernização do sistema internacional.

Longe de se esgotar no passado a criatividade latino-americana continua atuante nos processos de mudança.

Partiram, por exemplo, deste Continente o impulso original e o arsenal de idéias que trouxeram o Direito do Mar para o Século XX. De igual forma, tem sido marcante a atuação latino-americana no desenvolvimento do diálogo Norte-Sul e na definição das características de uma nova ordem econômica internacional. Temos, pois, o mais legítimo dos interesses em que se acelerem as atuais negociações sobre todos esses temas.

Senhor Presidente,

Também através das relações econômicas diretas entre países em desenvolvimento estamos buscando a eliminação definitiva dos resquícios da economia colonial de dependência, da desigualdade entre as nações. Nesse terreno, o Brasil pode, com satisfação, verificar que parte significativa e crescente do seu intercâmbio global se realiza hoje com países do Terceiro Mundo.

Tem sido constante o esforço brasileiro de cooperação igualitária, com base numa verdadeira mutualidade de benefícios, e na transferência real de conhecimentos.

As relações entre o Brasil e a Venezuela constituem exemplo objetivo de aplicação desses princípios básicos e desse determinação em colaborar.

É este o terceiro encontro entre Chefes-de-Estado dos dois países, desde 1978. Esse fato em si, ao lado da multiplicação de visitas de ministro de estado, de empresários, de técnicos e artistas, demonstra de forma eloquente a aceleração que vem queimando etapas em nosso relacionamento bilateral.

Os resultados são concretos, são alentadores. O intercâmbio comercial venezuelano-brasileiro, já acima de 1 bilhão de dólares, atingiu níveis que o tornam dos mais expressivos em âmbito regional. Estabeleceram-se relações bancárias diretas. Temos juntado trabalho e tecnologia latino-americanos na realização de obras de infra-estrutura. No âmbito da política de globalidade, multiplicamos mais de dez vezes nossas compras de petróleo venezuelano, ao mesmo tempo que firmamos acordo para o fornecimento a longo prazo de açúcar brasileiro à Venezuela.

Senhor Presidente,

Embora impressionantes, esses resultados ainda não permitem que abrandemos a marcha. Ao contrário, eles nos estimulam a avançar com firmeza e imaginação redobradas.

É com esse desafio ao trabalho duro, embora recompensador, e com inabalável confiança no futuro comum a dois povos irmãos inspirados pelo ideal demo-

crático que convido os presentes a me acompanharem num brinde ao crescente desenvolvimento das relações de amizade e cooperação entre a Venezuela e o Brasil, à concórdia e prosperidade da nobre nação venezuelana e ao êxito e felicidade pessoais de Vossa Excelência e de sua Excelentíssima esposa.

Muito obrigado.

10 DE AGOSTO
PALÁCIO DO ITAMARATY
BRASÍLIA — DF

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DA VENEZUELA, SENHOR LUIS HERRERA CAMPÍNS, POR OCASIÃO DO JANTAR QUE LHE FOI OFERECIDO PELO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO

Senhor Presidente:

Todos nós que vivemos na vasta e fraterna terra venezuelana, próxima na geografia e no carinho por esta grande nação brasileira, nos sentimos honrados e felizes pela cordial e cálida acolhida que nos foi dada, uma razão a mais de afeto e de solidariedade.

Este novo encontro dos mandatários da Venezuela e do Brasil se celebra nesta cidade de impressionante arquitetura, erguida no coração desta imensa geografia brasileira, por obra e graça da engenhosidade e labor de seu povo.

Em pouco mais de quatro lustros, a perseverança e a determinação erigiram esta magnífica cidade, projetada para o futuro nesta alucinante paisagem de horizontes infinitos, com aspirações de corrigir as deformações inerentes a nosso desordenado processo urbanístico latino-americano.

Nos anima o propósito comum de estreitar cada vez mais os vínculos de amizade e de cooperação entre nos-

sos países, caracterizados por um dinamismo crescente, cujo efeito transcende ao imediato para internar-se no futuro, no compasso do otimismo criador e na vontade de progresso de um e de outro povo.

Com esta Visita de Estado ao Brasil, atendo ao gentil convite de Vossa Excelência, Senhor Presidente, formulado em Caracas, em novembro de 1979. Representa uma nova oportunidade para desenvolver a vontade comum esse espírito compartilhado de fatalecer aquilo que nos une, de aprofundar e diversificar o processo de consultas e de buscas de coincidências que vimos desenvolvendo em muitas atividades e em diferentes níveis regionais e mundiais.

Estes processos de aproximação permitem conhecer a fundo posições e critérios e combinar sobre temas de recíproco e fundamental interesse e adquirem particular significado agora, quando recrudescem as tensões, a crise econômica mundial se agrava e aflora uma perniciosa tendência de esgueirar-se dos problemas de desenvolvimento da grande maioria da humanidade, agravando o deterioramento do clima internacional com sérias repercuções para a paz e a segurança, cuja preservação deve ser, mais do que nunca, o objetivo primordial de todos os povos de boa vontade.

Nós, venezuelanos, recordamos com carinho sua visita a nossa Pátria. Vossa Excelência foi o primeiro Presidente do Brasil a nos honrar chegando até Caracas. A mim me cabe o orgulho de haver exercido, nessa circunstância, a função de anfitrião. Como esquecer que sua viagem à Venezuela foi a primeira que fez fora das fronteiras de sua Pátria, depois de haver tomado posse na Presidência? Como esquecer as reiteradas frases de sua admirável decisão de realizar aqui uma ascendente abertura democrática? Não poderia ser de outra mane-

ra, pois de estirpe lhe vêm a inclinação e a decisão. Seu pai, o Senhor General Euclides de Figueiredo tomou parte no movimento constitucionalista de São Paulo e a sorte adversa o conduziu ao exílio. Esse antecedente os aproxima na vivência pessoal e política.

Senhor Presidente:

Vossa Excelência conheceu o desterro na infância. Eu o saboreei em minha juventude.

A democracia é a opção de liberdade para alcançar a justiça social. Requer um treinamento coletivo no próprio exercício democrático. Exige dos governantes um alto nível de tolerância, sobretudo, frente às tendências ao abuso. Por isso é progressiva e perfectível. O Brasil vem se abrindo para a democracia com medidas audazes e necessárias, como o término dos atos institucionais e o término da censura. Vossa Excelência, Senhor Presidente, teve a coragem de ditar uma anistia política que beneficiou a milhares de pessoas. A circunstância dos confrontos torna muitas vezes difícil a adoção de uma política desta natureza. Nós, venezuelanos, tivemos no começo da década de 60 uma subversão promovida e dirigida pelo radicalismo totalitário de esquerda. Como nos custou poder-nos convencer da necessidade de uma política de pacificação como saída para cessar a violência! Por sorte, os partidos políticos democráticos, as organizações sociais, as Forças Armadas e os fatores institucionais e sociológicos de poder souberam esbanjar generosidade e compreenderam a urgência da pacificação!

Com a pacificação não pretendemos resolver todos os problemas, mas demos solução ao agudo problema político delineado e, em nossa América Latina, não se poderão resolver os problemas econômicos, sociais e culturais se não enfrentarmos os problemas políticos, sobre o qual aqueles têm, também, tantas incidências.

Os interesses comuns são a determinação política de todos para a Ação conjunta, sem fatores determinantes deste processo, como prova o Plano de Ação adotado na recente Conferência do grupo dos 77 em Caracas.

Este esforço dos países em desenvolvimento não é dirigido contra ninguém, mas sim elaborado em benefício de todos. Não pretende substituir os compromissos adquiridos pelos países desenvolvidos, mas sim a fiança crescente das potencialidades de cooperação conjunta dos países do Terceiro Mundo, cobrando uma gravitação, determinada pela unidade solidária, que a inspira: a unidade de propósitos em realidades distintas.

A América Latina é, talvez, a região do mundo pioneira e fecunda em ações deste tipo. O Pacto Andino, a ALADI, o Mercado Comum Centro-americano, CARI-CON, o Tratado Amazônico, a OLADE e o SELA e o mais recente destes esforços empreendidos no Caribe Oriental, que saudamos com profunda complacência, são ilustrativos da criatividade de nossos países em matéria de cooperação e integração.

Dispomos, pois, de uma ampla base institucional para a concordância, a cooperação e a integração.

Sua vigência útil dependerá do apoio que lhe dermos, de sua utilização como instrumentos aglutinadores de esforços e vontades em favor do desenvolvimento integral de nossos povos. Esta comunhão de objetivos e a determinação de alcançá-los fortelece nossa confiança no futuro da América Latina, superando as dificuldades que encontrarmos.

O êxito desta tarefa de organização sistemática das possibilidades de ação conjunta é fator fundamental para determinar a importância da América Latina no Mundo. Nossa região não pode estar à margem de tomadas de decisões nem contentar-se com um papel secundário,

muito menos subalterno. Temos direito a ser protagonistas segundo nossa escala de recursos e segundo a necessidade internacional de cooperação e de paz. A América Latina, em uníssono, deve acentuar seu perfil próprio na presente conjuntura histórica, através da legítima reafirmação da identidade latino-americana, para contrarrestar veleidades hegemônicas e evitar de ser a presa do perigoso jogo de tensões Este-Oeste.

Nossos países compartilham preocupações similares que nos impulsionam a atuar sem dilatação. Esta afirmação não é produto do acaso. Tem sua confirmação nas múltiplas oportunidades em que nos temos encontrado, venezuelanos e brasileiros, neste renascer vigoroso de nossas relações e em seu ritmo vibrante.

O que nossa determinação comum conseguiu em pouco tempo, constitui, ao mesmo tempo, motivo de satisfação e fonte de estímulo, se observamos a ampla gama de oportunidades que o futuro se nos depara: com dedicação e constância iremos convertendo possibilidades em realidades de mútuo proveito, como tem que ser entre países vizinhos e amigos.

Devemos agora incrementar as ações para aprofundar as coincidências e explorar novas áreas de entendimentos com outros países da região, promover um grande diálogo latino-americano, com respeito às especificações e interesses próprios de cada país, harmonizar enfoques e definir critérios comuns sobre os diversos problemas regionais e mundiais que afetam a nossos povos. Assim a projeção universal da América Latina estará garantida.

Senhor Presidente:

Agradeço-vos, em nome de Betty e da equipe que me acompanha, sua magnífica hospitalidade.

Reitero a Vossa Excelência e a sua distinta esposa
nossos sentimentos de sincera amizade e formulou votos
de brilhantes êxitos ao governo que Vossa Excelência
preside e à felicidade do nobre povo brasileiro.

10 DE AGOSTO
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
BRASÍLIA — DF

DISCURSO DO PRESIDENTE DA RÉPÚ-
BLICA DA VENEZUELA, SENHOR LUIS
HERRERA CAMPÍNS, POR OCASIÃO
DE SUA VISITA AO SUPREMO TRIBU-
NAL FEDERAL

A presença do Presidente da República da Venezuela neste Palácio, sede do Supremo Tribunal Federal do Brasil, está longe de ter um caráter meramente protocolar. Demonstra a importância que o povo e o governo de meu país atribuem à administração da Justiça dentro da organização do Estado e da vida social, assim como nossa admiração pelos homens a quem se confiou a tremenda responsabilidade de conciliar conflitos, de setenciar de justiça.

A justiça sempre foi considerada como uma virtude suprema. Na acepção mais geral da palavra consiste em «dar a cada um o que é seu». É uma das quatro virtudes cardinais na ordem conceitual cristã. Castiçamente, é entendida como «o conjunto de todas as virtudes que constitui o bem a quem a possuir» ou «o que deve fazer-se segundo o direito e a razão».

Está presente em todas as mitologias. As religiões a identificam, freqüentemente, com o amor ao bem ou a Deus, como o ideal da santidade. Desde Platão e Aristóteles muitos estudos lhe têm sido consagrados, coincidindo em apreciá-la como igualdade e harmonia. Na sua

Ética, Aristóteles afirma que «se crê, com freqüência, que a justiça é a melhor das virtudes, não havendo nenhuma estrela matutina ou vespertina que seja tão maravilhosa, como diz o provérbio: a justiça comprehende todas as virtudes e é a virtude prefeita em seu mais alto sentido, por ser a prática da virtude perfeita. É perfeita porque aquele que a possui pode praticar sua virtude não só para si mesmo, como também para seu próximo; quero dizer que muitos são os homens que podem praticar a virtude como o regulador de sua conduta pessoal, mas não em suas relações com seus próximos; também se deve a esta razão que a justiça seja a única entre as virtudes que consiste no bem ao próximo, por estar relacionada com ele; porque o homem justo traz vantagens para os demais; em se tratando de legislador ou governado».

Em nossa civilização ressoa, a cada dia, o Sermão da Montanha: «Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça, porque eles serão saciados». A justiça é o valor jurídico por excelência e a mais apreciada das virtudes morais.

Nosso primeiro sentimento diante de um juiz é de profundo respeito. O Estado lhe há confiado, em grande medida, seu poder coagedor. Tem a responsabilidade de realizar a igualdade proclamada pela lei. De certa forma, a norma jurídica vem a ser o prognóstico do tratamento que o Estado dará a uma determinada situação. Sem a norma, a vida social estaria mergulhada no acaso e em intermináveis séries de ordens discretionais e desconexas: o reino da insegurança, da injustiça e da desigualdade.

É preciso garantir a correta aplicação da norma para obter-se a igualdade. Se as leis são a expressão geral do que o Estado define como justo, a jurisdição é a rea-

lização desta justiça no caso concreto. Se em todos os casos análogos, por sua configuração e pelos elementos que os constituem, a lei for aplicada com idêntico critério e retidão, encontramos a expressão da igualdade através da justiça. Quem tem a seu cargo esta missão, maneja uma das peças chaves de organização social e política. De boa parte disto dependerá o reino da harmonia e do equilíbrio ou o da arbitrariedade. A constância de seus julgamentos determinará se a realidade diária corresponde ou não à igualdade que proclamam as leis. A confiança em sua imparcialidade, honestidade e eficácia definirá, em boa medida, a imagem que o cidadão comum se faça do Estado, de sua capacidade para resolver os conflitos segundo a justiça e não segundo o poder ou a força de sua atitude como instrumento para a obtenção do Bem Comum.

Brilha, assim, a função gigantesca do juiz na vida social. É a essa responsabilidade e à dignidade que ela comporta, é às expectativas que a virtude cria em cada um de nós, que a Venezuela rende homenagens, quando se dirige a um grupo de homens encarregados, por seu país, a administrar justiça em seu mais alto nível.

A exigência da justiça na sociedade é bastante mais vasta que oferece a modalidade de juizes. Não basta que haja juizes justos ou atos justos. É necessário que existam as condições apropriadas para que «se dê a cada um o que é seu» e «a cada ser a sua dignidade».

Neste sentido, a justiça é o eficaz cumprimento do direito, em plena realização ao ordenamento jurídico. Daí o sistema normativo não dever ter somente uma viabilidade formal, mas dever fazer parte integrante de nossa vida diária. Esta materialização da ordem jurídica não depende somente da virtude da Magistratura. Impõe-se que os processos possam desenvolver-se de tal forma

que se assegure um grau mínimo de igualdade para as partes em juízo, de modo que as diferenças sociais ou econômicas entre elas não sejam as determinantes para o resultado em si. E, igualmente, que se resolva um problema crucial, que afeta a quase todos os países do planeta, como é o do acesso ao sistema jurídico legal. As complicações próprias do dito sistema e, sobretudo seu custo, o fazem inalcançável para uma grande porção da sociedade e, em especial, aos setores marginalizados. A nossos países lhes é solicitado um mecanismo de defesa eficaz, que garanta uma assistência jurídica apropriada para aqueles que vão frente aos tribunais e não dispõham de meios. Também é preciso estudar, mais a fundo, as possibilidades que oferecem os diferentes modos, não formais, de solução às controvérsias jurídicas, que têm sido objeto de extremado estudo por parte de sociólogos e filósofos de direito. Me satisfaz poder dizer que o Ministério da Justiça da Venezuela, dentro de um programa de investigação em que também participam o Conselho Nacional de Investigações Científicas e Tecnológicas (CONICIT) e a Universidade Central da Venezuela, prepara um projeto de Lei orientado aos fins mencionados.

Nosso libertador Simón Bolívar pronunciou-se, ao apresentar ante o Congresso de Angostura seu projeto da Constituição de 1819 «pela estabilidade e pela independência dos juízes, pelo estabelecimento de jurados, de códigos civis e comerciais que não sejam ditados pela antiguidade, nem por reis conquistadores, mas pela voz de natureza, pelo grito da justiça e pelo gênio da sabedoria». Sete anos mais tarde (1826), em sua mensagem ao Congresso Constituinte da Bolívia, afirmou: «O poder judiciário que proponho goza de uma independência absoluta; em nenhum lugar há tanta. O povo apresenta os candidatos e o Legislativo escolhe os indivíduos que

hão de compor os tribunais. Se o poder judicial não emana desta origem, é impossível que conserve em toda sua pureza a salvaguarda dos direitos individuais. Estes direitos, legisladores, são os que constituem a liberdade, a igualdade, a segurança, todas as garantias da ordem social. A verdadeira constituição liberal está nos códigos civis e criminais; e a mais terrível tirania a exercem os tribunais pelo tremendo instituto das leis. De ordinário, o Executivo nada mais é do que o depositário da entidade pública, mas os tribunais são os árbitros das causas próprias — das causas dos indivíduos. O poder judicial contém a medida do bem e do mal dos cidadãos: e se há liberdade, se há justiça na República, estas são distribuídas por este Poder (...). Era de se esperar, conforme idéias atuais, que proibissemos o uso dos tormentos, nas confissões; e que acabássemos com a prolongação dos pleitos no intrincado labirinto das apelações.»

Dentro desta manifestação mais geral de justiça, se nos revela outra dimensão mais desafiante. A de uma justiça que não possui tribunais para garantí-la, mas cuja realização é cada dia mais urgente e crucial, como é a justiça social. O mundo inteiro, povos e governos, têm, diante de si, o enorme desafio de superar o império da pobreza e de marginalidade, obras de sistemas produtivos que se esqueceram do domínio do homem sobre os bens necessários. Os povos, e em especial, os povos em desenvolvimento, estão obrigados a ir mais além das alternativas materialistas, em que se pretende aprisionar o homem, entre o capitalismo e o comunismo, visando a uma concepção solidária e humana da ordem social, onde sejam compatíveis a justiça, a liberdade e a segurança.

Esta aspiração, válida para a situação interna de cada país, o é, igualmente, para as relações econômicas in-

ternacionais. Não há base ética de qualquer espécie que permita o desenvolvimento através da dependência e do domínio, enriquecendo, assim, a uns povos em detrimento de outros. É preciso que a justiça presida esse intercâmbio e que haja uma compensação, mesmo pequena, aos males que nos deixou uma história de injustiças. A Venezuela, ao mesmo tempo que expõe, com clareza, aos países em desenvolvimento, sua aspiração legítima de uma Nova Ordem Internacional, desenvolve um programa ambicioso de cooperação petrolífera e de assistência aos países centro-americanos e com os amigos do Caribe, que sentem com singular peso os efeitos da situação econômica de que atualmente padece o mundo.

Ainda que pareça um paradoxo, recordemos esta urgência com um pensamento de Dante, segundo o qual «a justiça é a real e pessoal proporção que existe entre os homens, relativa às coisas e às pessoas, a qual, se conservada, conserva a sociedade e se é perturbada, a destrói.» (Monarquia, Livro II, capítulo II).

O juiz deve gozar de um importante grau de independência e segurança. Sem estas é muito difícil garantir a imparcialidade de quem deva sentir-se, sempre, alheio às partes, para poder pronunciar-se com objetividade e retidão sobre a razão. Este é um princípio de elementar exercício, é aquele que é a base, ademais, de separação dos poderes do Estado.

Na Venezuela, mesmo quando a independência e a segurança dos juízes estavam formalmente garantidas, muito tardou sua materialização. Meu Governo, no seu afã de aperfeiçoar nosso regime democrático, se propôs a superar esta deficiência, através da criação, oficial, da carreira judicial. O Ministério da Justiça preparou cuidadosamente um projeto que, depois de ter sido submetido a discussões e análises pela associação de juizes, pe-

lo colégio de advogados, pelos parlamentares e, em geral, pelos setores interessados dispostos a dar sua opinião e contribuição, foi aprovado pelas Câmaras Legislativas venezuelanas e hoje é Lei na República.

Esta lei contempla o ingresso, por concurso, na carreira judicial, a criação de uma escola de formação de juízes, a aplicação de critérios rigorosamente objetivos de promoção, representa a ruptura final dos vínculos do ramo judicial com os outros e oferece a nossos magistrados as melhores condições para o cumprimento de sua elevada missão. Me sinto especialmente satisfeito de que esta tenha sido uma iniciativa de meu governo e que, na oportunidade, possa expressar esta satisfação ante a máxima manifestação do Poder Judiciário deste grande país vizinho e amigo.

Meu Governo tem procurado, a todo momento, fortalecer o Poder Judiciário e estimular todas as suas possibilidades de desenvolvimento, tanto no que se refere aos projetos de lei e às leis referidas anteriormente, como ao que cabe à dotação e à infra-estrutura material dos tribunais. Muitos dos problemas que vivem os juízes, em todas as nações do globo, são análogos. Por isso fiz referências aos nossos esforços. Esse grande cidadão da América que foi Andrés Bello disse: «Vangloriar justiça quando se vive em casa alheia, detestá-la e acusá-la quando na sua própria, é uma iniquidade indiscutível. Contudo, é o que mais se observa, efeito próprio à debilidade e à corrupção do coração humano; mas é, por isso mesmo, que se deve combater, com os princípios contrários, porque a pouca reflexão sobre eles é a mais fecunda origem dos vícios que se sentem.»

Senhor Presidente, Senhores Magistrados:

Esta visita à sede da Corte Suprema de Justiça do Brasil não possui caráter protocolar. Tem valor mate-

rial, porque nos sentimos bem ante juizes. E valor simbólico, porque estamos identificados com a esperança que representam os homens encarregados de pronunciar a justiça no Mundo. Seguindo a clássica divisão aristotélica-tomista podemos dizer que quando o juiz pronunciar-se sobre a justiça distributiva deve dar a cada um o que é seu. E quando deva exercer sua função para decidir sobre a justiça distributiva ou a geral, deve, então, encontrar o equilíbrio entre o indivíduo e o Estado, entre o interesse particular e o Bem-Comum, entre a Luis Herrera Campins:

Como homem livre formado nas disciplinas jurídicas e como Chefe de um Estado democrático, sinto a obrigação de proclamar a singular transcendência do papel de juiz em qualquer das possibilidades registradas. É à disposição, à retidão e à eficácia no cumprimento destas delicadas funções, que o Povo e o Governo da Venezuela rendem sua homenagem, com sincera devoção.

11 DE AGOSTO
PALÁCIO DO PLANALTO
BRASÍLIA — DF

DISCURSO POR OCASIÃO DA ASSINATURA DE ATOS INTERNACIONAIS ENTRE O GOVERNO DO BRASIL E DA VENEZUELA

Excelentíssimo Senhor Presidente
da República da Venezuela Luis Herrera Campíns:

Esta cerimônia reflete, no seu expressivo significado, o passado e o presente de 160 anos de relações entre o Brasil e a Venezuela.

Abreu e Lima, no seu uniforme de general de Bolívar, com a insígnia solitária da Ordem dos Libertadores, única que costumava usar, evoca o ponto de partida. Nasciam então as duas nações.

O primeiro traço de união entre elas resultou, portanto, — e cabe sublinhá-lo — do impulso espontâneo do cidadão, da iniciativa desassombrada de um homem apaixonado pela liberdade.

Caracterizando o momento presente, a Declaração que firmamos é como que a síntese do que somos após século e meio de história. É o resumo do que pensamos e praticamos; nossa visão do mundo, o perfil de nossa personalidade internacional.

As vastas áreas de coincidência entre as concepções da Venezuela e do Brasil sobre os princípios básicos da convivência internacional, sobre os grandes problemas contemporâneos, sobre a América Latina, revelam a admirável identidade de nossas aspirações por um mundo de paz, progresso e justiça social.

No cotidiano trabalhoso e em constante mudança das relações diplomáticas, as visitas presidenciais marcam momentos destacados, em que podemos dar um balanço no panorama dos esforços realizados.

Ao iniciarmos a atual fase de nossas relações, era extensa e pesada a agenda dos projetos por concretizar. O Pacto Amazônico não passava de uma idéia. O diálogo do Brasil com o Grupo Andino apenas ensaiava as primeiras linhas.

Hoje, assinado e ratificado por oito países, o Tratado de Cooperação Amazônica é realidade sólida que, há menos de um ano, reuniu seus Chanceleres em Belém do Pará e agora se prepara para convocar seu Conselho em Lima.

Entre o Brasil e o Grupo Andino desenvolveram-se, da mesma forma, vínculos múltiplos, flexíveis, traduzidos em mecanismos permanentes de colaboração e consulta.

Está praticamente terminado o arcabouço institucional das relações bilaterais, obra de arquitetura diplomática destinada a sustentar as iniciativas específicas. Já dispomos do Convênio de Amizade e Cooperação, moldura geral e roteiro de trabalho, que opera através do mecanismo da Comissão de Coordenação.

Completam o conjunto o Convênio de Cooperação em Ciência e Tecnologia, o moderno Acordo Cultural, os acordos sobre bancos, saúde, drogas, bitributação, o *memorandum* de cooperação sobre energia nuclear.

Todos esses documentos estão implantados e em operação, com sensíveis resultados no domínio do concreto.

Em menos de 4 anos, saltamos de 8 para 100 mil barris diários de petróleo importado da Venezuela. O intercâmbio comercial nos dois sentidos, que era de 300 milhões de dólares, já ultrapassa 1 bilhão. Em 1980, nossas importações de produtos venezuelanos cresceram a uma taxa de quase 150% em relação ao ano anterior.

Os bancos e grandes empresas de cada país começam a ter presença permanente nos centros econômicos do outro. Estamos construindo, juntos, gigantesca obra de infra-estrutura.

Como se vê, foi acelerada a velocidade das transformações. O momento agora é de consolidação dos avanços, de aprofundamento das bases, de pleno aproveitamento e aplicação dos numerosos instrumentos internacionais já existentes.

Essa tarefa inclui a busca de novas oportunidades objetivas e pragmáticas de colaboração para benefício mútuo. Oportunidades que possibilitem, dentro de um quadro de globalidade, a participação de cada um dos parceiros em grandes projetos industriais ou agropecuários de interesse prioritário.

Por esses meios práticos, assim como pela intensificação que temos imprimido às nossas consultas sobre temas internacionais, estamos hoje consolidando, por ca-

minhos diversos mas com o mesmo fim, a independência iniciada há quase dois séculos — consolidação indispensável ao aperfeiçoamento democrático.

Ao recordar o momento distante em que brasileiros e venezuelanos começamos a assumir nosso próprio destino, é um grato dever de reparação histórica voltar a Abreu e Lima.

Filho de um mártir da Revolução de 1817, um dos mais importantes movimentos brasileiros de autonomia, Capitão de Artilharia pela Academia Real Militar, José Ignácio de Abreu e Lima foi uma figura em alto grau representativa da Era do Romantismo, do agitado início do Século XIX, período de revolução marcante na política e nas artes.

Veterano de sete anos de lutas sob as ordens de Bolívar, combatente das batalhas libertadoras de Carabobo, onde foi ferido, e de Boyacá, polemista temível fiel ao Libertador até a morte, ajudante-de-ordens do General José Antonio Páez, a quem deveu a promoção a Coronel, Abreu e Lima desenvolveu, ao voltar ao Brasil, fecunda carreira de historiador e escritor.

Não abandonou porém, mesmo na velhice, o espírito de inconformismo, o amor à luta e à liberdade. Envolveu-se na Revolta Praieira e, pouco antes de morrer, em polêmicas religiosas.

No Recife, irá Vossa Excelência encontrar, no túmulo em que repousa há 112 anos, o soldado e intelectual que escolheu para epítápio a frase: «Aqui Jaz O Cidadão Brasileiro General José Ignácio D'Abreu e Lima, Propugnador Esforçado da Liberdade de Consciência».

Nunca o esqueceram na Venezuela. Seu nome enci-
ma a coluna dos combatentes estrangeiros da Avenida
dos Próceres e tem recebido homenagens de instituições
civis e militares.

Faltava, porém, devolvê-lo ao convívio dos seus an-
tigos camaradas de armas, aqueles com quem lutou om-
bro a ombro, Bolívar, Sucre, Páez, Soublette, Urdaneta,
cujas figuras honram o Salão Elíptico do Congresso Na-
cional em Caracas.

Esperando que, um dia, o nome daquele que repre-
sentou o primeiro traço de união entre nossas pátrias se-
ja dado à estrada que liga Manaus a Caracas, entrego,
com emoção, a Vossa Excelência este retrato do General
José Ignácio de Abreu e Lima. No Salão Elíptico, na Ca-
racas que tanto amou, debaixo das armas entrelaçadas
do Brasil e da Venezuela, irá juntar-se a seus compa-
nheiros o herói brasileiro, símbolo perene da amizade
indestrutível entre os nossos dois povos.

11 DE AGOSTO
PALÁCIO DO PLANALTO
BRASÍLIA — DF

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DA VENEZUELA, SENHOR LUIS HERRERA CAMPINS, POR OCASIÃO DA ASSINATURA DE ATOS INTERNACIONAIS ENTRE O GOVERNO DO BRASIL E DA VENEZUELA

Senhor Presidente:

Vossa Excelência se referiu, com suma eloquência, ao significado da Declaração Conjunta que acabamos de assinar. São manifestações muito acertadas das quais compartilhamos plenamente.

Gostaria de destacar que esta é a segunda vez, num período de dois anos, que tenho a honra de assinar com Vossa Excelência um documento desta natureza, no qual foram colocados, em relevo, importantes coincidências e proposições comuns de nossos governos com respeito aos diferentes assuntos de interesse bilateral e internacional, que tivemos a oportunidade de examinar durante esta grata visita ao Brasil.

Os resultados deste interessante intercâmbio de opiniões e os pronunciamentos afins que figuram na declaração não poderiam ser mais alentadores e confirmam o rumo significativo que tomaram as relações entre Brasil e Venezuela.

No decorrer dos últimos anos temos intensificado o diálogo e se tornaram mais freqüentes os contatos em todos os níveis entre as autoridades de nossos países. Aconteceu uma aproximação, de fato, e foram lançadas as bases para uma operação tão fecunda como dinâmica, tão sólida como mutuamente proveitosa.

Todas as ações e aproximações se configuram, hoje, num quadro de amplos e promissoras perspectivas para o futuro.

E chegamos a este ponto de grande vitalidade nas relações brasileiro-venezuelanas porque estamos convencidos de que é preciso agir em consonância com estes tempos difíceis que caracterizam a situação internacional, de riscos e perigos para a paz, de situações de injustiças e opressão, que exigem a solidariedade e a conjunção de esforços entre os países em desenvolvimento, particularmente entre Estados pertencentes a uma mesma região, com um passado muito similar, um presente de lutas comuns e aspirações coincidentes para o futuro.

Dois países vizinhos; duas nações irmãs, estamos dando qualidade e solidez à harmonia e à solidariedade, porque estamos resolvidos a enfrentar, de forma conjunta, o desafio fundamental de garantir um futuro de progresso e bem-estar para nossos povos e de contribuir para o sucesso de uma ordem mundial de paz e justiça social.

A Declaração Conjunta tem por conseguinte, um valor muito especial. As posições e opiniões coincidentes em torno de numerosos tópicos e problemas de índole bilateral, regional e mundial, só fizeram demonstrar, uma vez mais, que é irreversível o rumo que tomamos, que é indeclinável, a determinação que nos anima a estreitar, constantemente, os laços de amizade e cooperação.

Ficou também claramente estabelecido, o firme propósito de continuar e fortificar as consultas entre o Brasil e a Venezuela e de contribuir, ao mesmo tempo, para aprofundar o diálogo entre os países latino-americanos, para que a América Latina possa desempenhar seu relevante papel.

Meu país, Senhor Presidente, tem uma especial gratidão por aqueles que vieram de outras nações para lutar, resolutamente, com nossos próceres para a emancipação da pátria venezuelana. José Ignácio de Abreu e Lima, impulsionado por suas idéias de liberdade e solidariedade, partiu, um dia, deste país irmão para participar nos esforços de uma nação que lutava, tenazmente, por independência e pela independência de outros países latino-americanos. Distinguiu-se por sua coragem e determinação, em batalhas cruciais da gesta emancipadora, sob as ordens do libertador Simón Bolívar e do General José Antonio Páez, como Vossa Excelência acaba de evocar. Ganhou, assim, para sempre, o apreço e a admiração do povo venezuelano.

Levarei com muita emoção, este retrato do General Abreu e Lima para a Venezuela, onde tomará parte destacada na galeria do salão elíptico do Congresso Nacional, como símbolo permanente da amizade fraterna entre o Brasil e a Venezuela.

11 DE AGOSTO
EMBAIXADA DA VENEZUELA
BRASÍLIA — DF

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DA VENEZUELA, SENHOR LUIS HERRERA CAMPÍNS, POR OCASIÃO DO JANTAR OFERECIDO AO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO

Excelentíssimo Senhor General
João Baptista de Oliveira Figueiredo,
Presidente da República Federativa do Brasil,
Distintas autoridades,
Senhora e Senhores:

O destino comum de nossos países, mais do que a vizinhança geográfica, nos convoca à amizade, à fraternidade e à cooperação.

Minha visita oficial a este grande e nobre país se aproxima do fim. No seu decorrer concordamos que a vontade política de ambos os governos e nossos múltiplos interesses impulsionaram as relações entre o Brasil e a Venezuela, assinalando crescente importância que deverá materializar-se através da multiplicação de contatos oficiais e privados.

Como Chefes-de-Estado e como amigos temos conversado de forma ampla, sincera e cordial. Temos clara consciência do papel que cabe cumprir ao Brasil e à Venezuela, como membros responsáveis e influentes da comunidade internacional.

Nós venezuelanos, propiciamos o diálogo com grande entusiasmo. Não há barreiras psicológicas porque a história das relações entre a Venezuela e o Brasil não se encontra obscurecida por ressentimentos, suspeitas ou apreensões. Temos, portanto, profundas razões para acreditar no otimismo.

Em Brasília continuamos as conversações iniciadas em Caracas. Os assuntos que abordamos e os acordos alcançados, têm sido estimulados pelo desenvolvimento de nossos respectivos processos políticos. Esta relevante aproximação se projeta além de nossas respectivas dimensões territoriais para exercer positiva influência na comunidade internacional, em geral, e no continente americano, em particular, pois Venezuela e Brasil são nações que caminham com segurança e seriedade.

A projeção internacional de ambos os países é um feito histórico. Os tempos que correm, difíceis, tensos e violentos se nos impõem uma definição muito firme em favor da liberdade, da participação da paz e da justiça social internacional. Quando a paz mundial ou regional é ameaçada por ações irrefletidas, produto de histerias bélicas, a sensatez de países com as responsabilidades da Venezuela e do Brasil, é um atributo cujo valor se reconhece internacionalmente, por sua potencialidade para contribuir para a distensão e para o entendimento.

As soluções domésticas para os problemas particulares que afetam a nossos povos, cada um as aborda segundo as exigências de sua realidade social. Mas não cabe dúvida de que a ação conjunta e solidária, dirigida à defesa e à promoção de interesses comuns constitui um instrumento eficaz e poderoso que devemos consolidar.

A Venezuela apresenta uma realidade tetrafásica: Caribe, Andina, Atlântica e Amazônica. A geografia e nossa própria mentalidade formada no decorrer de nos-

so processo histórico-cultural, nos dão características de povo aberto às correntes universais de entendimento e de boa-vizinhança.

Entre as constantes de nossa história existem duas muito relevantes, no que diz respeito à política exterior: uma tradição pacifista e uma vocação de solidariedade integracionista.

Não entendemos a paz como a simples ausência da guerra, uma espécie de armistício *sine die*, mas como um ambiente dinâmico e estimulador de ações curadoras e de condições favoráveis para que a pessoa e as sociedades nacionais possam realizar-se livremente, com justiça social e viver com dignidade.

Unidos seremos capazes de alcançar o progresso e a prosperidade. Não há países grandes ou pequenos, que estejam isentos de responsabilidades ou direitos. Deste fato deriva o empenho integraciota da Venezuela, sob a inspiração permanente dos ideais do libertador Simón Bolívar. Nossos países, por si sós, têm peso próprio e, individualmente considerados, gozam de respeito e influência. Não obstante, unidos, podemos ser ainda mais fortes e alcançar os objetivos propostos, mais rapidamente e em melhores condições. Neste sentido, em cumprimento às responsabilidades que nos correspondem, somos um fator de progresso e de fortalecimento do Grupo Subregional Andino, do Tratado de Cooperação Amazônica, da ALADI e da SELA, prerrogativas de harmonia, às quais aportamos efetivo e entusiasta concurso.

No plano interamericano, os dois países devem ativar mais ainda a sua participação na Organização dos Estados Americanos, a fim de lograr a restruturação que lhes permita superar seus lastros burocráticos e executar as grandes tarefas assinaladas nos princípios e normas estabelecidas na Carta da Organização.

A nível da ONU, uma diplomacia responsável e de princípios facilitou ao Brasil e à Venezuela a concordância em assuntos relativos à paz mundial, aos processos de descolonização e às lutas contra o racismo e outras formas de opressão. Igualmente concordaram na apreciação do estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional baseada na equidade e na justiça, o que permitirá alterar a atual situação de injustiça que predomina nas relações entre os países em desenvolvimento e nos grandes centros industrializados.

Estas incidências nos proporcionam motivos muito realistas para sermos otimistas, pois não apenas identificam idéias e posições semelhantes, como também evidenciam uma variedade de interesses comuns.

Somos bons vizinhos. Compartilhamos muitos ideais e aspirações, possuímos economias que se complementam; a comunicação humana entre nossos povos é uma realidade cada vez mais fácil e os governos de ambos países propiciam e respaldam a aproximação e a cooperação. Isto que dizer que há campo para uma ação fecunda e boa vontade para assegurá-la.

Nós venezuelanos, muito valorizamos nossas relações com o Brasil. Entendemos que este grande país, orgulhoso de seus louros, ganhou, por seu próprio mérito o respeito da comunidade internacional. Apreciamos o caráter deste povo, sua capacidade de trabalho e de criação, sua literatura e sua pintura, seus heróis desportistas, que também são nossos, seu cinema, sua música e suas danças que percorrem o mundo inteiro, suas faculdades para o comércio, sua ciência, sua indústria e sua tecnologia, exemplo de imaginação, trabalho e eficiência. Admiramos o apego do brasileiro à sua terra, manifestado, entre outros, por seus dirigentes políticos, sociais, econômicos e religiosos que trabalham para o pro-

gresso do Brasil; por seus empresários, intelectuais e artistas, cujas almas materiais ou espirituais são o testemunho de uma poderosa vontade nacional.

Saudamos as decisões de seus governantes em favor do sistema democrático. Vós, Senhor Presidente, dissestes durante vossa visita a Caracas:

«Promovemos a democratização política, em completa sintonia com os maiores anseios da nação brasileira. Os canais de informação, acesso e participação estão abertos. A liberdade se instaura, em toda sua dimensão, no quotidiano. O País ganha riqueza política. Ganha confiança. As dificuldades deste processo não nos fecham as portas ao mundo exterior.»

Senhor Presidente:

Minha esposa Betty e os membros de minha comitiva se unem a mim para expressar-lhe, a Vossa esposa, a Vossos colaboradores e a todo o povo brasileiro nossa eterna gratidão por tantas atenções e gentilezas recebidas.

Regressamos à Venezuela com uma gratíssima carga de emoções, sentimentos e afetos, que brotaram ao calor da estupenda amizade com que fomos distinguidos e recebidos por vós.

Distintos convidados:

Rogo-vos que, de pé, levantemos nossos copos e brindemos ao êxito e à ventura pessoal do Excelentíssimo Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, da honrável Senhora de Figueiredo e ao progresso e bem-estar do fraterno povo brasileiro, incorporado, agora e definitivamente, às fadigas, às angústias, às realizações e às esperanças da democracia.

Muito obrigado.

11 DE AGOSTO
EXBAIXA DA VENEZUELA
BRASÍLIA — DF

DISCURSO POR OCASIÃO DO JANTAR
OFERECIDO PELO PRESIDENTE DA
VENEZUELA, SENHOR LUIS HERRE-
RA CAMPINS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República
da Venezuela, Luís Herrera Campíns:

Fiquei profundamente sensibilizado com as palavras eloquêntes e calorosas que acabamos de ouvir, fiel expressão da generosidade de Vossa Excelência.

Ao agradecê-las em nome do povo brasileiro — seu legítimo destinatário — desejo dizer-lhe que as recebemos como expressão dos vínculos cada vez mais profundos que nos unem a nossos irmãos venezuelanos.

Senhor Presidente,

Em meio às homenagens e provas de simpatia de que lhe dão testemunho, a cada momento, as autoridades e o povo do Brasil, pôde Vossa Excelência conhecer de perto as grandes instituições do País, cumprindo assim a primeira parte do seu programa entre nós.

Pessoalmente, Vossa Excelência terá verificado que é unânime e sincera a satisfação com que acolhemos sua honrosa visita.

Entre velhos amigos que se reencontram, as conversas costumam ser amplas e profundas. Amplas, pela necessidade de passar em revista o mundo e seus problemas; profundas, porque nos falamos diretamente, sem rodeios.

Foi essa atmosfera descontraída e de compromisso apenas com a verdade que nos levou tão longe na convergência de opiniões sobre as questões essenciais dos dias que correm.

Ao lançar os olhos ao panorama de luz e sombras que nos rodeia, coincidimos em que seu elemento principal é a inevitabilidade das mudanças.

As forças de transformação hoje se fazem sentir em duas direções principais.

A primeira é a da paz e segurança. Não apenas o adiamento, sempre precário, da guerra. Mas a paz verdadeira que permita inverter em definitivo, a espiral da corrida de armamentos e do equilíbrio de terror.

Tem havido, nesse caminho, retrocessos inquietantes provocados pela intervenção armada em países da periferia do sistema de força ou por ameaças de uso do constrangimento para inibir a autodeterminação de parceiros.

A cada um desses atentados correspondem abalos no frágil edifício da distensão internacional e um aumento nos níveis de confrontação ideológica.

Não que se possa ou deva ignorar que, no mundo atual, existem modelos de organização política e sócio-econômica estruturalmente diferentes.

Nem que se deseje evitar a escolha entre eles. De nossa parte, há muito fizemos opção irreversível pelo

modelo ocidental de estado democrático, de sociedade pluralista e aberta, de economia descentralizada de mercado.

A fidelidade à nossa escolha não nos inibe, porém, de reconhecer que nem tudo, neste vasto e complexo planeta, se reduz à questão de ideologia ou deve ser pensado e medido pelos seus parâmetros.

Erram os que subordinam ou condicionam a essa disputa a solução inadiável dos problemas ligados aos resquícios do colonialismo, ou a regimes racistas que atentam contra a consciência humana.

Da mesma forma, interesses estratégicos ou conceitos exagerados, elásticos e unilaterais de defesa preventiva não conferem, a pais algum, a faculdade abusiva de violar a lei internacional e pôr a paz em perigo.

O segundo vetor de transformação histórica é a exigência e mecanismos corretivos das assimetrias e desequilíbrios do sistema internacional.

Se a liberdade foi a paixão que alimentou os movimentos de descolonização do século dezenove e do último pós-guerra, a igualdade é o anseio que domina hoje a pauta do debate internacional.

Não se trata, é claro, de desconhecer diferenças objetivas de recursos humanos ou materiais. O que se deseja é a mudança das estruturas atuais, que aprofundam o abismo entre países ricos e pobres, condenando estes últimos à desesperança perpétua da fome, da ignorância e da miséria.

Para romper o círculo vicioso do subdesenvolvimento, já se viu que não bastam as engrenagens automáticas da presente organização econômica e comercial e o jogo, raramente livre, das forças do mercado.

Impõe-se um esforço planejado e vigoroso para atualizar as bases estruturais da ordem internacional, através da abordagem global e negociada dos temas do diálogo entre o Norte industrializado e o Sul subdesenvolvido.

Lembram-nos as Escrituras que «uma casa dividida contra si mesma não subsistirá». É ilusório pensar que se possa ingressar no terceiro milênio, já tão próximo, sem oferecer, ao menos, alívio à frustração das nações em desenvolvimento.

É por isso que não pode ser diluído o tratamento das questões Norte-Sul, nem rebaixada a sua prioridade.

Assim como, no plano político e de segurança, reconhecemos a procedência das apreensões diante de ameaças ideológicas, da mesma forma compreendemos a realidade da crise que afeta as grandes economias do Ocidente.

Acreditamos, contudo, que essas dificuldades, por graves que sejam, não justificariam sacrificar novamente as expectativas que se criaram nos países em desenvolvimento. Alenta-nos ver que esse ponto-de-vista, tantas vezes expressado pelo meu Governo, encontrou algum eco no recente encontro de cúpula de Ottawa.

Em relação à crise econômica ocidental, o diálogo com os países em desenvolvimento não é parte do problema, mas sim da sua solução.

Após a fantástica expansão da produção e do comércio que culminou no inicio da década de 70, a economia ocidental atingiu nível de saturação de consumo e de aguda competição interna. Sua dependência de mercados do Terceiro Mundo é cada vez maior.

Não há como duvidar, portanto, de que o revigoramento das economias menores venha a contribuir para um novo ciclo de aumento da produção industrial e do comércio nos países avançados.

Voltamos, portanto, ao ponto de onde partimos. A mudança não só é inevitável, mas desejável. Mudar de uma situação de tensão para uma de maior cooperação internacional. Transformar a estagnação do subdesenvolvimento em prosperidade para o conjunto do sistema.

Temos na memória as lições do passado recente: atrasar a mudança necessária será condenar-nos ao radicalismo, à veemência.

Para evitar que isso suceda, para garantir que a renovação se realize sob o signo da durabilidade e da solidariedade, é imprescindível que ela se faça dentro do jogo democrático.

É esse mais um terreno em que coincidem a Venezuela e o Brasil.

Cremos firmemente que, tanto em âmbito interno como no tocante à reforma do sistema internacional, só o diálogo poderá canalizar as mudanças por vias pacíficas e equilibradas.

Só a democracia poderá fazê-lo, porque nenhum outro sistema assegura a participação e o pluralismo de correntes, o respeito mútuo e a tolerância — condições para que as reformas correspondam à justiça e as transformações que acarretam sobrevenham sem opressão da maioria ou sacrifício de minorias.

Entre os muitos e importantes benefícios que nos traz a visita do mandatário de um país de tão admirável compromisso com a democracia, só este bastaria para

conquistar nosso reconhecimento: a presença de Vossa Excelência, Senhor Presidente, oferece oportunidade única para renovarmos a expressão de nossa inabalável confiança no livre debate, na conciliação de interesses, nas soluções pacíficas e construtivas, tanto dentro de nossas fronteiras quanto no cenário internacional.

Com esta profissão de fé, peço a todos que comigo brindem às fraternas relações entre o Brasil e a Venezuela, à prosperidade e bem-estar do grande povo venezuelano e à ventura pessoal e continuos êxitos de Sua Excelência o Senhor Presidente Luis Herrera Campíns e sua digníssima esposa.

DECLARAÇÃO CONJUNTA BRASIL-VENEZUELA

DECLARAÇÃO CONJUNTA BRASIL-VENEZUELA, ASSINADA NO PALÁCIO DO PLANALTO, EM BRASÍLIA, EM 11 DE AGOSTO DE 1981, PELOS PRESIDENTES JOÃO FIGUEIREDO E LUIS HERRERA CAMPÍNS

Atendendo a convite do Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, João Baptista de Oliveira Figueiredo, o Senhor Presidente da República da Venezuela, Luis Herrera Campins, acompanhado de sua esposa, Senhora Betty Urdaneta de Herrera e de uma comitiva oficial, integrada por funcionários do Governo e outras personalidades representativas dos setores público e privado da Venezuela, realizou visita oficial ao Brasil, no período de 10 a 13 de agosto de 1981.

O Presidente Herrera Campins foi recebido pelo Congresso Nacional, reunido em Sessão Conjunta solene.

O Presidente da Venezuela foi recebido, igualmente, pelo Supremo Tribunal Federal, reunido em Sessão Plenária solene.

O programa oficial incluiu, ainda, visitas às cidades do Rio de Janeiro, em 12 de agosto, e, do Recife, em 13 de agosto, oportunidades em que o Presidente Herrera Campins foi homenageado pelos Senhores Antônio de

Pádua Chagas Freitas, Governador do Estado do Rio de Janeiro, e Marco Maciel, Governador do Estado de Pernambuco.

Durante a visita prevaleceu o espírito sincero de amizade que, tradicionalmente, une as nações irmãs do Brasil e Venezuela. À luz das relações bilaterais, dinâmicas e em franca expansão, os Presidentes mantiveram um amplo intercâmbio de opiniões em torno de diversos assuntos latino-americanos e mundiais.

No decorrer do intercâmbio de opiniões, os Presidentes afirmaram que o novo encontro, tal como os freqüentes contatos realizados entre os Ministros das Relações Exteriores de ambos os países, põe, uma vez mais, em relevo a determinação que anima os Governos do Brasil e da Venezuela a intensificar as relações de amizade e cooperação em benefício mútuo e a acentuar as coincidências no plano regional e internacional.

Ao final de suas conversações, os dois Chefes-de-Estado acordaram em assinar a seguinte

DECLARAÇÃO CONJUNTA

Os Presidentes reiteraram o firme propósito do Brasil e da Venezuela de conduzir suas relações internacionais no clima de paz e concórdia que as tem caracterizado, e reafirmaram o direito de todos os Estados e sua plena realização na comunidade internacional de acordo com os princípios fundamentais do Direito Internacional e da convivência pacífica e harmoniosa entre os povos.

Reiteraram sua convicção de que o fiel cumprimento dos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas constitui base indispensável para alcançar uma convivência respeitosa entre todos os Estados. Ratificaram sua confiança na organização mundial como um meca-

nismo adequado para promover o fortalecimento da paz e da segurança internacionais, bem como o desenvolvimento econômico e social de todos os povos.

Ao fazerem uma análise minuciosa da situação mundial, os Presidentes expressaram sua preocupação pelo agravamento das tensões internacionais e da violência em diversas partes do Mundo, que impedem a consolidação da paz e da segurança.

Ressaltaram a necessidade de que, através do diálogo da negociação, sejam superadas as tensões e os confrontos que se interpõem no caminho até um horizonte de melhores perspectivas para a humanidade. Manifestaram a importância que atribuem à participação ampla e representativa de todos os Estados, no processo de tomada das decisões que afetam a comunidade internacional.

Enfatizaram que, de modo algum, devem ser transferidos, a áreas do Terceiro Mundo, os conflitos e as rivalidades de outras regiões, para o que é essencial o respeito à autodeterminação dos povos, à soberania e à igualdade de todos os Estados.

Expressaram sua preocupação pela interminável corrida armamentista entre as grandes potências, o que constitui um dos aspectos mais alarmantes da atual conjuntura internacional. Afirmaram, assim, a urgente necessidade de promover o desarmamento geral completo, sobretudo o nuclear, sob efetivo controle internacional como um fator indispensável para que seja alcançada uma paz duradoura entre as nações.

Os presidentes concordaram em intensificar seus esforços na Terceira Conferência das Nações Unidas sobre o Direito de Mar, para que a mesma chegue a bom termo, pela adoção de uma Convenção que acolha plenamente as aspirações justas e legítimas dos países em de-

senvolvimento. Reafirmaram que é indispensável manter o equilíbrio no seio da futura autoridade internacional para administrar os fundos marinhos e oceânicos além dos limites da jurisdição nacional, patrimônio comum da Humanidade, a fim de que sejam atendidos tanto os deveres das potências desenvolvidas quanto os interesses e as necessidades especiais dos países em desenvolvimento. Manifestaram a decisão de seus Governos de continuar cooperando, como o fizeram até agora, para que as negociações se concluam com a possível brevidade, e a Convenção de Caracas possa ser aberta à assinatura dos Estados.

Condenaram, mais uma vez, todas as manifestações de colonialismo e discriminação racial, em especial o *apartheid*, e insistiram na necessidade de intensificar, particularmente no âmbito das Nações Unidas, os esforços internacionais para eliminá-las. Expressaram que o *apartheid*, além de ser condenável sob todos os aspectos, é também fator de crescente ameaça à paz na região da África Meridional.

Referiram-se, igualmente, à urgência em conseguir uma solução justa no tocante à questão da Namíbia, de conformidade com o plano das Nações Unidas para a Namíbia.

Os Presidentes manifestaram sua preocupação pela situação econômica mundial e pelo crescente desequilíbrio entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento. Assinalaram a importância de que os países desenvolvidos adotem políticas que ajudem a resolver os problemas estruturais vigentes nas atuais relações econômicas internacionais. A respeito, fez-se especial menção aos problemas financeiros internacionais e às medidas tendentes a eliminar as políticas protecionistas lesivas aos interesses dos países em desenvolvimento.

Ressaltaram a necessidade de que se produzam avanços nos processos de negociação para que se obtenham resultados concretos no diálogo Norte-Sul e, neste sentido, destacaram a atitude construtiva do Grupo dos 77. Reafirmaram, em particular, sua decisão de fazer todos os esforços necessários para iniciar, sem demora, as negociações globais sobre cooperação econômica internacional, no âmbito das Nações Unidas, a fim de promover a obtenção da Nova Ordem Econômica Internacional.

Expressaram a esperança de que a Conferência de Cúpula, a realizar-se no próximo mês de outubro em Cancún, México, represente um importante impulso político para o diálogo Norte-Sul e exerça, em consequência, uma influência favorável no processo das negociações globais. Neste sentido, enfatizaram a importância de que se evidencie uma vontade política mais decidida por parte dos países desenvolvidos.

Os Presidentes reafirmaram a necessidade de que os problemas prementes dos países em desenvolvimento e do seu relacionamento com os países industrializados sejam objeto de uma atenção especial por parte da comunidade internacional, de tal forma que as tensões internacionais não diluam ou atrasem a devida consideração dos assuntos vinculados ao diálogo Norte-Sul.

Afirmaram a importância de diversificar a cooperação direta entre os países em desenvolvimento para que se incrementem ao máximo o potencial de intercâmbio e a complementação mútua que possam oferecer às respectivas economias nacionais. Neste contexto, reiteraram que a cooperação Sul-Sul, sem substituir o diálogo Norte-Sul, vem a complementá-lo, e abre novas e amplas perspectivas para a promoção dos interesses políticos e econômicos dos países em desenvolvimento. Assi-

nalaram que essa cooperação, por ser igualitária, tem valor exemplar para a implantação de uma ordem internacional mais justa e que, nessas condições, deve merecer o apoio firme e urgente por parte da comunidade internacional, inclusive por intermédio do sistema das Nações Unidas.

Tomaram nota, com especial satisfação, do êxito da recente Conferência de Alto Nível sobre Cooperação Econômica entre Países em Desenvolvimento, realizada em Caraballeda, Venezuela, de 13 a 19 de maio de 1981. Confirmaram sua determinação conjunta de contribuir ativamente com a instrumentação do Programa de Ação de Caracas.

Ao assinalarem a importância que atribuem à Conferência das Nações Unidas sobre Fontes Novas e Renováveis de Energia, ora em realização em Nairobi, sublinharam a necessidade de que a comunidade internacional não poupe esforços em apoiar os programas energéticos dos países em desenvolvimento, mediante o estabelecimento de um quadro abrangente de cooperação internacional nesse setor.

Os Presidentes manifestaram a opinião de que a plena realização democrática é um dos propósitos fundamentais da América Latina e destacaram a relevância e a necessidade dos esforços que se realizam para institucionalizar a democracia e a liberdade, e promover a justiça social.

Referiram-se à importância e significado que atribuem ao respeito dos Direitos Humanos. Assinalaram que os direitos fundamentais da pessoa humana, além de sua expressão política, têm relação com a alimentação, o trabalho, a educação e a saúde, e que a devida garantia destes direitos nos países em desenvolvimento está vinculada às possibilidades de se conseguirem avan-

ços confiáveis nas negociações internacionais, dirigidas para o estabelecimento de uma nova ordem econômica, de justiça e eqüidade.

Os Presidentes examinaram, com particular interesse, os vários aspectos relacionados com a situação da América Latina e reforçaram sua determinação de contribuir para que sejam alcançadas as aspirações comuns da região, como objetivo prioritário da ação diplomática de seus governos. Ressaltaram que os países da América Latina, com perfil próprio de atuação política e de acordo com a importância da região, devem desempenhar o papel relevante que lhes corresponde no cenário internacional, especialmente nesta crítica conjuntura mundial.

Coincidiram na opinião de que é importante o desenvolvimento de meios flexíveis e eficazes de consulta e coordenação entre os países latino-americanos para contribuir, em um plano de igualdade, para garantir relações entre todos os Estados, baseadas na justiça e eqüidade, em consonância com as tradições e a perspectiva universalista que caracterizam a atuação diplomática da América Latina. Nesse sentido, referiram-se, com satisfação, às consultas efetuadas entre o Brasil e a Venezuela e ao propósito comum de fazer pleno uso das vantagens que elas oferecem.

Ao reiterar seu repúdio a todas as formas de hegemonia e às políticas de bloco e confrontação, incompatíveis com a tradição latino-americana, destacaram os esforços que se realizam, atualmente, no âmbito latino-americano para promover a cooperação e a integração, bem como a intensificação do diálogo político na região.

Ao examinar a situação da América Central, os Presidentes concordaram em que a amplitude e a complexidade da crise política, econômica e social centro-americana, exige soluções profundas que possam criar

condições propícias para sociedades mais estáveis, prósperas e justas. Concordaram em realizar os máximos esforços, dentro do espírito de solidariedade latino-americana, para contribuir ao alcance de soluções justas na área e em que é necessário evitar que os problemas centro-americanos sejam instrumentos de confrontos alheios à região.

Ao referirem-se à difícil situação econômica que atravessam a América Central e o Caribe, reafirmaram sua solidariedade com os países da área, e manifestaram que preços justos e remuneradores para as exportações da região constituem objetivo desejável, no sentido de sua estabilidade econômica.

No que se refere a El Salvador, os Presidentes formularam votos para que os próprios salvadorenhos encontrem uma solução política e democrática para a crise que o país atravessa, sem ingerências externas, diretas ou indiretas, que conduzam a uma indesejável internacionalização e agravamento do conflito.

Os Presidentes reafirmaram o apoio decidido de seus Governos à Organização dos Estados Americanos (OEA) e coincidiram na necessidade de fortalecê-la como um instrumento idôneo para promover o diálogo e a cooperação entre os países do Continente.

Os Presidentes ressaltaram a importância que atribuem à Organização Latino-Americana de Energia (OLADE) como o organismo de consulta, coordenação e ecooperação da América Latina em matéria de energia. Referiram-se, com agrado, aos trabalhos realizados no campo energético entre os países da região e, em particular, ao estabelecimento de um Programa Latino-Americano de Energia. Nesse sentido, reiteraram seu apoio aos grupos de cooperação e assistência técnica em campo de interesse para países da América Latina, estabelecidos pela OLADE.

Expressaram seu apoio aos objetivos do Sistema Econômico Latino-Americano (SELA) e destacaram as potencialidades do Sistema como um meio permanente de consulta para fortalecer a coordenação de posições da região, tendentes a incrementar os esforços de cooperação regional. Por conseguinte, ratificaram sua vontade de estimular a participação de ambos os países nos mecanismos operativos do Sistema e manifestaram o propósito de contribuir a que a Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana (RITLA) possa cumprir, o mais cedo possível, os objetivos estabelecidos em seu Convênio Constitutivo.

Ressaltaram a importância que atribuem à integração para a consecução dos objetivos de desenvolvimento econômico e social dos povos, num contexto de eqüidade e de benefício mútuo. Referiram-se à valiosa experiência adquirida nos diferentes processos de integração atualmente existentes na América Latina.

Manifestaram sua confiança na Associação Latino-Americana de Integração (ALADI). Ao qualificá-la como instrumento pragmático e flexível para o estabelecimento, gradual e progressivo, de um Mercado Comum Latino-Americano, reiteraram seu total apoio ao novo esquema constituído pelo Tratado de Montevidéu de 1980 e formularam votos para que o mesmo seja ratificado a curto prazo. Da mesma forma, ambos os Presidentes assinalaram que os princípios de pluralismo, convergência, flexibilidade, tratamentos diferenciais e alianças múltiplos contidos no referido Tratado se ajustam aos requisitos de um processo de desenvolvimento econômico e social harmônico e equilibrado da região, razão pela qual coincidiram na necessidade de fortalecer aquele processo, através da implementação dos mecanismos previstos no ordenamento jurídico da Associação.

Ao salientar os avanços alcançados pelo Grupo Sub-regional Andino, os Presidentes manifestaram sua satisfação pelos progresso no desenvolvimento da cooperação entre o Brasil e os países do Acordo de Cartagena, nos termos da Ata de Brasília, assinada em 16 de outubro de 1979, e assinalaram a importância dos acordos entre o Brasil e o Grupo Andino em setores de interesse comum, os quais contribuem, ademais, à promoção dos objetivos da integração latino-americana e a uma presença mais ativa da América Latina no cenário internacional. Afirmaram sua disposição de trabalhar conjuntamente para o logro de uma vinculação mais estreita entre o Brasil e o Grupo Andino.

Expressaram satisfação pelos recentes avanços obtidos no processo de cooperação entre os países amazônicos, em especial durante a I Reunião dos Ministros de Relações Exteriores do Tratado de Cooperação Amazônica, realizada em Belém, Pará, em 23 e 24 de outubro de 1980. Ao ratificarem seu decidido apoio aos princípios e objetivos do Tratado de Cooperação Amazônica, assinado em 1978, e à Declaração de Belém, concordaram em considerá-los como elementos valiosos para desenvolvimento e preservação da região e enfatizaram a contribuição do Tratado como efetivo instrumento de aproximação e de colaboração entre as nações integrantes da área amazônica.

Ao examinarem o estado das relações bilaterais, os Presidentes constataram com satisfação que são amplas e promissoras as perspectivas de aprofundar os laços de amizade e cooperação. Ressaltaram que foram alcançados progressos importantes no quadro destas relações e que existem condições propícias à formulação e execução de iniciativas concretas em diversas áreas de interesse comum, que permitiriam um melhor aproveitamento

das potencialidades de cooperação existentes entre os dois países.

Reconheceram a importância dos progressos alcançados no desenvolvimento da cooperação técnica e científica, e assinalaram o interesse em ampliar as atividades e executar programas conjuntos no quadro desta cooperação, em especial na formação de recursos humanos, educação, saúde, ciência e tecnologia.

Verificaram com agrado o progressivo e sustentado incremento das relações econômicas e comerciais bilaterais. Alentados por esta tendência, reiteraram a disposição de participar em áreas prioritárias dos planos de desenvolvimento do Brasil e da Venezuela.

Referiram-se, com satisfação, aos trabalhos acordados quando da I Reunião da Comissão de Coordenação Brasileiro-Venezuelana, realizada em 1979. Sublinharam a conveniência de que seja celebrada, em data próxima, a II Reunião da referida Comissão, para continuar o exame das possibilidades de cooperação existentes.

Os Presidentes constataram que prosseguem as conversações relativas aos transportes aéreos, marítimos e terrestres entre o Brasil e a Venezuela, com vistas à sua regulamentação e aprimoramento.

Referiram-se novamente à conveniência de melhorar a conexão viária existente entre os dois países, através, entre outras medidas, da pavimentação da rodovia entre o Brasil e a Venezuela que passa pelo marco BV-8, e liga o Território Federal de Roraima e o Estado Bolívar.

Os Presidentes convieram em estudar as disposições necessárias a nível de governo que permitam programas conjuntos de cooperação e de desenvolvimento entre empresas brasileiras e venezuelanas no setor da pesca.

Reiteraram suas instruções aos organismos nacionais competentes para que prossigam os trabalhos cor-

respondentes com vistas a concretizar a elaboração de um acordo de cooperação técnica sobre os usos pacíficos da energia nuclear, dentro do espírito do Memorando de Entendimento firmado a 27 de julho de 1979.

Os Presidentes se congratularam pelo aumento significativo no fornecimento de petróleo venezuelano ao Brasil, o que constitui uma clara demonstração do dinamismo que adquiriram as relações bilaterais. Ressaltaram a importância do comércio dos hidrocarbonetos e do intercâmbio petroquímico, pesquisas tecnológicas e energéticas em geral, como fatores de ampliação e diversificação da cooperação bilateral.

Outrossim, expressaram satisfação pelo desenvolvimento das relações bilaterais nesse setor, fato que evidencia o alto grau de confiabilidade que caracteriza esse relacionamento entre o Brasil e a Venezuela.

Sublinharam, com agrado, a importância que atribuem à entrada em vigor, no dia de hoje, do Acordo para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Transporte Aéreo, instrumento de especial significação para o desenvolvimento dos transportes aéreos entre os dois países.

Manifestaram sua satisfação pela entrada em vigor, a 23 de julho de 1981, do Acordo Cultural entre o Brasil e a Venezuela, que revisou o de 1942, que contribuirá para a promoção de iniciativas tendentes a alcançar um melhor conhecimento mútuo dos valores culturais, e incrementará as correntes de intercâmbio nos campos cultural e universitário.

O Presidente Figueiredo e o Presidente Herrera Campíns manifestaram sua especial satisfação pelo aprofundamento do diálogo político e pela intensificação de diversas formas de cooperação entre o Brasil e a Venezuela, da qual a presente visita é testemunho eloquente.

Expressaram igualmente sua convicção de que o constante estreitamento dos laços bilaterais beneficiará os povos brasileiro e venezuelano, e contribuirá para o fortalecimento da cooperação, da integração e da solidariedade entre os países da América Latina.

O Presidente Herrera Campíns agradeceu ao Presidente Figueiredo o gentil convite e as cordiais atenções que recebeu durante sua agradável permanência no Brasil e manifestou, em nome de sua esposa, de sua família e da Comitiva Oficial que o acompanhou, sua gratidão pela calorosa acolhida dispensada. O Presidente Herrera Campíns estendeu ao Presidente Figueiredo um convite para que realize oportunamente uma visita oficial à Venezuela. O Presidente Figueiredo aceitou, com particular satisfação, e agradeceu vivamente o amável convite.

**9. Visita ao Brasil do Presidente do governo Colombiano,
Senhor Julio César Turbay Ayala.**

1 e 2 de setembro de 1981.

Brasília

- Discursos do Presidente Figueiredo
- Discursos do Presidente Turbay Ayala
- Declaração Conjunta Brasil-Colômbia.

01 DE SETEMBRO
PALÁCIO DO ITAMARATY
BRASÍLIA — DF

DISCURSO POR OCASIÃO DO JANTAR
OFERECIDO AO PRESIDENTE DA RE-
PÚBLICA DA COLÔMBIA, SENHOR
JULIO CÉSAR DE TURBAY AYALA

Excelentíssimo Senhor Presidente da República da Colômbia, Julio César de Turbay Ayala:

A presença de Vossa Excelência no Brasil tem o mais alto significado para as relações entre nossos dois países:

Há menos de seis meses, tive a grata oportunidade de estar na Colômbia e ser o primeiro Chefe-de-Estado brasileiro a visitar Bogotá.

Recordo, com emoção, as demonstrações da hospitalidade generosa com que o povo e o governo da Colômbia nos acolheram a mim, à minha mulher e à minha comitiva.

Sensibilizou-me, sobretudo, a genuína e cordial simpatia que os colombianos dedicam aos brasileiros. Estou seguro de que Vossa Excelência e a Senhora Turbay Ayala, assim como a ilustre comitiva que o acompanha, testemunharão, nesta viagem, o afeto que os brasileiros nutrem pela Colômbia e por seu altivo povo.

Nosso reencontro, passados poucos meses, é indício alentador das potencialidades do relacionamento entre a Colômbia e o Brasil e das perspectivas de sua cooperação em todos os setores.

Fundado na secular amizade que vincula nossos países, esse diálogo se alimenta da franqueza e da cordialidade próprias ao reencontro entre irmãos. E representa a determinação política dos dois governos de fortalecer e diversificar suas realizações conjuntas.

Senhor Presidente,

Vivemos um momento em que, contrapondo-se à visão ética das relações internacionais e aos princípios da cooperação igualitária e do diálogo franco, parecem querer ressurgir ultrapassadas vocações hegemônicas, equações de equilíbrio de forças, partilhas de esferas de influência e velhos intervencionismos.

O panorama é de natureza a preocupar os que, como nós, temos na paz, na cooperação e no desenvolvimento as principais metas de nosso comportamento externo.

Enfrentamos, portanto, novos óbices — que acreditávamos suplantados — à realização de nosso projeto diplomático. Alenta-nos, porém, uma tradição comum latino-americana, rica em experiência de paz e de solidariedade internacional. Princípios como, entre outros, o da não-intervenção, o do respeito à soberania dos Estados, o da solução pacífica de controvérsias e o da integração, não constituem, para nós, formas retóricas de estilo. Representam, ao contrário, padrões indispensáveis à conduta internacional dos Estados soberanos.

Na presente conjuntura, a América Latina não pode senão reafirmar os princípios que foram sua contribui-

ção pioneira à vida e ao direito internacionais. Deve traçar caminhos regionais autônomos, e demonstrar que a solução dos problemas coletivos só pode ser procurada no diálogo.

Temos os olhos postos na paz e na segurança internacionais, binômio que se desdobra no esforço pelo desarmamento entre as nações, na disposição permanente para a solução pacífica de controvérsias, e na definição de um espaço internacional propício ao desenvolvimento.

Preocupa-nos, nesse contexto, a estagnação das negociações econômicas no diálogo Norte-Sul, carregada de efeitos negativos sobre a cena internacional. Nossas propostas não se materializam em recriminações, mas na busca de plataformas comuns para a geração de vitalidade econômica. Em tal processo, não se darão passos expressivos se a inteligência econômica se dissociar da ética e da sensibilidade política. É fundamental que, no diálogo Norte-Sul, se combinem técnica e justiça, interesse e ética. E para que seus frutos sejam duradouros, toda convergência de interesses deve estar modulada pela eqüidade.

Não andamos, nós, países do Sul, em busca de benevolência, mas de maior eqüidade no sistema econômico global. Não desejamos soluções de superfície, soluções que aliviem consciências, sem constituir base para a real cooperação, em níveis progressivamente mais equilibrados. Não desejamos acertos retóricos, que servirão apenas para gerar, ao longo dos anos, a frustração e o ressentimento.

A verdadeira equação para as tensões internacionais deve estar fundada na confiança entre o Ocidente e os países do Terceiro Mundo. Para tanto, esperamos ver

realizados maiores progressos, na esteira da reunião de cúpula de Cancún e no mecanismo das negociações econômicas globais.

Não será possível estruturar um sistema internacional equilibrado e estável se não houver disposição de transformar e inovar. Não haverá paz sem confiança, nem confiança se o diálogo se apartar dos ideais de progresso e justiça.

Senhor Presidente,

Manancial importante da cultura latino-americana, a Colômbia permanece como centro irradiador de uma atividade cultural que já a notabilizava nos tempos coloniais.

Rica na expressão do espírito, a Colômbia se distingue também pelo seu acelerado desenvolvimento econômico e social, e pelos princípios de convivência política que pratica, nas esferas interna e externa.

Colômbia e Brasil, nesse sentido, encontram pontos de evidente afinidade. Compartilhamos um conjunto de valores, de que decorre o compromisso comum da edificação de sociedades abertas, com a participação consciente e responsável de todos os setores da sociedade. As realizações democráticas da Colômbia são extremamente importantes para nossa região. Estou convencido de que, no Brasil, tanto quanto na Colômbia, existem condições para que, sem qualquer ruptura, se construam bases sólidas para sociedades cada vez mais justas e prósperas.

Fiz da construção democrática do Brasil o cerne do programa político do meu Governo. Encontro-me inspirado, no desenvolvimento deste projeto, pela firme convicção de que a democracia é vocação natural do povo brasileiro. O processo político que hoje vivemos no Bra-

sil tem dinâmica irreversível. Não serão percalços de natureza econômica que irão interrompê-lo. Pelo contrário, estou certo de que, em estruturas políticas renovadas e de fortalecida legitimidade democrática, será mais fácil enfrentar os desafios econômicos e vencê-los.

Senhor Presidente,

Desde o século XIX, nos momentos iniciais da independência das nações latino-americanas, nossos ideais de convivência política foram informados pelo pluralismo e pela representatividade. Tantas vezes, não pudemos realizar esse ideal. Tantas vezes, a distância entre a retórica e a cena política foi tristemente expressiva. Dizia-se que os países legais eram diferentes dos países reais. Mas as discrepâncias não diluíram o veio profundo e permanente do ideal democrático, que hoje compõe uma das faces da presença da América Latina no mundo.

A América Latina vive momento especialmente fértil de renovação e de aprofundamento do diálogo político. Os caminhos da cooperação e do intercâmbio estão abertos. Os parâmetros que os orientam são modelares. Um deles é, exatamente, a delicada combinação entre a permanência das idéias comuns e a aceitação da diversidade no quadro internacional. Trocamos exemplos e experiências, êxitos e frustrações, mas não caminhamos no sentido da imposição de modelos, da determinação de influências e hegemonias. Esta prática une mais do que tudo. Ea nos proporciona a paz e, por isso, deve ser preservada e enriquecida.

Senhor Presidente,

É empenho de meu Governo estreitar os laços entre a Colômbia e o Brasil, concretizando todas as possibilidades abertas aos nossos empreendimentos comuns.

Durante sua vida independente, os dois países cultivaram profunda amizade. Como assinalei em Bogotá, o Libertador Simón Bolívar, em seu discurso de acolhida ao primeiro enviado do Governo brasileiro, ressaltava ser o Brasil «uma das garantias mais poderosas que receberam as repúblicas da América, no caminho de sua independência». O Libertador já prenunciava, em sua visão ímpar de estadista, o quanto se poderiam beneficiar as duas nações com uma aproximação reclamada pela contigüidade geográfica e plasmada em ideais comuns.

A intensidade renovada dos contatos de alto nível entre os dois Governos permitiu, em nossos dias, a celebração de um elenco abrangente de acordos com de cooperação em campos prioritários. Nossos países dispõem, portanto, dos instrumentos adequados a um frutífero intercâmbio, de que o Tratado de Amizade e Cooperação é valioso exemplo.

A importância do café para a economia de nossos países tem sido fator de aproximação entre Brasil e Colômbia, na busca da defesa de seus interesses comuns. Nossa atuação tem-se pautado sempre pela busca do equilíbrio do mercado cafeeiro, com vistas a assegurar preços justos para nosso principal produto de exportação. Por esse motivo, é com grande preocupação que o Brasil encara os momentos de crise que o mercado internacional do café tem atravessado. Dentro, porém, do constante espírito de defesa dos preços, o Brasil mantém seu apoio ao Acordo Internacional do Café, como instrumento válido e eficaz para o ordenamento do mercado. Agora, ao se aproximar o ensejo em que o sistema de preços previsto no Convênio deverá ser renegociado, considero importante um trabalho coordenado por parte

dos países produtores, a fim de que a revisão e a atualização desse mecanismo se façam em bases justas.

Outro exemplo do potencial de nossa colaboração é o acordo sobre o carvão, em cujo âmbito temos trabalhado juntos desde 1976, com resultados alentadores. Creio ser de interesse recíproco que esse produto ganhe importância em nossa pauta bilateral.

Os acordos de cooperação técnica e científico-tecnológica, tanto os assinados em Bogotá quanto os que firmaremos em Brasília, orientam o intercâmbio de experiência e conhecimento, em áreas como a formação de recursos humanos, a preservação do meio-ambiente, o álcool combustível e a pesquisa agro-pecuária, entre outras tantas.

Seja no contexto coletivo, seja no bilateral, o Brasil está disposto a levar a cabo um trabalho de fecunda cooperação com os países amazônicos. A tarefa que nos espera é complexa e os frutos serão, em alguns casos, de longa maturação. Importa, assim, empreendermos uma intensa troca de opiniões e experiências sobre o desenvolvimento regional, e uma ação harmônica no campo da pesquisa científica e tecnológica.

Senhor Presidente,

O fortalecimento da colaboração entre o Brasil e a Colômbia tem reflexos positivos sobre a nossa região, e está compreendido no cenário mais amplo da unidade e da integração latino-americanas.

Nossos dois países são solidários com os anseios das demais nações da região, às quais nos unem históricos propósitos de paz e de desenvolvimento.

Tive a grande satisfação de reencontrar, em Vossa Excelência, o estadista com ampla percepção dos problemas contemporâneos e o interlocutor plenamente identificado com a causa da amizade entre os dois países.

As proveitosas conversações que mantivemos e os acordos que iremos celebrar reiteram a firme disposição da Colômbia e do Brasil de abrir novos caminhos de entendimento.

É com esse espírito de fraternidade que convido todos os presentes para comigo brindarem à felicidade pessoal de Vossa Excelência e da Senhora de Turbay Ayala, à crescente prosperidade e concórdia da nobre nação colombiana e à amizade leal, sincera e crescente entre as duas repúblicas irmãs.

01 DE SETEMBRO
PALÁCIO DO ITAMARATY
BRASÍLIA — DF

DISCURSO DO PRESIDENTE DA CO-
LÔMBIA, SENHOR JULIO CÉSAR TUR-
BAY AYALA, POR OCASIÃO DO JAN-
TAR QUE LHE FOI OFERECIDO PELO
PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO

Excelentíssimo senhor Presidente do Brasil,
Senhores Ministros de Estado,
Autoridades militares, civis e eclesiásticas,
Distintos convidados:

Excelentíssimo Senhor;

Venho à vossa pátria com a emoção que o Brasil suscita em nosso povo. Faz poucos meses, Vossa Exceléncia visitou meu país e semeou, em terra bem adubada pelo afeto, as profundas raízes duma amizade que renovou seu vigor e adquiriu novas e mais positivas formas através da análise diáfana, franca e desprevenida que fizemos de todos os problemas comuns a nossas duas nações, assim como também de nossas obrigações hemisféricas e de nossos compromissos com a comunidade internacional.

Quando Vossa Exceléncia compartilhou conosco uns breves dias pôde apreciar, pela sua própria percepção, a admiração pessoal que meu país lhe dedica e o carinho,

sem limites que, pela nação brasileira, brota como um chafariz, de todos os corações colombianos.

Explico-me este afeto como uma demonstração de confiança e de fé no papel que o Brasil pode realizar no campo das relações hemisféricas onde, por direito próprio, ocupa uma posição de grande potência. Talvez a virtude que nós mais admiramos em vosso povo e em vossos estadistas é a simplicidade para administrar sua própria grandeza.

Nunca tem sido o Brasil uma ameaça para ninguém, nem tem mostrado propósitos imperialistas que, até começos deste século, caracterizaram a política da grande democracia do Norte, hoje felizmente respeitosa da integridade territorial e da capacidade de autodeterminação dos nossos povos.

Desde o Libertador Simón Bolívar até nossos dias, todos os homens de Estado que penetram no estudo desse País têm chegado à fácil conclusão de que o Brasil constitui a melhor garantia e a esperança de paz mais firme. Assim, acredito eu firmemente e por isso o prego, sem os recortes que costumam estabelecer alguns países que têm melhor definido seu conceito da rivalidade de que o da amizade.

A Colômbia tem consciência de não ser êmulo desta grande nação presidida por um estadista que sabe ganhar amigos e conduzir, sem sobressaltos, a seu povo que, com razão, reconhece a bondade de suas qualidades humanas.

Durante vossa visita à Colômbia revestimos com plenos poderes aos chanceleres dos dois países para subscrever tratados que muito interessam às relações bilaterais. Entre estes subscreveram-se:

o de turismo;

o de cooperação amazônica;

o de amizade e cooperação;

o de assistência recíproca para a prevenção, controle e repressão do uso e do tráfico ilícito das substâncias estupefacientes e psicotrópicas;

o de cooperação sobre as utilizações pacíficas da energia nuclear; e

o acordo complementário de cooperação científica.

Todos estes tratados estão sendo objeto de estudo cuidadoso pelo congresso colombiano e acho que, na atual legislatura ordinária, receberão sua aprovação.

Se de seu lado o Brasil dá aos referidos projetos o mesmo tratamento preferencial, penso que, rapidamente, poderemos cambiar os instrumentos respectivos e comprometer-nos na grande empresa de recíproca colaboração que implicam tais convênios. As relações entre nossos povos, sem lugar a dúvida, poderá dinamizar-se e adquirir o ritmo acelerado que reclama a política internacional nos tempos modernos.

Sei que, além dos tratados aos quais faço referência, nossos governos têm avançado no estudo de novos convênios que respondem às necessidades vitais para a cooperação tecnológica entre nossos dois países.

Suspeito não errar afirmando que são ilimitadas as possibilidades de ação que se abrem, no futuro imediato, a nossas duas nações. Nenhuma das atividades próprias ao nosso desenvolvimento é de escassa significação. Todos os temas representam a consagração e o esforço dos nossos governos. Como exemplo assinalo o que significa poder cumprir nossas obrigações de países amazônicos. Esta é uma política de incomensuráveis direitos com os particulares em empresas integracionistas que matéria de carvão, podemos entender-nos facilmente.

Existem muitos campos nos quais podemos, no entanto, aprender muito de vossas experiências. Precisamente acompanha-me, nesta visita, os ministros que mais diretamente têm que ver com os temas que serão tratados em nossas entrevistas e nas quais eles, em seu momento, terão que sustentar com seus ilustres colegas do Brasil.

Também queremos comprometer-nos com o Estado e com os particulares em empresas integracionistas que nos permitam, a uns e a outros, completar-nos e fornecer-nos daqueles insumos e com os produtos terminados que nossas economias requeiram. Penso que, em matéria de carvão, podemos entender-nos facilmente.

No que se refere aos carvões coquizáveis, estamos dispostos a realizar, em conjunto com os técnicos brasileiros, os estudos de pré-factibilidades indispensáveis, para desenvolver, pelo caminho reto, os planos respectivos. Assim mesmo entendemos que o Brasil, talvez para o ano 1985, precise importar carvões térmicos que nós estamos em capacidade de lhe fornecer nas melhores condições possíveis. Não excluo a possibilidade de que a empresa privada e as mesmas entidades governamentais dos nossos povos possam logo comprometer-se em empresas ambiciosas.

Nós, os colombianos, somos um pouco cépticos sobre a criação, mais ou menos próxima, duma nova ordem econômica internacional, da qual se tem vindo falar, com insistência inútil, nestes últimos lustros. Trata-se dum tema que se converteu em objeto de dissertações acadêmicas, de estudos econômicos e de ensaios sociológicos.

Os estadistas do Norte e do Sul coincidem no campo da teoria sobre a prelação para modificar muitas das

velhas estruturas econômicas que não perderam seu caráter colonialista. No entanto não há esforço mais difícil que o de convencer aos países desenvolvidos para que cedam no campo dos privilégios e compartilhem suas riquezas e sua abundância com os povos de menos ingressos. Desde já será necessário persistir nesta política, tanto quanto seja preciso e fazer possível o desenvolvimento acelerado dos países em processo de crescimento.

A próxima conferência Norte-Sul de Cancún tem a vantagem de que congrega aos pregoeiros autorizados dos dois mundos. Mas, ao mesmo tempo, tem a desvantagem de que seu número é muito reduzido, até o ponto de que mais das seis quintas partes dos países integrantes das nações unidas não serão membros em direito pleno de tal conferência, na qual radica nossa esperança no que possam fazer, a favor da nova ordem econômica internacional, os distintos Chefes-de-Estado do Brasil, da Venezuela e da Guiana.

O petróleo divide muito mais o mundo que a mesma geografia. Falar de Norte e de Sul é acertado, mas, ao referir-nos ao nosso continente, incluído para os efeitos da conferência de Cancún no lado Sul, parece indispensável estudar as circunstâncias diferentes das nossas economias.

Seria necessário estabelecer a primeira diferença entre o Sul petroleiro e o Sul não-petroleiro. Nós defendemos os preços dos produtos básicos, mas não estamos bem convencidos de que o encarecimento excessivo dum só deles se identifique com as aspirações duma nova ordem econômica internacional justiceira.

Sem ter que deplorar, com pesar do bem alheio, a prosperidade dos países produtores de petróleo, nossas energias deverão canalizar-se especialmente em obter melhores preços nos mercados internacionais para os ou-

tos produtos básicos dos quais depende a prosperidade dos povos de menos ingressos.

Num mundo onde a inflação tem determinado que a grande maioria dos bens aumente seu preço, registra-se o fenômeno de que os produtos básicos dos países de menos ingressos se vêm envilecidos nos mercados internacionais.

O Brasil e a Colômbia têm padecido este fenômeno em relação à política cafeeira. Uma grande associação nos foros internacionais permitiu-lhes lutar, ante a incompreensão dos consumidores e de não poucos países produtores, em defesa dos preços do grão.

Nossos povos constituem uma exceção no mundo cafeeiro latino-americano. São os únicos que dispõem duma organização nacional séria e estruturada e os únicos que, em diferentes ocasiões, têm feito sacrifícios conscientes para evitar o rompimento dos preços do café. Temos o sentido da disciplina do mercado e sabemos da eficácia dos acordos internacionais.

Somos os produtores principais de café do Mundo e jamais utilizamos essa posição para causar prejuízo aos produtores pequenos nem para abusar das nações consumidoras.

Estando próxima a reunião de Londres, eu me atreveria a dizer que nada resultará tão proveitoso para assegurar o êxito dessa conferência, como o acordo prévio dos produtores. A autoridade negociadora dos países produtores diminui ante os consumidores que se apresentam anarquizados e dispersos.

Felizmente a Colômbia e o Brasil continuarão trabalhando identificados nos seus propósitos e dispostos a por sua autoridade e sua experiência ao serviço dum acordo estável que evite as crises intermitentes da políti-

ca cafeeira. Ouso supor que este é um foro apropriado para recomendar às nações cafeeiras, pensando em termos do futuro, que não se lancem irrefletidamente pelo caminho para intensificar, ao amparo dos preços do grão, sua produção respectiva. A superprodução exerce um maior poder envilecedor dos preços internacionais que o próprio egoísmo dos intermediários ou que as preocupações domésticas das donas-de-casa. Permitam-me dizer que a superprodução é tão prejudicial aos preços e quotas do mercado do café como a soja é para a qualidade e a quantidade da produção cafeeira.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Este diálogo que agora prosseguimos é a continuação do que iniciamos na vossa inesquecível visita a Bogotá; espero que se converta, pela bondade de seus resultados, num ponto de referência obrigatório para o fortalecimento das relações entre o Brasil e a Colômbia que, em vosso governo e no meu, tem desbravado os caminhos da cooperação leal entre os povos que unem a história, a geografia e o destino comum da América.

Muito obrigado.

2 DE SETEMBRO
CONGRESSO NACIONAL
BRASÍLIA — DF

DISCURSO DO PRESIDENTE DA CO-
LÔMBIA, SENHOR JULIO CESAR TUR-
BAY AYALA, POR OCASIÃO DE SUA
VISITA AO CONGRESSO NACIONAL

Honoráveis membros do Congresso:

Entre os atos mais diferentes que se me têm tributado por ocasião de minha visita ao Brasil, devo destacar esta reunião com os membros do Congresso Nacional, que, em certo modo, considero meus colegas, pois a minha vida pública tem uma típica formação parlamentária.

Tenho oficiado nestes altares da democracia e aproximo-me a eles com a fé de quem confia, com devoção, no poder dos mecanismos representativos. Acredito que, dentro do sistema de controles mútuos que implica o exercício da democracia, corresponde às câmaras legislativas a mais nobre função. Elas não só modelam a arquitetura jurídica do estado, mas também cumprem uma tarefa fiscalizadora que as enobrece.

O congresso não é tão-só uma máquina de fazer leis, mas também um posto de observação, de análise de todos os atos que, duma ou doutra maneira, afetam a vida administrativa do país. Um congresso que não tivesse capacidade fiscalizadora estaria diminuído em suas funções e negaria os valores essenciais que justificam sua existência.

Não ignoro naturalmente que, em muitos lugares, ao amparo da função fiscalizadora do congresso, faz-se «flibusteirismo», parlamentário. Isso não é uma falha da instituição mesma, mas dos que desvirtuam os objetivos e as metas que o congresso deve conquistar quando faz uso sensato e construtivo da liberdade.

Tendo em consideração que o congresso não é perfeito e pode incorrer em erros, sou, apesar desse fato, um decidido defensor de sua existência e um firme abandonado de seus foros. Compartilho o pensamento amplamente generalizado de que, onde não funcionam as câmaras, costumam mandar as camarilhas.

De maneira análoga pertenço à escola filosófica e política dos que afirmam que os estragos da liberdade os cura a mesma liberdade. O estado moderno possui o desafio dos graves problemas que hoje afetam a imensa maioria das nações. Logicamente, as câmaras, por si mesmas, não podem curar, com extraordinária rapidez, as enfermidades que padecem os povos, mas sim podem, como ordena a constituição, auxiliar, com os órgãos restantes do poder público, a fazer face às circunstâncias complexas que hoje gravitam na órbita mundial.

Sou um convencido de que o planejamento democrático é o instrumento que os países em vias de desenvolvimento podem empregar para romper as cadeias da miséria. Acredito com uma convicção firme que, somente através dum investimento metódico da despesa pública submetido a um programa de longa projeção que assinale as prioridades essenciais do desenvolvimento, poderíamos imprimir-lhe, a este, um rumo acelerado e melhorar a qualidade de vida dos habitantes de nossos respectivos países.

Um país sem programas de desenvolvimento, necessariamente, agarrará como o navio sem bússola. Abrir os

caminhos da participação democrática e fortalecer a concertação entre o estado, a iniciativa privada e a força laboral é uma política que servirá para congregar vontades e analisar objetivos que garantam, em pouco tempo, uma vida decorosa que se compadeça da suprema dignidade da pessoa humana.

Todos os povos querem ter acesso aos bens da civilização e da cultura e é nossa obrigação de governantes fazer-lhes a conquista de níveis de vida que respondam ao clamor unânime da justiça social.

A nossa voz nestes foros nacionais e internacionais deverá levantar-se vigorosamente para reclamar melhores termos de colaboração internacional. O sistema interamericano, tão rico em valores espirituais, atende, principalmente, aos aspectos de nossas relações jurídico-políticas.

Naturalmente, não quero desconhecer o muito que representa em favor da paz o respeito a princípio da não-intervenção, a santidade dos tratados, as soluções pacíficas e, sobretudo, um instrumento jurídico que oportunamente foi concebido como a contribuição mais eficaz para frear o armamentismo. Refiro-me ao tratado de assistência reciproca do Rio de Janeiro que, bem aplicado, deveria converter-se na verdadeira garantia da paz e, como consequência, do progresso.

O sistema de segurança coletiva que subscreveram os representantes dos governos da América no Rio de Janeiro representa uma contribuição eficaz para que os países deste hemisfério não malgastem os recursos que podem dedicar ao desenvolvimento, em armas convencionais que excedem as necessidades da defesa nacional e que passam a converter-se num fator de perturbação da paz.

Geralmente todos os governos combatem o armamentismo, mas sempre preferem dirigir suas baterias verbais contra o armamentismo nuclear e não contra o convencional que é o que, em verdade, constitui um perigo e uma limitação para o desenvolvimento de nossos povos.

É claro que, a todos nós, nos agradaria o desarmamento geral e completo. Porém, como esta decisão corresponde às superpotências, não é fácil garantir o êxito total duma empresa tão necessária.

América tem que ser um território de paz, mas não de paz armada. Não devemos cair nas garras do equilíbrio do terror para garantir a cordialidade entre os povos. Armar-se, além do que requer o exercício da soberania e da defesa adequada das fronteiras, é uma política que obtém, ainda sem se propor, uma caráter bélico.

Reconsiderando finalmente sobre a necessidade de trabalhar em defesa dos preços básicos, devo insistir na tese que aconselha a necessidade de estabelecer diferenças entre as possibilidades que se apreciam entre o Sul petroleiro em contraste com o Sul não-petroleiro.

Por exemplo, enquanto em 1970 — refiro-me ao caso colombiano — o preço externo de duas libras e meia de café nos servia para comprar um barril de petróleo; em 1977 — um ano de bons preços para o grão — queríamos 5,3 libras e, em 1981, a desproporção é ainda maior, pois hoje compramos o mesmo barril do crú com o equivalente de 33 libras do café. Suponho que o caso brasileiro é ainda mais grave, pelo menor valor que tem o café deste país em relação com o colombiano.

Permit-me este exemplo insistir ante o congresso desta grande nação na tese exposta no discurso que dirigi ao Excelentíssimo Senhor Presidente Figueiredo, de

que os países do Terceiro Mundo devemos comprometer-nos, com todas nossas energias, numa política que lhe dê estabilidade e que torne remunerativos os preços de todos os produtos básicos e não exclusivamente o do petróleo.

Muitos seriam os temas de interesse comum que poderia apresentar à vossa ilustrada consideração, mas sinto-me como se estivesse abusando de vossa paciência e ocupando vosso tempo numa cerimônia que vos agradeço pela fidugia que reveste e que me obriga a não me afastar dos limites próprios nestes atos.

Finalmente, seja-me permitido expressar-vos a cordialidade que 29 milhões de colombianos experimentam pelo Brasil, por suas instituições e por seu povo. No que a mim se refere, minha gratidão é imperecedora para convosco que sois a viva realidade duma nação onde a grande abertura democrática é a política que compartilham o governo, as forças armadas, o povo e, naturalmente vós que os representais com dignidade, eficiência e patriotismo.

Só me resta agradecer-vos as generosas palavras com as quais fui cumprimentado neste recinto e que muito me honraram, muito além do que mereço.

Muito obrigado.

02 DE SETEMBRO
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
BRASÍLIA — DF

DISCURSO DO PRESIDENTE DA CO-
LÔMBIA, SÉNOR JULIO CÉSAR TUR-
BAY AYALA, POR OCASIÃO DE SUA
VISITA AO SUPREMO TRIBUNAL FE-
DERAL

Honoráveis magistrados:

O Brasil é um país onde permanentemente se há rendido culto ao direito. É uma terra de juristas que têm penetrado em todas as dimensões jurídicas e que enriqueceram enormemente a jurisprudência hemisférica. Ter, pois, a oportunidade de ser recebido pelos que constituem a cabeça do Poder Judiciário representa, para um Presidente duma República de democratas como é a Colômbia, uma honra que sei apreciar em todo o significado afetivo e em sua projeção no campo das relações entre nossas duas nações.

Os fundadores da República da Colômbia disseram, com precisão e sabedoria, ao concluir a batalha emancipadora, que se as «armas nos deram a independência, as leis nos darão a liberdade». Esse pensamento prolongou-se através do tempo e do espaço e constitui a característica fundamental do nosso povo. Colômbia é, acima de qualquer outra consideração, um país de leis com vocação jurídica inalterável.

Considero oportuno utilizar a hospitalidade intelectual que o Supremo Tribunal Federal me brinda para lhes informar sobre algumas de nossas características jurídico-políticas que, em meu critério, possuem identidades valiosas.

A evolução das instituições políticas colombianas tem representado um esforço permanente dos legisladores, juízes e administradores com o fim de adequar o comportamento do processo político para a normatividade constitucional, sem esquecer que esta deve recolher as tendências doutrinais do Estado moderno. Tal evolução pode caracterizar-se como uma marcha incessante dirigida ao estado social do direito, como uma busca permanente da justiça social.

A modernização das instituições políticas de meu país se tem operado desde o ano 1936, quando, dum liberalismo clássico, de índole puramente individualista, passou-se às novas correntes jurídicas, representadas pela escola solidarista do direito. Então concebeu-se o Estado como um órgão que cumpria, não somente as funções policiais clássicas de velar pela vida, a honra e os bens dos nacionais, senão como uma entidade com deveres sociais que, de sua parte, também devem cumprir os particulares.

Dentro dessa nova concepção política, a propriedade deixou de ser um conceito de domínio absoluto no sentido romano da expressão para ser considerada como um direito que terá que cumprir uma função social. Ali, nesse instante histórico, nasce o Estado social do direito colombiano, como uma resposta ao individualismo opressor e ao coletivismo totalitário. A liberdade e a justiça social não são consideradas como conceitos excludentes, senão como metas da nova concepção do Estado.

Depois, no ano 1945, introduziram-se reformas que tratam de racionalizar, em maior grau, o trabalho parlamentário.

No ano 1968 operou-se uma grande transformação jurídico-política que se orienta no princípio de deslocar a iniciativa em matéria de gasto público e noutras matérias importantes, das mãos do Congresso às do Executivo.

Esse fortalecimento da administração era necessário por razões de ordem técnico-jurídica, pois a complexidade dos problemas projetados pela vida moderna impõe uma competência especial nos organismos encarregados de apresentar as soluções que, por múltiplas razões, radicam-se no Executivo. Mas, o tal fortalecimento teve, como compensação necessária, a intensificação dos mecanismos de controle político, pois, por meio desse jogo de contrapesos, garante-se a eficácia da administração e os direitos dos cidadãos.

No ano 1979, em meu governo, realizou-se outra reforma constitucional que está chamada a transformar sensivelmente o trabalho parlamentário e a administração da justiça.

A partir deste último ponto de vista, vale a pena destacar que, em matéria penal, a transformação é profunda porque, do sistema inquisitivo que tinha graves deficiências, passa-se a um sistema marcadamente acusatório que dirigirá o fiscal geral da nação. Esperamos que esta reforma tenha consequências benéficas na administração da justiça penal, considerada como um elemento essencial da ordem social, pois uma sociedade onde a pesquisa dos delitos não conduza a resultados positivos, terminará contaminada e desordenada.

Quanto ao controle da constitucionalidade das leis, exercido pela Corte Suprema de Justiça que é o organi-

mo equivalente a vosso «Supremo Tribunal Federal», introduziram-se reformas tendentes a conseguir um controle unificado que substitua o controle difuso, reinante até esse momento. Esse controle de constitucionalidade da lei opera sob o regime jurídico duma ação pública, aberta a todos os colombianos.

E, como órgão encarregado de administrar a carreira judicial e de exercer o poder disciplinatório sobre os magistrados, juízes e advogados, introduziu-se o Conselho Superior da Judicatura.

Estas breves notas sobre o ordenamento jurídico colombiano vos mostram que nosso povo não tem deixado de buscar o aperfeiçoamento de suas instituições, pois, sem incorrer nos excessos do nominalismo constitucional, o governo considera que uma normatividade apropriada e eficaz constitui uma base relevante da concórdia e do progresso.

Porém, um ordenamento jurídico aperfeiçoado não constitui garantia suficiente de concórdia e de progresso porque, nas sociedades em via de desenvolvimento, são vários os elementos que conspiram contra o sistema político, ao procurar transformá-lo violentamente em ordens jurídicas totalitárias.

O Estado de direito deve buscar então seu apoio na força, umas forças armadas profissionais, fortes, leais e capazes de derrotar aos inimigos da democracia. Talvez possamos dizer sobre estas relações entre a força e o direito que as forças armadas conservarão a independência como orçamento insubstituível da liberdade cidadã.

Outra das modalidades, talvez a mais importante da reforma do 79, é a que, definitivamente, institucionaliza e faz funcionar o planejamento democrático. Torna-se obrigatório, desta maneira, para quem resulte eleito Presidente da República, apresentar à consideração das

câmaras, nos primeiros cem dias de seu governo, o programa de desenvolvimento econômico e social. Estamos certos de que o planejamento e a concertação são fatores que exercem influência decisiva para dinamizar o desenvolvimento.

Desejo expressar a esta augusta corporação o testemunho da minha gratidão pela distinção que significa o fato de ser recebido e ouvido pelos que encarnam a majestade da República Federativa do Brasil.

Muito obrigado.

02 DE SETEMBRO
CLUBE NAVAL
BRASÍLIA — DF

DISCURSO DO PRESIDENTE DA CO-
LÔMBIA, SENHOR JULIO CÉSAR TUR-
BAY AYALA, POR OCASIÃO DO JAN-
TAR QUE LHE FOI OFERECIDO PELO
PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO

Excelentísimo Señor Presidente:

Qué grato resulta el diálogo cuando se realiza entre personas desprevenidas que se aproximan con objetividad al análisis de las situaciones y buscan, con imaginación creadora, soluciones para los problemas.

Las conversaciones que ha sostenido con vuestra excelencia, así como las que mis compañeros de trabajo han adelantado con las autoridades brasileñas, se han movido dentro del marco de la más constructiva amistad, demandando en todos los campos posibles la colaboración entre nuestros pueblos y gobiernos y diseñando las estrategias para convertir en realidad las ideas que hoy pertenecen al plano teórico de las posibilidades, pero que mañana serán palpable y tangible realidad.

El ejercicio del gobierno supone, además del conocimiento de los asuntos del Estado, el sentido del mando, esto es, la capacidad de dirigir, ordenar y coordinar los planes y programas que en lo interno se requieran, así como poder con propiedad manejar los asuntos internacionales que oscilan, en nuestro caso, 'desde los

muy sencillos de nuestras relaciones bilaterales, hasta los bien complejos de nuestros compromisos con la comunidad internacional a la cual pertenecemos y cuyos problemas, inequívocamente, nos afectan.

En estos dos campos, el nacional y el internacional, debo reconocer que Vuestra Excelencia es un estadista moderno, que sabe bien lo que desea y conoce a plenitud la mejor forma de lograrlo. Sería injusto en mis apreciaciones si no reconociera, como lo hago con verdadero agrado, la gran apertura democrática que Vuestra Excelencia está impulsando en este gran país.

Para asumir una actitud como la vuestra, se requiere tener fe creciente en la madurez de vuestro pueblo y coraje suficiente para permitir que las corrientes de opinión circulen sin encontrar retenes o aduanillas que les impidan su libre paso.

Yo creo que el Estado moderno tiene necesariamente que ser un Estado fuerte, en el cual la autoridad impida que el caos se enseñoree del país. Pero es evidente que no existen incompatibilidades entre la autoridad y la libertad.

La tarea que Vuestra Excelencia se ha impuesto le da perfiles excepcionales al ejercicio de vuestro gobierno y seguramente le conquistará un puesto de primeirísima importancia en la brillante nómina de los mandatarios brasileños. Quisiera que Dios me diera larga vida para poder admirar, en los años finales de esta centuria, la prosperidad de este país llamado a convertirse no solo en la primera potencia de Latinoamérica, sino también en la democracia ejemplar del continente.

Bajo el amplio cielo brasileño encontrarán siempre los amantes de la naturaleza y de la libertad un lugar para vivir una existencia plácida, en la que el progreso y los altos valores del espíritu andan hermanados. El Brasil,

como lo dijera uno de los cronistas de la Colonia, refiriéndose a mi patria, «es tierra buena, es tierra grata, es tierra de promisión, es tierra para edificar perpetua casa».

Volviendo a los concretos objetivos de mi visita al Brasil, debo declararme satisfecho con los resultados obtenidos, pues hemos podido complementar el diálogo que iniciamos en Bogotá, hacer avances sustantivos en los asuntos de interés común y establecer que dentro del marco de la ALADI, además de reafirmar lo que constituye el patrimonio histórico de la antigua ALALC, se nos abren inmensas oportunidades de acción.

Los gobiernos pueden abrir los caminos y crear la infraestructura de los grandes acuerdos, pero no se debe ignorar que de la gran empresa integracionista no puede estar ausente el sector privado que tiene la responsabilidad de impulsar el desarrollo al amparo de los convenios internacionales.

La integración nos es un capricho de los gobernantes, sino un mandato de la historia que nos obliga a complementar y a aunar nuestras energías para mejorar la calidad de vida de nuestros pueblos y alcanzar altas metas de justicia social. Todos los días se advierte mejor que el mundo se ha dividido en grandes y poderosos núcleos económicos que pretenden constituirse en mercados de privilegio para sus miembros.

Nosotros en Latinoamérica no podemos individualmente desarrollar a plenitud nuestras ventajas comparativas y nuestra competitividad internacional, si no hacemos de la integración una política hemisférica prioritaria que permita a Latinoamérica participar de los bieques de la civilización, del progreso, de la cultura y de la tecnología, en la misma proporción de aquellas regiones que ya han conquistado etapas superiores del desarrollo.

Al concluir nuestra visita a Brasilia tenemos nuevos motivos para acrecentar nuestra gratitud hacia Vuestra Excelencia y hacia el pueblo de esta gran nación. Hemos recibido el testimonio del afecto vuestro y hemos disfrutado de la tradicional hidalguía de vuestros compatriotas que saben entregar su amistad a quienes se la ofrecen y su corazón a quienes le entregan el suyo.

Será imposible olvidar los fugaces días que nos han dado el privilegio de aproximarnos más a vuestras gentes y de conocer mejor el alma de esta gran nación.

Excelentísimo Señor Presidente:

Es indudable que el resultado de nuestra visita está llamado a traducirse en el mejoramiento no solo de la infraestructura de las relaciones económicas, del intercambio comercial, de la cooperación cultural, científica y tecnológica, sino también en el fortalecimiento de la amistad entre nuestros pueblos y su gente.

En la medida en que he podido tratar a Vuestra Excelencia y a vuestra familia, se han acrecentado los vínculos de una amistad, que de nuestra parte se proyectará en el futuro, tanto cuanto nuestra propia existencia.

Invito a todos a brindar por la prosperidad del pueblo brasileño, por el bienestar de la Señora de Figueiredo y del ilustre soldado y gobernante que con dignidad encarna la suprema majestad de esta gran República.

02 DE SETEMBRO
CLUBE NAVAL
BRASÍLIA — DF

DISCURSO POR OCASIÃO DO JANTAR
OFERECIDO PELO PRESIDENTE DA
COLÔMBIA, SENHOR JULIO CÉSAR
DE TURBAY AYALA

Excelentíssimo Senhor Presidente da República
da Colômbia, Julio César de Turbay Ayala:

As palavras de Vossa Excelência confirmam a personalidade aberta e generosa do grande amigo que encontrei em Bogotá, do amigo sincero, que passei a admirar a partir do primeiro encontro que tivemos. Sabemos, Vossa Excelência e eu, que os amigos devem conversar, trocar idéias, discutir problemas e falar de seus planos.

Nesse sentido, muito me alegra que Vossa Excelência haja decidido aceitar o convite que lhe formulei quando de minha grata estada em Bogotá, em março último. Venho, agora, reafirmar, que todos nós brasileiros vemos no Presidente da Colômbia o representante das melhores qualidades de um povo irmão. As afinidades entre os povos da Colômbia e do Brasil exigem todo o empenho de seus Governos no trabalho de estreitar esse laço fraternal.

Senhor Presidente,

Nos vários contatos que mantivemos, muito me impressionaram a clareza e a objetividade da percepção que tem Vossa Excelência dos problemas internacionais. Não tenho dúvidas de que para tanto deverá ter contribuído, de modo marcante, a vasta experiência daquele que exerceu, com reconhecido brilho, as funções de Ministro das Relações Exteriores e de Embaixador em alguns dos mais importantes postos da diplomacia colombiana.

Por ocasião da visita que fez a Brasília, como Chanceler, em 1969, para o lançamento da pedra fundamental da nova sede da Embaixada da Colômbia nesta Cidade, já estava Vossa Excelência pessoalmente empenhado em trabalhar pelo fortalecimento das relações entre nossos países.

Senhor Presidente,

Brasil e Colômbia observam com preocupação a escalada das tensões mundiais e a exacerbação das contendas ideológicas.

A retomada de atitudes típicas da guerra fria acarreta graves prejuízos aos países em desenvolvimento, tanto no plano político quanto no econômico. São crescentes as pressões exercidas sobre esses países no sentido da afirmação de uma absoluta prioridade da competição entre Leste e Oeste. Caso acolhidas, tais pressões viriam estreitar abusivamente aquele campo de atuação internacional em que se defendem os interesses específicos das nações em desenvolvimento.

Em resposta a essa tendência, devemos chamar a atenção da comunidade mundial para o crescimento da desigualdade entre as nações altamente industrializadas e

o conjunto dos países do Terceiro Mundo, que se faz sentir em aspectos essenciais da existência humana, tais como a alimentação, a saúde e a educação.

O momento exige que unamos esforços no sentido de sensibilizar as nações desenvolvidas, quanto à capital importância de se encontrar solução para os problemas ligados à criação de uma nova ordem econômica internacional. Só esse trabalho de convencimento poderá conduzir ao desbloqueio do diálogo Norte-Sul, em todas as suas instâncias.

Nesse contexto, a colaboração entre as nações em desenvolvimento pode assumir caráter verdadeiramente exemplar. Muitas são as avenidas que se abrem à busca de soluções conjuntas para dificuldades comuns, entre as quais caberia citar, como exemplo, o desenvolvimento de fontes alternativas de energia e a utilização racional dos recursos do trópico úmido.

No mesmo espírito, Brasil e Colômbia poderão tornar mais intenso e diverso o intercâmbio que mantêm com os países irmãos da América Central e do Caribe.

Senhor Presidente,

Temos diante de nós o desafio de conceber idéias novas, de desenvolver em comum um arcabouço conceitual que corresponda à nossa situação no concerto das nações. É importante que esse ideário, vivo e dinâmico, possa servir-nos de instrumento na luta pela transformação dos padrões de convivência global, que hoje nos são obviamente adversos.

O substancial aprofundamento e a rápida intensificação das relações entre a Colômbia e o Brasil constituem sinais claros do êxito dos esforços que vimos empreendendo. Só unidos poderemos conviver com uma

realidade internacional onde as oportunidades não surgem por si mesmas, mas precisam ser criadas e aproveitadas com determinação.

É altamente significativa a visita de Vossa Excelência ao Brasil, menos de seis meses depois de minha viagem a Bogotá. Ao lado desse componente pessoal em nossas relações bilaterais, contamos com expressivo número de compromissos firmados nas duas ocasiões, oferecendo amplo lastro jurídico à colaboração brasileiro-colombiana nos mais diversos setores, tais como o da cooperação técnica, o da cooperação amazônica e o do intercâmbio de experiências na área da ciência e da tecnologia.

Senhor Presidente,

Essa vocação para o trabalho solidário de nossos países, e as perspectivas promissoras que ora se abrem diante de nós, inspiram-me a propor um brinde à prosperidade e ao bem-estar, cada vez maiores, da grande nação colombiana, ao desenvolvimento das fraternas relações entre o Brasil e a Colômbia e à felicidade pessoal de Vossa Excelência e Senhora de Turbay Ayala.

DECLARAÇÃO CONJUNTA BRASIL-COLÔMBIA

DECLARAÇÃO CONJUNTA BRSIL-COLÔMBIA, ASSINADA EM BRASÍLIA, EM 2 DE SETEMBRO DE 1981, PELOS PRESIDENTES JOÃO FIGUEIREDO E JULIO CÉSAR TURBAY AYALA

Atendendo a convite do Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, João Baptista de Oliveira Figueiredo, o Senhor Presidente da República da Colômbia, Julio César Turbay Ayala, acompanhado de sua esposa, Nydia Quintero de Turbay, visitou oficialmente o Brasil entre os dias 31 de agosto e 6 de setembro de 1981.

O Presidente da República da Colômbia se fez acompanhar da seguinte Comitiva:

- Sua Excelência o Doutor Carlos Lemos Simmonds, Ministro das Relações Exteriores;
- Doutor Eduardo Wiesner Durán, Ministro da Fazenda e Crédito Público;
- General Luis Carlos Camacho Leyva, Ministro da Defesa Nacional;
- Doutor Luis Fernando Londoño Capurro, Ministro da Agricultura;
- Doutor Carlos Rodado Noriega, Ministro das Minas e Energia;

- Doutor Enrique Vargas Ramírez, Ministro de Obras Públicas e Transporte;
- Sua Excelência o Doutor Germán Rodríguez Fonnegra, Embaixador da Colômbia no Brasil;
- Senhora Diana Turbay Quintero, Secretária Particular do Presidente da República;
- Doutor Arturo Goméz Jaramillo, Gerente da Federação Nacional de Cafeicultores;
- Doutor Rafael Gama Quijano, Gerente-Geral do Banco da República;
- Coronel Jaime Forero Quinones, Chefe da Casa Militar da Presidência da República;
- Doutor Manuel Sanz de Santamaría, Diretor-Geral do Protocolo do Ministério das Relações Exteriores;
- Senhora Martha Montoya, Secretária de Informação e Imprensa da Presidência da República;
- Senhor Julio Aníbal Riaño Velandia, Sub-diretor do Protocolo do Ministério das Relações Exteriores;
- Major Roberto Arbelaez Moscoso, Ajudante-de-Ordens de Aeronáutica;
- Major Paulino Álvarez Nino, Ajudante-de-Ordens de Policia; e
- Doutor Gustavo Malagon Londoño, com categoria de Ministro-Conselheiro.

O programa da visita teve início em Manaus, onde o Presidente da República da Colômbia recebeu as boas-vindas do Governador do Estado do Amazonas, Senhor José Lindoso, e se desenvolveu em Brasília, São Paulo e São José dos Campos. Na Capital do Brasil o ilustre visitante foi recebido pelo Presidente Figueiredo, e em São

Paulo foi acolhido pelo Governador do Estado, Senhor Paulo Salim Maluf.

A visita do Presidente Turbay Ayala ao Brasil, que se realiza depois de curto intervalo da que o Presidente Figueiredo efetuou à Colômbia, reflete a intensificação da ampla e positiva cooperação que se manifesta nas relações brasileiro-colombianas.

Os dois Presidentes mantiveram diversas entrevistas, que constituíram ocasião especial para renovar os propósitos de seus respectivos Governos de continuar a fortalecer o entendimento e concórdia que tradicionalmente têm caracterizado as relações entre o Brasil e a Colômbia.

Durante a visita, na qual prevaleceu o espírito de fraternal e estreita amizade que une o Brasil e a Colômbia, os Presidentes examinaram a presente conjuntura mundial e latino-americana e o dinâmico e franco desenvolvimento que caracteriza as relações bilaterais.

Ao final de suas conversações, os dois Chefes-de-Estado acordaram subscrever a presente

DECLARAÇÃO CONJUNTA

Reiteraram o direito de todos os Estados a sua plena realização na comunidade internacional, com base na igualdade soberana, no respeito mútuo, na integridade territorial, na exclusão da ameaça ou do uso da força, no fiel respeito às obrigações emanadas dos tratados, na autodeterminação dos povos, na não-intervenção nos assuntos internos e externos de cada país, na defesa dos direitos humanos e na solução pacífica das controvérsias. Reafirmaram igualmente a determinação do Brasil e da Colômbia de conduzir suas relações internacionais em um clima de paz e de concórdia, levando em conta

suas metas prioritárias de buscar o bem-estar de suas populações e o desenvolvimento integral, independente e soberano.

Reiteraram a convicção de que a fiel observância dos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas constitui base indispensável para alcançar a convivência internacional harmônica e ratificaram sua confiança na Organização das Nações Unidas como promotora dos elevados objetivos de manutenção da paz, do fortalecimento da segurança internacional e do desenvolvimento econômico e social dos povos.

Declararam ser urgente que a comunidade internacional fortaleça os meios e instrumentos que possam servir para atenuar o clima de tensões internacionais de nossos dias. Salientaram, também, que os processos de diálogo e de negociações devem ser a única base para que se alcancem níveis de estabilidade necessários para fazer frente aos graves problemas mundiais, entre outros a fome, o subdesenvolvimento, o armamentismo e as tensões que afetam a comunidade internacional.

Afirmaram, a esse respeito, que o desarmamento geral e completo, sob efetivo controle internacional, é fundamental para garantir uma paz duradoura entre as nações e renovaram seu apoio aos esforços internacionais tendentes a alcançá-lo. Sobre este tema, renovaram, igualmente, sua oposição a todas as formas de proliferação de armas nucleares.

Manifestaram a importância que atribuem à participação ampla e representativa dos Estados no processo decisório internacional relativo aos problemas de seu interesse e da comunidade internacional.

Ressaltaram, também, que as tensões e rivalidades internacionais não devem ser transferidas para áreas do Terceiro Mundo, para o que é essencial o pleno respeito

à soberania, à autodeterminação e à igualdade de todos os Estados.

Condenaram todas as manifestações de colonialismo e de discriminação racial, em especial o *apartheid*, e insistiram na necessidade de intensificar os esforços das Nações Unidas para eliminá-las. Consideraram que o *apartheid*, além de condenável sob todos os aspectos, é também fator de crescente ameaça à paz na região Sul da África. Manifestaram seu repúdio às ações militares contra territórios de países em desenvolvimento da região, em flagrante violação das normas básicas do Direito Internacional.

Ressaltaram a urgência de que se chegue a uma solução justa para a questão da Namíbia, dentro do respeito a sua independência e integridade territorial, e com base nas normas estabelecidas pelas Nações Unidas.

Os dois Presidentes acordaram intensificar seus esforços na III Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, a fim de que a mesma chegue a bom termo, com a adoção de uma Convenção que acolha, plenamente, as aspirações justas e legítimas dos países em desenvolvimento. Reafirmaram que é indispensável manter um equilíbrio adequado no seio da futura autoridade internacional que se encarregará da administração dos fundos marinhos e oceânicos além dos limites da jurisdição nacional como patrimônio comum da Humanidade, a fim de que sejam contemplados tanto os deveres dos Estados desenvolvidos, quanto os interesses e as necessidades especiais dos países em desenvolvimento.

Manifestaram sua confiança no êxito da Conferência, para o qual será necessária a contribuição efetiva de todos os países durante as negociações, que se encontram em sua fase final.

Os dois Presidentes expressaram sua preocupação pela situação econômica mundial e o crescente desequilíbrio entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento. Nesse sentido, assinalaram a importância de que os países desenvolvidos adotem políticas que ajudem a resolver os sérios desequilíbrios financeiros internacionais e tomem medidas tendentes a eliminar as políticas protecionistas lesivas a todos os interesses dos países em desenvolvimento.

Nesse contexto, destacaram sua preocupação pela atual situação do sistema monetário e financeiro internacional, no qual a desordem do mercado cambial e as elevadas taxas de juros constituem sérios entraves ao esforço de progresso dos países em desenvolvimento. Manifestaram, sobre o assunto, a necessidade de que se tomem medidas urgentes no plano internacional que removam esses graves obstáculos.

Ressaltaram a importância de que não haja retrocessos nos processos de negociação tendentes a possibilitar resultados concretos no diálogo Norte-Sul, em particular no que se refere às negociações globais nas Nações Unidas, como fonte do esforço permanente para o estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional mais justa e eqüitativa.

Assinalaram sua confiança de que a projetada conferência de cúpula a realizar-se no próximo mês de outubro em Cancún, México, possa contribuir para o pronto lançamento das negociações globais, graças a uma vontade política mais decidida e efetiva dos países desenvolvidos.

Os dois Presidentes reafirmaram a necessidade de que os problemas prementes dos países em desenvolvimento e de seu relacionamento com os países industrializados mereçam atenção especial da comunidade inter-

nacional, evitando que as tendências de reativação de tensões internacionais conduzam a um adiamento ou diluição da prioridade que deve ser dada ao pronto encaixamento do diálogo Norte-Sul.

Afirmaram a importância da diversificação da cooperação entre os países em desenvolvimento, a fim de que seja maximizado o potencial de intercâmbio e de complementação mútua que podem oferecer as respectivas economias nacionais. Nesse contexto, reiteraram que a chamada cooperação Sul-Sul, sem substituir o diálogo Norte-Sul, o complementa e abre novas e amplas perspectivas para a promoção dos interesses políticos e econômicos dos países em desenvolvimento. Notaram que essa cooperação, por ser eqüitativa, tem valor exemplar para a implantação de uma ordem internacional mais justa e que, nessas condições, devem merecer o apoio sustentado e urgente da comunidade internacional, inclusive por meio do sistema das Nações Unidas.

Sublinharam a importância básica da questão energética para o desenvolvimento econômico, a qual deverá ser levada em conta no estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional conjuntamente com outros fatores fundamentais, como as finanças, o comércio, a transferência de tecnologia, as matérias-primas e os alimentos. Registraram, a esse respeito, a importância de que a comunidade internacional não poupe esforços na utilização racional dos recursos energéticos não-renováveis e no desenvolvimento de fontes alternativas de energia, com o aumento do intercâmbio de experiências nacionais nesses campos, e em especial com o crescente apoio aos países em desenvolvimento em seus programas energéticos.

Os dois Presidentes passaram em revista a situação latino-americana e coincidiram na opinião de que as ne-

cessidades e aspirações da América Latina constituem aspectos prioritários da ação diplomática. Verificaram, assim, que os países latino-americanos, os quais têm perfil próprio de atuação política para a condução e solução de problemas internacionais, devem, da mesma forma, ter participação efetiva nas decisões sobre questões de interesse global.

Julgaram benéfico e importante o desenvolvimento de meios flexíveis e eficazes de consulta e coordenação entre os países da região, em condições de igualdade, dentro do espírito de contribuir positivamente para assegurar bases justas e eqüitativas nas relações entre Estados, em harmonia com as tradições e a perspectiva universalista que caracterizam a atuação diplomática na América Latina. Nesse sentido, assinalaram com satisfação que tais mecanismos já existem entre o Brasil e a Colômbia, e afirmaram sua determinação de fazer pleno uso das possibilidades de consulta e de coordenação que os mesmos propiciam.

Expressaram sua repulsa a todas as formas de hegemonia, blocos ou eixos na América Latina, indicando que tais padrões de comportamento contrariam frontalmente a tradição da região. Destacaram, com satisfação, os esforços de cooperação e integração, e a intensificação do diálogo político na América Latina.

Os dois países acordaram manter um freqüente intercâmbio de pontos-de-vista, com a finalidade de contribuir a estreitar os vínculos entre a América Central e o Caribe e a América do Sul, bem como a desenvolver a cooperação entre todos os Estados da região.

Sublinharam, da mesma forma, que um dos ideais latino-americanos deve ser a plena realização democrática. Nesse contexto, reiteraram a importância de que sejam plenamente respeitados os direitos fundamentais da

pessoa humana, que incluem, além de sua livre expressão política, os referentes à alimentação, trabalho, educação e saúde.

Os Presidentes ratificaram seu apoio à Organização dos Estados Americanos e sua adesão aos princípios contidos na Carta da Organização, e reafirmaram a necessidade de realizar esforços no âmbito da OEA com vistas a assegurar o aperfeiçoamento de seus mecanismos de cooperação entre os países do Continente.

Nesse sentido, os dois Mandatários expressaram sua satisfação pela iniciativa do Governo de Santa Lúcia de acolher em Castries a Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos no próximo mês de dezembro.

Reiteraram sua confiança no Sistema Econômico Latino-Americano (SELA) como um foro de consulta, coordenação de posições e cooperação entre os países da América Latina.

Manifestaram também sua confiança na Associação Latino-Americana de Integração (ALADI). Reafirmaram o decidido apoio político de seus Governos ao processo de integração latino-americana e ressaltaram que o Tratado de Montevidéu de 1980 deve ser um dos veículos que conduzam à integração regional, sendo desejável que o mesmo entre em vigor para todas as Partes Contratantes em curto prazo. Manifestaram, igualmente, sua vontade de lograr, dentro do quadro dos Acordos Parciais, uma abertura maior de mercado para os produtos de ambos os países.

Os dois Presidentes registraram o êxito da I Reunião dos Ministros de Relações Exteriores do Tratado de Cooperação Amazônica, realizada em Belém, Pará, em 23 e 24 de outubro de 1980, e renovaram seu apoio à «Declaração de Belém» e às decisões adotadas como linhas-mestra da cooperação regional amazônica.

Fiéis à vocação amazônica de seus países, os Presidentes reiteraram sua determinação de continuar a cooperar ativamente na fase atual de implementação dos primeiros projetos concretos de colaboração multilateral, especificamente dirigidos para a Amazônia.

Renovaram seus votos para que a II Reunião Amazônica de Chanceleres, a realizar-se na Colômbia, produza resultados que redundem em benefício dos países da região.

Manifestaram sua satisfação pelos progressos alcançados no desenvolvimento de mecanismos eficientes de cooperação e coordenação entre o Brasil e os países do Acordo de Cartagena, nos termos da «Ata de Brasília», concluída em 16 de outubro de 1979, e do Memorando de Entendimento, assinado em Lima, em janeiro de 1980, entre o Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil e o Conselho Andino. Registraram a importância dos entendimentos entre o Brasil e o Grupo Andino em todos os níveis, em benefício dos interesses gerais da integração latino-americana e de uma presença mais atuante da América Latina no cenário internacional.

Ao examinar as condições que prevalecem na América Central, os Presidentes concordaram na complexidade e amplitude da crise política, econômica e social existentes nessa região. Nesse sentido, expressaram seu propósito de propender a evitar que os problemas centro-americanos sejam aproveitados como instrumentos de confrontações alheias à área.

No tocante a El Salvador, os Presidentes formularam votos para que sejam os próprios salvadorenhos a encontrar uma solução política adequada para a crise que atravessa o país, sem ingerências externas que levem a uma indesejável internacionalização e agravamento do

conflito e dentro dos parâmetros da ordem e da democracia representativa.

Tendo em conta as estreitas vinculações entre a Colômbia e os países da América Central e do Caribe e a relevante posição colombiana na região caribenha, o Presidente Turbay Ayala, informou o Presidente Figueiredo dos esforços que seu Governo vem realizando para intensificar suas relações com essas áreas.

Os dois Presidentes examinaram detidamente o estado das relações entre ambos os países e suas perspectivas futuras. Destacaram, nesse sentido, a ampla convergência de pontos de vista sobre temas de interesse comum. Destacaram também o caráter dinâmico e operacional com que estão sendo levadas a cabo ou estudadas iniciativas concretas de cooperação em campos prioritários para o desenvolvimento dos dois países. Manifestaram, assim, o empenho dos dois Governos em complementar em todos os aspectos as diversas modalidades de colaboração previstas entre o Brasil e a Colômbia.

Nesse contexto, reiteraram seu propósito de continuar a utilizar mecanismos eficientes de entendimento e cooperação sobre assuntos de interesse comum para as partes, tanto no plano bilateral quanto no regional e multilateral.

Dando prosseguimento ao propósito de vincular os territórios do Brasil e da Colômbia, através de interconexões viárias, fluviais, aéreas e de telecomunicações entre os espaços marítimos dos oceanos Atlântico, Pacífico e do mar das Caraíbas, os dois Chefes-de-Estado manifestaram interesse em que técnicos em transportes e comunicações iniciem estudos para uma avaliação global das diferentes alternativas, em benefício do desenvolvimento harmônico e da integração física dos dois países.

De acordo com os altos ideais que inspiraram os instrumentos internacionais celebrados sobre temas amazônicos, os dois Presidentes coincidiram na necessidade de manter um contacto permanente e impulsionar o desenvolvimento de uma política conjunta nos pontos de interesse comum, especialmente no que se refere ao intercâmbio de experiências. Nessa ordem de idéias, expressaram o especial interesse de seus Governos em levar adiante, em seus respectivos territórios amazônicos, programas de desenvolvimento econômico e de conservação do meio ambiente, aproveitamento da flora e proteção da fauna, através dos organismos especializados de cada país.

Os dois Presidentes expressaram o desejo de seus Governos de participar nos esforços realizados dentro do âmbito das Nações Unidas tendentes à proteção da natureza e de incorporar os resultados importantes da experiência adquirida no exercício internacional aos objetivos de crescimento econômico e de preservação do meio ambiente contemplados no Tratado de Cooperação Amazônica.

Ambos os Mandatários assinalaram, da mesma forma, que tais esforços deverão levar em conta, entre outros aspectos, a diversidade dos sistemas ecológicos do mundo e, em especial, as necessidades de desenvolvimento dos países amazônicos.

Os dois Presidentes convieram em impulsionar os trabalhos preparatórios com vistas a promover e a facilitar a navegação dos rios Içá (Putumayo), Paquetá e Negro, dentro do espírito do Acordo de Cooperação Amazônica, assinado pelos dois países a 12 de março do corrente ano.

Os dois Presidentes expressaram seu interesse em estimular o transporte fluvial nos rios da região, e reitera-

ram seu respeito aos princípios gerais do Direito Internacional e aos Tratados vigentes relativos à liberdade de navegação dos rios comuns.

Os dois Presidentes assinalaram a conveniência de prestar às populações das áreas fronteiriças de um e outro país, serviços de saúde, de conformidade com a coordenação que se realize entre as autoridades sanitárias dos dois Estados.

Tendo em conta as promissoras perspectivas que se abrem à intensificação das relações econômicas e comerciais entre os dois países, os Mandatários reafirmaram o interesse em aprofundar e ampliar o intercâmbio bilateral mediante, inclusive, o incremento do comércio, com vistas a seu maior equilíbrio, estabilidade e dinamismo.

Dentro do propósito de organizar feiras e exposições em um e outro país, destacaram com agrado a realização, durante a visita, de uma Exposição Móvel Colombiana de caráter comercial, em São Paulo e no Rio de Janeiro, organizada por um número significativo de empresários colombianos, os quais tiveram, também, a oportunidade de trocar, novamente, pontos de vista com seus colegas brasileiros.

Os dois Presidentes, reconhecendo a importância do café para a economia dos dois países, bem como para a dos demais produtores:

- a) reafirmaram sua intenção de continuar mantendo estreita cooperação com vistas ao equilíbrio do mercado, em defesa dos preços do produto;
- b) reiterar seu apoio ao Acordo Internacional do Café como instrumento válido e eficaz para o controle do mercado, e manifestaram seu propósito de empenhar-se para que se mantivessem em

vigor os mecanismos de defesa dos preços previstos no Convênio;

- c) expressaram a necessidade de uma ação coordenada por parte dos países produtores, por ocasião da 36.^a Reunião do Conselho da Organização Internacional do Café, com vistas a assegurar a renegociação do mecanismo de defesa de preços, previsto no Acordo Internacional do Café, sobre bases justas e eqüitativas.

No que se refere à implementação do Acordo de 1976 para a pesquisa e exploração do carvão coqueificável, os dois Presidentes registraram com satisfação o avanço da primeira fase dos trabalhos do Comitê Misto Permanente Brasileiro-Colombiano. Consideraram de grande valor a apresentação por ambas as partes de documentos relativos ao desenvolvimento da segunda fase de trabalhos e à tomada de providências julgadas essenciais à exploração das reservas e à celebração dos contratos de comercialização, que serão avaliados conjuntamente em reuniões do comitê, previstas para fins de setembro.

Anotaram como especialmente expressiva a decisão do Comitê Misto de se reunir com maior freqüência, com vistas à dinamização de suas atividades.

Julgaram, também, como altamente positivos os contactos realizados entre autoridades brasileiras e colombianas tendentes a adiantar o exame da proposta colombiana de fornecimento de carvão térmico ao Brasil.

Os Presidentes reiteraram o interesse em desenvolver de forma crescente a cooperação bilateral nos campos científico e técnico, e manifestaram nesse sentido sua satisfação pelo significativo número de programas de amplo alcance que se encontram em negociação ou já em execução.

Expressaram seu agrado pelo fato de haverem sido assinados, no transcurso da presente visita, os instrumentos a seguir enumerados, todos relacionados, com o Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 13 de dezembro de 1972:

- Convênio Complementar de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica para a pesquisa de recursos minerais;
- Convênio Complementar de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica sobre assuntos agropecuários;
- Convênio Complementar de Cooperação Técnica no campo da engenharia agrícola de alimentos;
- Convênio Complementar de Cooperação Técnica no setor elétrico;
- Troca de notas sobre o Acordo de Cooperação Técnica entre o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), do Brasil, e o Serviço Nacional de Aprendizagem (SENA), da Colômbia;
- Convênio Complementar relativo ao desenvolvimento de metodologias para desenvolver ações de formação profissional nos níveis informais da população;
- Convênio Complementar sobre Planejamento de Recursos Humanos e Sistemas de Informação Técnica Empresarial;
- Convênio Complementar relativo ao aproveitamento de experiências em programas móveis;
- Convênio Complementar de Cooperação Técnica no campo do saneamento básico e da proteção do meio ambiente.

Os dois Presidentes, considerando que seus Governos se empenham, no momento, em programas orientados para a racionalização administrativa e para a desbu-

rocratização, manifestaram seu interesse em que se efetue, através dos órgãos responsáveis, um amplo intercâmbio de informações sobre suas experiências nesses campos.

Ao final de suas conversações, realizadas em ambiente de cordialidade, confiança e franqueza, os dois Mandatários verificaram, com satisfação, o alto nível alcançado pelas relações bilaterais, reflexo da amizade permanente e da crescente cooperação que unem o Brasil e a Colômbia.

Manifestaram sua convicção de que o estreitamento cada vez maior dos vínculos de colaboração e entendimento entre os dois países representa significativa contribuição aos ideais de integração e fraternidade que caracterizam a América Latina.

Reiteram a solidariedade fraternal do Brasil e da Colômbia com os povos irmãos do Continente, com vistas à construção de um futuro comum latino-americano e à presença e projeção crescentes da América Latina no cenário internacional.

O Presidente da Colômbia expressou seu profundo agradecimento pelas atenções que ele, sua esposa e comitiva receberam durante a grata permanência no Brasil, e estendeu novo convite ao Presidente Figueiredo para visitar oficialmente a Colômbia, convite que foi aceito com especial satisfação.

**10. Visita ao Brasil do Presidente da República de Mali,
Senhor Moussa Traoré.**

6 de outubro de 1981.

Brasília

- Discurso do Vice-Presidente Aureliano Chaves
- Discurso do Presidente Moussa Traoré
- Comunicado Conjunto Brasil-Mali.

06 DE OUTUBRO
PALÁCIO DO ITAMARATY
BRASÍLIA — DF

DISCURSO DO VICE-PRESIDENTE DA
REPÚBLICA NO EXERCÍCIO DA PRESI-
DÊNCIA, ANTÔNIO AURELIANO CHA-
VES DE MENDONÇA, POR OCASIÃO DO
ALMOÇO QUE OFERECEU AO PRESI-
DENTE DA REPÚBLICA DO MALI, SE-
NHOR MOUSSA TRAORÉ

Senhor Presidente:

Pela primeira vez recebemos a visita de um Chefe-de-Estado maliense. Sua presença entre nós tem, por isso, um significado especial, que registramos com honra e contentamento.

Ponto de encontro entre dois mundos, centro de uma extensa rede comercial que unia o deserto ao oceano, o Mali é um dos países de maior expressão na história da África.

Notabiliza-se a sua gente pela tradição cultural, pela literatura peculiar e autêntica, pelas concepções filosóficas que inspiram o seu feitio humanista. O Mali de hoje é o herdeiro e continuador dessas tradições. As situações adversas que enfrenta, entre elas a grande seca que se abate sobre os países da área, só tem feito sublinhar as grandes qualidades de seu povo.

Senhor Presidente.

Para muitos países, que por causas históricas já alcançaram a maturidade econômica, o desenvolvimento

do Sul haveria de ser consequência necessária da prosperidade do Norte. A divisão internacional do trabalho, sob a forma da troca de produtos primários por bens industrializados, seria a melhor garantia de eliminação da desigualdade das rendas. No entanto, a experiência de trinta anos de intenso comércio internacional demonstra o contrário. A desigualdade não foi extinta; mas duramente acentuada.

O progresso das economias centrais não as tem sensibilizado para os problemas que afligem as restantes nações, claro resultado de padrões de intercâmbio tão velhos quanto injustos. Sempre que as economias maduras enfrentam dificuldades, as medidas que adotam repercutem, de modo negativo, nas economias em desenvolvimento, mais sensíveis aos desequilíbrios externos.

A questão Norte-Sul precisa ultrapassar a fase estática em que se encontra e alcançar a etapa do verdadeiro diálogo. Só este levará ao consenso sobre princípios e medidas capazes de dar ao comércio bases mais justas, e de favorecer fluxos financeiros e tecnológicos compensatórios da desigualdade reinante no quadro internacional.

Nesta conjuntura de instabilidade, ainda mais necessário se torna o entendimento entre as nações em desenvolvimento, através da cooperação entre elas, com a ativa participação de todas nos foros internacionais em que se decide sobre a paz, a justiça e o desenvolvimento.

O Brasil está pronto a colaborar com os demais povos que lutam pelos mesmos ideais. A plena consciência da contribuição fundamental da África à formação de sua própria personalidade nacional fortalece, no espírito dos brasileiros, esta disposição fraterna.

Senhor Presidente,

Desejo transmitir a Vossa Excelênci a solidariedade do Governo e do povo brasileiros aos povos da re-

gião do Sahel, em sua constante luta pelo desenvolvimento e pela neutralização do problema da seca. O Governo brasileiro já reiterou seu compromisso de apoiá-los nessa luta, na medida de suas possibilidades e no quadro dos programas das Nações Unidas para o desenvolvimento da região.

Tenho a certeza de que a visita de Vossa Excelência ao Brasil trará novos horizontes às relações entre as duas repúblicas.

Convido todos os presentes a erguerem suas taças pela prosperidade do povo maliense e pelo êxito e felicidade pessoal de Vossa Excelência e dos demais membros de sua honrada comitiva.



06 DE OUTUBRO
PALÁCIO DO ITAMARATY
BRASÍLIA — DF

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DO MALI, SENHOR MOUSSA TRAORÉ, POR OCASIÃO DO ALMOÇO QUE LHE FOI OFERECIDO PELO PRESIDENTE EM EXERCÍCIO AURELIANO CHAVES

Senhor Presidente:

A cerimônia de hoje me proporciona a feliz ocasião de expressar a Vossa Excelência, bem como ao povo irmão do Brasil, meu profundo reconhecimento pelo convite que me foi feito para visitar seu belo país.

Em nome da delegação que me acompanha e em nome de todo o povo maliense, de seu Partido e de seu Governo, peço-lhe aceitar nossos sentimentos de sincera gratidão pela hospitalidade e pela acolhida calorosa que nos foram dispensadas.

Esta acolhida traduz em diversos aspectos os sentimentos de amizade e de estima existentes entre nossos dois países e que encontram suas raízes profundas nas nossas afinidades culturais e étnicas.

Senhor Presidente,

O povo do Mali acompanha com particular atenção os esforços que o povo do Brasil, sob a direção sábia e esclarecida do Presidente João Figueiredo, vêm empreendendo em sua luta para construir uma nação in-

dustrializada. As brilhantes vitórias alcançadas pelo Brasil no campo econômico causam admiração e constituem uma bela demonstração da capacidade dos países do Terceiro-Mundo de atingirem seu desenvolvimento, apesar de uma conjuntura econômica particularmente difícil.

Senhor Presidente,

Os países em desenvolvimento que atravessam uma situação particularmente difícil, agravada pela inflação galopante e pela crise energética, devem cerrar ainda mais suas fileiras, conjugar seus esforços e lançar as bases de uma cooperação harmoniosa fundada sobre a complementariedade e a solidariedade.

Nessas condições, nossos dois Governos devem buscar os caminhos e os meios de oferecer às relações, tão satisfatoriamente estabelecidas entre nossos dois países, uma nova dimensão, respondendo assim às aspirações legítimas de nossos povos. Esta cooperação mutuamente vantajosa responde sem dúvida aos imperativos do desenvolvimento de nossos países e marca também a vontade política dos países em desenvolvimento de tornar a cooperação sul-sul uma realidade.

Dentro de um quadro econômico cada vez mais degradado, caracterizado por uma deterioração constante das condições de troca, os países do Terceiro-Mundo devem trabalhar unidos para o estabelecimento de uma nova ordem internacional mais justa e mais equitativa, que permita aos países desenvolvidos e em desenvolvimento de cooperar estreitamente baseados apenas na igualdade e no proveito recíproco. Igualmente, faço votos muito fervorosos para que a Conferência de Cancún que se realizará em outubro no México, possa alcançar resultados concretos. Convém notar que a Conferência de Paris despertou algumas esperanças.

Senhor Presidente,

Neste mundo em que a divisão em blocos político-militares torna-se cada vez mais clara, trazendo, assim, a Humanidade de volta ao período da guerra-fria, a República do Mali reafirma com energia sua adesão aos princípios de não-alinhamento, de não-recurso à força e de não-interferência nos assuntos internos de outros Estados.

Esta política externa de nosso País é essencialmente guiada por nossa preocupação permanente de preservar a paz e a segurança mundiais que se encontram perigosamente ameaçadas em vários pontos do globo.

Na África Austral, o regime de aparteísmo multiplica seus atos de repressão, desprezando o direito internacional. Cabe, então, à comunidade internacional tomar disposições imperativas para obrigar a África do Sul a respeitar o plano de paz das Nações Unidas que deverá conduzir à independência da Namíbia, conforme a Resolução 435 das Nações Unidas.

Senhor Presidente,

Nossos dois países estão mais do que nunca convencidos da necessidade de buscar soluções justas para os problemas da paz e da segurança internacionais, fatores determinantes de desenvolvimento, de entendimento e de cooperação entre os Estados. Esta é a razão pela qual o Brasil e o Mali juntarão seus esforços, no âmbito das organizações internacionais, tais como as Nações Unidas e o Grupo dos 77, em prol do fortalecimento da paz e da solidariedade internacionais.

Excelências, Senhoras e Senhores,

Antes de terminar, gostaria de convidá-los a erguer suas taças para beber à saúde de Vossa Excelência, à saúde do Presidente João Figueiredo, ao qual formula-

mos nossos votos de pronto restabelecimento, à prosperidade do povo do Brasil, à consolidação das relações de amizade e cooperação tão satisfatoriamente existentes entre o Brasil e o Mali e ao fortalecimento da paz e da segurança no Mundo.

Muito obrigado.

COMUNICADO CONJUNTO BRASIL-MALI

COMUNICADO BRASIL-MALI, DIVULGADO PELO PALÁCIO DO ITAMARATY EM BRASÍLIA, EM 7 DE OUTUBRO DE 1981, AO FINAL DA VISITA DO PRESIDENTE MOUSSA TRAORÉ

A convite do Governo brasileiro, Sua Excelência o Senhor General Moussa Traoré, Secretário-Geral da União Democrática do Povo Maliense e Presidente da República do Mali, visitou oficialmente o Brasil, nos dias 6 e 7 de outubro de 1981, acompanhado de Sua Excelência o Senhor João Pereira da Silva, Ministro do Desenvolvimento Rural da República de Cabo Verde e Ministro Coordenador do Comitê Interestatal de Luta Contra a Seca na Sahel (CILSS), de Sua Excelência o Senhor Doutor Alioune Blondin Béye, Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional, de Sua Excelência o Senhor N'Fagnanama Koné, Ministro da Agricultura, de Sua Excelência o Senhor Maki Kereissi Aguibou Tall, Embaixador do Mali no Brasil e de delegação oficial de alto nível.

O Presidente da República do Mali foi recebido por Sua Excelência o Senhor Antônio Aureliano Chaves de Mendonça, Vice-Presidente no exercício do cargo de Presidente da República Federativa do Brasil, tendo ambos mantido, em clima de amizade, confiança e respeito mútuo, conversações abrangendo as relações bilaterais e assuntos internacionais de interesse comum.

O General Moussa Traoré foi igualmente recebido por Suas Excelências o Deputado Nelson Marchezan, Presidente da Câmara dos Deputados, o Senador Jarbas Passarinho, Presidente do Senado Federal, e o Ministro Francisco Manoel Xavier de Albuquerque, Presidente do Supremo Tribunal Federal.

O Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil e o Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional do Mali mantiveram conversações sobre temas regionais e internacionais e sobre os meios de promover o desenvolvimento das relações bilaterais, em consonância com os vínculos de amizade entre os dois países.

Na ocasião, os dois Ministros assinaram, em nome de seus Governos respectivos, um Acordo para a Criação de uma Comissão Mista de Cooperação Econômica Brasil-Mali e um Acordo de Cooperação Cultural, Científica e Técnica, instrumentos que contribuirão para o estreitamento das relações bilaterais.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional manteve, igualmente, reunião com Sua Excelência o Senhor Ernane Galvães, Ministro de Estado da Fazenda, sobre os aspectos econômico-financeiros da cooperação bilateral.

O Ministro da Agricultura e o Ministro Coordenador do Comitê Interestatal de Luta Contra a Seca no Sahel (CILSS) efetuaram visitas a Suas Excelências os Senhores Angelo Amaury Stábile, Ministro de Estado da Agricultura, e Mário David Andreazza, Ministro de Estado do Interior, tendo sido abordados assuntos relativos à agricultura e ao aproveitamento das zonas áridas.

Nas conversações mantidas, os dois Presidentes expressaram sua preocupação com o aumento das tensões internacionais e com o crescente desequilíbrio entre as

nações. Ressaltaram a importância do progresso do diálogo Norte-Sul e manifestaram a confiança nos resultados que poderão advir do próximo encontro de Cancún.

Condenaram o regime racista da África do Sul por suas persistentes violações à Carta das Nações Unidas e prestaram seu apoio à autodeterminação do povo da Namíbia, de acordo com a resolução 435 do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Felicitaram-se pelo progresso que se vem registrando nas negociações para a solução da questão do Saara Ocidental, em atenção à resolução 1514 da Assembléia Geral das Nações Unidas e graças aos esforços empreendidos pela Organização da Unidade Africana.

Os dois Presidentes manifestaram ainda sua satisfação pelas novas perspectivas de desenvolvimento das relações entre o Brasil e o Mali. Sublinharam sua vontade e determinação de promover o estreitamento dessas relações nos campos econômico, cultural, científico e técnico, no interesse de ambos os Governos e em benefício de ambos os povos.

Os dois Presidentes abordaram longamente a dramática situação a que estão submetidos os povos do Sahel, assolados há mais de uma década por uma seca endêmica. Os dois Presidentes examinaram os meios mais apropriados para resolver essa grave situação.

O Vice-Presidente em exercício do cargo de Presidente da República Federativa do Brasil transmitiu ao Presidente do Mali a solidariedade do Governo e do povo brasileiro aos povos da região do Sahel em sua constante luta pelo desenvolvimento e pela superação dos obstáculos da seca. O Governo brasileiro reiterou sua disposição de apoiá-los nessa luta, na medida de suas possibilidades e no quadro dos programas das Nações Unidas para o desenvolvimento da região.

Ao fim de sua visita, o Presidente da República do Mali expressou seu reconhecimento pela calorosa recepção e cordial hospitalidade que lhe foram dispensadas, bem como à sua delegação, durante sua permanência no Brasil.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
GABINETE CIVIL
SECRETARIA DE IMPRENSA E DIVULGAÇÃO